



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO  
TECNOLÓGICA  
CENTRO DE FORMAÇÃO INTERDISCIPLINAR  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE, AMBIENTE E  
QUALIDADE DE VIDA**

**HELANA MIRANDA DA CRUZ GOMES**

**O PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL EM UMA  
UNIVERSIDADE AMAZÔNICA: UM ESTUDO SOBRE A INFLUÊNCIA DE  
AUXÍLIOS PERMANÊNCIA NA QUALIDADE DE VIDA ACADÊMICA**

**SANTARÉM-PARÁ  
2022**

**HELANA MIRANDA DA CRUZ GOMES**

**O PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL EM UMA  
UNIVERSIDADE AMAZÔNICA: UM ESTUDO SOBRE A INFLUÊNCIA DE  
AUXÍLIOS PERMANÊNCIA NA QUALIDADE DE VIDA ACADÊMICA**

Dissertação de Mestrado Acadêmico apresentada para defesa junto ao Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Ambiente e Qualidade de Vida (PPGSAQ) do Centro de Formação Interdisciplinar (CFI) da Universidade Federal do Oeste do Pará.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Tania Suely Azevedo Brasileiro

Linha de Pesquisa: Políticas Públicas, Diversidade Cultural e Desenvolvimento Amazônico.

**SANTARÉM-PARÁ  
2022**



ATA Nº 13/2022 - CFI (11.01.05)

Nº do Protocolo: 23204.007956/2022-65

Santarém-PA, 28 de junho de 2022.

### ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

No vigésimo sétimo dia do mês de junho do ano de dois mil e vinte e dois, às dezenove horas, por meio remoto <https://meet.google.com/prv-yzup-wai?authuser=4>, instalou-se a banca examinadora de dissertação de mestrado da discente **Helana Miranda da Cruz Gomes**. A banca examinadora foi composta pelos professores: Dra. Joana d'Arc de Vasconcelos Neves, UFPA, Examinadora Externa à Instituição, Dr. Thiago Almeida Vieira, Ufopa, Examinador Interno e Dra. Tânia Suely Azevedo Brasileiro, orientadora e presidente da banca. Deu-se início a abertura dos trabalhos por parte da professora Tânia Brasileiro, presidente da banca, que, após apresentar os membros da banca examinadora e esclarecer a tramitação da defesa, solicitou a discente que iniciasse a apresentação da dissertação, intitulada "O Programa Nacional de Assistência Estudantil em uma Universidade Amazônica: um Estudo da Influência de Auxílios Permanência na Qualidade de Vida Acadêmica", marcando um tempo de quarenta minutos para a apresentação. Concluída a exposição, a professora Tânia Brasileiro passou a palavra aos examinadores para arguir o discente. Terminadas as arguições, a presidente da banca solicitou aos presentes que se retirassem da sala, para a realização do julgamento do trabalho, concluindo a Banca Examinadora por sua **APROVAÇÃO**, conforme as normas vigentes na Universidade Federal do Oeste do Pará. A banca examinadora recomendou que o trabalho também fosse publicado. A versão final da dissertação deverá ser entregue ao programa no prazo máximo de sessenta dias, contendo, se houverem, as modificações sugeridas pela banca examinadora. Conforme o Artigo 57 do Regimento Interno do Programa, a discente não terá acesso ao título de Mestre se não cumprir as exigências acima.

*(Assinado digitalmente em 30/06/2022 13:37)*  
TANIA SUELY AZEVEDO BRASILEIRO  
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR  
ICED (11.01.07)  
Matrícula: 1030394

*(Assinado digitalmente em 28/06/2022 17:31)*  
THIAGO ALMEIDA VIEIRA  
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR  
IBEF (11.01.06)  
Matrícula: 1776327

*(Assinado digitalmente em 30/06/2022 10:34)*  
HELANA MIRANDA DA CRUZ GOMES  
DISCENTE  
Matrícula: 2020101846

*(Assinado digitalmente em 28/06/2022 18:20)*  
JOANA D'ARC DE VASCONCELOS NEVES  
ASSINANTE EXTERNO  
CPF: 222.102.102-91

**Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)**  
**Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/UFOPA**

---

- G633p Gomes, Helana Miranda da Cruz  
O programa nacional de uma assistência estudantil em uma Universidade Amazônica: estudo sobre a influência de auxílios permanência na qualidade de vida acadêmica. / Helana Miranda da Cruz Gomes. – Santarém, 2022.  
210 p. : il.  
Inclui bibliografias.
- Orientadora: Tânia Suely Azevedo Brasileiro.  
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Oeste do Pará, Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós Graduação e Inovação Tecnológica, Centro de Formação Interdisciplinar, Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Ambiente e Qualidade de Vida.
1. Assistência estudantil. 2. Educação superior. 3. Programa Nacional da Assistência Estudantil (PNAES). 4. Qualidade de vida acadêmica. 5. Amazônia. I. Brasileiro, Tânia Suely Azevedo, *orient.* II. Título.

CDD: 23 ed. 353.88098115

Ao meu amado esposo Luís Alípio Gomes e  
nossos tesouros: Luís Antônio, Alícia Maria e  
Luís Henrique;

Aos meus queridos pais: Antônio e Raimunda.

## AGRADECIMENTO

Primeiramente à Deus por tudo!

À minha orientadora Profa. Dra. Tânia Suely Azevedo Brasileiro pelo seu zelo, cuidado e presença marcante em todas as etapas da produção desta dissertação.

Aos docentes do PPGSAQ/Mestrado Interdisciplinar em Sociedade, Ambiente e Qualidade de Vida pelo incentivo e partilha de saberes.

Aos servidores da Pró-Reitoria de Gestão Estudantil (PROGES), na pessoa da Profa. Dra. Lidiane Nascimento Leão, pela compreensão na ausência e pelas valiosas contribuições ao longo do levantamento dos dados para a pesquisa.

À pedagoga parceira do Núcleo de Gestão Pedagógica (NUGEPE) Rosana Alvarenga Canto pela compreensão, disponibilidade e competência nos atendimentos pedagógicos aos estudantes em minha ausência.

Aos estudantes de graduação convidados a participar da pesquisa pela disponibilidade.

Aos professores da banca de qualificação, Prof. Dr. Thiago Almeida Vieira, Profa. Dra. Ilma Passos Alencastro Veiga e ao Prof. Dr. Sebastião Rodrigues pelas valiosas contribuições para a produção da dissertação.

Aos colegas do Mestrado, com os quais, apesar da convivência remota, pudemos construir uma relação de companheirismo, cooperação, respeito e amizade, sobretudo, com o G3 - HEJOLU, formado por Helana, Josué e Ludimilla.

Aos meus amados pais, Antônio Ferreira da Cruz e Raimunda Miranda da Cruz, pela presença, educação, amor e orações constantes, meu amor e gratidão.

Aos meus irmãos Júnior, Hesron, André e Raquel, aos meus sobrinhos e demais familiares.

Aos meus cunhados e cunhadas.

Aos meus tesouros Luís Antônio, Alcília Maria e Luís Henrique pela compreensão nas ausências, pela alegria e carinho que me impulsionam sempre, meu carinho e amor.

Ao meu esposo, Luís Alípio Gomes, por seu incentivo constante, seu otimismo, fé, sabedoria e competência científica, que me encoraja a prosseguir nos caminhos do conhecimento, meu amor e minha admiração, meu eterno namorado.

À Paróquia de Santa Terezinha do Menino Jesus, na pessoa do Pe. Jhonata Melo, pela fé e conforto ao longo da preparação, desenvolvimento e conclusão do sonho de acessar o Mestrado. Agradeço a flor de Santa Terezinha, sinal da graça alcançada.

À Profa. Maria da Conceição Figueira Cardoso (*in memoriam*), que me possibilitou a primeira oportunidade de ingressar no mercado de trabalho ao me convidar para ser professora do Ensino Médio no Colégio Cristo Salvador do ILES/ULBRA – Santarém.

Bebida é água  
Comida é pasto  
Você tem sede de quê?  
Você tem fome de quê?  
A gente não quer só comida  
A gente quer comida, diversão e arte  
A gente não quer só comida  
A gente quer saída para qualquer parte  
A gente não quer só comida  
A gente quer bebida, diversão, balé  
A gente não quer só comida  
A gente quer a vida como a vida quer  
(...)  
A gente não quer só comer  
A gente quer comer e quer fazer amor  
A gente não quer só comer  
A gente quer prazer pra aliviar a dor  
A gente não quer só dinheiro  
A gente quer dinheiro e felicidade  
A gente não quer só dinheiro  
A gente quer inteiro e não pela metade (...)  
(COMIDA-TITÃS).

## RESUMO

A Assistência Estudantil é um campo promissor de estudos, debates e investigação e a abordagem sobre a qualidade de vida dos estudantes no ambiente universitário é uma delas. O objetivo geral dessa pesquisa é analisar como a política de assistência estudantil, Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) tem influenciado na qualidade de vida acadêmica (QVA) de estudantes de uma universidade federal no interior da Amazônia. Os objetivos específicos são: i) traçar o perfil dos beneficiários do auxílio permanência do período de 2017 a 2020; ii) analisar a percepção de estudantes sobre qualidade de vida acadêmica; iii) analisar os desafios e/ou os avanços na implementação do programa PNAES para a melhoria da qualidade de vida acadêmica dos estudantes. A investigação é qualitativa, do tipo estudo de caso, desdobrada em bibliográfica, documental e empírica, cujo *lócus* foi a Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), Campus sede em Santarém. Foi aplicado um questionário eletrônico (*survey*) aos estudantes que receberam auxílio permanência entre os anos de 2017 a 2020. 75 questionários compuseram a amostra. Os resultados indicaram que 77% dos estudantes concordam que sem os auxílios teriam dificuldades para se manter estudando. Para 89,3%, qualidade de vida é ter boa saúde, vida longa, 85,3% indicaram que é ter moradia, alimentação e 60% associaram QVA a poder usufruir de horas de lazer e de atividades esportivas. Para 32% dos estudantes, ter qualidade de vida acadêmica é ser incentivado a desenvolver diferentes competências ao longo da formação, 29,3%, ter condições de participar de atividades acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão e, 17,3%, sentir-se à vontade no ambiente acadêmico. Sobre os desafios e avanços para implementação do PNAES na UFOPA, verificou-se que a falta de acompanhamento dos resultados da política do PNAES é um desafio. Dentre os avanços estão a criação da Pró-reitoria de Gestão Estudantil (PROGES) e a normatização das políticas de assistência estudantil (PAE) e de apoio pedagógico (PAPE). Conclui-se, que qualidade de vida acadêmica (QVA) além do desempenho no processo de ensino e aprendizagem, envolve outras dimensões, como saúde física e psicológica, as relações sociais e familiares, ter momento de lazer e atividades esportivas.

**Palavras-Chave:** Assistência estudantil. Educação superior. Programa Nacional da Assistência Estudantil (PNAES). Qualidade de vida acadêmica. Amazônia.

## ABSTRACT

Student Assistance is a promising field of study, debate and investigation and the approach to the quality of life of students in the university environment is one of them. The general objective of this research is to analyze how the student assistance policy, National Student Assistance Program (PNAES in Portuguese) has influenced the quality of academic life (QVA in Portuguese) of students at a federal university in the interior of the Amazon. The specific objectives are: i) to profile the beneficiaries of the permanence aid for the period from 2017 to 2020; ii) analyze students' perception of academic life quality; iii) analyze the challenges and/or advances in the implementation of the PNAES program to improve the quality of academic life of students. The investigation is qualitative, of the case study type, unfolded in bibliographical, documentary and empirical, whose locus was the Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA in Portuguese), Campus headquartered in Santarém. An electronic questionnaire (survey) was applied to students who received permanence aid between 2017 and 2020. 75 questionnaires constituted the sample. The results indicated that 77% of the students agree that without the aid they would have difficulties to keep studying. For 89.3%, quality of life is having good health, long life, 85.3% indicated that it is having housing, food and 60% associated QVA with being able to enjoy leisure time and sports activities. For 32% of students, having quality of academic life is being encouraged to develop different skills throughout their training, 29.3%, being able to participate in academic activities of teaching, research and extension and, 17.3%, feeling comfortable in the academic environment. Regarding the challenges and advances for implementing the PNAES at UFOPA, it was found that the lack of monitoring the results of the PNAES policy is a challenge. Among the advances are the creation of the Dean of Student Management (PROGES in Portuguese) and the standardization of student assistance (PAE in Portuguese) and pedagogical support (PAPE in Portuguese) policies. It is concluded that academic quality of life (QVA in Portuguese) in addition to performance in the teaching and learning process, involves other dimensions, such as physical and psychological health, social and family relationships, having leisure time and sports activities.

**Keywords:** Student Assistance, College Education. National Student Assistance Program (PNAES). Quality of Academic Life (QVA). Amazon.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

<b>CF</b>	CONSTITUIÇÃO FEDERAL
<b>CONSUN</b>	CONSELHO UNIVERSITÁRIO
<b>FONAPRACE</b>	FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E ESTUDANTIS
<b>IFES</b>	INSTITUIÇÃO FEDERAL DE ENSINO SUPERIOR
<b>LDBEN</b>	LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL
<b>PAE</b>	POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL
<b>PAP</b>	POLÍTICA DE ACOMPANHAMENTO ESTUDANTIL
<b>PDI</b>	PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL
<b>PNAES</b>	PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL
<b>PROCCE</b>	PRÓ-REITORIA DA CULTURA, COMUNIDADE E EXTENSÃO
<b>PROGES</b>	PRÓ-REITORIA DE GESTÃO ESTUDANTIL
<b>PROPLAN</b>	PRÓ-REITORIA DE PLANEJAMENTO INSTITUCIONAL
<b>PSR</b>	PROCESSO SELETIVO REGULAR
<b>QVA</b>	QUALIDADE DE VIDA ACADÊMICA
<b>REUNI</b>	PROGRAMA DE APOIO A PLANOS DE REESTRUTURAÇÃO E EXPANSÃO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS
<b>RSL</b>	REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA
<b>RU</b>	RESTAURANTE UNIVERSITÁRIO
<b>RCLE</b>	REGISTRO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO
<b>UFOPA</b>	UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 1</b>	Regiões onde foram realizadas pesquisas de campo (2010-2020)	90
<b>Figura 2</b>	Nuvem com as 50 palavras mais frequentes nos artigos (2010-2020)	90
<b>Figura 3</b>	Localização dos Campi e sede da UFOPA	97
<b>Figura 4</b>	Unidade Tapajós (Campus Sede) e Unidade Rondon da UFOPA	100
<b>Figura 5</b>	Organograma da Pró-Reitoria de Gestão Estudantil (PROGES)	103
<b>Figura 6</b>	Triangulação dos dados	110
<b>Figura 7</b>	Estrutura organizacional para Acompanhamento Estudantil	115
<b>Figura 8</b>	Gênero dos respondentes	117
<b>Figura 9</b>	Marcos Legais sobre Assistência Estudantil	120
<b>Quadro 1</b>	Assistência Estudantil no Brasil: fases históricas	63
<b>Quadro 2</b>	Demonstrativo dos termos de busca de pesquisa	86
<b>Quadro 3</b>	Documentos públicos para pesquisa documental	105
<b>Quadro 4</b>	Participantes da pesquisa – Estudantes beneficiados pelos Editais da Proges/UFOPA	107
<b>Quadro 5</b>	Ações organizacionais relativas às áreas do PNAES desenvolvidas pela DAE	114
<b>Quadro 6</b>	Concepção de assistência estudantil nos documentos da UFOPA	126
<b>Quadro 7</b>	Nível de concordância sobre assistência estudantil	133
<b>Quadro 8</b>	Fatores que não contribuem para o desempenho acadêmico	142
<b>Quadro 9</b>	Nível de concordância sobre o que influencia na sua qualidade de vida acadêmica	144
<b>Quadro 10</b>	Sugestões de encaminhamentos para melhorar o acesso e implementação dos auxílios estudantis	152
<b>Quadro 11</b>	Constatações e Recomendações da Auditoria Interna (RAINT, 2017 - 2019) sobre o acompanhamento do Assistência Estudantil na UFOPA	157
<b>Quadro 12</b>	Constatações e Providências apresentadas pela PROGES (RAINT 2017)	158

<b>Quadro 13</b>	Desafios para implementação do PNAES na UFOPA	163
<b>Gráfico 1</b>	Publicação por periódicos (2010-2020)	88
<b>Gráfico 2</b>	Evolução das publicações	88
<b>Gráfico 3</b>	Artigos mais citados por autores	89
<b>Gráfico 4</b>	Série histórica dos discentes matriculados na graduação/semestre (2014-2019)	99
<b>Gráfico 5</b>	Discentes de graduação por cor/raça (2019)	99
<b>Gráfico 6</b>	Evolução no quadro de servidores da UFOPA (2015-2019)	100
<b>Gráfico 7</b>	Distribuição dos estudantes por município (2017-2019)	121
<b>Gráfico 8</b>	Faixa etária dos respondentes (%)	132
<b>Gráfico 9</b>	Autoidentificação dos respondentes (%)	123
<b>Gráfico 10</b>	Conhecimento sobre o PNAES	131
<b>Gráfico 11</b>	O que você considera como Qualidade de vida?	140
<b>Gráfico 12</b>	O que é Qualidade de vida acadêmica para você? (%)	141

## LISTA DE TABELA

<b>Tabela 1</b>	Demonstrativo dos termos de busca de pesquisa .....	87
<b>Tabela 2</b>	Percepção sobre assistência estudantil .....	130
<b>Tabela 3</b>	Como ficou sabendo dos auxílios da assistência estudantil na UFOPA .....	132

## SUMÁRIO

<b>1 PRIMEIRAS PALAVRAS: APROXIMAÇÃO DA PESQUISADORA COM SEU OBJETO DE ESTUDO .....</b>	<b>17</b>
<b>2 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>27</b>
<b>3 POLÍTICA, POLÍTICA PÚBLICA E ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA EDUCAÇÃO SUPERIOR .....</b>	<b>35</b>
<b>3.1 Política: considerações iniciais.....</b>	<b>35</b>
<b>3.2 Políticas públicas: aspectos conceituais e perspectiva histórica.....</b>	<b>37</b>
<b>3.3 Assistência estudantil na educação superior brasileira .....</b>	<b>42</b>
3.3.1 Marcos legais vigentes na esfera internacional e nacional .....	42
3.3.2 Perspectiva histórica da assistência estudantil no Brasil .....	53
3.3.3 Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES): trajetória histórica .....	67
3.3.4 Qualidade de vida: aspectos históricos e sua relação com a universidade. ....	74
<b>3.4 Revisão da Literatura sobre Assistência Estudantil, Qualidade de vida e Sustentabilidade (2010-2020).....</b>	<b>82</b>
<b>4 METODOLOGIA DO ESTUDO.....</b>	<b>95</b>
<b>4.1. Lócus e delimitação da pesquisa .....</b>	<b>95</b>
<b>4.2 Delineamento da pesquisa.....</b>	<b>104</b>
<b>4.3. Participantes e instrumento investigativo .....</b>	<b>106</b>
<b>4.4 Análise e interpretação dos dados.....</b>	<b>108</b>
<b>5. O PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E A QUALIDADE DE VIDA ACADÊMICA À LUZ DA REALIDADE PESQUISADA .....</b>	<b>112</b>
<b>5.1 A PROGES E A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UFOPA: uma análise de contexto.....</b>	<b>112</b>
<b>5.2 Perfil dos Estudantes beneficiários pesquisados .....</b>	<b>120</b>
<b>5.3 Assistência estudantil: percepções .....</b>	<b>126</b>
<b>5.4 Qualidade de Vida e Qualidade de Vida Acadêmica: percepções e referências institucionais.....</b>	<b>137</b>

5.5	Implementação do PNAES na UFOPA: desafios e avanços.....	154
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	165
	REFERÊNCIAS .....	171
	APÊNDICES.....	183
	APÊNDICE A - PORTFÓLIO BIBLIOGRÁFICO DO ESTUDO (2010-2020)..	184
	APÊNDICE B – EDITAIS DE CONCESSÃO DE AUXÍLIOS ESTUDANTIS EXECUTADOS PELA PROGES NO PERÍODO DE 2017 A 2020 .....	186
	APÊNDICE C – TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA EM ARQUIVOS E/OU DOCUMENTOS .....	189
	APÊNDICE D - MODELO DE ROTEIRO PARA ANÁLISE DOCUMENTAL .	191
	APÊNDICE E – REGISTRO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (RCLE) PARA ESTUDANTES/UFOPA A SER ENVIADO POR MEIO DE FORMULÁRIO <i>ON LINE</i> (PLATAFORMA GOOGLE FORMS) .....	193
	APÊNDICE F – QUESTIONÁRIO PARA OS ESTUDANTES PARTICIPANTES DA PESQUISA, POR MEIO DE FORMULÁRIO <i>ON LINE</i> (PLATAFORMA GOOGLE FORMS).....	196
	ANEXO .....	210
	ANEXO A - PARECER DE APROVAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA .....	211

## 1 PRIMEIRAS PALAVRAS: APROXIMAÇÃO DA PESQUISADORA COM SEU OBJETO DE ESTUDO

Antes de dar início a apresentação do estudo e ao empreendimento investigativo propriamente dito, faz-se necessário situar o lugar de fala e um pouco da história de vida<sup>1</sup> da pesquisadora em questão, além das motivações para a realização dessa dissertação.

Com isto, primeiramente destaco que sou a primeira filha do casal Antônio Ferreira da Cruz e Raimunda Miranda da Cruz, casados há mais de 48 anos, sendo ambos provenientes da zona rural do município de Santarém-Pará, formada de duas grandes áreas, sendo identificadas como as regiões de rios<sup>2</sup> e planalto<sup>3</sup>. Meu pai, originário da região conhecida como Planalto, deslocou-se ainda criança com a família para a cidade com o intuito de dar continuidade aos estudos. Não chegou a concluir o equivalente ao Ensino Médio hoje, cursando o curso técnico de Torneiro Mecânico pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), que definiu sua profissão até a aposentadoria. Minha mãe veio com a família da região de rios, igualmente buscando dar continuidade aos estudos na cidade, concluindo toda a Educação Básica e formando-se em Magistério, profissão que lhe conferiu prestígio e respeito – até hoje seus ex-alunos a reconhecem e chamam de “tia” – atuando em escola particular e pública, além de um breve transcurso como Secretária Escolar, até aposentar-se atuando na Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Juntos constituíram uma família cujos frutos foram duas mulheres e três homens. Crescemos em um lar simples, com um pai sempre presente, ativo e trabalhador e uma mãe professora, atenciosa e amorosa, além disso, a influência

---

<sup>1</sup> Texto escrito na primeira pessoa do singular dado seu caráter de relato de vida e sua relação com o objeto de estudo a ser analisado.

<sup>2</sup> Região de rios: Formada pela conjunção de contextos diversos a cidade de Santarém se desenvolveu a partir de atividades ligadas ao rio, sendo este, em grande parte, estruturador da vida econômica, política e sociocultural da mesma (COSTA, Tatiane de Cassia Silva da. A relação cidade-rio na Amazônia: mudanças e permanências frente ao processo de urbanização recente, o exemplo de Santarém. Belém, 2012. 154 p. 2012. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará).

<sup>3</sup> Planalto Santareno é a região formada por um platô de terras firmes e altas, local de grande potencial agrícola (CORTES, João Paulo Soares de et al. Quais as perspectivas da agricultura familiar em um contexto de expansão do agronegócio? Zoneamento participativo com representantes comunitários do Planalto Santareno. Confins. *Revue franco-brésilienne de géographie/Revista franco-brasileira de geografia*, n. 45, 2020).

marcante da educação que nos foi dada, certamente, repercutiu positivamente para que, a exemplo deles, buscássemos nos estudos os meios necessários para construirmos nossos próprios caminhos e trajetórias. Como resultado temos na família uma Bióloga, um Contador, um Sacerdote Diocesano, um profissional de Educação Física (cursando) e eu, Pedagoga.

Em minha formação educacional iniciei os estudos em uma Escola Particular até o Fundamental I, por conta de minha mãe atuar como professora, mas o restante, até o Ensino Médio, estudei em Escola Pública, período que concluí sem reprovações, no ano de 1991. É importante enfatizar, que ao longo da minha formação na Educação Básica, o contexto social na cidade de Santarém não favorecia a continuidade aos estudos no Ensino Superior, visto que a própria estrutura de cidade interiorana era mais voltada para o comércio, cultivo e produção de produtos alimentícios, além da pesca, dada a vasta área de planalto e rios. A maioria dos jovens visava terminar os estudos e partir para o trabalho, com a intenção de ajudar a família. Havia uma instituição de Ensino Superior privada e o Campus da Universidade Federal do Pará – UFPA.

Na época em que concluí, não havia a menor possibilidade de ingressar em uma instituição particular, pois meus pais não tinham condições financeiras para custear meus estudos e manter a família, então optei por fazer o vestibular da UFPA, por ser uma instituição pública, gratuita e na nossa cidade, fator importante, pois deslocar-se para a capital do Estado também era impensável, devido a inviabilidade em manter todas as necessidades básicas, além dos materiais de estudo, em uma outra cidade com suas características e demandas específicas. Da minha turma do colégio, apenas eu e mais dois colegas entramos na faculdade.

Fui aprovada, neste ano de 1991, para o único curso ofertado naquele semestre, o curso de Licenciatura Plena em Pedagogia. A escolha feita deve-se também à inegável influência de minha mãe, cujo incentivo era acompanhado da esperança de que ao concluí-lo teria espaço de trabalho garantido.

O ingresso no curso de Pedagogia possibilitou-me as primeiras aproximações à existência de políticas públicas voltadas para a educação, pois pude vivenciar seus efeitos durante minha formação. Além de experimentar as primeiras ações de ampliação do Ensino Superior público, que iam para além das capitais federais, tive a oportunidade de ser bolsista por duas vezes. E embora, podendo

estudar em meu domicílio e junto à minha família os impactos do custeio dos estudos acadêmicos eram dispendiosos. Esta constatação contribuiu para que, mais tarde como servidora da universidade, pudesse compreender ainda mais os desafios pelos quais passam os estudantes quando se deslocam de suas regiões e cidades em busca do sonho de estudar em uma universidade.

A primeira oportunidade como bolsista aconteceu ao ser selecionada para o programa chamado Programa de Licenciatura (PROLICEN), promovido pela UFPA, através do Centro de Educação em conjunto com o Ministério de Educação no ano de 1994. Com este programa tive a oportunidade de atuar em equipe com outros colegas, na realização de palestras, em escolas públicas de nossa cidade, voltadas para professores da Educação Básica. Em seguida, passei na seleção para bolsista de Monitoria na disciplina Filosofia da Educação, no período de março de 1996 a janeiro de 1997, na qual experienciei a docência, auxiliando a professora Maria da Conceição Figueira Cardoso que, na época, era professora temporária desta disciplina. A aprovação para estas duas bolsas me proporcionou, além da experiência em gestão acadêmica e docência, oportunidades riquíssimas para minha construção profissional e a compreensão da importância do apoio financeiro proporcionado pelas bolsas que contribuíram para suprir, mesmo que temporariamente, algumas demandas pessoais anteriormente custeadas exclusivamente pelos meus pais. Essa referência é importante, pois reforça o quanto o apoio dos Auxílios Estudantis é uma política fundamental para manutenção dos estudantes que têm dificuldades de se manterem na universidade.

A oportunidade da bolsa de monitoria abriu as portas para o início de minha experiência profissional. Acontece que a professora Maria da Conceição, a quem eu auxiliava na monitoria de Filosofia da Educação, era Diretora Acadêmica de um Campus da Universidade Luterana do Brasil (ULBRA), uma Instituição de Ensino Superior privada, o Instituto Luterano de Educação Superior (ILES/ULBRA), hoje, Centro Universitário Luterano de Santarém (CEULS), que funcionava também com a Educação Básica em seu Colégio Ulbra Cristo Salvador. Diante de minha atuação na referida disciplina, fui convidada por ela para trabalhar como professora de Filosofia no Ensino Médio desta instituição. Com a conclusão da graduação em fevereiro de 1997, iniciei em março deste ano minha primeira experiência na docência. E logo em

seguida, em agosto, me vi desafiada a atuar no Ensino Superior após ser convidada pela mesma instituição.

Vivenciei neste período mudanças pessoais marcantes. Término da graduação, entrada no mercado de trabalho e meu casamento em 1998 com meu colega de faculdade, Luís Alípio Gomes, grande incentivador e parceiro, sem o qual não teria aguentado as pressões e desafios da profissão, como também, vivenciado a plenitude das descobertas da complementação do amor através da maternidade com o nascimento do nosso primeiro filho em 1999. Sendo também Pedagogo e pesquisador, compartilha comigo ao longo de mais de 20 anos de casamento, sua vasta experiência profissional, além das conquistas e mazelas da educação pública no contexto amazônico e brasileiro.

Buscando também a experiência profissional no setor público, no ano de 1999 fui aprovada em concurso público da esfera municipal para atuar no serviço técnico como Coordenadora Pedagógica no Ensino Fundamental I. Portanto, ao mesmo tempo em que estive atuando no setor privado, atuei no setor público.

O trabalho de Acompanhamento Pedagógico às crianças do município foi muito enriquecedor diante das peculiaridades relacionadas à diferença de faixa etária, à diversidade do público e às demandas específicas da educação nesta esfera social. Além de me oportunizar desde recém-formada, colocar em prática os conhecimentos da graduação, pude perceber os grandes desafios a serem superados para atender este público que têm nas políticas públicas um ponto de apoio em meio à expectativa de suprir as diferentes dificuldades e vencer antigos problemas educacionais como o abandono, a evasão e a reprovação.

Esta experiência profissional em paralelo a vivenciada no setor privado, seja no Ensino Médio seja no Ensino Superior, foram sedimentando em mim o olhar crítico tão fervorosamente trabalhado ao longo de minha formação pedagógica ainda na graduação. Constatar os desafios e contrastes dos diferentes níveis e classes sociais contribuiu para superar preconceitos e posições cristalizadas, pois quando em meio à vivência no setor privado se verificou o esforço e a superação de limites por parte dos estudantes para manter-se e concluir os estudos.

Ao longo de minha experiência como docente no ILES/ULBRA, tive oportunidade de participar de um projeto de extensão universitária – Ação Comunitária “ULBRA um gesto de amor” – que acontecia por meio de ações voltadas às famílias

carentes do entorno da instituição. Eram realizadas atividades pedagógicas com crianças e oficinas sobre atividades artesanais com os responsáveis visando alternativas para melhorar a renda das famílias. Este projeto de extensão acontecia aos sábados na Escola Municipal de Ensino Fundamental São José Operário. Neste período, fiz minha primeira pós-graduação *latu sensu*, também por intermédio desta instituição, em Psicopedagogia e Interdisciplinaridade Institucional no período de 2001 a 2002. A escolha por esta especialização se deu pela busca em aprofundar os conhecimentos tanto para a docência no Ensino Superior e Médio quanto para minha atividade de Coordenadora Pedagógica atuando em escola municipal. Permaneci nesta instituição até 2003, época da chegada da segunda filha.

Estava totalmente voltada às minhas atividades profissionais na escola municipal onde trabalhava, quando surgiu a oportunidade de me submeter em 2004 a uma seleção para atuar novamente no Ensino Superior privado na Faculdades Integradas do Tapajós (FIT), hoje, Universidade da Amazônia (UNAMA). Com a aprovação nesta instituição, além da docência tive a oportunidade de participar de algumas bancas de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), às quais foram muito relevantes para o amadurecimento e interesse pela pesquisa em diferentes áreas do conhecimento. Fiquei nesta instituição até 2008.

Durante este período que compreendeu os anos de 2006 até 2014 tive outra experiência no setor privado. A oportunidade em trabalhar em um dos mais prestigiados colégios em minha cidade, Colégio Dom Amando (CDA), inicialmente como professora no Ensino Médio. Foi um período em que vivenciei momentos intensos na profissão e na vida. Já com duas crianças, em 2007 nasceu o terceiro filho e em meio a plenitude da maternidade vivenciada pela presença dos meus três tesouros precisei conciliar o trabalho em três instituições diferentes que me ocupavam a manhã, tarde e noite.

Com o término de minhas atividades profissionais na FIT em 2008, fiquei me dedicando à Coordenação Pedagógica na escola municipal e às aulas no CDA até que em 2014, fui convidada a assumir neste educandário a Coordenação Pedagógica do Ensino Médio. Esta oportunidade foi valiosa, pois me fez vivenciar ao mesmo tempo a gestão educacional nas esferas pública e privada e nos dois níveis de ensino, fundamental e médio. Além disso, permitiu focar o olhar crítico nestas duas realidades, pública e privada.

No setor público, pude experienciar o esforço de famílias e estudantes em requerer uma educação de qualidade com estrutura e condições adequadas para suprir necessidades básicas e possibilitar a permanência e conclusão, na maioria dos casos sem poder contar com ações políticas suficientes diante de problemas sociais historicamente e culturalmente presentes. No colégio privado acompanhei adolescentes que em meio aos conflitos, anseios e dúvidas típicas desta fase buscavam preparar-se bem para o ingresso no Ensino Superior. Alguns mais, outros nem tanto, dedicavam-se nos estudos sem ter talvez muita consciência do esforço dos seus familiares para adquirir financiamento e mantê-los através de bolsas para proporcionar que estudassem em um espaço de excelência e de prestígio acadêmico. As vivências no cotidiano deste colégio reforçavam a ideia de que aqueles que estudam em escolas particulares buscam ter mais probabilidade de ingressar em universidades públicas em contraposição aos que estudam em escolas públicas, que acabam buscando oportunidades em universidades privadas.

Em 2014, minha cidade já era considerada uma cidade universitária, um “polo universitário no oeste do Pará”<sup>4</sup> contando com 16 instituições de ensino superior dentre elas a Universidade do Estado do Pará, Campus Tapajós (UEPA), o Instituto Federal do Pará (IFPA) e a Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), portanto, as possibilidades de acesso ao ensino superior estavam bem mais ampliadas.

A UFOPA, através da Lei nº 12.085/2009, foi criada pelo desmembramento do Campus da Universidade Federal do Pará (UFPA), Polo Rondon, e do Campus da Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), Polo Tapajós, ambos localizados na cidade de Santarém, oeste do Pará, por força de uma política educacional, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni)<sup>5</sup>. Com isto, o Campus da UFPA, onde estudei, ao desmembrar-se de sua instituição de origem tornou-se a primeira Universidade Federal da região oeste do Estado do Pará. E sua fundação oportunizou que mais jovens tivessem acesso a uma universidade pública sem precisar se deslocar para grandes centros já que a UFOPA, por sua posição geográfica, é estratégica para atender a população

---

<sup>4</sup>Disponível em: <http://g1.globo.com/pa/santarem-regiao/noticia/2014/02/com-16-instituicoes-santarem-e-polo-universitario-no-oeste-do-para.html> Acessado em: 06/10/2021.

<sup>5</sup>Disponível em: <http://reuni.mec.gov.br/o-que-e-o-reuni> Acessado em: 31/01/2022.

desta região do Estado, bem como, do país todo. Trouxe também, a oportunidade do ingresso no serviço público para profissionais de todo o Brasil e, principalmente, desta região.

Foi diante desta oportunidade, que em 2013 me submeti ao concurso público para Técnico Administrativo de Nível Superior em Educação no cargo de Pedagoga para UFOPA. A expectativa era grande, pois já havia tentado por duas vezes. Então no início do ano de 2014, saiu o tão sonhado resultado: Aprovada! E diante deste novo horizonte profissional, pedi exoneração do município e a demissão do colégio particular que estava trabalhando, pois a carga horária para o serviço público de 8h diárias não permitia conciliar os horários nestas instituições. Fiquei imensamente feliz com esta conquista, porque além de estar concursada em uma esfera federal me tornara uma servidora egressa enquanto estudante formada pela UFPA.

Cheia de apreensão, mas com muita disposição e expectativas, tomei posse para assumir minha profissão em um espaço que, embora conhecido, agora tinha outros contornos. O antigo Campus cederia lugar para uma universidade com três espaços de funcionamento em locais diferentes. Eu estava iniciando minha trajetória na instituição e, coincidentemente, fui alocada em uma Unidade Administrativa recém-criada: a Pró-Reitoria de Gestão Estudantil (PROGES).

Nesta Unidade Administrativa, o trabalho concentra-se no atendimento ao discente da universidade em demandas relacionadas à vivência estudantil universitária, para as quais, foi reunido uma equipe multidisciplinar de servidores, dentre estes, o profissional da Pedagogia. Na UFOPA, a PROGES é a Unidade Administrativa responsável por gerir as ações os programas de Assistência estudantil tendo por base Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Por este Decreto, no Art. 3º, estão indicadas ações de Assistência estudantil a serem desenvolvidas em 10 (dez) áreas, dentre elas, o apoio pedagógico.

Seguindo este preceito, uma das minhas primeiras atividades foi participar da coordenação do Programa de Seleção de Monitores de Aprendizagem (Edital 04 de 30/10/2014 – PROGES/UFOPA), que tinha como objetivo oferecer aulas de reforço, prioritariamente, aos estudantes atendidos pela Assistência Estudantil em disciplinas que estivessem em situação de reprovação. Esta medida visava atender um requisito para a permanência do auxílio conforme o Edital 001/2014 – PROGES/UFOPA -, item

8.1.2. No ano seguinte, o nome do programa foi modificado para Programa de Facilitação à Aprendizagem. Portanto, durante o período de 2014 a 2016, em função deste programa, pude vivenciar de perto um dos desafios pelos quais passam os estudantes do ponto de vista acadêmico, que é a reprovação. Mais do que isso, pude conviver com a diversidade de público que tem acesso à universidade, suas especificidades sociais, culturais e econômicas, tomando cada vez mais consciência de que a realidade do Ensino Superior público, diante do contexto atual, tinha semelhanças, mas também avanços, quando comparado ao que vivenciei na graduação.

Buscando consolidar minhas atividades no serviço Pedagógico participei também de outras ações atuando em Comissões, elaboração de Editais, reuniões de gestão com a equipe PROGES e colaboração com as atividades do Serviço Social e com outras Pró-Reitorias. Em 2016, infelizmente o programa foi suspenso, veio a greve das universidades públicas federais que perdurou um semestre e em 2017 as ações de caráter pedagógico limitaram-se ao apoio administrativo para analisar junto à equipe de assistentes sociais as condições de vulnerabilidade socioeconômica para que os estudantes recebessem os auxílios disponibilizados, de acordo com o PNAES.

A partir de 2018, iniciei um processo para firmar o Acompanhamento Pedagógico ao Estudante no âmbito da PROGES e assim atender, de um lado, o preceito normativo da política pública do PNAES de realizar o apoio pedagógico aos estudantes e, por outro lado, consolidar minha atuação profissional assumindo integralmente as ações que dizem respeito à atuação e formação do pedagogo adaptando-a à realidade universitária. A realização do apoio pedagógico passou a ser entendida como um serviço voltado para o estudante visando o processo ensino-aprendizagem e suas implicações bem como o monitoramento do desempenho resultante deste processo. Com este entendimento disponibilizamos o Serviço de Pedagogia no âmbito da PROGES, que ganhou contornos mais definidos a partir da oferta do Serviço de Acompanhamento Pedagógico Individualizado com a oportunidade de estar mais perto do estudante, ouvindo suas necessidades acadêmicas e orientando-os sob diversos aspectos, desde rotina de estudos, estratégias de aprendizagem, incentivo à permanência no curso, entre outras, através de uma verdadeira ação de Orientação Educacional universitária.

Com a publicização deste serviço, por meio dos recursos digitais da

UFOPA, os estudantes que já estavam usufruindo de serviços de psicologia e assistência social passaram a procurar o apoio pedagógico. A partir destes encontros com os estudantes, evidenciou-se alguns dos percalços que acompanham o cotidiano acadêmico e que influenciam diretamente seu processo formativo, impactando nos resultados ao longo do curso. No decorrer deste atendimento, os estudantes buscavam além de um direcionamento objetivo para melhorar sua prática estudantil, aproveitavam para desabafar suas limitações diante da metodologia, da didática – ou falta dela – por parte do professor e das relações nem sempre satisfatórias entre eles e os colegas de turma. Situações que somadas às questões econômicas, sociais, culturais, econômicas e políticas dificultavam ainda mais o resultado satisfatório destes estudantes nos estudos.

Em 2019, o desafio foi a institucionalização do Serviço Pedagógico, por meio da criação do Núcleo de Gestão Pedagógica (NUGEPE). Esta necessidade veio corroborar o entendimento de que políticas públicas precisam ser formuladas para efetivar o funcionamento e a garantia de que determinadas ações poderão ser implementadas e a um público específico.

Este intento foi finalmente alcançado no ano de 2020 e foi além. O documento que foi formulado para ser apenas uma Resolução para institucionalizar o Serviço de Apoio Pedagógico foi aprovado como política educacional da universidade – Resolução Nº 338, de 14 de dezembro de 2020<sup>6</sup> - consolidando-se como ação não apenas de uma Pró-Reitoria, mas para ser uma ação universal nesta instituição universitária. Contudo, por conta da pandemia do Covid-19, as aulas e os atendimentos agendados foram suspensos. Um novo e sombrio tempo instalou-se, desafiando a um novo aprendizado, novas ações e escolhas na busca por desenvolver alternativas para atender os estudantes.

Nos deparamos, enquanto profissionais, com esta realidade em termos que nos relacionar de forma remota para preservar a saúde e a vida e para não deixar de atender o público estudantil, razão do nosso fazer profissional. Durante este período, submeti-me à seleção do mestrado no Programa de Pós-Graduação em Sociedade,

---

<sup>6</sup>Aprova a Política de Acompanhamento Pedagógico e a regulamentação do Núcleo de Gestão Pedagógica, vinculado à Pró-Reitoria de Gestão Estudantil, e dos Núcleos de Acompanhamento e Apoio Pedagógico, vinculados às Unidades Acadêmicas da Universidade Federal do Oeste do Pará. Disponível em: <http://www.UFOPA.edu.br/media/file/site/proges/documentos/2020/081804a92f5baeb6a27faadf1f7f5255.pdf>

Ambiente e Qualidade de Vida (PPGSAQ), do Centro de Formação Interdisciplinar da UFOPA, na linha 1: Políticas Públicas, Diversidade Cultural e Desenvolvimento Amazônico. Com a aprovação neste programa de pós-graduação *stricto sensu*, desde então, busco desenvolver pesquisa focada no tema das políticas públicas de assistência estudantil relacionadas à qualidade de vida dos estudantes de graduação, beneficiados pelos auxílios e, ao mesmo tempo, contribuir na reflexão sobre a realidade da garantia da democratização do acesso, permanência e conclusão do curso no contexto da UFOPA.

Atuo há quase 7 (sete) anos como Pedagoga na UFOPA e, embora este tempo possa parecer pouco, tenho muito orgulho do trabalho que desenvolvo e que considero embrionário. Ao escrever este Memorial, ele me ajudou a voltar às memórias num retrospecto que começa lá no berço com uma família, cujos pais, mesmo sem tantos bens materiais, souberam cravar em nossas mentes e corações o valor à educação, ao respeito à valorização do outro e à fé. E depois, com minha própria família, meu pequeno e tão fundamental núcleo de apoio, busco consolidar estes mesmos princípios, aprendendo mais do que ensinando, junto aos frutos do amor que encontrei na universidade. Esta mesma universidade que tenho a felicidade de contribuir como servidora, tendo a oportunidade de acompanhar e orientar a construção e concretização dos sonhos, esperanças e realizações de tantos jovens, como o meu filho mais velho que é atualmente estudante desta instituição, e que nesta vasta área que compõe a porção oeste do Pará, promove, através da ciência, a formação de talentos e propagação do saber para esta região, para o Brasil e para o mundo.

## 2 INTRODUÇÃO

No mundo atual, frente às ocorrências sociais, econômicas e políticas, agravadas grandemente por conta da realidade imposta pela epidemia do Covid-19, cada vez mais se evidencia a necessidade de promover estudos, debates e reflexões sobre novas formas de aprendizagem, produção, gestão e aplicação do conhecimento. Diante dessa realidade, sobressai as contribuições da educação superior nas ações de compartilhar, produzir e propagar o conhecimento sem desvincular-se do compromisso e responsabilidade social em contribuir para a promoção de sociedades mais justas e igualitárias.

Atinente a este contexto, historicamente, a educação superior brasileira vivencia demandas e desafios resultantes de um processo de desenvolvimento sociopolítico e cultural desigual (VASCONCELOS, 2010; JESUS, 2016; DUTRA, 2017; IMPERATORI, 2017). Dentre esses desafios, destacam-se: o processo de inclusão social, atendimento e respeito à diversidade, promoção da igualdade, expansão e a democratização da oferta de vagas, garantia da permanência dos estudantes no processo de estudos, conclusão de seus cursos e gestão democrática das Instituições de Ensino Superior (IES) (DIAS SOBRINHO, 2010).

No que concerne ao processo recente de expansão do ensino superior nos anos 2000, a ampliação do acesso de estudantes de menor renda e de grupos discriminados revelou uma diversificação do público nos aspectos social, racial, étnico, regional, gerando fortes mudanças no perfil socioeconômico dos acadêmicos da Educação Superior brasileira presente nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). Contudo junto ao acesso, a permanência desses estudantes no âmbito universitário revelou-se como desafio tanto para os estudantes quanto para a própria instituição. Para os estudantes, existem diversas dificuldades para a plena integração à vida universitária e, conseqüentemente, para a permanência, constituindo-se como uma complexa multidimensionalidade, englobando além de fatores materiais, também fatores culturais, simbólicos e psicológicos (VARGAS; HERINGER, 2017). Já para as instituições, as maiores chances de serem bem-sucedidas as ações de permanência são as capazes de conciliar apoio material, apoio pedagógico e ampliação de oportunidades acadêmicas para os estudantes. Neste sentido, à universidade pública incumbe-se a responsabilidade de contribuir diretamente para o sucesso acadêmico dos estudantes, desenvolvendo recursos,

instrumentos e soluções como vias possíveis para que os estudantes concluam a graduação com sucesso, dentro do tempo previsto da integralização de cada curso (VARGAS; HERINGER, 2017).

Diante do desafio da permanência no âmbito universitário, historicamente, foram criadas ações de assistência estudantil para subsidiar a estadia dos estudantes que não dispunham de estrutura material para manter-se estudando, com bom desempenho acadêmico e com qualidade de vida. No que concerne à qualidade de vida na graduação, a assistência estudantil (AE) é concebida como:

Um conjunto de princípios e diretrizes que norteiam a implantação de ações para garantir o acesso, a permanência e a conclusão de cursos de graduação dos estudantes das Ifes, na perspectiva da inclusão social, formação ampliada, produção do conhecimento, melhoria do desempenho acadêmico e da qualidade de vida (FONAPRACE, 2012, p. 63).

Percebe-se pela definição acima, de um lado, que as ações de assistência estudantil estão vinculadas ao cumprimento de uma finalidade: melhoria do desempenho e da qualidade de vida dos acadêmicos e, de outro, que o incentivo à efetivação de ações que garantam a permanência e a conclusão dos cursos. Estes dois conteúdos precisam ser bem compreendidos.

O conceito de Qualidade de vida (QV) está muitas vezes ligado à percepção do senso comum que o associa ao crescimento do Produto Interno Brasileiro (PIB) e ao consumo de bens a qualquer custo (HERCULANO, 2000). Historicamente, estudos e reflexões vêm buscando conceituar este termo, desde os gregos, passando pela Idade Média e pós 2ª guerra mundial (FIEDLER, 2008; OLIVEIRA, 2006). Ante a complexidade de conceituar a expressão QV, os estudos voltaram-se a elaboração de instrumentos para avaliar a QV (ARAGÃO, 2021; WHOQOL-BREF, 1996). A partir dos anos 2000 até os dias atuais, estudar sobre QV envolve a percepção de superar a noção de que os aspectos social e econômico são os que promovem a “boa vida”, que QV é uma área ampla, diversa, multidisciplinar e que conceituá-la é uma ação complexa, embora registrem-se algumas iniciativas (ARAGÃO, 2021; WHOQOL-BREF, 1996; CATUNDA, 2008; OMS, 2008; ALMEIDA, 2012).

Com relação à Qualidade de Vida Acadêmica (QVA), verificam-se os primeiros estudos sobre a importância da QV de estudantes universitários nos contextos internacional e nacional ainda no século passado, nas décadas de 1970 e

1980 (CATUNDA, 2008; CIESLAK, 2012). São pesquisas em número limitado nas quais se registram: a análise sobre o ingresso e suas consequências, a busca por um conceito que especifique a Qualidade de Vida dos Estudantes, a diversidade cultural frente ao novo ambiente e suas consequências, os efeitos da QV na performance dos estudantes e a ação institucional para promover ou não a QV para os estudantes (ANVERSA, 2018; SANTOS, 2017; CATUNDA, 2008; OLIVEIRA, 2006; COSTA, 2016; PARO; BITTENCOURT, 2013).

Verifica-se, portanto, que diante das limitações das pesquisas envolvendo QVA, a inexistência de uma temática que explore a relação das políticas públicas e seus efeitos para os estudantes das IFES precisa ser investigada de forma mais aprofundada.

Sobre as ações visando efetivar desempenho acadêmico e qualidade de vida nas IFES, ao longo da história foram desenvolvidas políticas públicas de educação que buscaram garantir direitos evocados às custas de muitos debates, lutas e reivindicações de parte da sociedade. Frente a esta realidade, a elaboração de políticas públicas voltadas para esse nível de ensino tem se constituído como pauta principal da agenda da educação superior nas últimas décadas sob a forma de programas/ações para atender às necessidades dos estudantes por parte do Estado brasileiro, enquanto atos voltados para atender certas especificidades da sociedade.

Assim, resultam desse processo políticas como o Reuni (Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais), instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24/4/2007 e a Lei nº 12.711 de 29/8/2012, popularmente chamada de Lei de Cotas. Trata-se de políticas que visam promover tanto a melhoria de vida para os cidadãos em vários aspectos, dentre os quais o direito à Educação, quanto para definir qualidade de vida no contexto acadêmico. Neste aspecto, em particular, relaciona-se o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) como base para fomentar essa qualidade, uma vez que sobre o PNAES verifica-se lacunas a preencher, principalmente, quanto à implementação de suas finalidades e áreas, de forma a atender, subsidiariamente, a complexidade das necessidades humanas (FONAPRACE, 2012).

O Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), institucionalizado em 19 de julho de 2010 como Decreto 7234/2010, foi criado no contexto das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) como medida política para atender às

necessidades dos estudantes, através de assistência estudantil efetivada por meio de auxílios orçamentários, sendo atualmente a principal Política de Assistência Estudantil que vem sendo implementada pelo Ministério da Educação (MEC).

A respeito da expressão “Política de Assistência Estudantil”, refere-se ao fato de estar estruturada com a proposta de responder às demandas dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, que estão tendo sua participação ampliada no ensino superior público brasileiro, na perspectiva de inclusão social, produção de conhecimento, melhoria do desempenho acadêmico e qualidade de vida. Caracteriza-se como uma ação assistencial, pois busca atender às necessidades sociais básicas da população no campo das Políticas Públicas de Educação Superior. Recebe o nome de “política” por estar estruturada com base em um conjunto de princípios e diretrizes que norteiam a implementação de ações no campo das Instituições de Ensino Superior (IES) (FONAPRACE, 2011). Visa fornecer subsídios para a permanência dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica nos cursos de graduação presencial, buscando contribuir para um melhor desempenho acadêmico, evitando a repetência e, especialmente, a evasão universitária (ASSIS *et al.*, 2013).

Assim, questiona-se enquanto problemática norteadora deste estudo: *como a política de assistência estudantil, custeada com recursos orçamentários do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) do Ministério da Educação (MEC), tem influenciado para a melhoria da qualidade de vida acadêmica (QVA) de estudantes beneficiários de auxílios permanência no contexto de uma universidade federal no interior da Amazônia?* Decorrentes desta pergunta, busca-se saber: Qual o perfil dos beneficiários do auxílio permanência do período de 2017 a 2020? Qual a percepção de estudantes beneficiados pelos auxílios permanência sobre sua qualidade de vida acadêmica no âmbito da UFOPA? Quais os desafios e/ou os avanços em decorrência da implementação do programa PNAES na UFOPA para a melhoria da qualidade de vida dos estudantes?

Para tal, busca-se como objetivo geral da pesquisa: *analisar a influência da política de assistência estudantil (PNAES) para a melhoria da qualidade de vida acadêmica (QVA) dos estudantes beneficiários de auxílios permanência no contexto de uma universidade federal no interior da Amazônia.* Enquanto objetivos específicos: i) traçar o perfil dos beneficiários do auxílio permanência do período de 2017 a 2020;

ii) analisar a percepção de estudantes beneficiados pelos auxílios permanência sobre sua qualidade de vida acadêmica; iii) identificar os desafios e/ou os avanços na implementação do programa PNAES na UFOPA para a melhoria da qualidade de vida acadêmica dos estudantes.

Esta investigação tem o PNAES como foco para entender a qualidade de vida acadêmica dos estudantes, por conta de que,

Raros são os estudos de avaliação das políticas de assistência estudantil. Não têm sido produzidos dados sistematizados, acompanhados de reflexões robustas acerca das políticas de Assistência Estudantil e sua contribuição para a manutenção do vínculo do discente com o sistema, para o sucesso e o desempenho acadêmico, nem no âmbito do Ministério da Educação, nem, eventualmente, por parte das próprias instituições federais através de seus pesquisadores (FONAPRACE, 2018, p. 3).

Historicamente, a política do PNAES resulta de um processo que acompanha a própria história da Educação Superior no Brasil, que pode ser dividida em fases (COSTA, 2010; KOWALSK, 2012). Na história brasileira, as ações do Estado por meio de políticas educacionais sofreram influências políticas, sociais e econômicas desde sua origem, passando pelos processos de desenvolvimento e consolidação (VASCONCELOS, 2010).

A compreensão da trajetória da assistência estudantil no Brasil contribui no entendimento de que esse processo de implementação fortemente influenciado pela realidade sociopolítica e econômica do país, desenvolveu-se num cenário social, político e econômico brasileiro constituído de diversas facetas e múltiplas concepções sobre assistência estudantil, tornando inviável um consenso sobre sua definição (JESUS, 2016; DUTRA, 2017; IMPERATORI, 2017). Além disso, no que concerne especificamente à educação superior na história brasileira, as ações do Estado por meio de políticas educacionais sofreram influências políticas, sociais e econômicas desde sua origem, passando pelos processos de desenvolvimento e consolidação (VASCONCELOS, 2010).

Tratar sobre políticas públicas exige uma breve incursão histórica para se entender que o processo da garantia de direitos consensualizados socialmente trilhou um longo caminho que remonta às primeiras sociedades (REALE; ANTISERI, 1990; CUNHA, 1992; HÖFLING, 2001). Assim, as políticas públicas configuram-se como o “Estado em ação” (GOBERT; MULLER, 1987 *apud* HÖFLING, 2001, p. 31) ou “[...]”

todo conjunto sistemático de ações e procedimentos inter-relacionados, publicamente adotado por autoridade governamental com o propósito de lidar rotineiramente com algum tema específico” (REIS, 2010, p. 1). Além disso, tais ações precisavam ser especificadas, levando em conta a diversidade de situações que são vivenciadas em sociedade, como: saúde, cultura e educação envolvendo, inclusive, a qualidade de vida nos diferentes contextos.

A implementação da política do PNAES, no contexto acadêmico, é algo desafiador, sobretudo, em uma região como o interior da Amazônia, considerando a diversidade humana e social que constitui a região Oeste do Pará, cujo território, sua grandeza, contrastes e pluralidades suscitam vários debates.

Com este enfoque, destaca-se que este estudo está inserido na linha de pesquisa Políticas Públicas, Diversidade Cultural e Desenvolvimento Amazônico a qual relaciona-se ao plano de ação global nomeado de Agenda 2030. Este plano reúne 17 objetivos de desenvolvimento sustentável e 169 metas, construídos para erradicar a pobreza e promover vida digna a todos, respeitando as condições apresentadas pelo nosso planeta e sem comprometer a qualidade de vida das próximas gerações. A partir de um acordo firmado em 2015 pelos 193 Estados-membros da Organização Das Nações Unidas (ONU), incluindo o Brasil, este plano nasceu com o compromisso de seguir as medidas recomendadas no documento “Transformando o Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”<sup>7</sup> para os próximos 15 anos, 2016-2030. Os objetivos e metas são integrados e abrangem as três dimensões do desenvolvimento sustentável – social, ambiental e econômica. Dentre seus objetivos, destacamos os Objetivos 1 e 4. O Objetivo 1 trata da Erradicação da Pobreza, no qual, particularmente, a meta 1.4 refere-se à garantia de que homens e mulheres em situação de pobreza e vulnerabilidade, tenham acesso a serviços sociais até 2030 e o Objetivo 4 visa Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos que estão diretamente relacionado a este estudo, destacando-se dentre suas 7 metas a de número 4.3: “Até 2030, assegurar a igualdade de acesso para todos os homens e mulheres à educação

---

<sup>7</sup> Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91863-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustentavel>

técnica, profissional e superior de qualidade, a preços acessíveis, incluindo universidade” (MUNDO, 2016).

Neste sentido, esta pesquisa de natureza qualitativa será desenvolvida na Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), a primeira Instituição Federal de Ensino Superior (IFES) com sede no interior da Amazônia brasileira, região Oeste do Pará. Nesta instituição, a presente pesquisa tem sua delimitação institucional na Pró-Reitoria de Gestão Estudantil (PROGES), unidade administrativa que coordena a política de assistência estudantil na UFOPA, em articulação com outros órgãos executivos da administração superior e da administração intermediária (POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UFOPA, 2017).

Neste contexto, esta dissertação realizou um estudo de caso na UFOPA, tendo como abrangência os estudantes beneficiários dos auxílios do PNAES, que ingressaram na instituição pelo Processo Seletivo Regular (PSR), no período de 2017 a 2020. Este período permite estudar a contribuição desses auxílios em sua jornada estudantil desses estudantes desde a entrada na universidade em 2017.

Esta pesquisa torna-se relevante, na medida em que busca:

Atentar às dimensões que permeiam a singularidade e multidimensionalidade do cotidiano acadêmico faz-se necessário nos tempos atuais, sendo pertinente o estudo a respeito da qualidade de vida de estudantes do ensino superior (CARBONE ANVERSA, 2018, p. 627).

Ademais, “[...]a melhoria da qualidade de vida passou a ser um dos resultados esperados das práticas assistenciais” (CARBONE ANVERSA, 2018, p. 627), uma vez que “[...]possibilitam o conhecimento de possíveis problemas por parte de gestores e estimulam a adoção de políticas públicas voltadas para a melhoria da qualidade de vida desse grupo, em especial” (DE PAULA LANGAME, 2016, p. 314).

Portanto, em relação à qualidade de vida dos estudantes no ambiente acadêmico, o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) oportuniza uma discussão interdisciplinar a partir de outras áreas de pesquisa visto que, a “[...] compreensão sobre qualidade de vida lida com inúmeros campos do conhecimento humano, biológico, social, político, econômico, médico, entre outros, numa constante inter-relação” (ALMEIDA, 2012, p. 15).

Estudar uma política deve ser visto como um processo em evolução, dentro de um contexto, o que exige uma atualização de ideias e concepções (PRESSMAN, J.; WILDVSKY, A., 1984 *apud* NAJBERG; BARBOSA, 2006), o que contribui para

geração de conhecimentos a partir da compreensão da política estudada, sobretudo, no contexto próprio em que ela está sendo desenvolvida (AGUILAR, 2013; GOMES, 2015). Desta forma, compreende-se a necessidade desse estudo no tocante à política de assistência estudantil, em especial no contexto amazônico, em meio à sua diversidade social, cultural, econômica e política.

Assim, este estudo está dividido em seis seções, desdobrando-se em subseções, que apresentam as análises da temática objeto de estudo.

Na seção 1, buscou-se aproximar a pesquisadora ao objeto de estudo contextualizando sua relação e compromisso com a dissertação ora apresentada.

Na introdução, neste texto considerada segunda seção, apresenta-se a temática, a problemática, as questões norteadoras da pesquisa, seus objetivos, além de contextualizar a assistência estudantil e a qualidade de vida na educação superior pública no Brasil, e sua relação com a política pública do PNAES.

A terceira seção - Política, Política Pública e Assistência Estudantil na Educação Superior - descreve o marco teórico conceitual do estudo, abordando sobre a política e as políticas públicas, seus aspectos conceituais e as perspectivas históricas; os documentos normativos legais das políticas públicas educacionais na educação superior a nível internacional e nacional; as fases históricas da assistência estudantil no Brasil; abordagens sobre qualidade de vida e um levantamento da literatura relacionado a assistência estudantil, qualidade de vida e sustentabilidade.

A quarta seção - Metodologia do Estudo - destaca o *lócus* da pesquisa e sua delimitação, as estratégias investigativas por meio das pesquisas bibliográfica, documental e empírica, os participantes e instrumento investigativo, bem como a técnica de análise e interpretação de dados, com destaque para a triangulação.

A quinta seção - O Programa Nacional de Assistência Estudantil na qualidade de vida à luz da realidade pesquisada – discute os resultados do estudo a partir da triangulação de dados, apresentando o perfil dos beneficiários, suas percepções em relação ao PNAES e a qualidade de vida acadêmica dialogando com os documentos e os referenciais teóricos.

Na sexta seção, apresentam-se as considerações finais.

### 3 POLÍTICA, POLÍTICA PÚBLICA E ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Esta seção tem como objetivo discorrer a respeito de política, política pública e a assistência estudantil na educação superior brasileira, destacando aspectos conceituais e perspectiva histórica, Política Nacional de Assistência Estudantil e a qualidade de vida na universidade. Apresenta-se também, um estudo bibliométrico com as temáticas, assistência estudantil, qualidade de vida e sustentabilidade na educação superior.

#### 3.1 Política: considerações iniciais

O termo política tem diversos conceitos, significados, aspectos e associações, que dependem das intenções utilizadas para tal definição. O termo política é derivado ou originado do adjetivo *pólis* (*politikós*), aludindo à cidade-estado grega. Refere-se, portanto, ao significado de urbano, civil, público e, por assim dizer, ao que é sociável e social. O conhecimento sobre este termo expandiu-se muito, influenciado por um importante obra de Aristóteles, considerada “como o primeiro tratado sobre a natureza, funções e divisão do Estado, e sobre as várias formas de Governo, com a significação mais comum de arte ou ciência do Governo”, que se nomeava Política (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1998, p. 954).

Na modernidade, variadas palavras passaram a designar o termo política: “ciência do Estado”, “doutrina do Estado”, “ciência política” e “filosofia política” passando a expressar “[...]a atividade ou conjunto de atividades que, de alguma maneira, têm como termo de referência a *pólis*, ou seja, o Estado” (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1998, p. 954).

Nesta realidade, de um lado o Estado passou a ser encarado como sujeito, com poderes para ordenar ou proibir determinado ato ou coisa, exercitar a soberania a um determinado território, legislar por meio de normas vinculadoras a todos e até mesmo recolher e repassar recursos de um setor para outro, atingindo todos os componentes de uma sociedade (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1998). Por outro lado, o Estado enquanto *pólis*, referindo-se à esfera da política, é entendido como objeto e o termo passou a ser considerado como ações, ou seja, “[...]como a

conquista, a manutenção, a defesa, a ampliação, o robustecimento, a derrubada, a destruição do poder estatal, etc [...]”; desta forma, “[...] o conceito de Política, entendida como forma de atividade ou de práxis humana, está estreitamente ligado ao de poder” (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1998, p. 955).

A palavra “política”, no sentido de fenômenos das ações do Estado, pode designar “desde a luta de poder entre partidos políticos até um programa de ação do governo” (CAVALCANTI, 2012, p. 20-21)

Destaca-se também a ideia de Schmitter para quem a “[...] política é a resolução pacífica para os conflitos” (SCHMITTER, 1965, p. 34). Entretanto, Rua (2014) afirma que este conceito é extremamente amplo. Para esta autora, é possível delimitar um pouco mais e estabelecer que política consiste no conjunto de procedimentos formais e informais que expressam relações de poder e que se destinam à resolução pacífica dos conflitos quanto a bens públicos.

Para melhor compreensão, pode-se exemplificar utilizando o significado da palavra política na língua portuguesa, que “pode ser tratada como sinônimo do termo Lei” (CAVALCANTI, 2012, p. 21).

Contudo, encontra-se no significado do termo em língua estrangeira esclarecimentos importantes sobre o termo “Política”. Segundo Rua (2014), na língua inglesa o termo *politics*, faz referência às atividades políticas ligadas a procedimentos diversos e expressa relações de poder no sentido de influenciar o comportamento das pessoas, destinando-se a alcançar ou produzir uma solução pacífica de conflitos relacionados a decisões públicas. Já o termo *policy*, refere-se à formulação de propostas, tomada de decisões e sua implementação por organizações públicas, focando em temas que afetam a coletividade, mobilizando interesses e conflitos. *Policy*, portanto, significa a atividade do governo de desenvolver políticas públicas, a partir do processo da política. Diante desses significados, a autora sustenta que as políticas públicas (*policy*) são uma das resultantes da atividade política (*politics*): compreendem o conjunto das decisões e ações relativas à alocação imperativa de valores envolvendo bens públicos (RUA, 2014).

Diante do exposto, há uma diversidade de conceitos sobre Política e dependendo da ligação com seus fenômenos, ações e/ou intenções, a definição do conceito pode variar seu significado (CAVALCANTI, 2012). Neste sentido, para esta pesquisa adota-se política como sendo a ação do Estado manifesta em programas,

projetos e leis tornados públicos, considerando a participação dos sujeitos no delineamento dessas ações.

### **3.2 Políticas públicas: aspectos conceituais e perspectiva histórica**

Para dar início à conceituação do termo Política Pública, faz-se necessário definir o que é sociedade. Segundo Rua (2014, p. 12), a sociedade “[...] é um conjunto de indivíduos, dotados de interesses e recursos de poder diferenciados, que interagem continuamente a fim de satisfazer às suas necessidades”. O autor analisa que os membros de uma sociedade possuem características diferenciadas como: idade, sexo, religião, estado civil, escolaridade, renda, setor de atuação profissional, e outras. Possuem também ideias, valores, interesses e aspirações diferentes, bem como desempenham papéis diferenciados ao longo da sua existência. Essa diferenciação trará contribuições múltiplas e específicas à vida coletiva: habilidades, talentos, oferta de serviços, demandas e outros. Por esses motivos, a principal característica da sociedade é a diferenciação social.

Infere-se a partir das considerações iniciais que, havendo diferenciação entre os membros de uma sociedade, são também diversificados os interesses que, por sua vez, são o resultado da satisfação a certas necessidades. Rua (2014) afirma que as necessidades são de dois tipos: materiais e ideais. Necessidades materiais são as que se referem à nossa sobrevivência física, alimentar e domiciliar, mas também se relacionam aos nossos desejos de posse e ostentação, sejam de ter propriedade de terras, bens móveis e imóveis, além de joias, dinheiro e outras. Já as necessidades ideais dizem respeito ao nosso desenvolvimento intelectual, cultural e religioso (RUA, 2014).

A convivência dos indivíduos em sociedade suscitou, ao longo da história, a formulação de estudos e teorias que objetivavam analisar, explicar e até justificar um determinado modelo ou organização social. Buscava-se encontrar amparo e fundamento nas formulações teóricas para um determinado tipo de sociedade. Teorias relacionadas sobre o que é a sociedade e como viver no ambiente social desafiaram o pensamento humano.

Diante das inúmeras necessidades que podem existir entre os membros de uma sociedade, são potencialmente diversas as possibilidades de cooperação, competição e conflitos. É no cerne desta realidade que, historicamente, as sociedades

foram criando estratégias de convivência e organização, chegando à elaboração de políticas públicas.

Na antiga Grécia, com a constituição da *pólis*, ou seja, da Cidade-Estado, os gregos se sentiram verdadeiramente cidadãos. E como tal, percebiam os fins, o bem e a grandeza do Estado como se fossem seus próprios atributos (REALE; ANTISERI, 1990). Importante frisar que essa concepção de cidadania não se compara com o que se vive nos tempos atuais, pois, na *pólis* grega uns se sentiam mais cidadãos que outros. Tais explicações sobre o ser humano, o pensamento, a política, os fenômenos naturais, a ciência e a própria sociedade partiam sempre de um modelo ou plano ideal pelos pensadores.

Thomas Hobbes (1588-1679) afirmava que antes de viver social e comunitariamente os indivíduos encontravam-se no estado de natureza e suas ações eram pautadas pelo uso da força e ambições. Nessa condição, cada ser humano era considerado inimigo, pois sua existência era constantemente ameaçada pela guerra de todos contra todos. Para tentar colocar freios nessa condição de barbárie, os indivíduos de forma consciente decidem celebrar um pacto entre si e renunciar seus direitos naturais. Ao proceder assim, aceitam se submeter a um poder ilimitado, de um indivíduo ou uma entidade. Esta seria a justificativa do surgimento da República ou do Estado, que nada mais era do que uma entidade com poderes absolutos, soberanos e perpétuos sobre os seus súditos (CUNHA, 1992).

Nas teorias políticas liberais, a principal atribuição do Estado seria garantir os direitos individuais, evitando qualquer tipo de interferência. John Locke (1632-1704) concebia a propriedade privada como direito natural.

Na teoria marxista era feita uma outra análise. A imagem do Estado como ser que pairava sobre a sociedade, e atuava como juiz imparcial a fim de regular os diferentes interesses da sociedade, foi desnudada pelo filósofo alemão Karl Marx (1818-1883). Marx falava de um contexto marcado pelo desenvolvimento do capitalismo industrial do século XIX e suas ideias se confrontam com a de Thomas Hobbes (CUNHA, 1992). Em sua visão, o Estado não é um poder que se impôs de forma externa para dentro da sociedade, mas pelo contrário, é um produto gerado no seio social, marcado por interesses opostos de classes. Para que não existisse uma luta desenfreada, houve a necessidade de estabelecer um poder que estivesse acima da sociedade, ou seja, o Estado. Portanto, tal entidade surgiu da necessidade de

conter o antagonismo das classes, mas que por regra está a serviço de uma classe economicamente dominante. O aparato estatal adquire desta forma meios e condições para reprimir e explorar a classe oprimida (MARX; ENGELS, 1984).

Essa visão foi importante por trazer uma nova forma de compreensão da história da humanidade, não mais pela forma ideal, mas baseada no concreto da história material. E é, justamente, neste contexto de conflitos de interesses de classe que surgem as políticas públicas (HÖFLING, 2001).

Além deste aspecto histórico, compreender políticas públicas enquanto área de conhecimento contribui para melhor entender seus desdobramentos, sua trajetória e perspectivas. O estudo sistematizado sobre as políticas públicas nasceu nos Estados Unidos da América (EUA) como área de conhecimento e disciplina acadêmica, dando ênfase nos estudos sobre a ação dos governos. Já na Europa, tradicionalmente, estudos e pesquisas nesta área, alinhavam-se na análise do Estado e suas instituições, mais do que nos governos (SOUZA, 2006).

A trajetória desta disciplina, que nasceu como subárea da Ciência Política, seguiu três caminhos:

[...] O primeiro, seguindo a tradição de Madison, cético da natureza humana, focalizava o estudo das instituições, consideradas fundamentais para limitar a tirania e as paixões inerentes à natureza humana. O segundo caminho seguiu a tradição de Paine e Tocqueville, que viam, nas organizações locais, a virtude cívica para promover o “bom” governo. O terceiro caminho foi o das políticas públicas como um ramo da ciência política para entender como e por que os governos optam por determinadas ações (SOUZA, 2006, p. 22).

Este ordenamento em caminhos, é o resultado do pressuposto analítico que orientou os estudos sobre políticas públicas, segundo o qual “em democracias estáveis, aquilo que o governo faz ou deixa de fazer é passível de ser formulado (a) cientificamente e (b) analisado por pesquisadores independentes” (SOUZA, 2006, p. 22).

A busca pela definição sobre o que são políticas públicas levou à várias formulações e críticas sobre elas (SOUZA, 2006). Em comum no estudo sobre este tema está a visão holística sobre a importância de todos os fatores, sejam humanos ou institucionais. Sobressai, também, o aspecto multidisciplinar deste campo de estudo envolvendo a sociologia, ciência política e economia na elaboração de teorias para sintetizar uma teoria geral da política pública.

Entende-se, também, por Políticas públicas o “Estado em ação” (HÖFLING, 2001, p. 31), ou seja, o desenvolvimento de programas e ações voltados para setores específicos da sociedade. Ou ainda pode ser “[...] todo conjunto sistemático de ações e procedimentos inter-relacionados, publicamente adotado por autoridade governamental com o propósito de lidar rotineiramente com algum tema específico” (REIS, 2010, p. 1). Assim, as políticas públicas têm diferentes desdobramentos dependendo do público a quem se destinam, podendo ser vinculadas à área de saúde, moradia, previdência social, assistência, educação, dentre outros setores.

Diante da dinâmica de cada setor aparecem diversos problemas que demandam por uma solução, advinda da formulação das políticas públicas. As políticas públicas representam as formas de agir do Estado, por meio de programas que objetivam dar materialidade aos direitos constitucionais presentes nos direitos sociais, como os definidos no 6º artigo da Constituição Federal do Brasil de 1988: educação, saúde, trabalho, moradia, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e a infância e assistência aos desamparados. Como as políticas públicas são formas de atuação do Estado para garantir os direitos sociais, elas também são identificadas como políticas sociais (MOLINA, 2013).

Nessa perspectiva, Boneti (2012, p. 27) afirma que a política pública, é “[...] a ação que nasce do contexto social, mas que passa pela esfera estatal como uma decisão de intervenção pública numa realidade social, quer seja para fazer investimentos ou uma mera regulamentação administrativa”. Desta forma, a política pública resulta do jogo de forças e relações de poder entre grupos econômicos e políticos, classes sociais e organizações da sociedade civil, que estabelecem atribuições ao Estado para o direcionamento e/ou redirecionamento de ações de intervenção pública em um contexto social da coletividade (BONETI, 2012).

A política pública é, frequentemente, compreendida “[...] como uma ação ou conjunto de ações por meio das quais o Estado interfere na realidade, geralmente com o objetivo de atacar algum problema” (SERAFIM; DIAS, 2012, p. 124). Neste sentido, para Höfling (2001, p. 31) as políticas sociais referem-se a ações específicas “[...] que determinam o padrão de proteção social implementado pelo Estado, voltadas, em princípio, para a redistribuição dos benefícios sociais”. Baseando-se na definição mais usada no âmbito acadêmico, citando Jobert e Muller (1987), esta autora afirma que política pública é o “Estado em ação”, significando dizer que tais políticas são

responsabilidade do Estado, a partir de uma tomada de decisões, envolvendo órgãos públicos, organismos e atores da sociedade, relacionados à política a ser implementada (HÖFLING, 2001). Por conta disso, o Estado desenvolve programas, projetos e ações para os diferentes setores da sociedade mediante um projeto de governo.

Contudo, ao considerar a definição clássica de política pública, ocorre o fato de que mesmo o estado não agindo diante de uma determinada demanda, a não-ação dos governos pode ser considerada como uma política (GOMES, 2015). Sobre isso, as abordagens clássicas de Bachrach e Baratz (1962) e Hecló (1972) analisam o processo de “não-ação”, “não decisão” ou “não tomada de decisões”, ou seja, a decisão de não agir como política pública (DYE, 1976; 1984).

Reforçando estas análises, pode-se afirmar que,

[...] quando um estado de coisas persiste, resistindo às provocações ao debate público, configura-se o que Bachrach e Baratz (apud DAGNINO, 2002) conceituam como “não decisão”. Sendo assim, esse processo de “não decisão” não significa ausência de decisão sobre um item específico incluído na agenda política, mas, sim, resultado de um travamento do processo decisório, que pode estar presente no fluxo do sistema político, ocasionado por variados motivos. Portanto, específicos temas contrários a valores da sociedade ou que ameaçam fortes interesses, acabam enfrentando barreiras e dificuldades diversas (com grau de intensidade variado) para transformação do “estado de coisas” em um problema político e possível de inclusão na agenda do governo (RUA, 2014, p. 68).

Estas considerações ajudam a compreender que mesmo não agindo diante de uma determinada demanda, a não-ação dos governos pode ser considerada como uma política. E qualquer organização pode adotar uma “política” para atuar sobre determinado assunto. A tipificação de pública refere-se às políticas adotadas por governos, sejam eles locais, regionais ou nacionais e que dizem respeito a uma coletividade. Portanto, ao afirmar-se que as políticas públicas estão direcionadas para uma coletividade de pessoas que demandam serviços em algum setor, depreende-se o seu caráter social, por isso a denominação de políticas públicas de corte social, políticas públicas sociais ou simplesmente, política social (GOMES, 2015).

Desta forma, considerando seu desdobramento, uma vez formuladas, as políticas públicas dividem-se em planos, programas, projetos, bases de dados ou sistemas de informação e pesquisas que, quando colocadas em prática, sua

implementação será submetida a uma série de acompanhamentos e avaliações (SOUZA, 2006).

Considera-se, portanto, ser um aspecto importante a análise, no âmbito das políticas públicas, do processo de implementação dessas políticas (RUS PEREZ, 2010). Para Gomes (2015, p. 67), isto se dá devido a “[...] estudos sobre o processo de implementação tornaram-se parte considerável na literatura sobre as Políticas Públicas como forma de procurar entender o êxito ou o fracasso das mesmas”. Aguilar (2013, p. 168) enfatiza que “Estudar políticas públicas educacionais também significa dispor de conhecimento, gerar e disseminar conhecimento sobre a própria política, as suas lógicas, os seus ciclos. [...]”. Com isto, depreende-se que “A implementação se torna estratégica para compreender uma política pública educacional no contexto local” (GOMES, 2015, p. 70).

Diante do exposto, este estudo orienta-se pelo entendimento de políticas públicas como o Estado em ação (HÖFLING, 2001), que se materializa, dentre outras, em políticas de assistência estudantil para viabilizar ações sociais no nível superior através da administração pública.

### **3.3 Assistência estudantil na educação superior brasileira**

Esta subseção está dividida em quatro tópicos. Busca-se apresentar os aspectos normativos legais acerca da Educação Superior e da Assistência Estudantil no Brasil, dando ênfase para a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) desde seu processo histórico de construção e legitimação no cenário brasileiro. Também se aborda a qualidade de vida no âmbito acadêmico e anuncia-se um estudo bibliométrico sobre as temáticas assistência estudantil, qualidade de vida e sustentabilidade na universidade.

#### **3.3.1 Marcos legais vigentes na esfera internacional e nacional**

Para abordar sobre a educação superior e a assistência estudantil no contexto nacional e toda a sua trajetória para se consolidar como ação resultante de política pública, necessário se faz compreender sobre o direito à educação. Na história recente da educação superior no Brasil, estudos envolvendo a assistência estudantil ganham cada vez mais destaque ao motivar análises sobre o quanto a expansão da oferta de vagas, a inclusão de jovens socialmente e historicamente desassistidos por razões socioeconômicas, a necessidade de assegurar meios de

permanência com as condições adequadas para efetivar com qualidade seus estudos e a questão da qualidade social da educação superior, vêm chamando a atenção, sobretudo, pela sua importância no desenvolvimento do país dada a possibilidade de promover significativas transformações sociais (DIAS SOBRINHO, 2010).

As políticas públicas educacionais, neste contexto, visam responder às demandas sociais impostas pela realidade apresentada.

No que se refere ao direito à educação no percurso formativo para o acesso à educação superior, no contexto brasileiro alguns estudos destacam a problemática do estudante universitário de origem popular (ZAGO, 2006), bem como à permanência na jornada acadêmica até a conclusão dos cursos. São realidades que demandam o entendimento sobre o usufruto de direitos fundamentais, como a educação, e partem, necessariamente, das normatizações corporificadas em legislações, enquanto direitos conquistados historicamente por ação de marcos legais e sociais. A reivindicação por tais direitos tem origem mundial, irradiando-se, internacionalmente, influenciando socialmente e politicamente as próprias normatizações do contexto nacional.

Os principais marcos legais deste estudo que fornecem embasamento para a Assistência Estudantil são: Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), Constituição Federal de 1988, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) de 1996, Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) de 2007, Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) de 2010, Lei de Cotas de 2012, Plano Nacional de Educação (PNE) do decênio de 2014–2024.

No dia 10 de dezembro de 1948, a Assembleia Geral das Nações Unidas<sup>8</sup> adotou e proclamou solenemente a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Neste documento, a educação assume o princípio de direito humano, reconhecida como parte integrante da dignidade humana já que contribui para ampliá-la com conhecimento, saber e discernimento<sup>9</sup>. No contexto de um mundo em grande parte destruído pela violência internacional ocasionada pela Segunda Guerra Mundial (1939 a 1945), a importância da educação como fator indispensável para a reconstrução do pós-guerra, orientou a discussão dos primeiros trabalhos da Comissão de Direitos

---

<sup>8</sup>Disponível em: <https://unric.org/pt/saiba-mais-sobre-a-assembleia-geral-das-nacoes-unidas/>

<sup>9</sup>Disponível em: [https://institutolegado.org/blog/declaracao-universal-dos-direitos-humanos-integra/?gclid=Cj0KCQiAeeMBhCpARIsAAZfxZA1ak\\_pQOX0e25edhMrv95d9trDQU3eR1JZg22H94xVXgZje\\_5PBJMaAnq3EALw\\_wcB](https://institutolegado.org/blog/declaracao-universal-dos-direitos-humanos-integra/?gclid=Cj0KCQiAeeMBhCpARIsAAZfxZA1ak_pQOX0e25edhMrv95d9trDQU3eR1JZg22H94xVXgZje_5PBJMaAnq3EALw_wcB)

Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU)<sup>10</sup>. A educação é entendida como “[...] valiosa por ser a mais eficiente ferramenta para crescimento pessoal” (CLAUDE, 2005, p. 37).

Ao pleitear a educação como um direito, configura-se uma estratégia de longo prazo direcioná-la às gerações para fomentar o desenvolvimento humano, a paz, a democracia e o respeito pelo Estado de Direito. Destaca-se neste documento, no que diz respeito à educação,

Artigo 26°

1. Toda a pessoa tem direito à educação. A educação deve ser gratuita, pelo menos a correspondente ao ensino elementar fundamental. O ensino elementar é obrigatório. O ensino técnico e profissional deve ser generalizado; o acesso aos estudos superiores deve estar aberto a todos em plena igualdade, em função do seu mérito (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1948, p. 6).

Passados mais de setenta anos da promulgação deste documento, transformações sociais, políticas e econômicas em escala global têm desafiado líderes mundiais, profissionais de diversas áreas e sociedade em geral a garantir o direito à educação e aos direitos humanos diante de um mundo globalizado permeado por conflitos, interesses, ideologias e posicionamentos políticos diversificados.

Neste sentido, a promulgação da Constituição Federal de 1988 possibilitou o aprofundamento das discussões em torno da democratização do acesso e permanência nas universidades constituindo-se um importante marco histórico na história do Brasil, visando garantias dos direitos fundamentais e sociais, além de também contemplar o processo de redemocratização da educação, mediante a universalização do acesso e a gestão democrática, centrada na formação do cidadão. Embora não trate, especificamente, da Educação Superior, é nesta Constituição que se buscará os fundamentos da Assistência Estudantil e justificar sua importância e legitimidade no espaço universitário (DUTRA, 2017).

Historicamente, a Constituição Federal de 1988 “também chamada Constituição Cidadã, foi resultado da pressão de diversos movimentos sociais e consolidou direitos sociais e políticos reivindicados no processo de redemocratização” (IMPERATORI, 2017, p. 288).

---

<sup>10</sup> Disponível em: <https://brasil.un.org/>

Buscando garantir os direitos humanos já anunciados na Declaração Universal em 1948, a Constituição de 1988, consagra no artigo 1º, entre outros, o princípio da dignidade da pessoa humana. O impacto deste princípio em um texto constitucional, pode ser sistematizado em três aspectos: i) coloca o ser humano, obrigatoriamente, no centro do ordenamento jurídico e estatal, fazendo com que, os atos do Poder Público devam ter como fim a plena realização das pessoas, com garantia de uma existência digna em todos os aspectos, atraindo ainda, a obrigatoriedade da realização de vários direitos fundamentais, tais como: vida, saúde, moradia, renda, educação, aposentadoria, desenvolvimento urbano adequado, entre tantos outros; ii) os seres humanos são considerados o meio, e não o fim das ações estatais; e iii) a materialização da democracia, implica a necessidade de concretização dos direitos pertencentes a ela (CROSSARA, 2020).

Igualmente importantes, são os incisos do Artigo 3º:

I - Construir uma sociedade livre, justa e solidária; II - garantir o desenvolvimento nacional; III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (BRASIL, 1988).

Nestes princípios, está a garantia de que o Estado brasileiro seja solidário, que garanta o desenvolvimento da nação e busque extinguir quaisquer formas de exclusão e desigualdade com fins de promover o bem de todos indiscriminadamente.

Para a concretização destes princípios, a Constituição estabeleceu um rol de direitos fundamentais, dentre eles o direito à educação, em seu artigo 205:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

Esse artigo prescreve em sua essência a garantia de que a educação, enquanto direito fundamental é base, fundamento, no sentido literal para sustentar tudo que dignifica e identifica o ser humano, garantindo-lhe o convívio social e sua sobrevivência. E mais, como direito social, possibilita criar iguais oportunidades e em maior número para aqueles em situação de desigualdade social, concretizando o princípio da igualdade material em que se exige medidas diferenciadas para pessoas

ou grupos em situação de desvantagem para o acesso aos bens, vantagens e direitos. Sobre o cumprimento da dignidade da pessoa humana e pleno desenvolvimento do indivíduo, a educação permite preparar a pessoa para participar da vida social seja no cumprimento de deveres e gozo de direitos, bem como liberdade e participação política, além de obter uma melhor qualificação para o trabalho e, conseqüentemente, condições de mobilidade social, com renda que propicie melhor qualidade de vida, para si e para as gerações futuras.

A promoção da educação dentro das diretrizes constitucionais também está presente artigo 206, onde está disposto que o ensino deverá ser ministrado com base em alguns princípios sendo o primeiro: “I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” (BRASIL, 1988).

A compreensão destes preceitos constitucionais visa enfatizar a relação do acesso aos direitos fundamentais, dentre eles a educação e os efeitos dela decorrentes em todas as instâncias da sociedade. No caso deste contexto voltado à educação superior e, embora não explicitamente, à assistência estudantil, a atenção constitucional ao desenvolvimento do indivíduo em sua plenitude e com dignidade, justifica a necessidade desta atenção ao público que por causa de fatores históricos, sociais e econômicos, além de outros, têm dificuldades em acessar e se manter neste nível de ensino.

A atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), sancionada em 20 de dezembro de 1996, é também um importante instrumento normativo educacional que regulamenta a política de educação em todos os níveis, bem como assistência estudantil. O destaque em alguns artigos desta lei, contribuem para demarcar sua importância.

No que se refere à educação, desde seu primeiro artigo acentua que:

“Art. 1º - A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.” (BRASIL, 1996).

Com este artigo percebe-se a ênfase às atividades de ensino e pesquisa que são, na educação superior, elementos fundamentais para formação acadêmica juntamente com as atividades de extensão. Esses três elementos, ensino, pesquisa e extensão, formam o conhecido tripé obrigatório nas universidades e são indissociáveis através do artigo 207 da Constituição de 1998 (BRASIL, 1988). Juntos contribuem

para a produção universitária buscando contemplar o papel solidário, social e cultural para com a sociedade (MOITA; ANDRADE, 2005).

O artigo 2º assim apresenta a finalidade da educação: “A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1996).

Vê-se aqui semelhanças com o texto constitucional nos termos plenitude e exercício da cidadania, reafirmando o compromisso com a plena formação do cidadão, sua preparação para exercer sua cidadania com seus direitos e deveres, inclusive de qualificar-se, para o mercado de trabalho e modificar sua condição de vida por meio da mobilidade social.

Quanto ao artigo 3º que elenca os princípios que embasam o ensino, destaca-se o primeiro “I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;” (BRASIL, 1996). Mesmo sem nomear a universidade, esta lei que disciplina e dá diretrizes para educação nacional, explicita a garantia de acesso e permanência que, segundo Dutra (2017, p. 154), oferece “amparo legal para Assistência Estudantil”. Desta maneira, as condições para tal acesso e permanência, é assegurado igualmente em todos os níveis educacionais.

A assistência estudantil também é reforçada no artigo 4º, onde se lê:

Art. 4º O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

[...] VIII — atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde (BRASIL, 1996).

Imperatori (2017) diz que pela leitura do artigo acima foi estabelecida as diretrizes para os diferentes níveis de educação e assistência estudantil, inclusive nomeando algumas das principais áreas de atenção aos estudantes.

Um outro aspecto crítico sobre a LDBEN a ser pontuado, e que repercute indiretamente no que diz respeito ao acesso ao ensino superior, está no seu artigo 5º, onde lê-se:

[...] o acesso ao ensino fundamental é **direito público subjetivo**, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização

sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída, e, ainda, o Ministério Público, acionar o Poder Público (BRASIL, 1996, grifo da pesquisadora).

Relacionando este preceito ao artigo 208 da Constituição Federal de 1988, onde se lê: “O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: [...] § 1º O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é **direito público subjetivo**”. (BRASIL, 1996, grifo da pesquisadora), pode se inferir que a educação é, ao mesmo tempo, uma obrigação e uma exigência do Estado e da família, que, portanto, devem ser colaboradores no fomento à educação em todos os níveis, em que se inclui, necessariamente, o ensino superior.

Para concretização desta realidade são necessárias medidas concretas visando o atendimento a todos com igualdade e com condições materiais para se manter, em se tratando do nível superior.

Neste caminho, a LDBEN vem sofrendo atualizações. Foi incluído no ano de 2015, pela Lei nº 13.184, no artigo 44, inciso II, referindo-se ao acesso aos cursos de graduação, abertos a candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente e tenham sido classificados em processo seletivo, foi alterado o parágrafo 2, passando a se considerar:

No caso de empate no processo seletivo, as instituições públicas de ensino superior darão prioridade de matrícula ao candidato que comprove ter renda familiar inferior a dez salários-mínimos, ou ao de menor renda familiar, quando mais de um candidato preencher o critério inicial (BRASIL, 1996).

Ficou estabelecido, que em caso de empate no processo seletivo, as instituições públicas de ensino superior darão prioridade de matrícula ao candidato que comprove ter renda familiar inferior a dez salários-mínimos, ou ao de menor renda familiar, se mais de um candidato preencher o critério inicial. Cabe às instituições de ensino superior, a obrigatória divulgação da relação nominal dos classificados, a respectiva ordem de classificação, bem como do cronograma das chamadas para matrícula, de acordo com os critérios para preenchimento das vagas constantes do respectivo edital (BRASIL, 1996).

Diante deste texto favorável ao reconhecimento das realidades sociais desiguais, ficam fortalecidas as lutas e atenção às questões relativas ao ensino superior, e a assistência estudantil ganha um destaque surpreendente, pois se os discentes possuem direito à educação sob princípios de garantias e valorização,

adquirem o direito a permanecer na universidade usufruindo também dos direitos ofertados neste nível de ensino.

Nos anos 2000, a pauta da democratização do acesso às universidades públicas passou a vigorar nas discussões. Estas propostas buscavam ampliar o acesso, sobretudo, para a classe menos favorecida que, em sua maioria, tem menos oportunidades de acesso a uma educação básica de qualidade, dando-lhes subsídio para o ingresso em uma universidade pública. Tais ações buscaram contribuir para uma efetiva democratização da educação pautada em políticas para a ampliação do acesso e fortalecimento do ensino público, em todos os seus níveis, mas também, por políticas voltadas para a permanência dos estudantes no sistema educacional de ensino.

No que diz respeito à democratização do acesso ao ensino superior, no ano de 2007 foi implantado o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), pelo Decreto nº 6.096, de 24/4/2007. A adoção deste programa por parte do governo federal visou a retomada do crescimento do ensino superior público, dando condições às universidades federais para a promoverem a expansão física, acadêmica e pedagógica da rede federal de educação superior<sup>11</sup>. Isto possibilitou o ingresso de um contingente populacional oriundo do sistema de ensino que estava até então represado. Entre os anos de 2005 e 2017, foram criadas no âmbito do Reuni 18 (dezoito) novas instituições federais de ensino superior, o que resultou no aumento de vagas em várias regiões do Brasil<sup>12</sup> e possibilitou, entre outros fatores, que o estudante residente no interior do país acessasse a educação superior sem precisar se deslocar para a capital do seu Estado.

Outra política fundamental para o processo de democratização no país é a Lei nº 12.711, de 29/8/2012, conhecida como Lei de Cotas. Nesta perspectiva destacam-se:

Art. 1º As instituições federais de educação superior vinculadas ao Ministério da Educação reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento)

---

<sup>11</sup> Informação disponível em: <https://reuni.mec.gov.br/o-que-e-o-reuni>

<sup>12</sup> Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (2018). Informação disponível em <http://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2019/05/V-Pesquisa-Nacional-de-Perfil-Socioeconômico-e-Cultural-dos-as-Graduandos-as-das-IFES-2018.pdf>

de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.

Parágrafo único. No preenchimento das vagas de que trata o caput deste artigo, 50% (cinquenta por cento) deverão ser reservados aos estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo (um salário-mínimo e meio) per capita.

[...] Art. 3º Em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata o art. 1º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (BRASIL, 2012).

Neste documento legal são apresentadas as condições para o ingresso nas universidades e instituições de ensino técnico federais, a partir de critérios de renda e raça, para candidatos autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência. Importante ressaltar que a lei de cotas, fruto de uma luta histórica, com muita mobilização social e debates nos ambientes políticos e acadêmicos em todos os cantos do país, busca cumprir o princípio constitucional de igualdade entre todos, considerando para isso a máxima aristotélica, segundo a qual “igualdade é tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais, na medida de sua desigualdade” (GLASENAPP, 2014, p. 1).

Para esses estudantes antes excluídos desse sistema de ensino, oriundos de famílias de baixo poder aquisitivo e reduzido capital cultural, o acesso à universidade representou “uma vitória” (ZAGO, 2006, p. 233). Contudo, a partir do acesso, para a concretização do ensino superior, é preciso garantir a permanência e a conclusão dos cursos. Nesse sentido, a assistência estudantil desempenha um significativo papel para a materialização do direito à educação, na medida em que promove aos estudantes economicamente vulneráveis melhores condições no percurso universitário.

Considerando a realidade social e educacional brasileira e visando oferecer subsídios consistentes para a formulação de uma política de assistência ao estudante, foram realizadas pesquisas para determinação do perfil socioeconômico e cultural dos discentes nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). Estas pesquisas foram realizadas a partir de 1996 até 2018, por meio do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE), que é órgão assessor da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior

(ANDIFES). Essas pesquisas vêm contribuindo para evidenciar a necessidade do desenvolvimento de programas de apoio ao universitário ao ressaltar, entre outros aspectos, a existência de uma parcela significativa de discentes pertencentes às categorias econômicas consideradas abaixo do padrão médio, bem como, outros aspectos, socioculturais que tiveram o importante papel no processo de legitimação da Assistência Estudantil em âmbito governamental culminando na elaboração do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) (DUTRA, 2017).

Regulamentado pelo Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, o PNAES representou um importante conquista dos grupos organizados (Fonaprace, Andifes, UNE) que lutaram pela consolidação da Assistência Estudantil em nível institucional e por seu reconhecimento legal enquanto política pública de direito. O PNAES é atualmente o principal documento norteador da construção das políticas de assistência aos estudantes de graduação (DUTRA, 2017). Sobre esse documento trataremos de forma mais aprofundada, posteriormente.

Outro importante documento para a consolidação da Assistência Estudantil no Ensino Superior, é o Plano Nacional de Educação (PNE), instituído pela Lei nº 13.005/2014 para o decênio de 2014–2024. Entre suas metas, o Plano propõe a ampliação da política de Assistência Estudantil como estratégia para a expansão do Ensino Superior brasileiro, objetivando a redução das desigualdades étnico-raciais e a ampliação das taxas de acesso e permanência na Educação Superior de estudantes egressos da escola pública, afrodescendentes e indígenas e de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, apoiando o seu processo de formação acadêmica (BRASIL, 2014).

O Plano Nacional de Educação (PNE), que determina diretrizes, metas e estratégias para a política educacional, definiu 10 diretrizes que devem guiar a educação brasileira neste período e estabeleceu 20 metas a serem cumpridas na vigência. E no que diz respeito à assistência estudantil aos estudantes universitários, está assegurado na Meta 12:

[...]elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público (BRASIL, 2014).

Nesta meta está expresso um dos compromissos do Estado brasileiro que é democratizar o acesso à educação superior, com inclusão e qualidade. Nas últimas décadas, vem sendo ampliado no Brasil, o acesso à educação superior, sobretudo da população de 18 a 24 anos, embora ainda não tenha alcançado as taxas dos países desenvolvidos e mesmo de grande parte dos países da América Latina (BRASIL, 2014b). Considera-se um desafio atender os percentuais projetados pela Meta 12 do novo PNE, que definem a elevação da taxa bruta para 50% e da líquida para 33%, revela-se extremamente desafiador, considerando as diversas realidades existentes nas diferentes regiões brasileiras (BRASIL, 2014b). Também está presente nesta Meta 12, assegurar a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40%, no segmento público.

Entre as estratégias prioritárias estabelecidas no novo PNE para o cumprimento dessa meta, destacam-se:

“[...] otimizar a capacidade instalada da estrutura física e de recursos humanos das instituições públicas de educação superior, mediante ações planejadas e coordenadas, de forma a ampliar e interiorizar o acesso à graduação (Estratégia 12.1); ampliar a oferta de vagas, por meio da expansão e interiorização da rede federal de educação superior, da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e do sistema Universidade Aberta do Brasil (Estratégia 12.2); fomentar a oferta de educação superior pública e gratuita prioritariamente para a formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de Ciências e Matemática, bem como para atender o déficit de profissionais em áreas específicas (Estratégia 12.4); ampliar as políticas de **inclusão e de assistência estudantil** (Estratégia 12.5) (BRASIL, 2014b, grifo da pesquisadora).

Considerando a realidade brasileira, e o prazo para o alcance desta Meta, este Plano expressa o papel do Estado em planejar ações que viabilizem e promovam o acesso e assistência estudantil na educação superior por meio da capacitação de profissionais para atuar nas IFES, ampliação de vagas e expansão da interiorização, bem como a atenção à inclusão, além da oferta pública e gratuita para formação de professores da educação básica, visando reduzir o *déficit* em áreas específicas.

Assim, estas normativas abordadas buscam consubstanciar a materialização do direito à educação na educação superior, por meio do acesso e das condições de manutenção na jornada acadêmica até sua conclusão. Entretanto, faz-se necessário analisar assistência estudantil no Brasil, de forma particular destacando sua perspectiva histórica e trazendo o debate aos dias atuais.

### 3.3.2 Perspectiva histórica da assistência estudantil no Brasil

Existem estudos que buscaram fazer uma síntese com os principais acontecimentos históricos que contribuíram para a consolidação da assistência estudantil até se consolidar como política pública. Esses apanhados estão dispostos em fases: Costa (2010) divide a história da assistência estudantil no Brasil em duas fases e para Kowalski (2012) esta história compreende três fases. Contudo, uma quarta fase da assistência estudantil vem despontando influenciado pela conjuntura social e política que se instalou no Brasil a partir de 2016 (DE OLIVEIRA, 2021).

Costa (2010) separa a história da assistência estudantil no Brasil em duas fases distintas: “A primeira, caracterizada por ações pontuais e descontínuas, vai de 1930 até a década de 80; e a segunda fase tem como marco inicial a promulgação da Constituição Federal de 1988 e estende-se até os dias atuais” (COSTA, 2010, p. 54). Vale destacar, que no momento histórico em que o trabalho citado foi produzido, a política do PNAES tinha sido recém promulgada (2010), daí a autora verificar duas fases temporais de existência da AE até a promulgação da primeira legislação referente à assistência no ensino superior.

Já para Kowalski (2012, p. 82),

[...] A primeira fase compreende um longo período, que vai desde a criação da primeira universidade até o período de democratização política. A partir desse momento, identifica-se uma segunda fase na qual há um espaço propício para uma série de debates e projetos de leis que resultaram em uma nova configuração da PAE nas universidades brasileiras. Em decorrência, a terceira fase abrange um período de expansão e reestruturação das IFES seguindo até os dias atuais.

Assim, Kowalski (2012) apresenta um panorama mais ampliado, decorrente dos efeitos da promulgação de políticas públicas voltadas para a Educação Superior, como o PNAES, nas IFES.

Na divisão da primeira fase, tanto em Costa (2010) quanto em Kowalski (2012), são coincidentes alguns acontecimentos. Iniciam com a primeira prática ou manifestação de auxílio ao estudante universitário que ocorreu em 1928, com a criação da Casa do Estudante Brasileiro, em Paris. Essa construção ocorreu durante o governo de Washington Luís,

[...] sendo responsável por repassar as verbas necessárias tanto para a edificação das estruturas como para a manutenção da casa dos alunos. Portanto, isso vem demonstrar que a assistência estudantil, nesse período histórico, estava voltada para o atendimento das necessidades dos filhos da elite brasileira, já que era esse perfil que tinha acesso ao ensino superior[...]. (KOWALSKI, 2012, p. 85).

Durante a década de 1930, as autoras destacam a construção da Casa do Estudante do Brasil, localizada no Rio de Janeiro em 1930, destinada a auxiliar os estudantes com alimentação; em 1931, houve a aprovação do Estatuto das Universidades Brasileiras, definindo um modelo único de organização didático administrativa, variável conforme a região do país e estabelecendo a participação do estudante no poder decisório da instituição, representado por membros do Diretório Central dos Estudantes, por meio, do Decreto nº 19.851 de 11 de abril de 1931; incorporação da assistência estudantil na Constituição Federal de 1934, no artigo 157, que previa o repasse de recursos orçamentários para conceder aos estudantes necessitados, “fornecimento de material escolar, bolsa de estudo, assistência alimentar, dentária e médica” (KOWALSKI, 2012, p. 87). Destaca-se nesse período, uma importante ação de assistência estudantil que foi o investimento nas instituições, “na tentativa de integrar a comunidade acadêmica e acomodar os estudantes de forma satisfatória. Por essa razão, as principais ações foram às construções de cidades universitárias” (COSTA, 2010, p. 55).

Ressalta-se também nesta fase, a criação da União Nacional dos Estudantes (UNE), cujo apoio do Ministério da Educação (MEC) tinha a “estratégia do governo de construir uma instituição despolitizada” (KOWALSKI, 2012, p. 87), cuja sede seria a Casa do Estudante do Brasil “organizando a biblioteca, o serviço de saúde e a residência estudantil; promovendo a assistência jurídica, a concessão de bolsas e a distribuição de cargos empregatícios” (COSTA, 2010, p. 57).

Com a promulgação da Constituição Federal de 1946, a assistência estudantil no Brasil passou a ser garantida na legislação com um caráter de obrigatoriedade para todos os níveis de ensino.

Já na década de 1960, em plena ditadura militar, destaca-se a movimentação estudantil em promover debates por meio da UNE para discutir a Reforma Universitária e os direitos dos estudantes. Foi promulgada a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1961. Esta LDB “colocava que a assistência estudantil

deveria ser um direito igual para todos os estudantes” (COSTA, 2010, p. 58). Costa (2010) destaca a Lei 5.540 de 1968 que promulgou a Reforma Universitária, marcada pelo controle do Estado em várias instituições. Para Kowalski,

O Estado assumiu o controle de várias instituições, orientou gastos, e buscou estreitar as relações entre academia, setor privado e sociedade. Por meio da intervenção do Estado, as IES sofreram um processo de expansão, que resultou no aumento de instituições privadas e na modernização, pelo incentivo estatal na pesquisa e na pós-graduação, apesar de a maioria das IES continuarem voltadas somente para o ensino (KOWALSKI, 2012, p. 92).

As autoras destacam em 1970 a criação do Departamento de Assistência ao Estudante (DAE), que estava vinculado ao MEC. Este órgão pretendia desenvolver uma política de assistência estudantil para graduação em nível nacional, dando ênfase para os programas de alimentação, moradia, assistência médico-odontológico, contudo foi dispersado nos governos posteriores. Contudo, este órgão foi extinto no final dos anos de 1980 durante o governo do presidente João Batista Figueiredo.

Costa (2010) considera esta primeira fase marcada desde o início pela informalidade, caráter pontual, descontínuo e com limitação de recursos. As ações tinham mais tendência a auxiliar as dimensões econômicas da assistência estudantil, embora já houvesse preocupação com problemas básicos e emergenciais dos estudantes, como a moradia e a alimentação. Daí, ações como a construção de cidades universitárias para acomodar a comunidade universitária e criar uma identidade física para a instituição, mas sem a formulação de uma política pública voltada para apoiar os estudantes. Nesse sentido, Kowalski (2012) analisa que os recursos de AE, destinados aos estudantes nesse período, eram inexpressivos e pouco eficazes para contribuir na permanência na educação superior e sem um projeto de assistência estudantil que abrangesse todo o território nacional para a manutenção dos alunos na academia.

A segunda fase tem início ao final da década de 1970, quando o Brasil vivencia um contexto de redemocratização ocasionado em grande medida por uma crise econômica no governo militar, que resultou na transição da ditadura, que durou 21 anos (1964-1985) no Brasil, para a república. Esta transição gerou um reordenamento político que constituiu a chamada Nova República, gerando uma onda de movimentação por toda a sociedade na luta pela democracia. Em meio a essa transição, vivencia-se a necessidade de renovar a política educacional já que antigos

problemas do período ditatorial ainda perduravam na sociedade, como o desemprego, a precariedade dos serviços de saúde, bem como o acesso desigual à educação superior.

Visando a discussão dos problemas de acesso e permanência na educação superior é criado em 1987 o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE),

[...] o qual congregava Pró-Reitores, Sub-Reitores, Decanos, Coordenadores e Responsáveis pelos assuntos comunitários e estudantes das IFES no Brasil. O objetivo do Fórum era promover o debate sobre a assistência estudantil, procurando articular as IES públicas na busca do estabelecimento de políticas nacionais voltadas para o acesso, a permanência e a conclusão dos cursos, principalmente, de alunos oriundos de camadas sociais de baixa renda.

Os membros do FONAPRACE, como dirigentes de universidades públicas constavam as dificuldades que as IES encontravam para manter os alunos nas instituições, por esta razão sempre salientaram a importância da assistência estudantil. O argumento ainda era corroborado pelo pressuposto de que para a universidade pública passar por um processo de democratização do ensino, seria necessário acima de tudo incorporar, estudantes de baixa renda. Entretanto, segundo eles, não bastava apenas a garantia das condições de acesso, mas era necessário sobretudo a criação de possibilidades concretas de permanência desses estudantes na universidade (COSTA, 2010, p. 63).

Posteriormente, em 23 de maio de 1989 foi criada a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), que juntamente com o FONAPRACE buscavam favorecer o diálogo com o governo federal através do Ministério da Educação (MEC) e com as várias associações de professores, de técnicos-administrativos, de estudantes e com a sociedade em geral. Visava-se fomentar estratégias pautadas em documentos motivados pela preocupação com as políticas de promoção e apoio aos estudantes (FONAPRACE/ANDIFES, 2012). As iniciativas destes dois órgãos ecoaram na sociedade e adquiriram força com a promulgação da Constituição Federal em 1988. Segundo Kowalski (2012), a nova Carta Magna,

[...] além de buscar a garantia da efetividade dos direitos fundamentais e a prevalência dos princípios democráticos, também contemplavam o processo de redemocratização da educação, mediante a universalização do acesso e a gestão democrática, centrada na formação do cidadão. Embora esse documento não abordasse especificamente a educação superior é a partir dele que se começa a aprofundar as discussões referentes ao acesso e à permanência nas universidades (KOWALSKI, 2012, p. 93).

Esta é também considerada uma fase onde há uma maior atenção por parte do poder público a respeito das condições de acesso e permanência ao ensino superior, já que:

No início, verificou-se que o acesso era o principal problema que limitava a inclusão na educação superior, entretanto, na medida em que as discussões foram avançando, constatou-se que não bastava apenas garantir o ingresso dos estudantes em um curso superior, mas também era necessário oferecer condições de permanência, aventando-se, assim, a possibilidade de se investir na assistência estudantil. Dessa maneira, a permanência na educação superior passou a ser entendida como um problema que deveria compor a agenda das políticas públicas (COSTA, 2010, p. 62).

Segundo Kowalski (2012), ao mesmo tempo ocorreram rivalidades e manifestação de interesses políticos fazendo com que as discussões sobre a política de assistência estudantil acontecesse de forma fragmentada e restrita a algumas IFES, fortemente influenciada pelos movimentos estudantis, fazendo com que, na década de 1990, se registrasse pouco investimento financeiro por parte do Estado para a assistência estudantil. Sobre este ponto, Costa (2010) enfatiza que diante dos recursos escassos destinados às IES as ações mais frequentes destinavam-se ao atendimento às necessidades básicas, como moradias estudantis e restaurantes universitários para estudantes, socioeconomicamente vulneráveis, a fim de mantê-los sob controle e sem visão política.

Vale acrescentar que nos anos de 1990, as universidades passaram por um enorme processo de sucateamento, nas gestões Fernando Henrique Cardoso, tendo como medida de enfrentamento vários movimentos grevistas, em que a imprensa era utilizada para desqualificar tais confrontos, favorecendo o setor privado, propagado como local da eficiência e da qualidade, enquanto o setor público era visto como local oneroso, burocrático e de pouca eficiência. Verifica-se uma supervalorização do mercado e seu enaltecimento pelos defensores da ideologia neoliberal (DE ALBUQUERQUE, 2018).

Nesta década, destaca-se a promulgação em 1996 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), que embora reforçasse a garantia de direitos democráticos sobre a educação nacional, no que tange ao fornecimento dos recursos necessários para a sua concretização, mostrou-se ser um documento que deixou evidente o negacionismo dos governantes em prover os recursos para a assistência

estudantil (KOWALSKI, 2012), como sinalizado no artigo 71, inciso IV da referida Lei, onde se lê: “Não constituirão despesas de manutenção e de desenvolvimento do ensino, aquelas realizadas com: Programas suplementares de alimentação, assistência médico-odontológica, farmacêutica e psicológica, e outras formas de assistência social” (BRASIL, 1996). Para esta autora, a desresponsabilidade do Estado com o financiamento para assistência estudantil está evidenciada também nos demais artigos que compreendem o “Título VII: Dos Recursos Financeiros” na LDBEN, pois demonstram claramente interesses privatistas com o pretexto de reformar a educação. E essa postura vai se refletir tanto na política de AE quanto na educação superior como um todo.

Enquanto no contexto nacional a garantia do acesso à educação superior não estava explicitada em nenhum documento ou normatização, estando ainda em discussão e estudos, nas instâncias internacionais o direito à educação superior foi tratado na Conferência Mundial sobre o Ensino Superior realizada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) em 1998, em Paris. Neste evento, foi aprovado o documento “Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI: Visão e Ação”<sup>13</sup>. Com relação ao acesso, no Artigo 3º do referido documento é colocado que:

Igualdade de acesso

a) De acordo com o Artigo 26, §1: da Declaração Universal de Direitos Humanos, a admissão à educação superior deve ser baseada no mérito, capacidade, esforços, perseverança e determinação mostradas por aqueles que buscam o acesso à educação, e pode ser desenvolvida na perspectiva de uma educação continuada no decorrer da vida, em qualquer idade, considerando devidamente as competências adquiridas anteriormente. Como consequência, para o acesso à educação superior não será possível admitir qualquer discriminação com base em raça, sexo, idioma, religião ou em considerações econômicas, culturais e sociais, e tampouco em incapacidades físicas (UNESCO, 1998, *on line*).

Entretanto, o trecho citado, reforça uma ação política que revela falsos processos de inclusão, na medida em que pauta o mérito e não assegura como as diferenças serão tratadas, sendo um documento com repercussão internacional algumas afirmações poderiam potencializar a importância do ensino superior na evolução da formação humana na medida em que “As instituições de educação

---

<sup>13</sup> Acessível em: <http://www.nepp-dh.ufrj.br/onu12-2.html>

superior devem ser consideradas e vistas por si mesmas como componentes de um sistema contínuo” (UNESCO, 1998, *on line*).

Enquanto isso, no cenário brasileiro buscava-se fortalecer o ânimo para intensificar o debate sobre o acesso à educação superior e convencer os dirigentes e governantes sobre a implementação de ações concretas. Segundo Costa (2010), com esta finalidade o FONAPRACE realizou em 1998 o I Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das IFES Brasileiras<sup>14</sup>. Para a autora, esta medida teve por objetivo

[...] dar consistência para a implementação de políticas voltadas para a assistência estudantil, o FONAPRACE decidiu realizar pesquisas de caráter sistemático que mapeasse a realidade nacional e local das universidades federais. Foram divulgados dois estudos intitulados: Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das IFES Brasileiras, respectivamente, nos anos de 1998 e 2004. As pesquisas constataram que uma parcela significativa dos estudantes era oriunda de camadas sociais de baixa renda, o que ocasionava dificuldades para se manter na universidade. O FONAPRACE procurou através, desses estudos, salientar que o ensino superior público vem atendendo a uma demanda significativa das camadas sociais menos privilegiadas, mas que isso não é suficiente para que os alunos permaneçam na universidade (COSTA, 2010, p. 64).

Esta primeira pesquisa FONAPRACE (1998), revelou as marcas das contradições do processo histórico de acesso e permanência dos estudantes oriundos de camadas socialmente vulneráveis e possibilitou a obtenção de informações socioeconômicas que possibilitaram às IFES constituir uma base para as análises da diferenciação social do seu público estudantil. Segundo o documento,

É indispensável dimensionar essas diferenciações sociais, visando captar aqueles que estão abaixo do padrão médio das necessidades materiais e culturais. Isso permitirá não só estruturar uma política de assistência ao estudante, como também direcioná-la no sentido de diminuir as diferenças sociais (FONAPRACE, 1998, p.10).

Paralelo a essas medidas, enquanto não se concretizavam políticas de assistência financiadas pelo poder público, Kowalski (2012) enfatiza outras ações do governo para o acesso e permanência como o caso do FIES<sup>15</sup>, criado em 1999<sup>16</sup>, que, contudo, estava voltado para assegurar o acesso de estudantes à IES privadas.

<sup>14</sup> Disponível em:

[http://www.prace.ufop.br/sites/default/files/i\\_perfil\\_socioeconomico\\_e\\_cultural\\_dos\\_estudantes\\_de\\_graduacao\\_das\\_universidades\\_federais\\_brasileiras.pdf](http://www.prace.ufop.br/sites/default/files/i_perfil_socioeconomico_e_cultural_dos_estudantes_de_graduacao_das_universidades_federais_brasileiras.pdf)

<sup>15</sup> Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/financiamento/fies>

<sup>16</sup> Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/component/k2/item/4752-hist%C3%B3rico>

Do ponto de vista político, nos anos 2000, segundo De Albuquerque (2018), os governos: Lula da Silva e Dilma Rousseff, destacam-se na forte expansão do ensino superior por meio da diversificação de instituições e da interiorização das universidades públicas.

Essa situação se confirma ao longo do percurso histórico da Assistência Estudantil com a promulgação do Plano Nacional de Educação (PNE) pela Lei nº 10.172 de 09 de janeiro de 2001<sup>17</sup> que veio reafirmar as ações de diversificação das IES e as fontes de financiamento e gestão. Tinha como objetivos: a melhoria da qualidade do ensino, a redução da desigualdade social no acesso e na permanência na escola. Buscou também definir diretrizes para articular o desenvolvimento de todos os níveis de ensino, e da integração das ações do Poder Público (COSTA, 2010; KOWALSKI, 2012).

Outros acontecimentos marcantes para a construção e reflexão sobre a assistência estudantil foi em 2004, a realização da segunda pesquisa sobre o Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das IFES Brasileiras (FONAPRACE/ANDIFES)<sup>18</sup> que objetivou construir, além de uma atualização dos dados nos aspectos da vida social, econômica e cultural dos estudantes de graduação das IFES brasileiras, indicadores para fundamentar a definição de políticas de equidade, de acesso e assistência estudantil no ambiente universitário e assim garantir a permanência e conclusão do curso por parte dos estudantes, agindo preventivamente nas situações de retenção e evasão (FONAPRACE, 2004). Destaque também, à criação do Programa Universidade para Todos (ProUni)<sup>19</sup> voltado para concessão de bolsas de estudos para alunos de baixa renda em IES privadas.

Com os resultados das pesquisas sobre o I e II Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das IFES Brasileiras, a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior - ANDIFES, gestão 2007/2008, através do FONAPRACE, manifestou preocupação com os resultados de tais pesquisas propondo a realização de ações de assistência voltadas à permanência e a conclusão dos cursos de graduação. Costa (2010) destacou neste contexto a

---

<sup>17</sup> Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/L10172.pdf>

<sup>18</sup> Disponível em: <https://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2021/07/II-Pesquisa-Nacional-de-Perfil-Socioeconomico-e-Cultural-dos-as-Graduandos-as-das-IFES.pdf>

<sup>19</sup> Informação disponível: <http://portal.mec.gov.br>.

importância do Movimento Estudantil com a realização de uma série de eventos, debates e mobilizações em torno do tema da assistência estudantil em defesa da adoção de melhores condições de permanência, principalmente, para jovens de baixa renda. E citando a União dos Estudantes (UNE),

[...] De acordo com a União dos Estudantes (UNE), principal representante do Movimento Estudantil no país, de nada adianta a inclusão de alunos de baixa renda, se não houver garantia para que possam participar da vida acadêmica e concluir com sucesso os cursos de graduação e pós-graduação. Nesse sentido, segundo esta a assistência estudantil deveria abranger as mais variadas dimensões da formação do aluno na educação superior (COSTA, 2010, p. 64).

Como resultado decorrente das pesquisas e as pressões social e política, cobrando soluções sobre a realidade estudantil nas IFES, em 12 de dezembro de 2007 foi aprovada uma primeira versão do Programa Nacional de Assistência Estudantil<sup>20</sup>, instituído em forma de Portaria Normativa nº 39 do MEC<sup>21</sup>. Embora tenha repercutido como um programa de âmbito nacional, cada universidade usava de sua autonomia para utilizar os recursos disponibilizados, conforme as suas necessidades e especificidades locais. Esta promulgação configurou-se um marco histórico decisivo para apoiar a permanência dos estudantes nas IFES na medida em que inaugurou uma nova etapa para a assistência estudantil no Brasil ampliando o alcance das necessidades básicas como moradia e alimentação, superando problemas de outra natureza que pudessem impedir o aluno de prosseguir seus estudos. Para Costa (2010) esta foi a segunda fase da assistência estudantil considerando o limite dos seus estudos, assim resumindo,

As discussões a respeito do tema passam cada vez mais a fazer parte nas pautas dos debates governamentais sobre educação (...) Os dirigentes de universidades, pesquisadores, movimentos sociais e membros do governo também passaram a dar mais importância para a inclusão na educação, através da democratização do acesso e da permanência. É dentro desse contexto que, o Brasil começa a discutir a adoção de políticas públicas para educação superior. A partir de então, há a formulação de uma política pública para IFES, que vai ser implementada através do PNAES (COSTA, 2010, p, 69).

---

<sup>20</sup> Na subseção 3.3.3 o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) será tratado com mais profundidade.

<sup>21</sup> Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria\\_pnaes.pdf](http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria_pnaes.pdf)

Já para Kowalski (2012), o ano de 2007 demarca o início da 3ª fase da AE no Brasil com importantes fatos para o caminho da sua consolidação como a criação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) em abril deste ano, que visava dotar as universidades federais das condições necessárias para ampliação do acesso e permanência na educação superior. Para esta autora, essa última fase é marcada pela alteração da Portaria do PNAES, que em 2010 passou a ser regulamentada pelo Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, tornando-se um instrumento jurídico com mais força e que permitiu maior estabilidade para a garantia da assistência estudantil no cenário nacional.

Também contribuiu para sedimentar os compromissos governamentais com a aprovação, do Projeto de Lei referente ao Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020 que, entre suas metas, previa a ampliação de programas tanto para IES públicas e privadas, bem como, expansão do financiamento estudantil por meio do FIES. Com este registro, Kowalski (2012) encerra sua organização em linha de tempo, das três fases da assistência estudantil no Brasil.

O Quadro 1, na página seguinte, traz resumidamente esse apanhado histórico dos estudos que buscaram organizar, em ordem cronológica, o que as autoras Costa (2010) e Kowalski (2012) chamaram de fases, contendo os principais fatos que contribuíram para a Assistência Estudantil no Brasil até a promulgação do PNAES como política pública em território nacional.

### Quadro 1– Assistência Estudantil no Brasil: fases históricas

Simone Gomes Costa (2010)		Aline Viero Kowalski (2012)	
2 Fases		3 Fases	
1ª Fase	<p><b>1928:</b> governo de Washington Luís, inauguração da Casa do Estudante Brasileiro em Paris para auxiliar estudantes brasileiros com dificuldades em fixar residência.</p> <p><b>1930:</b> Casa do Estudante do Brasil, no Rio de Janeiro</p> <p><b>1931:</b> aprovação do Estatuto das Universidades Brasileiras: modelo de organização didático administrativa, variando conforme a região; estudantes com representação na instituição através do Diretório Central dos Estudantes;</p> <p><b>1934:</b> regulamentação da política da assistência estudantil, no Brasil, na Constituição Federal de 1934, artigo 157.</p> <p><b>1937</b> criação da União Nacional dos Estudantes (UNE) apoiado pelo Ministério da Educação com sede na Casa do Estudante do Brasil.</p> <p><b>1946:</b> A Carta Constitucional deste ano, pregava a educação como um direito de todos e que cada sistema de ensino deveria ter o serviço de assistência estudantil a garantir o sucesso escolar dos alunos necessitados (artigos 166 e 172)</p> <p><b>1961:</b> a UNE realiza Seminário Nacional de Reforma Universitária, para debater o conteúdo sancionado por essa; foi promulgada a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) pela qual a assistência estudantil deveria ser um direito igual para todos os estudantes.</p> <p><b>1968:</b> promulgada a Reforma Universitária pela Lei 5.540.</p> <p><b>1970,</b> o governo federal cria o Departamento de Assistência ao Estudante (DAE), vinculado ao MEC, pretendendo manter uma política de assistência estudantil para graduação em nível nacional, dando ênfase para os programas de alimentação, moradia, assistência médico-odontológico.</p>	1ª Fase	<p><b>1928:</b> Promoção, pelo presidente Washington Luis, da construção da “Casa do Estudante Brasileiro” que ficava em Paris.</p> <p><b>1930:</b> Abertura da “Casa do Estudante do Brasil” no RJ, acoplado ao RU.</p> <p><b>1931:</b> Marca de nascença da AE na universidade, instituída pelo presidente Getúlio Vargas, através do Decreto nº 19851/1931.</p> <p><b>1934:</b> Integração da assistência estudantil na Constituição Federal no artigo 157. Previsão do fornecimento de material escolar, bolsa de estudo, assistência alimentar, dentária e médica</p> <p><b>1937:</b> Criação da União Nacional dos Estudantes (UNE).</p> <p><b>1946:</b> Promulgação da Constituição Federal, que estabelece a assistência educacional para alunos “necessitados” e também aborda mecanismo referente àsaúde dos discentes.</p> <p><b>1961:</b> Aprovação da LDB que estabelecia a assistência social como um direito a ser garantido de forma igual a todos os estudantes.</p> <p><b>1970:</b> Criação do Departamento de Assistência ao Estudante (DAE), com ênfase para os programas de alimentação, moradia, assistência médico-odontológico.</p>
2ª Fase	<p><b>1987:</b> criação do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE)</p> <p><b>1988:</b> promulgação da Constituição Federal fruto da redemocratização do país, abriu espaço para debates que visavam garantir os direitos sociais dos cidadãos, prevendo o oferecimento de condições educacionais básicas aos indivíduos para o acesso a bens primários como recursos econômicos, sociais e culturais.</p> <p><b>1996:</b> promulgação da Lei de Diretriz e Bases (LDB): pertinência do princípio da igualdade na educação.</p> <p><b>1998:</b> Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI, no plano internacional, a garantia da educação superior, como um direito de todos.</p> <p><b>1998:</b> I Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das IFES Brasileiras (FONAPRACE/ANDIFES)</p> <p><b>2001:</b> promulgação do Plano Nacional de Educação (PNE)</p> <p><b>2004:</b> II Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das IFES Brasileiras (FONAPRACE/ANDIFES)</p> <p><b>2007:</b> elaboração do Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES): passou a ser adotado, pelo MEC, como uma política que visa a permanência dos estudantes, nas IFES.</p>	2ª Fase	<p><b>1987:</b> Criação do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE), congregando os Pró-Reitores, Sub-Reitores, Decanos, Coordenadores ou responsáveis pelos assuntos comunitários e estudantis das IFES do Brasil.</p> <p><b>1988:</b> Promulgação da Constituição Federal que gerou amadurecimento na discussão da política de assistência estudantil (acesso e permanência nas IFES).</p> <p><b>1990:</b> Limitação de recursos nacional para AE; discussões sobre a PAE de forma fragmentada e restrita a algumas IFES.</p> <p><b>1996:</b> Aprovação da LDB, que “de costas para a assistência estudantil”, não menciona nenhum tipo de financiamento a PAE.</p> <p><b>1998:</b> Aprovação, na Conferência de Paris, da “Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI”, que prevê a relevância social dos programas assistenciais nas IFES.</p> <p><b>1999:</b> Criação do FIES: financiar os cursos de graduação para os estudantes nas IES <i>privadas</i>.</p> <p><b>2001:</b> Aprovação do PNE, que dispõe da política de diversificação das fontes de financiamento e gestão das IES.</p> <p><b>2004:</b> Criação do ProUni: conceder bolsas de estudos para alunos de baixa renda em IES <i>privadas</i>.</p>
		3ª Fase	<p><b>2007:</b> Criação do REUNI, que prevê a ampliação de políticas de inclusão e de assistência estudantil.</p> <p><b>2007:</b> criação do PNAES, cujo objetivo é dar subsídios para permanência de alunos de baixa renda nos cursos presenciais na IFES.</p> <p>2010: Sanção, em 19 julho, do PNAES como Decreto Lei nº 7.234; assistência estudantil concebida como política pública de direito. Aprovação do Decreto Lei nº 7.233, que versa sobre os procedimentos orçamentários e financeiros relacionados à autonomia universitária. Aprovação, em 30/12/2010, do Decreto nº 7416, que regula bolsas de permanência para a promoção do acesso e permanência de estudantes em condições de vulnerabilidade social e econômica.</p> <p><b>2010/2011:</b> Lançamento do Projeto Lei do PNE para o decênio 2011-2020, o qual, de acordo com a Meta 12, visa desenvolver os programas de assistência estudantil para ampliar as taxas de acesso nas IFES.</p>

Fonte: Elaboração própria (2022), a partir de Costa (2010) e Kowalski (2012).

Essas três fases auxiliam a situar historicamente a assistência estudantil no contexto social e político, porém, é preciso destacar que o processo histórico não evolui de forma linear, ou seja, existem fatos que só são compreendidos quando relacionados às situações precedentes, além disso tais situações modificam-se conforme as circunstâncias históricas evoluem.

Neste sentido, a história da assistência estudantil e sua operacionalização no contexto da educação superior brasileira ainda vem se modificando em decorrência das transformações ocorridas por influência de acontecimentos anteriores.

Santos (2020, p. 17-18) destaca, por exemplo, a criação do Departamento de Assistência ao Estudante (DAE), na década de 1970. Segundo este autor,

O DAE, Departamento de Assistência ao Estudante, pode ser compreendido como um divisor de águas nesse processo. É com este departamento que as ações embrionárias da assistência estudantil surgem, porém de forma centralizada no governo federal. Porém, em 1980, o DAE é extinto. Com isto as universidades ficam sem qualquer apoio perante a demanda de permanência universitária. A descentralização das ações de assistência estudantil ocorre sem qualquer planejamento ou orientação, esse contexto demarca a característica dos desenhos, ofertas e do financiamento da assistência estudantil brasileira até os dias atuais.

A extinção da DAE influenciou para que a assistência estudantil apresente como característica a descentralização de suas ações em relação ao governo federal, gerando a prática da assistência estudantil através de ações escassas e pulverizadas, abrindo-se possibilidades de relações clientelistas, ou seja, de dependência dos estudantes em vulnerabilidade com os dirigentes das universidades que promoviam a assistência sob essa perspectiva, impedindo a consolidação da assistência estudantil como política pública (IMPERATORI, 2017).

Desta forma, Santos (2020) analisa que diferentes disposições na oferta de políticas de assistência estudantil entre as universidades federais existentes atualmente no Brasil, seus serviços e programas configuram a ocorrência de uma política local. Ainda segundo este autor,

Embora as UFs estejam alicerçadas sobre os mesmos direcionamentos e suportes nacionais, as políticas de assistência estudantil, nessa conjuntura histórica, assumem múltiplas configurações com diferentes programas, cobertura, valores, critérios e modalidades (...). É neste enredo que outros elementos - que por sua vez irão influenciar na diferenciação de um desenho de política para o outro - são incorporados, a exemplo: estrutura física, humana e/ou financeira que suporte a política a longo prazo, como moradias estudantis/casas do estudante, fontes de recursos próprias desassociadas do PNAES, restaurantes universitários e políticas de apoio à alimentação, e/ou

campus organizado com vias próprias e escolas/faculdades/institutos/laboratórios em localizações planejadas - em vistas a facilitar a mobilidade do discente sem grandes custos, tempo ou dificuldade, entre diversas outras possibilidades. Não suficiente, para o acesso a estas ações, têm-se processos seletivos caracterizados por critérios fiscalizatório e restritivos, contrastando com outras possibilidades de seleção, em exemplos: editais de fluxo contínuo e editais temporários; edital com limites de vagas e edital independente de vagas; UFs que adotam um ou vários critérios de permanência nas ações - condicionalidade - como: reprovação por frequência, rendimento insatisfatório ou sanção disciplinar (SANTOS, 2020, p. 53 - 54).

Assim, verifica-se que as universidades federais brasileiras, assumindo seu direito referente à autonomia universitária, alteraram e criaram suas próprias normas, adquirindo características diversificadas umas das outras a partir de suas realidades e tensionamentos locais. E isto se concretiza através de diversos elementos, sejam eles construídos a partir dos históricos institucionais e a trajetória da assistência estudantil no Brasil. Esta relação possibilita instalar as bases que criam e diversificam as políticas de assistência estudantil nas IFES, inserindo outros elementos como:

os recursos materiais e humanos institucionais, regulação financeira, compreensões das instituições, dos gestores e dos grupos de pressão sobre as realidades locais em que são inseridas, tensionamentos políticos/sociais da sociedade e dos membros dessas universidades (SANTOS, 2020, p. 125).

Junto a estas análises, De Oliveira (2021) reforça que diante do caráter local e focal das ações de assistência estudantil nas universidades brasileiras uma **quarta fase** desponta a partir de 2016 denominando-a de assistência estudantil limitada.

Analisando o contexto atual, De Oliveira (2021) reflete a dinâmica social excludente que, historicamente, persiste na sociedade brasileira e na atualidade, apresentando as seguintes características:

[...] recesso do processo de expansão das universidades brasileiras, porém com a permanência e intensificação da lógica mercadológica imposta ao processo histórico de formalização da assistência estudantil, sendo fruto de intensas lutas políticas no Brasil (“impeachment” da presidenta Dilma Rousseff e aprovação da Emenda Constitucional n. 95/2016), de instabilidade e regressão de direitos, inclusive de condições da permanência estudantil.

[...] No cotidiano da realidade social na conjuntura da educação superior federal notam-se os rebatimentos na condição de vida dos estudantes e de suas famílias devido aos cortes orçamentários na educação pública, às contrarreformas administrativas do Estado e à limitação de gastos públicos intencionados pelo governo federal desde o mandato do Michel Temer (2016-2018) e intensificados pelo governo de Jair Bolsonaro iniciado em 2019. Dessa forma, estabelece-se uma intensificação de uma essência limitadora no movimento de formalização e desenvolvimento da assistência estudantil.

[...] Essa nova fase, em processo de acirramento no âmbito nacional e local nas IFES, está balizada pela contrarreforma da educação brasileira, por concessões político-econômicas internas, coesão com as propostas de organismos financeiros mundiais e dilacerada pelo ideário neoliberal que mediante os serviços e programas vinculados à assistência estudantil direcionam ações seletivas, focalizadas e imediatas em face dos poucos recursos orçamentários (DE OLIVEIRA, 2021, p. 14-15).

Diante dessas limitações, vislumbra-se com temeridade a continuação das medidas e ações de assistência estudantil, que atingirá em cheio a continuidade da jornada acadêmica de um quantitativo de cidadãos historicamente marginalizados, impossibilitados do direito à educação no nível superior. Sobre este cenário, De Oliveira (2021, p. 17) sentencia,

A educação no Brasil e os caminhos da universidade pública acompanham a dinâmica social conjuntural do país. A assistência estudantil nesse sentido também está inserida nas mudanças ditadas pelos governos expressando tendências e perspectivas não aparentes desse movimento histórico. Sendo assim, os processos de contrarreformas correntes no contexto brasileiro mantêm a dinâmica político-econômica e ideológica do sistema de ensino superior e das demais políticas de educação superior decorrentes da conjuntura societária. Considerando as restrições orçamentárias propostas por medidas provisórias e decretos governamentais, não só se restringe o direito à educação, também se limita as possibilidades de permanência estudantil no ensino superior mediante o contexto político-econômico que não favorece condições de vida dignas para os discentes das famílias pauperizadas da classe trabalhadora que são as que acessam majoritariamente políticas sociais com recortes de renda delimitando assim a fase contemporânea da assistência estudantil limitada.

Encontra-se neste cenário, a assistência estudantil limitada a fatores que têm se arrastado historicamente e freado a concretização integral da legitimidade e ampliação de direitos, custosamente, erigidos. Persistem, portanto, algumas contradições que vão de encontro àquilo que se poderia esperar já exaurido no contexto das IFES posto que remediado pela assistência estudantil. Verifica-se, por exemplo, um número maior de acesso à universidade por uma parcela de estudantes com renda familiar per capita inferior a um salário mínimo e meio, oriundos de escola pública e as reservas de vagas pelas ações afirmativas, contudo, a incompatibilidade de recursos financeiros diante das crescentes demandas físico-estruturais, carência de profissionais e, igualmente, carência de capacitação diante do público composto por estudantes PCDs e de comunidades indígenas não-falantes do português, entre outras necessidades para contribuir com a permanência estudantil e conclusão dos cursos, além do transporte, acesso à saúde, são várias as situações que influem

diretamente nas condições de vida do estudante, repercutindo na sua QVA.

Notadamente, o ensino superior público brasileiro passou por várias mudanças percebidas, por exemplo, na oferta de vagas nas universidades federais do país por conta da abertura de novas universidades e campi universitários, principalmente, no interior do país, no processo seletivo das universidades, através do ENEM e a reserva de vagas para estudantes oriundos da escola pública, hipossuficientes e para estudantes pretos, pardos e indígenas, através da lei, n. 12.711/2012 (MARQUES; CEPEDA, 2012; RISTOFF, 2016).

Um novo perfil de estudantes nas universidades federais estabeleceu novos desafios para a política pública, dentre eles, a promoção de ações que viabilizassem a permanência destes estudantes na universidade e estimulassem a conclusão de seu curso. A década de 2000 demarca o período em que as ações de assistência estudantil passaram a ganhar uma perspectiva de política governamental por meio do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES).

Para a compreensão deste Programa, criado para reforçar a regulamentação da assistência estudantil como política governamental, torna-se necessário revisitar, ainda que brevemente, fatos significativos da sua trajetória histórica, o que será tratado na próxima subseção.

### 3.3.3 Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES): trajetória histórica

A política do PNAES resultou de um processo histórico em que se buscou normatizar a assistência estudantil na Educação Superior. O conhecimento acerca das transformações sociais e políticas brasileiras ocorridas nesse processo favorecem a compreensão da busca por sua legitimação enquanto política pública.

Tais fatos iniciam no governo de Getúlio Vargas (1930 a 1945), em meio à uma reorganização da sociedade brasileira, através da formação de uma política nacional de educação, onde pela primeira vez, ocorreu uma reforma no ensino superior e uma possível regulamentação da assistência para os estudantes universitários através do Decreto 19.85/031, denominado Lei Orgânica do Ensino Superior, também chamado Reforma Francisco Campos. De acordo com Silveira (2012), essa ação de Vargas é pioneira em reconhecer a assistência estudantil por parte do Estado, constituindo-se “na primeira ação de regulamentação da política de assistência estudantil brasileira, concomitante com a aprovação do Estatuto das Universidades Brasileiras” (SILVEIRA, 2012, p. 52).

Destaca-se também neste período, a regulamentação da assistência estudantil por meio da Constituição Federal de 1934, no artigo 157, § 2º: “Parte dos mesmos fundos se aplicará em auxílio a alunos necessitados, mediante fornecimento gratuito de material escolar, bolsas de estudos, assistência alimentar, dentária” (BRASIL, 1934). No que tange, especificamente, ao ensino superior que estava se organizando no país, a assistência estudantil se realizava por meio “de investimentos nas instituições, na tentativa de integrar a comunidade acadêmica e acomodar os estudantes de forma satisfatória, sendo as primeiras ações da época as construções de cidades universitárias” (SILVEIRA, 2012, p. 53).

A criação da União Nacional dos Estudantes (UNE) também se constituiu um marco para reivindicar e balizar os direitos referentes aos estudantes universitários. Durante o II Congresso Nacional dos Estudantes, foi aprovado um plano de reforma educacional propondo soluções para problemas educacionais, e auxílios para os estudantes com dificuldades econômicas, dando início a uma conscientização por parte destes sobre assistência estudantil nas universidades brasileiras (SILVEIRA, 2012).

No aspecto legal os encaminhamentos para balizar um documento que normatizasse a assistência estudantil têm suas bases na década de 1940 com a promulgação da nova Constituição Federal em 1946, tornando obrigatória a assistência estudantil em todos os sistemas de ensino, como assevera o artigo 172: “Cada Sistema de Ensino terá, obrigatoriamente, serviços de assistência educacional que assegurem aos alunos necessitados, condições de eficiência escolar” (BRASIL, 1946) e na década de 1960, a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases – LDB/Lei nº 4.024 em 1961 juntamente com a Constituição Federal de 1967 contribuindo para que a Assistência Estudantil passasse a ser vista como direito igual para todos os estudantes e que este direito fosse inserido na política de educação assegurando oportunidades iguais para todos (SILVEIRA, 2012). Contudo, segundo Silveira (2012), na época essas garantias estavam asseguradas enquanto normas na teoria, porém, sob o jugo da ditadura que hostilizava a classe estudantil, esses direitos eram inviabilizados na prática.

A realização do II Seminário Nacional de Reforma Universitária em Curitiba, este evento organizado pela UNE tornou-se importante para a história da construção da política de assistência estudantil debatendo alguns pontos fulcrais para a

assistência ao estudante, dentre eles “(...) assistência médica; assistência habitacional, com a construção de casas de estudantes; e o aumento do número de restaurantes universitários (SILVEIRA, 2012, p. 54 - 55).

Com o objetivo de manter uma política de assistência ao estudante universitário em nível nacional, com prioridade aos programas de alimentação, moradia, assistência médica e odontológica, foi criado em 1970, pelo governo federal vinculado ao MEC, o Departamento de Assistência ao Estudante (DAE), já mencionado, anteriormente.

Destaca-se também o 1º Encontro de Casas de Estudante, em 1976, no Rio de Janeiro como marco para retomada da luta pela assistência aos estudantes, especialmente, pela Pró-Moradia Estudantil, promovida pela UNE.

Porém, de acordo com Silveira (2012), muitas dessas ações tinham um caráter apenas pontual, criadas sob a pressão da organização do movimento estudantil e algumas voltadas ao nível básico e médio, excluindo o ensino superior. Além disso, os benefícios conferidos aos estudantes, nessa época, não tinham um caráter expressivo que contribuísse para sua permanência nem um projeto de âmbito nacional que tratasse da assistência estudantil para manutenção dos jovens na universidade com um acesso bastante restrito dos jovens ao ensino superior.

Destaca-se, que nos anos que se seguiram durante a ditadura militar, houve um movimento de democratização nas universidades, marcado pelo aumento do número de vagas, porém a questão do acesso não era uma pauta discutida.

Vale ressaltar que a questão da permanência,

[...] passou a ser debatida no meio acadêmico em meados da década de 1980, ocorrendo as primeiras discussões sobre o assunto nos Encontros Nacionais de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis e nas reuniões realizadas pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior – ANDIFES (SILVEIRA, 2012, p. 58).

Discussões estas que culminaram na criação do FONAPRACE em 1987, órgão que buscava promover o debate sobre a assistência estudantil, a fim de que as instituições de ensino superior se articulassem na busca do estabelecimento de políticas nacionais que visassem o acesso, a permanência e a conclusão dos cursos, sobretudo, para alunos socioeconomicamente vulneráveis. Havia também o entendimento de que não bastava apenas oportunizar o acesso, era necessário criar condições concretas para a permanência desse público. Em defesa da integração

regional e nacional das instituições de ensino superior, FONAPRACE e ANDIFES promoviam discussões que objetivavam a garantia da igualdade de oportunidade na perspectiva do direito social, a prevenção e erradicação da retenção e a evasão escolar provenientes das dificuldades socioeconômicas dos estudantes das IES, de baixa condição socioeconômica. Era consenso entre as IES as dificuldades que estavam encontrando para manter os estudantes matriculados, fortalecendo a importância da política de assistência estudantil.

Essas discussões ressoaram e ganharam novo fôlego com a promulgação da Constituição Federal de 1988, que além de buscar a garantia da efetividade dos direitos fundamentais e a prevalência dos princípios democráticos, buscou firmar o processo de redemocratização da educação, por meio da universalização do acesso e da gestão democrática, centrada na formação do cidadão. Na Constituição Federal, no artigo 206, está instituído que o ensino será ministrado com base em alguns princípios sendo o primeiro: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola (BRASIL, 1988).

Na década de 1990 com a aprovação da LDBEN/1996 teve início uma discussão sobre a possibilidade de alocar recursos em uma perspectiva nacional para a assistência estudantil na educação superior, porém, “a assistência estudantil ainda tinha uma forma fragmentada e se restringia a instituições isoladas e a poucos recursos” (SILVEIRA, 2012, p. 57).

Foi a partir dos anos 2000 que as ações de assistência estudantil passaram a ser vistas como possibilidade de política governamental. Para isto, entrou em cena a ação do FONAPRACE que desde a década anterior, vem desenvolvendo pesquisas “com o objetivo de descrever o perfil médio socioeconômico e cultural dos (as) discentes das Instituições Federais de Ensino Superior” (FONAPRACE, 2018, p. 11), para dar maior robustez sobre a necessidade de uma política nacional de assistência ao público universitário. Além disso,

As pesquisas de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES, realizadas pelo FONAPRACE, com apoio da ANDIFES nos anos de 1996, 2003, 2010, 2014 e 2018, vieram preencher uma lacuna importante pois não se conheciam aspectos fundamentais do perfil básico socioeconômico e cultural dos (as) discentes dos cursos de graduação. Ademais era preciso evidenciar, por meio de pesquisas sistemáticas, as recentes mudanças no perfil estudantil (FONAPRACE, 2018, p. 13).

Na primeira pesquisa realizada de 1996 a 1997, com 44 IFES destacou-se o alto percentual, 44,29%, de estudantes de origem familiar das categorias C, D e E<sup>22</sup> - confirmando a real demanda para a assistência estudantil. E foi a partir desta primeira pesquisa do perfil socioeconômico, que em 1998 foi formulada a primeira versão do Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) (FONAPRACE, 2011).

Na segunda pesquisa de 2003, com a participação de 47 IFES, ficou revelado o alto índice de estudantes nas classes C, D, E, o que correspondia a 42,8% deles com uma renda média familiar mensal de, no máximo, R\$ 927,00, estando na faixa de vulnerabilidade social. Após a segunda pesquisa de 2003/2004, o PNAES foi sendo acompanhado e aperfeiçoado pelo FONAPRACE, de modo a tornar possível sua execução em todas as Universidades Federais, respeitando as características e perfis específicos. Desta forma, em agosto de 2007. O PNAES foi então adotado e lançado pela ANDIFES,

como busca de solução dos problemas relativos à permanência e à conclusão de curso por parte dos estudantes em vulnerabilidade socioeconômica das Universidades Federais, por meio da articulação de ações assistenciais na perspectiva de inclusão social, de melhoria do desempenho acadêmico e de qualidade de vida (FONAPRACE, 2011, p. 11).

E no mês de dezembro do mesmo ano, o PNAES, por meio da Portaria Normativa Nº 39 do MEC, foi criado no setor da Secretaria de Educação Superior (SESU)<sup>23</sup> e “como política de governo, o PNAES foi prontamente posto em prática, logo a partir do mês de janeiro de 2008” (FONAPRACE, 2011, p. 11).

De outubro a dezembro de 2010 foi realizada a terceira pesquisa, com a participação de 56 IFES, na qual se verificou que, além do índice de 43,7% do público estudantil pertencente às classes C, D e E. Houve o aumento da presença de estudantes pretos, de 5,9% para 8,7%, e de pardos, de 28,3 para 32,1%, refletindo a institucionalização das políticas de ação afirmativas e do REUNI, porém com

---

<sup>22</sup> Baseada na Classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que utiliza os seguintes critérios: Classe A (Acima de 20 salários-mínimos), Classe B (De 10 a 20 salários-mínimos), Classe C (De 4 a 10 salários-mínimos), Classe D (De 2 a 4 salários-mínimos) e Classe E (Até 2 salários-mínimos). Para mais informações acessar: IBGE. POF – Pesquisa de Orçamentos Familiares. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/busca.html?searchword=Classes+sociais+A%2C+B%2C+C%2C+D+e+E>

<sup>23</sup> Acessível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu-secretaria-de-educacao-superior/apresentacao>

percentual de negros inferior (40,8%) aos 50,7% de acordo com o Censo 2010 do IBGE (FONAPRACE, 2018).

O ano de 2010 destaca-se, sobretudo, pela promulgação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Ocorreu em,

Em 19 de julho de 2010, por meio do Decreto Nº 7234 da Presidência da República, o PNAES foi consolidado como programa de estado e instituído no âmbito do Ministério da Educação – MEC. O plano foi então convertido em Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, mantendo a sigla (FONAPRACE, 2011, p. 11).

A promulgação deste documento representou uma vitória histórica calcada em anos de debates e discussões pela reivindicação de direitos dos estudantes das IFES e veio concretizar “a garantia da assistência estudantil enquanto um direito social voltado para igualdade de oportunidades aos estudantes do ensino superior público” (VASCONCELOS, 2010, p. 608). Representou um ato que no “Governo Lula é o reconhecimento de sua importância estratégica para ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal” (FONAPRACE, 2011, p. 11). Constitui-se também, documento norteador para a construção e desenvolvimento de políticas de assistência aos estudantes de graduação nas IFES do país (JESUS, 2016). Neste sentido, as ações implementadas por esta política “devem considerar a necessidade de viabilizar a igualdade de oportunidades, contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e agir, preventivamente, nas situações de retenção e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras” (BRASIL, 2010).

De acordo com sua estrutura,

O PNAES está dividido em nove artigos, sendo o primeiro redigido para definir o órgão de execução e a finalidade do Programa, o segundo para expor os objetivos, o terceiro para apresentar a forma da execução (articulação e áreas), o quarto indicando as metas, o quinto estabelecendo as prioridades de atendimento, o sexto instituindo o compromisso das instituições com as informações demandadas pelo MEC, o sétimo indicando o fluxo do repasse de recursos, o oitavo apontando as fontes de recursos e a necessidade de compatibilizar volume empregado e público atendido e, por fim, o nono com o anúncio da vigência do decreto (SILVA, 2021, p. 12).

Foi criado com a finalidade de ampliar as condições de permanência de estudantes das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) devendo “ser

implementado de forma articulada com as atividades de ensino, pesquisa e extensão, visando o atendimento de estudantes regularmente matriculados em cursos de graduação presencial” (BRASIL, 2010). Dentre os objetivos do PNAES, destaca-se a democratização das condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal, além de minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior e reduzir as taxas de retenção e de evasão contribuindo para a promoção da inclusão social pela educação (PNAES, 2010).

Buscando contemplar as expectativas dos estudantes em condições sociais desfavoráveis, foram previstas ações de assistência estudantil nas seguintes áreas: moradia estudantil, alimentação, transporte, atenção à saúde, inclusão digital, cultura, esporte creche, apoio pedagógico e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação (PNAES, 2010).

No contexto atual em âmbito nacional, a política do PNAES segue enfrentando desafios devido à insegurança política que paira sobre sua existência jurídica em razão de,

[...] ter sido editado por meio de um decreto presidencial, no exercício das competências do artigo 84, VI da Constituição Federal, (...) fato de sua edição não passar pelo debate democrático perante o Poder Legislativo, podendo ser modificado e até mesmo revogado a qualquer momento, pelo Chefe do Poder Executivo Federal. Assim, abriga certa precariedade formal, resultando na sua fragilidade enquanto política pública, uma vez que a ele não se pode atribuir, em razão da espécie normativa que trata do Pnaes, o caráter de política de Estado (CROSSARA, 2020, p. 35-36).

Essa fragilidade fica exposta, sobretudo, diante da realidade política nacional marcada por negacionismos e ameaça à democracia deixando um clima de instabilidade que pode resvalar na política de assistência estudantil, tanto na sua edição, quanto em uma possível modificação futura.

Esta possibilidade, teve ameaça de se efetivar conforme informações passadas no FONAPRACE de novembro de 2021, sobre a circulação de uma minuta de autoria de setores técnicos do Ministério da Educação, noticiado no site oficial da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)<sup>24</sup>. Não se teve acesso a

---

<sup>24</sup>Disponível em: <http://www.unirio.br/news/nota-da-prae-em-defesa-do-programa-nacional-de-assistencia-estudantil>

esse documento, mas a simples menção à existência desse documento, gerou grande preocupação por parte de entidades representativas dos estudantes e aos gestores e gestoras dos órgãos ligados à assistência estudantil nas IFES, em função dos retrocessos contidos na proposta, como por exemplo, a exclusão de cinco eixos estruturantes nas áreas focalizadas pelo Decreto e o critério de ultrapassagem do tempo de integralização curricular, além de alterações sobre a forma e o valor dos benefícios. Ante a materialidade da promulgação de um novo decreto presidencial, a União Nacional dos Estudantes (UNE), a União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES) e o FONAPRACE divulgaram uma Carta aberta às IFES<sup>25</sup>, direcionada também à toda sociedade brasileira em cujo teor expressam-se contrários à tal minuta e defendem que o MEC empreenda uma ampla discussão junto à comunidade estudantil, gestores, trabalhadores e pesquisadores das IFES sobre a Assistência Estudantil como direito dos estudantes e dever do Estado.

Constatou-se que a política pública do PNAES passa por momentos de crise, tendo sua legitimidade ameaçada e colocando em risco as garantias estudantis já adquiridas e o combate às desigualdades social e educacional, a permanência e conclusão dos cursos, bem como o acesso ao Ensino Superior público. Os riscos à garantia desses direitos dos estudantes ficam evidenciados, principalmente, quando se traz para o debate a questão da qualidade de vida deles, um fator importante para sua continuidade de seus estudos, objeto que será abordado na próxima subseção.

#### 3.3.4 Qualidade de vida: aspectos históricos e sua relação com a universidade

A ideia de se viver com qualidade já estava presente na antiguidade. Entre os filósofos da Grécia antiga havia o pensamento da associação entre felicidade e bem-estar e do equilíbrio adquirido com um corpo saudável. Comênio, no século XVII, defendia que saúde, higiene e educação eram vinculadas ao prolongamento da vida (FIEDLER, 2008).

Na Idade Média, diante da preocupação com o esgotamento dos recursos naturais, da poluição cada vez maior do meio ambiente, crescimento econômico acelerado, isso tudo traria riscos para uma “boa vida”, fazendo renascer a preocupação com a qualidade de vida. Essa realidade revela aspectos relacionados

---

<sup>25</sup> Disponível em:

<https://cms.ufmt.br/files/galleries/11/35b19fe51b04ab9db0c6257864ef44d6d6237c0fa.pdf>

de um lado aos senhores feudais, para os quais manter seus dotes, acumular bens materiais e adquirir terras simbolizavam boa qualidade de vida. De outro lado, para os vassallos significava a ideia de uma falsa posse, a da força do trabalho, um atributo ou condição das pessoas, força esta capaz de distinguir uma pessoa da outra e determinar sua natureza. Com o aparecimento da burguesia, nova classe social, o conceito de qualidade de vida ganha um novo significado, ainda associado à aquisição de bens materiais, mas com outro objetivo: garantir espaço e prestígio social (OLIVEIRA, 2006).

Acompanhando a história, essa compreensão de qualidade de vida torna-se atributo de classe na medida em que privilegia um grupo, mesmo que temporariamente, separando ricos de pobres, aqueles que são donos dos meios de produção e acumulam bens e aqueles que colocam à disposição e vendem sua força de trabalho para tentar alcançar o nível dos anteriores. Neste sentido, ter qualidade de vida está ligado a produzir, envolve constantes avaliações, cumprir regras pré-definidas, sofrer sanções, ambições que impõem ao indivíduo um produto a ser alcançado, “o qual desconsidera o projeto individual de qualidade gerado para a vida humana” (OLIVEIRA, 2006, p. 10).

Historicamente, o primeiro registro do uso dos termos “qualidade” e “vida” unidos foi em 1920, por Pigou, mas não ganhou muita importância (OLIVEIRA, 2006).

Por considerar os efeitos da 2ª Guerra Mundial nas condições de vida das pessoas pertencentes aos países membros, a Organização das Nações Unidas (ONU) conduziu estudos na década de 1950 que buscavam medir os atributos humanos a partir da medição da extensão da riqueza das pessoas, nomeados de “boa vida” (OLIVEIRA, 2006).

Nos anos de 1960, a preocupação era perceber se as pessoas estavam satisfeitas ou insatisfeitas com a qualidade de suas vidas. Com este novo posicionamento para entender melhor a QV, buscou-se partir do significado de “qualidade” e “vida”. Assim, entende-se por “qualidade” um termo que designa uma característica ou descrição do ser, dos fenômenos ou objetos a que se refere. Já o termo “vida”, tem o sentido de existência, o maior bem da humanidade que deve ser preservado, um direito (OLIVEIRA, 2006).

A partir de pesquisas voltadas para os aspectos social e econômico, um primeiro referencial foi o uso do Produto Interno Bruto (PIB) para relacionar à “boa

vida”. Contudo, estes estudos receberam críticas por parte de cientistas sociais já que a extensão da riqueza medida não era um atributo concedido igualmente a todos. Tal crítica ganhou reforço com a declaração em discurso do presidente dos Estados Unidos, Lyndon Johnson, em 1964 que ao utilizar pela primeira vez a expressão QV afirmou: “os objetivos (de bem-estar da população) não podem ser medidos através do balanço dos bancos. Eles só podem ser medidos através da qualidade de vida que proporcionam às pessoas” (FLECK, 1999, p. 20 *apud* OLIVEIRA, 2006, p. 5).

De um modo geral a expressão QV é considerada complexa, ampla, subjetiva, com significados diferentes para cada pessoa ou grupo social, como por exemplo ter uma boa saúde, ser feliz, ter família, amor, um bom salário, uma boa moradia, dentre outros. Trata-se, então, de um conceito complexo, até evasivo e que pode se diferenciar conforme cada cultura (ARAGÃO, 2021).

Estudos sobre QV se intensificaram a partir da década de 1990 sobre influência da Organização Mundial de Saúde (OMS). Para este órgão em função de múltiplas concepções, QV é definida como associada a valores, entre outros, à saúde, equidade, democracia e cidadania e resulta de práticas assistenciais, de saúde e de políticas públicas (OMS, 2008). Gordia *et al.* (2011) corroboram esta concepção ao salientar que a promoção de políticas públicas mediante o conhecimento de fatores associados à qualidade de vida, visa melhorar as condições sociais da população. Com isto, depreende-se que a questão da qualidade de vida abrange garantir a sobrevivência da sociedade em diferentes aspectos do seu cotidiano relacionados à saúde, educação, alimentação, trabalho, transporte, entre outros. Ainda na década de 1990, a OMS criou um grupo de estudos com especialistas para se gerar mais conhecimentos sobre o tema e, assim, desenvolver instrumentos para avaliá-lo (ARAGÃO, 2021). Este grupo criou a seguinte definição sobre QV: “A percepção do indivíduo sobre a sua posição na vida, no contexto da cultura e dos sistemas de valores nos quais ele vive, e em relação a seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações” (WHOQOL-BREF, 1996, p.6). Portanto, que nesta concepção a QV abrange a compreensão que se tem, individualmente, sobre como se intervém na realidade e os efeitos dessa intervenção na multiplicidade de situações experienciadas na vida.

A principal característica ao se vislumbrar o conceito de QV é a interdisciplinaridade, uma vez que se constitui hoje um dos campos mais importantes

para o diálogo entre as diferentes disciplinas e escolas de pensamento, na busca de avanços concretos para as pessoas das mais diferentes culturas. Abrange um universo de conhecimento que se expressa como uma área multidisciplinar de conhecimento englobando, além de diversas formas de ciência e conhecimento popular, conceitos que permeiam a vida das pessoas como um todo (ALMEIDA, 2012).

Segundo Catunda (2008), a tendência mais atual tem sido ampliar o conceito de QV com fatores mais subjetivos da experiência humana com expressões como “sensação de bem-estar”, “satisfação pessoal, por meio de acesso a novas tecnologias para o equilíbrio entre o corpo e a mente”, “percepção de bem-estar, a partir das necessidades individuais, ambiente social e econômico e expectativa de vida” (CATUNDA, 2008, p. 23). Mas, segundo o panorama sociocultural, QV:

[...] pressupõe a capacidade de efetuar uma síntese cultural de todos os elementos que determinada sociedade considera seu padrão de conforto e bem-estar. O termo abrange muitos significados que refletem conhecimentos, experiências e valores de indivíduos e coletividades que a ele se reportam em variadas épocas, espaços e histórias diferentes, sendo, portanto, uma construção social com a marca da relatividade cultural (MINAYO, 2000 *apud* CATUNDA, 2008, p. 23).

Neste sentido, Brasileiro (2002, p. 18) já destacava em sua tese doutoral que o conceito de qualidade precisava ser compreendido enquanto significante e não apenas como significado, pois,

*[...] es un concepto históricamente producido, en este caso no puede ser definido en términos absolutos. Presupone un análisis procesual, una dinámica, la recuperación de lo específico y el respeto a las condiciones coyunturales. Es, por lo tanto, un concepto fijado a partir del arbitrio sociocultural y orientado por las diferentes expectativas que incorporan demandas diversificadas y mutables al paso de los tiempos. Además, no es un concepto neutro; al contrario, refleja una posición política e ideológica perceptible [...].*

Em consequência, conceituar QV acompanha a dinâmica dos diferentes contextos sociais com suas diferenças culturais, suas prioridades e crenças.

Sobre isto Herculano (2000) desenvolveu estudo no qual defende a mensuração e interpretação de indicadores de qualidade de vida, pois segundo a autora, fornecem informações condensadas, simplificadas, quantificadas, que facilitam a comunicação, comparações e o processo de decisão, podendo inclusive,

mobilizar a sociedade afim de pressionar os que tomam as decisões. Esta autora ressalta que um dos indicadores mais conhecidos é o Produto Interno Bruto (PIB), indicador de progresso econômico. Porém, conforme frisado anteriormente sobre o PIB recai avaliações que na opinião da autora trata-se de uma crítica,

[...] que aponta a ineficácia de se quantificar o PIB per capita sem se ter o pulso da real distribuição de renda. A própria metodologia de mensuração do PIB é inadequada, pois pode contabilizar como atividades econômicas ações na verdade destrutivas, como desmatamentos e demolições e até mesmo imorais, como as empresas de prostituição e de tráfico de crianças (HERCULANO, 2000, p. 15).

Em contraposição ao PIB, Herculano (2000, p.15) ressalta que:

Em 1990 a ONU, dando-se conta do caráter restritivo do PIB, deu início a medição de um desenvolvimento com rosto humano, através do IDH (Índice de Desenvolvimento Humano/HDI), que sintetiza quatro indicadores (expectativa de vida, taxa de alfabetização, anos de escolaridade e PIB/capita) e dispõe os cerca de 160 países em um ranking. (...) Seus pressupostos são óbvios: quanto maior a instrução, maior a informação e a predisposição para a ação positiva; quanto mais universalmente distribuída a educação, menos concentrada será a renda; quanto mais assistida uma pessoa - em nutrição, saúde, saúde pública, salubridade no trabalho, segurança contra formas de violência - mais longa sua expectativa de vida.

Estas colocações reforçam que o bem-estar ou qualidade de vida da população não pode restringir-se a medição do crescimento da produção, mas passa, necessariamente, pela qualidade da educação e da saúde ofertadas.

Herculano (2000) chama a atenção para a inclusão da dimensão ambiental para perceber o nível de qualidade de vida, visto que “[...] as pessoas podem ter boa escolaridade, longa expectativa de vida, acesso às riquezas geradas, mas morarem e trabalharem em locais poluídos, sujeitos a riscos” (HERCULANO, 2000, p. 22).

Gomes (2020), ao relacionar Educação Superior com o tema da sustentabilidade, destaca o estudo da Ambientalização Curricular, entendido como um processo complexo que,

[...] envolve conceitos, procedimentos e atitudes, porém, destaca a ação de participação política com o compromisso de desenvolver a formação integral dos estudantes. (...) a formação da totalidade do indivíduo que envolve entre outros aspectos o desenvolvimento da consciência ecológica e ambiental. (...) integração e incorporação das questões socioambientais nos cursos e currículos. (...) ao diálogo entre as diferentes formas de conhecimento, sejam eles provenientes do saber científico ou da sabedoria popular e tradicional. (...) a produção cultural e permanente de profissionais como forma de

melhorar a relação entre a sociedade e a natureza (...) o desafio da mudança radical de conteúdos na universidade a partir dos valores ambientais e sustentáveis (GOMES, 2020, p. 76-78).

Neste sentido, Oliveira (2006) aponta estudos que, por um lado, analisam o contexto das transformações socioambientais e da modernidade na sociedade atual relacionada à mudança observada em indivíduos saudáveis, mas que se sentem e se dizem doentes devido depararem-se,

[...] frente a questões nunca vislumbradas anteriormente com esta magnitude, é explicado pelos processos de integração global nas esferas econômicas, sociais e de poder, a problemática ambiental que rompe fronteiras geográficas e barreiras políticas, a vivência em situações de risco, a violência e a desadaptação ambiental. O desemprego e as dificuldades subjetivas fazem com que sejam identificados como deprimidos, apáticos, não participativos, despossuídos; por fim, expressando uma qualidade de vida metafórica. A necessidade de ser reconhecido e identificado faz com que esses pacientes procurem desesperadamente algo no espaço do serviço de saúde pública, mesmo que a partir da doença, do dizer doente do sofrer enquanto doente (OLIVEIRA, 2006, p. 13-14).

Por outro lado, no ambiente universitário situações semelhantes se revelam:

[...] No tocante à adaptação do aluno ao ambiente e ao momento universitário e ao seu desempenho acadêmico. No caso de alunos com rendimento acadêmico prejudicado, um paralelo pode ser traçado entre os sintomas somáticos dos pacientes acima relatados, podendo ser, no caso dos alunos, uma expressão da insatisfação com a instituição, curso, disciplina, professor ou outro fator que o atinge e modifica a sua qualidade de vida e não somente o seu despreparo para a etapa de aprendizado (OLIVEIRA, 2006, p. 14).

São essas situações que permeiam a singularidade e multidimensionalidade dos indivíduos no cotidiano acadêmico nos tempos atuais, que mobilizam estudos sobre a QVA de estudantes no ensino superior.

Neste sentido, Santos (2017) destaca que o ingresso no ensino superior demarca uma fase de transição e adaptação, que leva os estudantes, inseridos nesse contexto acadêmico, a apresentarem alguns fatores psicossociais alterados, como redes familiares e sociais de apoios abaladas, pelo fato de alguns universitários mudarem de cidade, começarem a conviver com novas pessoas e terem que se adaptar a uma nova realidade.

No âmbito internacional estudos sobre a importância da QV de estudantes universitários datam da década de 1970, mas somente na década de 1980 surgiu a necessidade de se conhecer a QV do público universitário (CATUNDA, 2008).

No Brasil, estudos sobre QV do estudante universitário datam da década de 1990, com destaque a um estudo de Catunda (2008), que teve como um dos objetivos a elaboração de uma definição clara do conceito de QV. Para este autor, o conceito de Qualidade de Vida dos Estudantes (QVE) é “a percepção de satisfação e felicidade, por parte do estudante, em relação a múltiplos domínios de vida, à luz de fatores psicossociais e contextuais relevantes e estruturas de significados pessoais” (CATUNDA, 2008, p. 24).

Com a evolução histórica, a busca por relacionar a temática da QV no contexto universitário vem ganhando espaço nas últimas décadas do século XXI, sobretudo, considerando as mudanças sociais e o público que vem adentrando o espaço universitário. Com este intento, vislumbrar um conceito sobre QV que envolva não apenas os estudantes, mas todos os fatores no entorno de sua vivência no ensino superior parte, em princípio, de se considerar o caráter amplo que o entendimento sobre QV adquiriu, mas sem ter uma definição conceitual aceita universalmente.

Nesse aspecto, Oliveira (2006) enfatiza que a diversidade cultural se faz presente na Universidade através dos estudantes, e servidores em geral, e que esse encontro de diferentes culturas é representado tanto por estudantes vindos de outros países, mas, principalmente, por aqueles vindos das diferentes regiões, famílias, tradições culturais, religiões e momentos de vida. Contudo, o autor adverte que ao se falar de QV é necessário assumir uma postura multidimensional, visto que são muitos os fatores relacionados com a vida.

Além dessas situações, o ingresso no cotidiano acadêmico manifesta uma série de efeitos na vida dos estudantes, além da dimensão da saúde. A entrada neste novo ambiente demarca uma transição no desenvolvimento psicológico e social dos estudantes, já que representa, muitas vezes, o primeiro passo para sua autonomia. O primeiro ano na universidade é marcado por um impacto que vai além da expectativa da formação almejada. Neste novo ambiente, os estudantes conhecem e passam a conviver com novas pessoas, advindas de ambientes e formas de pensar e agir diversos. Muitos desses jovens, ao buscarem um curso superior, saem de sua cidade natal e passam a residir longe de seus familiares, um fator que também pode interferir na adaptação à realidade da formação profissional. A permanência e a conclusão do curso universitário são características que merecem destaque, uma vez que exigem intenso processo de engajamento do estudante na sua formação, assim como para a

instituição, que deve se responsabilizar no apoio a essa efetivação. Espera-se dos universitários autonomia na aprendizagem, na administração do tempo e na definição de metas e estratégias para os estudos. Além das aulas, dos estágios, dos trabalhos de conclusão de curso, há a preocupação com a vida de egresso, o que pode gerar ansiedade e insegurança (ANVERSA, 2018).

Para Costa (2016), a qualidade de vida do estudante universitário é considerada um fator relevante para a sua performance acadêmica, tempo para os estudos, satisfação e persistência nos cursos, conduta em classe, relações sociais e envolvimento extracurricular. Há estudos que evidenciam que a universidade proporciona vivências que podem ou não promover a qualidade de vida (PARO; BITTENCOURT, 2013). Atividades extracurriculares, relação aluno-professor e a relação entre os colegas podem ser enquadradas como promotoras da qualidade de vida. Já a falta de acolhimento dos professores, a pouca integração com alunos de outros cursos e a carga horária intensiva para o estudante trabalhador tem efeito contrário, ou seja, não promovem a qualidade de vida (PARO; BITTENCOURT, 2013).

Considerando todos esses fatores, é que se especifica o termo QVA no entendimento de que o termo “Acadêmico”:

[...] refere-se a estudante universitário. A palavra “acadêmico” tem origem no latim *academicus*, que quer dizer “relativo à Academia”, de academia, do grego *akademeia*, que significa “o bosque de Akademos”, cujo terreno Platão instalou a sua escola filosófica. Define-se também como aquilo que é relativo à academia ou que a essa pertence e ainda pode designar aquilo que é próprio ou de referência à instituição de ensino superior, bem como de suas atividades ou de seus alunos. Por exemplo, “conselho acadêmico” ou “vida acadêmica”<sup>26</sup> (CORTES, 2019, *online*).

É sobre a influência dessa realidade acadêmica que permeia a vida dos estudantes que passam um tempo considerável de sua vida no ambiente das IES que a referência à QV se torna crucial, ao ponto de o FONAPRACE listar como uma das aspirações a ser incorporada no PNAES, deve: “proporcionar qualidade de vida e saúde integral aos estudantes universitários” (FONAPRACE, 2012, p. 71).

Com base neste entendimento, compreende-se que Qualidade de Vida Acadêmica (QVA) na realidade dos estudantes universitários, é um efeito resultante

---

<sup>26</sup>Disponível em: <https://www.gestaoeducacional.com.br/academico-o-que-e/#>

de múltiplos fatores, dentre eles, as ações materializadas pela assistência estudantil no ambiente universitário que contribuem para sua permanência e consequente sucesso acadêmico<sup>27</sup> compreendido como resultado de uma formação profissional humanizada durante a jornada acadêmica a se manifestar no mercado de trabalho.

Perante este entendimento, torna-se patente que as ações de assistência estudantil na instituição podem contribuir no processo de planejamento de possíveis intervenções por parte de gestores estimulando a adoção e o aperfeiçoamento de políticas públicas voltadas para a melhoria da qualidade de vida acadêmica do público estudantil, em especial, a política do PNAES, apresentada anteriormente.

Contudo, considera-se relevante compartilhar um levantamento sobre a Assistência Estudantil, Qualidade de Vida e Sustentabilidade, realizado através de Revisão Sistemática da Literatura (RSL). Buscou-se responder aos seguintes questionamentos: O que tem sido produzido na literatura científica a respeito desse tema, considerando o período de 10 anos (2010-2020)? Quais os níveis das publicações e quais são as regiões que são produzidas as pesquisas? Esses e outros questionamentos serão apresentados e discutidos na próxima subseção.

### **3.4 Revisão da Literatura sobre Assistência Estudantil, Qualidade de vida e Sustentabilidade (2010-2020)**

A Revisão Sistemática da Literatura (RSL) consiste numa modalidade de pesquisa orientada por protocolos específicos, na busca por entender e organizar de forma lógica um volumoso *corpus* documental, verificando sua relação a um determinado contexto. Tem caráter de reprodutibilidade, proporcionando que vários pesquisadores apresentem, explicitamente as bases de dados bibliográficos que foram consultadas (GALVÃO, 2019).

Esta revisão originou-se do entendimento de que a abordagem da assistência estudantil no contexto do ensino superior, entre outros fatores, deveu-se

---

<sup>27</sup>Sucesso acadêmico não é apenas o sucesso escolar ou educativo, mas também o sucesso pessoal, social e comunitário que deverá atingir o estudante universitário durante o tempo de sua vida no interior da academia que não poderá ser medido, apenas, pelas classificações ou notas do seu rendimento escolar, mas, sobretudo pelo desenvolvimento de capacidades e competências relacionais, de discernimento, de iniciativa, de espírito crítico e de bom senso que lhe permitam depois, na sua atividade profissional, responder de um modo adequado e eficaz às mais variadas situações que a vida e a futura profissão lhes irão proporcionar (TAVARES, 2000, p, 8).

à mudança do perfil do público que passou a ingressar nas universidades. Esse ingresso foi fortemente influenciado por fatores históricos, sociais e políticos legitimados por políticas públicas voltadas para o ensino superior como o caso do PNAES. Mas, para além de uma política que normatiza direitos no âmbito do ensino superior, verifica-se a necessidade de entender a qualidade de vida influenciada por essa política que estando no contexto da universidade, desenvolve-se por meio da educação. Educação esta que se desenvolve em todos os níveis, nas relações humanas e com a natureza, num processo amplo que envolve descoberta, cognição<sup>28</sup> e afetividade. Neste sentido, a educação promovida na universidade se conecta com a questão ambiental relacionada à sustentabilidade no entendimento de que as instituições de ensino superior têm um papel decisivo para que se incorpore a prática sustentável como promotora de uma consciência ampliada sobre o homem e sua relação com a natureza nas ações de ensino, pesquisa, extensão.

O tema da sustentabilidade foi incluído, inicialmente, devido a pesquisa estar sendo desenvolvida no âmbito de uma instituição inserida na realidade amazônica, espaço que mobiliza, historicamente, debates, reflexões, exploração e preservação numa luta de interesses e intensões que impactam o mundo todo. Neste movimento, a temática sustentabilidade se entrecruza com a assistência estudantil quando se relaciona, por exemplo, com o chamado “tripé da sustentabilidade”, que no entendimento de Ruscheinsky (2003), refere-se ao desenvolvimento econômico enquanto geração de riqueza, à proteção ambiental e seus impactos no ambiente natural e à inclusão social visando superação dos problemas provocados pela má distribuição de rendimento, acesso à saúde e oportunidades. Notadamente, a falta de equilíbrio entre as dimensões econômica, ambiental e social afeta a qualidade de vida, pois prejudica que os cidadãos vivam plenamente todos os aspectos para uma existência digna que envolva, subsistência, saúde e educação.

Por conseguinte, a relação da temática da sustentabilidade no contexto da educação superior e da assistência estudantil deve-se ao fato deste estudo estar inserido na linha de pesquisa Políticas Públicas, Diversidade Cultural e

---

<sup>28</sup>Cognição significa aquisição de conhecimento; capacidade de discernir, de assimilar esse conhecimento; percepção. Significa também, ação de conhecer, de perceber, de ter ou de passar a ter conhecimento sobre algo (DICIONÁRIO ON LINE DE PORTUGUÊS) Mais informações: <https://www.dicio.com.br/cognicao/>

Desenvolvimento Amazônico do Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Ambiente e Qualidade de vida, ao qual a autora desta dissertação se vincula. Esta relação temática se associa ao plano de ação global nomeado de Agenda 2030 (ONU, 2015). Neste documento, a relação com os temas citados é evocada quando é proposto que até 2030 haja igualdade de acesso à educação em seus diferentes níveis e à todas às pessoas, indiscriminadamente. Isto porque entende-se que, por meio da educação as pessoas se capacitam para entender melhor sobre si mesmas, suas várias dimensões, sobre suas condições subjetivas e materiais e o mundo em que vivem.

De acordo com Morin (2014, p. 35), compreende-se que se a sociedade e o ser humano são formados de múltiplas dimensões, “[...] ao mesmo tempo biológico, psíquico, social, afetivo e racional, já a sociedade comporta as dimensões histórica, econômica, sociológica, religiosa [...]” então, a partir da educação deve-se promover uma inteligência que considere essa multiplicidade, numa perspectiva ao mesmo tempo complexa, contextual e global, onde “[...] a cultura e a sociedade garantem a realização dos indivíduos e as interações entre os indivíduos permitem a perpetuação da cultura e a auto-organização da sociedade” (MORIN, 2011, p. 49).

Nessa perspectiva, a temática da sustentabilidade contribui, para além de uma consciência ambiental e ecológica, para a formação de pessoas que entendem a sua importância no mundo, conscientes de seu potencial e da preservação da sociedade mundial.

Nesse sentido, o reconhecimento da temática da sustentabilidade na Amazônia, assim como suas articulações com a questão ecológica no Brasil e no mundo, certamente exige mudanças de comportamento, ideias e ações na sociedade, dentre elas, por intermédio de políticas. Também se espera que tais mudanças possam fomentar alterações nas matrizes dos programas das escolas e das universidades tanto do Brasil como de outros países. Os temas “sustentabilidade e cultura são dimensões imprescindíveis para a consolidação das políticas públicas sustentáveis na era ecológica, da escala local à planetária numa perspectiva cidadã e solidária” (FREITAS, 2016, p. 109).

Diante desse entendimento, buscou-se realizar uma revisão sistemática da literatura (RSL) que subsidiasse uma compreensão dessa dimensão com relação à

assistência estudantil na universidade, a fim de que os resultados aqui apresentados possam dialogar com o objeto dessa dissertação.

Para realizar esta revisão de literatura adotou-se a bibliometria<sup>29</sup> com o objetivo de levantar estudos que envolvessem a assistência estudantil no contexto das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), e que estivessem integrando a qualidade de vida acadêmica e a sustentabilidade. O questionamento que orientou a busca foi: “Quais os artigos publicados nos anos de 2010 a 2020 em relação à temática da política de assistência estudantil, qualidade de vida, sustentabilidade e educação superior no Brasil?”. Então passou-se à construção do portfólio bibliográfico, que consiste numa relação dos artigos que passaram por um processo de refinamento e que, a partir dos critérios adotados, refletiram os artigos mais representativos sobre a temática em questão.

Para a bibliometria foi utilizado o *software* NVivo<sup>30</sup>, versão 12 Plus. Esta RSL foi realizada durante os meses de maio e junho de 2021 e, para isso, foi necessário acessar o Portal Periódico da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)<sup>31</sup>. Por meio da Comunidade Acadêmica Federada (CAFe)<sup>32</sup> é possível ter acesso às várias bases de dados. Foram escolhidas inicialmente as bases de dados *Wef of Science (WoS)*<sup>33</sup> e *Scopus*<sup>34</sup>. A escolha dessas bases se justifica pela capacidade de concentrarem publicações em nível internacional. Optou-se, posteriormente, por fazer o levantamento da literatura na seção “Buscar assunto” do Portal Periódicos (CAPES) e, de forma complementar, realizou-se uma consulta ao *Google Acadêmico*.

---

<sup>29</sup> Bibliometria é o estudo dos aspectos quantitativos da produção, disseminação, socialização e evidenciação da informação registrada (MACIAS-CHAPULA, 1998).

<sup>30</sup> O NVIVO é uma ferramenta poderosa que facilita a organização da fundamentação teórica, a análise dos dados, o desenvolvimento teórico e a apresentação dos resultados (MOZZATO; GRZYBOVSKI; TEIXEIRA, 2016).

<sup>31</sup> Disponível em [https://www-periodicos-capes-gov-br.ez263.periodicos.capes.gov.br/index.php?option=com\\_pcontent&view=pcontent&alias=missao-objetivos&Itemid=109](https://www-periodicos-capes-gov-br.ez263.periodicos.capes.gov.br/index.php?option=com_pcontent&view=pcontent&alias=missao-objetivos&Itemid=109). Acesso: 18/05/2021

<sup>32</sup> É um serviço disponível às instituições federais como o objetivo de facilitar a disponibilização e o aquisição dos serviços via web sem acarretar custos adicionais para os seus usuários. Disponível em <https://www.rnp.br/servicos/gestores-de-ti/hospedagem-e-armazenamento/cafe>. Acesso 16/5/2021.

<sup>33</sup> Disponível em: [http://wilearncap.asuscomm.com:81/wikipedia\\_en\\_all\\_novid\\_2017-08/A/Web\\_of\\_Science.html](http://wilearncap.asuscomm.com:81/wikipedia_en_all_novid_2017-08/A/Web_of_Science.html). Acesso em 16/5/2021.

<sup>34</sup> Disponível em: <https://www.elsevier.com/solutions/scopus/why-choose-scopus>. Acesso em 12/06/2021.

Após a definição das bases de dados, elaborou-se as palavras-chave, que foram utilizadas como filtro para a seleção dos artigos. Os termos estão identificados no Quadro 2 a seguir.

**Quadro 2-** Demonstrativo dos termos de busca da RSL do estudo

Nº	Termos utilizados na busca
1	"assistanc*" AND student AND "quality of life" AND university
2	(assistência estudantil) AND ("qualidade de vida") AND ("universidade")
3	sustentabilidade OR "desenvolvimento sustentável" AND "assistência estudantil" AND "qualidade de vida"

Fonte: Elaboração própria (2021).

Enfatiza-se que a diferença da utilização dos termos de busca nas bases de dados da WoS e Scopus em relação ao Portal de Periódicos Capes e ao Google Acadêmico deve-se à necessidade de pesquisar, necessariamente, estudos que envolvessem as quatro categorias (assistência estudantil, qualidade de vida, universidade e sustentabilidade). Nessas bases de dados não retornou nenhum artigo envolvendo essas categorias em um só trabalho. Encontrou-se com essas categorias juntas no *Google Acadêmico* um número considerável de trabalhos o que levou à adoção de critérios de inclusão e exclusão dos artigos para a composição do portfólio bibliográfico.

Os critérios de inclusão propostos foram os seguintes: i) recuperação de artigos científicos publicados entre 2010 a 2020; ii) disponibilidade para realização de *download*; iii) artigos produzidos sobre a política assistencial estudantil em nível de Brasil; iv) apresentação dos termos da busca nos títulos e palavras-chave dos artigos, desde que tivessem relação com os objetivos deste estudo; v) identificação com a educação superior e/ou universidade. Como critérios de exclusão assumiu-se: i) artigos não disponíveis para *download*; ii) fora do período do recorte temporal previamente definido; iii) artigos relacionados à educação básica; iv) artigos específicos sobre área de saúde e assistência.

Após a aplicação dos critérios citados anteriormente, foram utilizados alguns procedimentos. Inicialmente com o uso das palavras-chave constantes no Quadro 1, fez-se a primeira consulta na base de dados da *Web of Science* (todas as

coleções), resultando 37 trabalhos. Deu-se prosseguimento, utilizando a base de dados Scopus, que retornou 35 trabalhos.

Diante da constatação da pouca produção científica envolvendo a relação das categorias propostas nessas duas bases de dados, foi necessário acessar o Portal de Periódicos da CAPES na seção “Buscar assunto”, que possibilitou o retorno de 106 trabalhos. Com o objetivo de ampliar um pouco mais a pesquisa foi realizada uma consulta no Google Acadêmico. Houve um número significativo de trabalhos retornados, totalizando 1.950 artigos (Tabela 1).

**Tabela 1** - Demonstrativo dos termos de busca, bases de dados e trabalhos encontrados

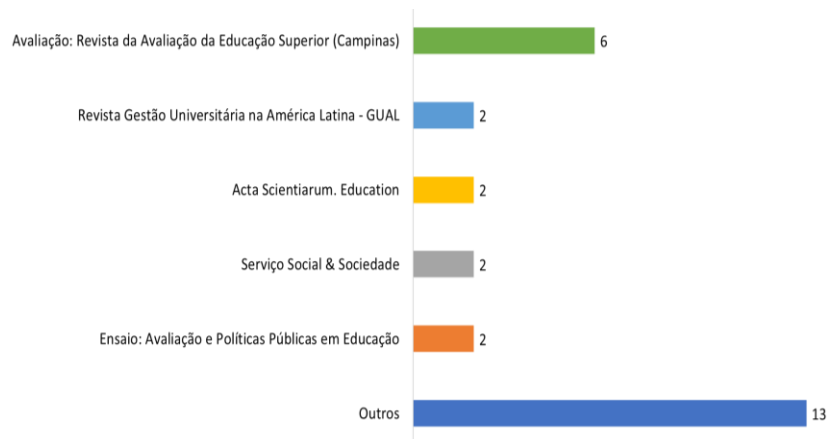
Nº	Termos de busca	Bases de dados	Nº de trabalhos
1	"assistanc*" AND student AND "quality of life" AND university	WoS	37
2	"assistanc*" AND student AND "quality of life" AND university	Scopus	35
3	(assistência estudantil) AND ("qualidade de vida") AND ("universidade")	Portal Periódico Capes	106
4	sustentabilidade OR “desenvolvimento sustentável” AND “assistência estudantil” AND “qualidade de vida	Google Acadêmico	1.950

**Fonte:** Elaboração própria (2021).

Foram aplicados novamente os critérios de inclusão e exclusão, além de leitura dos títulos dos artigos selecionados, e após leitura completa, somente 20 artigos compuseram o portfólio bibliográfico desta RSL (APÊNDICE A).

Informações relevantes sobre esse portfólio a partir de uma análise quantitativa revela que 14 artigos foram publicados mais de uma vez em 5 (cinco) periódicos. São eles: Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior - Campinas, Revista Gestão Universitária na América Latina – GUAL, Acta Scientiarum, Serviço Social & Sociedade, Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação. Os outros 6 (seis) artigos foram publicados apenas uma vez em outros periódicos, conforme pode ser visualizado no Gráfico 1, a seguir.

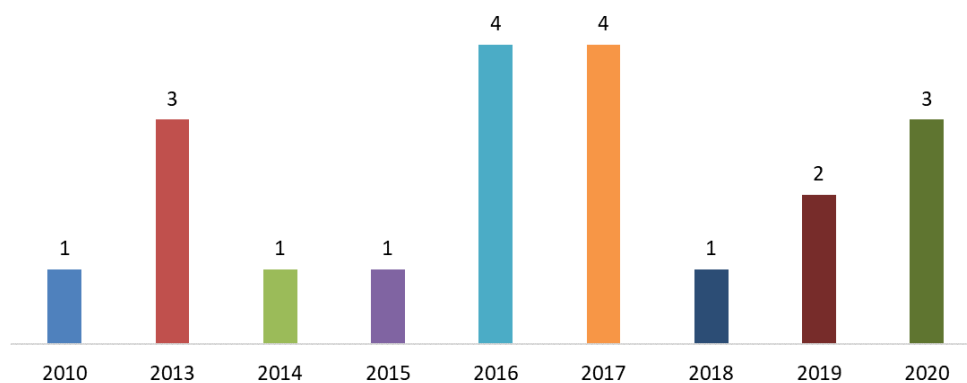
### Gráfico 1 - Publicação por periódicos (2010-2020)



**Fonte:** Elaborado própria (2021), com a base na Revisão Sistemática de Literatura (2021).

Outro aspecto a ser considerado diz respeito a evolução das publicações ao longo do período de 2010 a 2020. No ano de 2010, registrou-se apenas uma publicação coincide com a implantação oficial da Política de Assistência Estudantil no país. Nos anos seguintes a produção ainda foi considerada baixa, porém, a partir dos anos de 2016 e 2017 alcançou 4 (quatro) publicações por ano. Em 2018, voltou a baixar para 1 (um) artigo, ocorrendo uma nova ascensão nos anos de 2019 e 2020, com a publicação de 2 (dois) e 3 (três) artigos, respectivamente (Ver gráfico 2).

### Gráfico 2 - Evolução das publicações

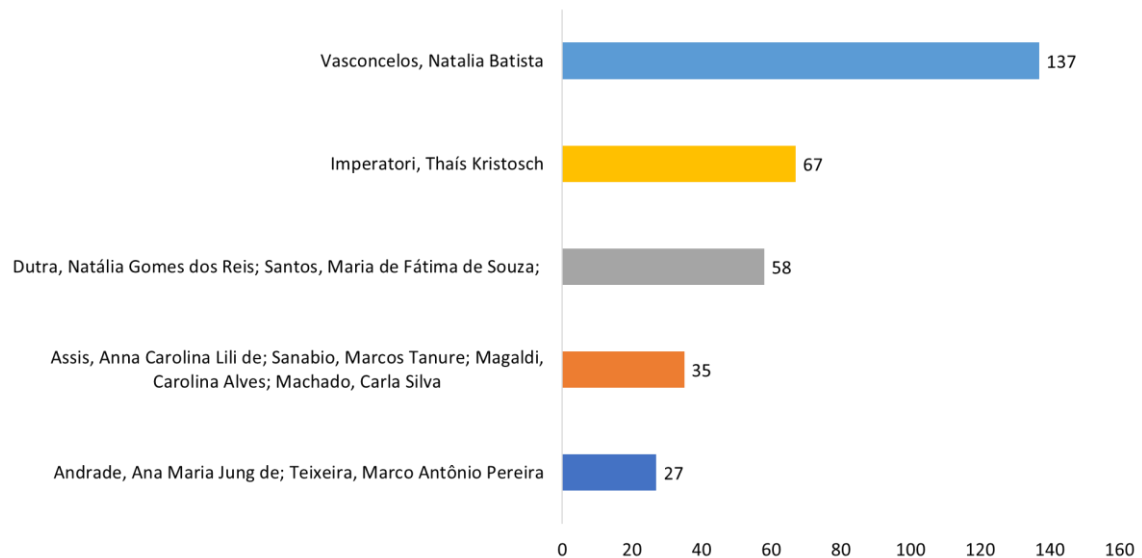


**Fonte:** Elaboração própria (2021), com a base na Revisão Sistemática de Literatura (2021).

Embora não sendo critério de inclusão ou exclusão, identificou-se a partir dos 20 artigos selecionados, quais os 5 (cinco) autores mais citados, destacados no

Gráfico 3. Nesse período, a autora Vasconcelos (2010)<sup>35</sup> foi a mais citada, tendo em vista que foi uma das primeiras produções que buscou relacionar a assistência estudantil com a história da Educação Superior.

**Gráfico 3 - Artigos mais citados por autores**



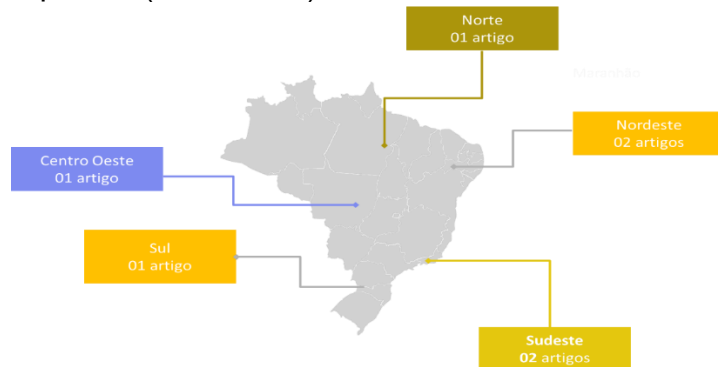
**Fonte:** Elaboração própria (2021), com a base na Revisão Sistemática de Literatura (2021).

Verificou-se também a quantidade de pesquisas sobre o tema por região no contexto brasileiro, resultando 7 (sete) artigos produzidos, que explicitaram a realização de estudo empírico nas universidades localizadas nas seguintes regiões: 2 (duas) estão no Sudeste (CEZARIO, 2015; GIÚDICE, 2013); 1 (uma) no centro-oeste (CINTRA, 2020), 2 (duas) Nordeste (PEREIRA, 2020; ARAÚJO, 2019), 1 (uma) na região Norte (MAURÍCIO, 2020) e 1 (uma) no Sul do país (MACHADO, 2014).

Na figura 1 a seguir, encontram-se a ilustração das produções por regiões.

<sup>35</sup>VASCONCELOS, Natalia Batista. Programa Nacional de Assistência Estudantil: uma análise da evolução da assistência estudantil ao longo da história da educação superior no Brasil. **Ensino em Revista**, v. 17, n. 2, p. 599–616, dez. 2010.

**Figura 1** - Demonstrativo de produções por Regiões onde foram realizados estudos empíricos (2010-2020)



**Fonte:** Elaborado própria (2021), com a base na Revisão Sistemática de Literatura (2021).

Com o uso de *software* NVivo, versão 12 Plus, buscou-se as 50 palavras mais citadas, com extensão mínima de 10 caracteres, nos artigos que compõem o portfólio bibliográfico. Na Figura 2, encontra-se a nuvem dessas palavras.

**Figura 2** – Nuvem com as 50 palavras mais frequentes nos artigos (2010-2020)



**Fonte:** Elaborado própria (2021), com a base na Revisão Sistemática de Literatura (2021).

As palavras mais destacadas foram assistência, universidade, permanência, estudantes, desenvolvimento. Porém, aparecerem as palavras sustentável e sustentabilidade, embora em menor proporção. O que pode revelar uma ausência de estudos que busque relacionar esta temática à assistência estudantil.

O entendimento amplo sobre o contexto histórico, social e político, no qual a assistência estudantil se originou, permite conhecer, analisar e refletir sobre a conjuntura sociopolítica no Brasil nesta segunda década do século XXI e sobre a educação superior e seus desdobramentos.

Enfatiza-se condicionantes sociais e políticos, interesses sociais e econômicos para que o Ensino Superior público se firmasse historicamente mediante as mudanças sociais e as pressões para garantia de direitos sociais por força de marcos legais. Neste processo, a luta pela democratização do acesso ao ensino superior por estudantes em condições socioeconômicas vulneráveis e a garantia de sua permanência, por meio da implementação do PNAES constituem-se pautas constantes de reivindicações (VASCONCELOS, 2010). Lutas e disputas políticas (IMPERATORI, 2017) constituíram cenário de diversas facetas e múltiplas concepções sobre assistência estudantil tornando inviável um consenso sobre sua definição (DUTRA, 2017).

Pesquisas sobre a Qualidade de Vida (QV) no espaço universitário são consideradas recentes e ainda mais raras as pesquisas que relacionam QV com a assistência estudantil envolvendo o PNAES no contexto universitário brasileiro (COSTA, 2016; PEREIRA, 2020). Contudo, estudar sobre QV é fundamental na medida em que os impactos poderão ser percebidos na vida profissional, mediante as condições de saúde, satisfação acadêmica, e escolha profissional (PEREIRA, 2020).

Verificou-se pouca relação entre a temática da sustentabilidade e a política de assistência estudantil, estudos evidenciam o papel social das Instituições de Ensino Superior (IES) enquanto promotoras de uma formação socialmente sustentável, comprometida com a igualdade de usufrutos de direitos, com a emancipação social e intelectual e com o empoderamento da população (CAMPELLO, 2016; CEZARIO, 2015). Declarações internacionais construídas em eventos ocorridos em diferentes países e continentes, evocam a responsabilidade ou papel da universidade em promover práticas sustentáveis por meio de diferentes ações na academia (FERNANDES, 2017). Entretanto, tais estudos apresentam-se incipientes, com poucas pesquisas em território nacional.

Estas investigações, e análises com base na literatura existente contribuem para aumentar o repositório de conceitos, mas as pesquisas empíricas trazem exemplos de experiências replicáveis em outros contextos. Neste aspecto, por meio da verificação da base epistemológica, buscou-se saber a respeito das metodologias utilizadas identificando-se as contribuições para o objetivo do estudo.

O estudo de Assis (2013) buscou apresentar um panorama da assistência estudantil a partir de discussão e análise sobre as políticas de assistência estudantil

colocadas em prática em 11 universidades federais e estaduais. Santos (2019) contribui para o entendimento sobre a estruturação e funcionamento do PNAES comparando os contextos europeu e latino-americano, tendo como base a assistência estudantil e da ação social no ensino superior (ASES) no Brasil e em Portugal.

Cintra (2020) realizou estudos bibliográficos ligados a assistência estudantil propondo criar escalonamento com base na situação de vulnerabilidade socioeconômica dos estudantes buscando medir e determinar a condição socioeconômica destes.

O uso de questionários e entrevistas com o segmento estudantil e de gestão das IFES evidenciou a preocupação em avaliar as políticas públicas de assistência estudantil, o desenvolvimento psicossocial dos estudantes e a efetividade da política de assistência estudantil (ANDRADE, 2017). Com este propósito, Giúdice (2013) utilizou questionário a fim de avaliar o Programa de Assistência Estudantil, examinando suas repercussões nos indicadores acadêmicos dos beneficiários e seus reflexos em suas condições de vida. Quanto à Machado (2014; 2016), desenvolveu dois estudos por meio de entrevistas e grupos focais para verificar a percepção de estudantes de graduação beneficiados por auxílios estudantis.

Já Cezario (2015) realizou entrevistas com membros executores dos projetos sociais desenvolvidos, e com alunos de graduação, para verificar como são realizadas as ações de Responsabilidade Social e Sustentabilidade na universidade pública para promover os direitos humanos e a cidadania, respeitando a diversidade humana e cultural.

Pereira (2020) utilizou a escala WHOQOL-BREF da Organização Mundial da Saúde com estudantes para verificar como as vivências no contexto de uma instituição universitária influenciam decisivamente na sua Qualidade de Vida. Já Oliveira (2013), utilizou entrevistas com professores e questionários com estudantes sobre a Qualidade de Vida (QV). E Maurício (2020), investigou quais medidas de assistência estudantil foram adotadas nas universidades federais para o enfrentamento da pandemia do Covid-19, por meio de consulta aos *sites* oficiais das universidades.

Constatou-se que a grande maioria dos estudos se volta para a política de assistência estudantil (ASSIS, 2013; CINTRA, 2020; ANDRADE, 2017; GIÚDICE, 2013; MACHADO, 2014; 2016; CEZARIO, 2015). E que, historicamente, o processo

de democratização do acesso e de permanência no ensino superior foi alvo de influências políticas e sociais em meio às discussões sobre assistência estudantil até a elaboração do PNAES, com o fim de se constituir uma garantia legal voltada para estudantes em condições socioeconômicas vulneráveis (VASCONCELOS, 2010; JESUS, 2016; IMPERATORI, 2017; DUTRA, 2017).

Os estudos enfatizaram também que investigações sobre a Qualidade de Vida (QV) no espaço universitário são considerados recentes e ainda mais raros aqueles que relacionam QV com a assistência estudantil envolvendo o PNAES no contexto universitário brasileiro (COSTA, 2016; PEREIRA, 2020). Contudo, destacam-se as conclusões que atestam que definir um conceito sobre QV contribui no desenvolvimento de políticas públicas, cujos impactos na Política de Assistência Estudantil atingem o rendimento acadêmico e permanência dos estudantes (COSTA, 2016).

A temática da sustentabilidade apresenta indícios relacionados à Política de assistência estudantil, tendo as Instituições de Ensino Superior (IES) como importante aliadas para a formação socialmente sustentável (FERNANDES, 2017; CEZARIO, 2015). E a promoção de eventos para discutir e refletir sobre a temática da sustentabilidade, bem como a elaboração de documentos internacionais para firmar acordos (CAMPELO, 2016) contribuem para, constantemente, chamar a atenção do mundo e do Brasil quanto às questões climáticas e os impactos ambientais na vida do planeta como um todo.

No ensino brasileiro, a elaboração de políticas de assistência ao estudante no ensino superior tem motivado investigações e discussões assumindo como pautas a expansão e a democratização da oferta de vagas, a garantia da permanência dos estudantes no processo de estudos e a conclusão de seus cursos, com qualidade. No entanto, nos últimos 10 anos do século XXI verificou-se a carência de estudos que especifiquem ações e as áreas de atuação, com medidas claras que possam convergir qualidade de vida acadêmica, sustentabilidade e a assistência estudantil.

Considerando os diversos fatores intrínsecos e extrínsecos que podem afetar o ser humano e fazê-lo refletir na sua vida, as raras investigações sobre a qualidade de vida acadêmica apresenta-se desafiante, embora haja um consenso de que tais informações podem favorecer a elaboração de projetos e programas para implementar o sucesso acadêmico (TAVARES, 2000).

A incipiente investigação sobre a sustentabilidade no ensino superior é preocupante pois sobre a universidade recai o papel de vanguarda como ceara da produção do conhecimento para o bem da humanidade. Exemplo disso, foi a ocorrência da pandemia do Covid-19 e a corrida mundial para que os grandes centros do saber buscassem remediar a situação que se instalou no planeta.

Portanto, de um lado investigações sobre a assistência estudantil a partir do PNAES, precisam de maior produção em todo o território nacional visando conhecer e compreender a extensão desta política nas IFES, de outro, existe a necessidade de pesquisas sobre QV acadêmica e a sustentabilidade para enriquecer o debate sobre os desdobramentos desses temas para a qualidade do ensino superior brasileiro.

Neste sentido, a próxima seção traz a metodologia de estudo que orienta a realização desta pesquisa de mestrado interdisciplinar sobre a assistência estudantil numa universidade federal no interior da Amazônia brasileira.

## 4 METODOLOGIA DO ESTUDO

Esta seção apresenta a descrição dos aspectos metodológicos da pesquisa, sua natureza, o *lócus*, os instrumentos, participantes e a análise dos dados.

Mesmo sendo de natureza qualitativa, neste estudo serão utilizados dados quantitativos por se considerar que nas pesquisas educacionais existem questões que demandam a construção quantitativa e análise qualitativa dos dados (GATTI, 2004). Entende-se que a complementariedade dos tratamentos dos dados quantitativos e qualitativos em uma pesquisa científica enriquece a análise e as discussões conclusivas (MINAYO, 2003). Pesquisadores em diferentes áreas têm defendido as relações e combinações possíveis entre as pesquisas quantitativa e a qualitativa, citando, inclusive, a lógica da triangulação que combina diversos métodos qualitativos e quantitativos para oferecer uma visão mais geral do tema em estudo (FLICK, 2009; BRYMAN, 1992).

Na perspectiva qualitativa, tem-se “[...] o ambiente natural como sua fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento [...]. Os dados coletados são predominantemente descritivos [...]. A preocupação com o processo é muito maior do que com o produto [...]” (LUDKE; ANDRÉ, p. 2014, p. 12-13-14). Quanto à perspectiva quantitativa, é caracterizada pelo uso de técnicas estatísticas, tanto na coleta quanto no tratamento das informações (RICHARDSON, 1999).

### 4.1. Lócus e delimitação da pesquisa

A Amazônia compreende uma imensa região, com grandiosa diversidade étnico-cultural. Por conta da riqueza de seus recursos naturais e de sua biodiversidade tem sido foco da atenção mundial por meio de estudos, debates e discussões sobre a limitação desses recursos e pela necessidade de sua conservação e exploração sustentável. A chamada Amazônia Brasileira é composta de 09 estados, sendo o Pará o segundo maior estado do Brasil, em extensão territorial, ocupando uma área total de 1.247.954,32 km<sup>2</sup> e está dividido em 144 municípios. A região Oeste do Pará abrange 16 municípios e uma população estimada em 20% (1,4 milhões de habitantes) da população do estado e tem Santarém a cidade principal, localizada na confluência dos rios Tapajós e Amazonas, favorecida em grande parte pela sua posição geográfica, ficando em linha reta à 807 km de Belém e a 722 Km de Manaus,

na região central da Amazônia legal e a meio caminho das duas principais capitais da região norte (PPC/LIE, 2017).

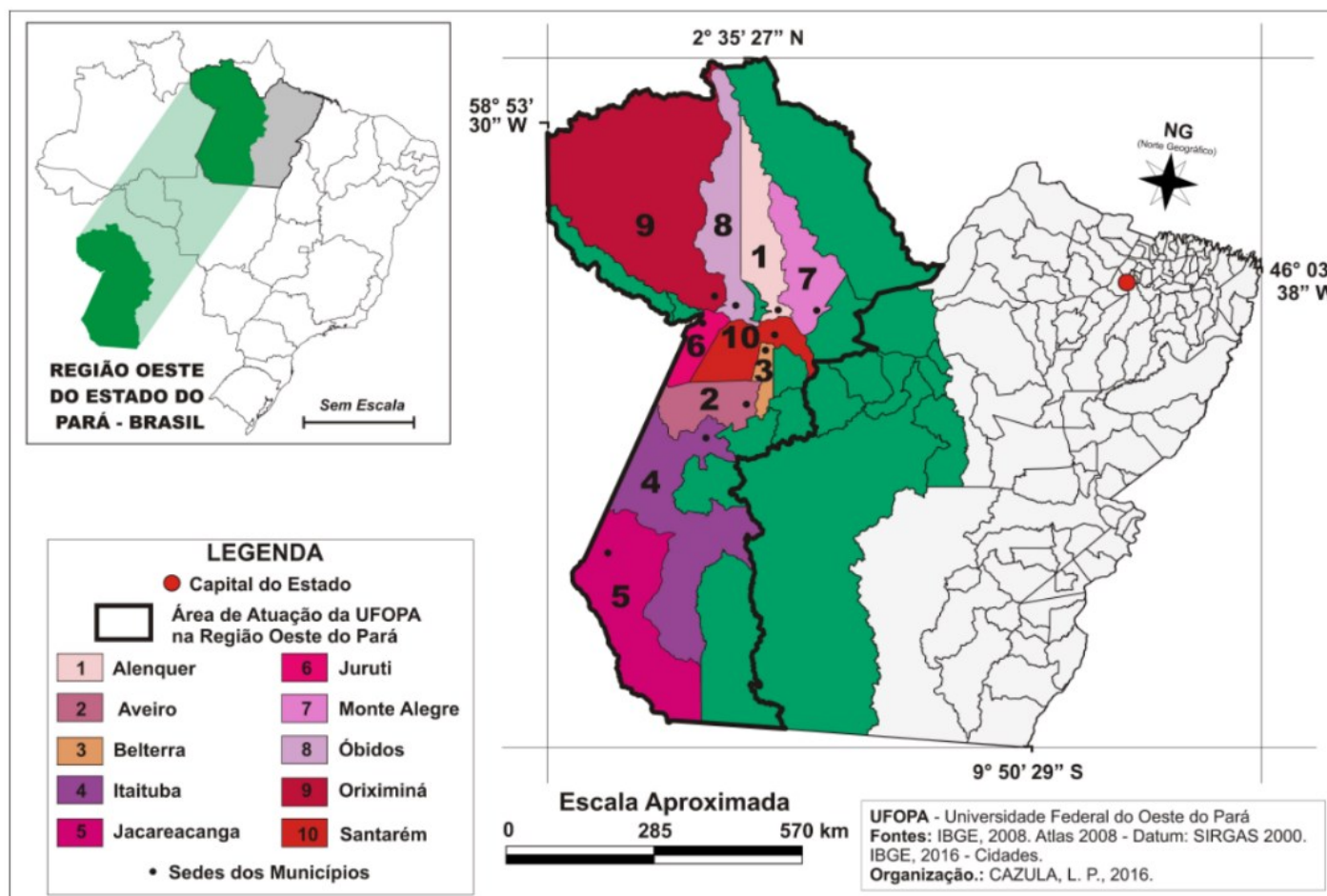
Neste contexto, “[...] a Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) é a primeira Instituição Federal de Ensino Superior (IFES) localizada no interior da Amazônia brasileira, no oeste paraense [...]” (PDI UFOPA, 2019 – 2023, p. 15). Criada pelo desmembramento do Campus da Universidade Federal do Pará (UFPA) e do Campus da Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), Polo Tapajós, ambos na cidade de Santarém, através da Lei nº 12.085/2009, a sancionada pelo então Vice-presidente da República, José Gomes de Alencar da Silva, a UFOPA surge como uma instituição de natureza jurídica autárquica, vinculada ao Ministério da Educação e Cultura (MEC), com o objetivo de ministrar o ensino superior, desenvolver pesquisas nas diversas áreas do conhecimento e promover extensão universitária (PDI/UFOPA, 2019 -2023).

A UFOPA está organizada além da Reitoria, com 7 (sete) Pró-Reitorias, sendo: Pró-Reitoria de Ensino de Graduação, Pró-Reitoria de Administração, Pró-Reitoria da Cultura, Comunidade e Extensão, Pró-Reitoria de Gestão Estudantil, Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas, Pró-Reitoria de Planejamento Institucional e a Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Tecnológica.

No campo acadêmico, a instituição está organizada no campus sede em 6 (seis) institutos temáticos e 1 (um) centro: Instituto de Biodiversidade e Floresta, Instituto de Ciências da Educação, Instituto de Ciências da Sociedade, Instituto de Ciências e Tecnologia das Águas, Instituto de Engenharia e Geociências, Instituto de Saúde Coletiva e o Centro de Formação Interdisciplinar.

Localizada no interior da Amazônia brasileira, a UFOPA já nasce uma Universidade multicampi, com seis Campi Universitários, localizados nos municípios de Alenquer, Itaituba, Juruti, Monte Alegre, Óbidos e Oriximiná. Na Figura 3, é possível visualizar a localização da instituição e seus respectivos campi.

**Figura 3 – Localização dos Campi e sede da UFOPA**



**Fonte:** Imagem cedida pelo Prof. Dr. Leandro Pansonato Cazula, do Instituto de Ciências da educação, Programa de Geografia da UFOPA (CAZULA, L.P, 2016).

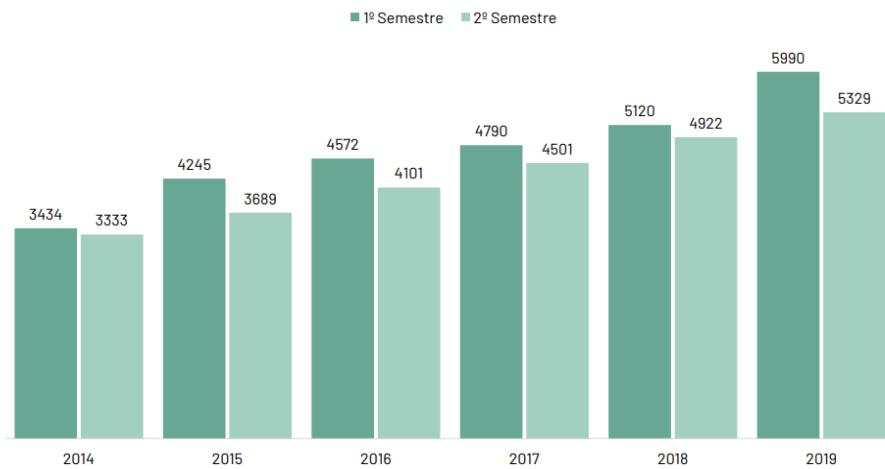
No total, a UFOPA oferece à comunidade 48 cursos de graduação, sendo 13 licenciaturas e 35 bacharelados e cerca de 5.657 alunos matriculados no ano de 2020 (UFOPA, 2020). Na pós-graduação há 21 cursos, sendo 4 (quatro) de especialização, 13 de mestrado e 4 (quatro) de doutorado, com um total de 449 matrículas (UFOPA, 2020). Na pesquisa registram-se na instituição 843 projetos, sendo que em execução totalizam 463 e concluídos 380. Na extensão são 153 programas e projetos institucionalizados (UFOPA, 2020).

Em 2010, início de sua implantação, a UFOPA adotou um modelo acadêmico em que os candidatos ingressavam na instituição a partir das notas obtidas no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Os ciclos de formação foram organizados em básico, interdisciplinar e específico para os cursos de graduação. Este modelo acadêmico foi considerado inovador para época.

Atualmente, os cursos de graduação são ofertados de acordo com os Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) e são classificados em Bacharelado Interdisciplinar, Bacharelado Profissional, Licenciatura Integrada e Licenciatura Específica (Resolução nº 331, de 28/09/2022). O ingresso se faz por meio de Processo Seletivo Regular (PSR) em que ainda se adota a nota obtida no ENEM, sendo que o ingresso ocorre diretamente no curso pretendido. Existe também os Processos Seletivos Especiais destinados para o ingresso dos estudantes indígenas (Processo Seletivo Especial Indígena – PSEI) e quilombolas (Processo Seletivo Especial Quilombola – PSEQ).

Devido a sua inserção no cenário da região Oeste do Pará é possível visualizar no período mais recente de 2014 a 2019, o número de estudantes matriculados na graduação. Desde o ano de 2014 esse levantamento é realizado por semestre como mostra o Gráfico 4.

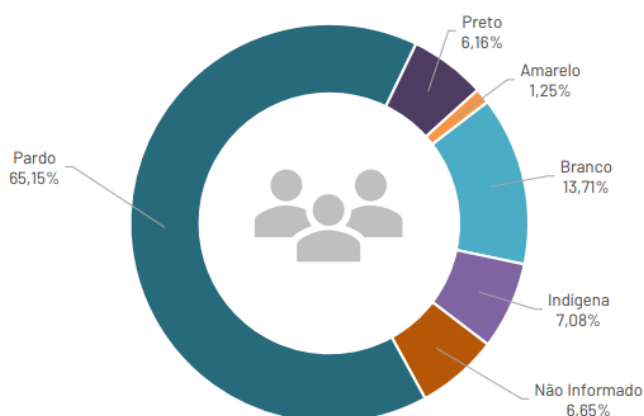
**Gráfico 4** – Série histórica dos discentes matriculados na graduação/semestre (2014-2019).



**Fonte:** Anuário Estatístico da UFOPA (2020). Disponível em: <http://www.UFOPA.edu.br/media/file/site/proplan/documentos/2021/69ecef988d29bb4947558359edb689.pdf>.

Para ter uma noção sobre a representação dos discente de graduação por cor/raça na universidade será apresentado o Gráfico 5. Nele considera-se apenas o ano de 2019.1 com o vínculo cursando com um quantitativo de 7.821 estudantes. Em termo percentuais significa que 65,15% se autoidentificam como pardos, 6,16% como pretos, 1,25% amarelo, 13,71% como brancos, 7,08% como indígenas, e 6,65% não informaram.

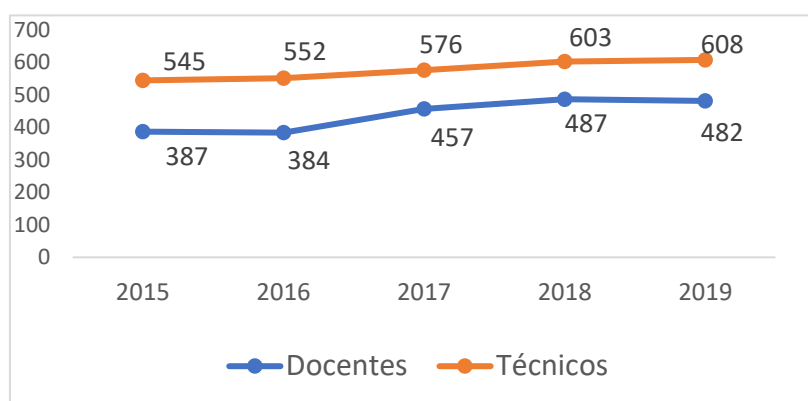
**Gráfico 5** – Discentes de graduação por cor/raça (2019).



**Fonte:** Anuário Estatístico da UFOPA (2020). Disponível em: <http://www.UFOPA.edu.br/media/file/site/proplan/documentos/2021/69ecef988d29bb4947558359edb689.pdf>.

No Gráfico 6, ilustra-se o número de docentes e técnicos da instituição. Verifica-se que houve um crescimento significativo destes profissionais responsáveis pelas atividades-fim e atividades-meio da universidade. No ano de 2015, eram 545 servidores técnico-administrativos e 387 docentes. Em 2019, o quantitativo de servidores técnico-administrativos evoluiu para 608 e o número de docentes alcançou o patamar de 482.

**Gráfico 6-** Evolução no quadro de servidores da UFOPA (2015-2019)



**Fonte:** Elaborado pela autora (2022), com base no Anuário Estatístico da UFOPA (2020).

Na Figura 4, se visualiza (à esquerda) a localização da Unidade Tapajós, considerada campus sede da UFOPA, onde se localiza a reitoria, com uma visão panorâmica de suas novas instalações. Destaca-se (à direita) a Unidade Rondon, onde se concentra o Instituto de Ciências da Educação (ICED), destinado a formação de professores a nível de graduação e pós-graduação *stricto sensu*.

**Figura 4 –** Unidade Tapajós (Campus Sede) e Unidade Rondon da UFOPA<sup>36</sup>



**Fonte:** Site oficial da UFOPA (2021).

<sup>36</sup>Disponível em: <http://www.UFOPA.edu.br/comunicacao/midias/imagens/arquivos-comunica/unidade-rondon-1/>

Após identificar o *locus* da pesquisa, faz-se necessário delimitar a localização física do objeto de estudo (Política Nacional de Assistência Estudantil e qualidade de vida acadêmica) dentro da instituição, qual seja, a Pró-Reitoria de Gestão Estudantil (PROGES), que na UFOPA é a responsável<sup>37</sup> pelo PNAES desde a sua criação. Assim, considerando a organização administrativa da Universidade, esta pesquisa tem a sua base no âmbito dessa unidade administrativa.

A Pró-Reitoria de Gestão Estudantil (PROGES) da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) foi criada em 14 de abril de 2014, com a missão de incentivar, apoiar, orientar e acompanhar o discente de forma articulada com as demais Pró-Reitorias, Unidades Acadêmicas e Órgãos suplementares, em suas múltiplas demandas no decorrer de sua trajetória estudantil, buscando desenvolver ações que favoreçam o acesso à universidade, norteadas pelos valores da ética, democracia, inclusão social e o desenvolvimento sustentável. Além disto, em vista do bom desempenho acadêmico, atua nas ações afirmativas de permanência nas áreas social, psicológica, pedagógica e esportiva.

Vale ressaltar que, com a criação da PROGES na instituição é que os assuntos estudantis, inclusive, a política de assistência estudantil passa para sua responsabilidade de acordo com Domingos (2018, p. 9),

“(...) sua execução estava vinculada inicialmente, nos anos de 2010 e 2011, a Pró-Reitoria de Planejamento- PROPLAN e nos anos de 2012 e 2013 a Pro-Reitoria de Comunidade Cultura e Extensão – PROCCE. No ano de 2012 foi construído e aprovado o primeiro Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, da instituição do qual consta um capítulo intitulado “Políticas de Atendimento aos Discentes” que dispõe sobre os Programas e Serviços destinados aos discentes (...) Em abril de 2014, foi criada a Pró-Reitoria de Gestão Estudantil e com ela a Divisão de Assuntos Estudantis – Coordenação Psicossociopedagógica, (...) o PDI 2012-2016 foi aditado e dentre as alterações aditadas, registrou-se no Capítulo 7 que trata da Política de Atendimento Discente, a criação da Pró-Reitoria de Gestão Estudantil”.

Portanto, quando foi instalada em 2014 a PROGES estava estruturada com duas Diretorias: a Diretoria de Assistência Estudantil (DAE), na qual havia a Coordenação Psicossociopedagógica, que reunia uma equipe multiprofissional composta por Assistentes Sociais, Psicólogas e Pedagoga e a Coordenação de Esporte e Lazer e a Diretoria de Ações Afirmativas. No ano de 2019, houve uma

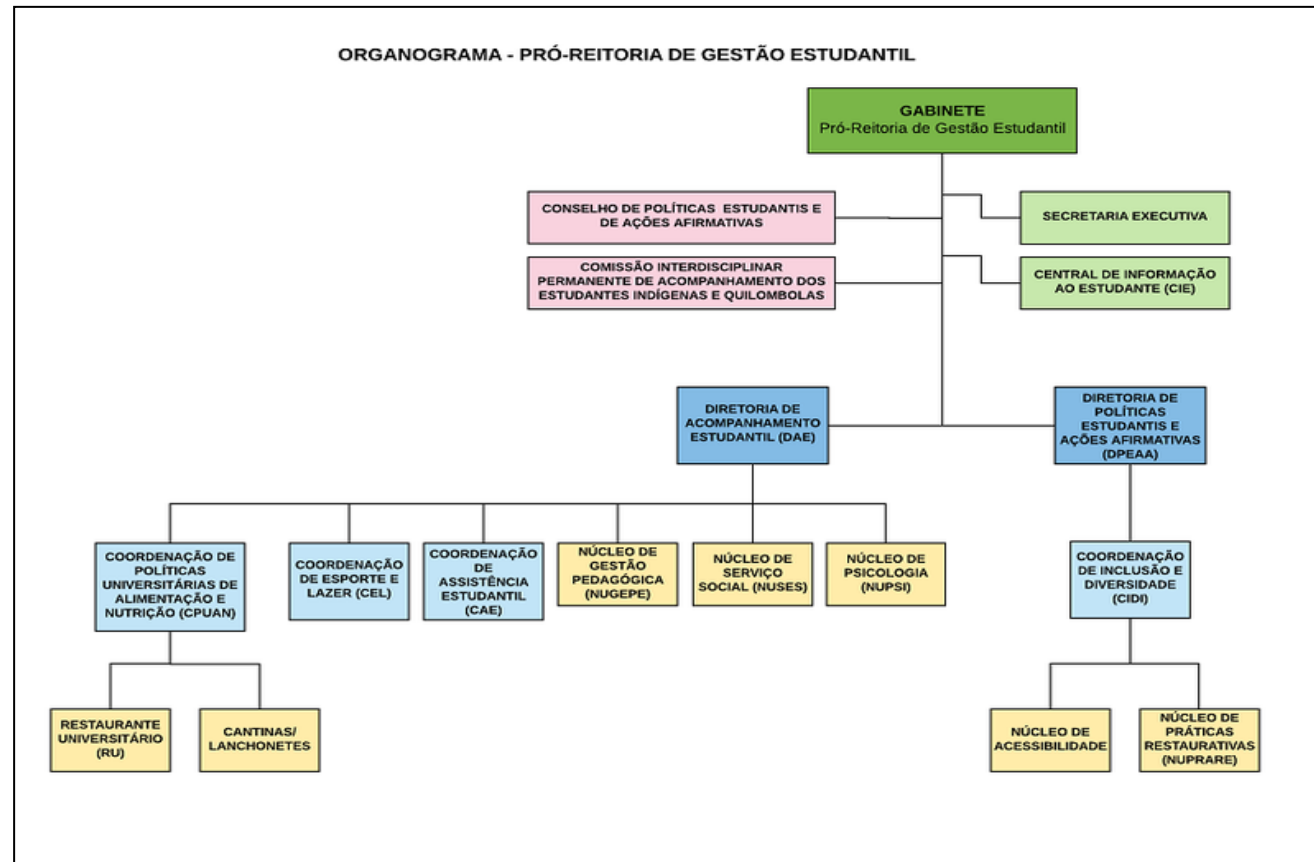
---

<sup>37</sup> Anterior à sua implantação esta política ficava vinculada internamente ...

reestruturação administrativa na Proges, quando a Coordenação Psicossociopedagógica foi extinta e os serviços que antes compunham essa coordenação, foram organizados em núcleos.

A partir de 2020, a PROGES passa a ter uma nova estrutura destacando-se quanto às atividades de assistência ao estudante, novos setores ligados às Diretorias de Acompanhamento Estudantil (DAE) e de Políticas Estudantis e Ações Afirmativas (DPAA). Na DAE passam a compor: Coordenação de Políticas Universitárias de Alimentação e Nutrição (CPUAN) responsável pelo Restaurante Universitário (RU) e pelas Cantinas e Lanchonetes, Coordenação de Esporte e Lazer (CEL), Coordenação de Assistência Estudantil (CAE), Núcleo de Gestão Pedagógica (NUGEPE), Núcleo de Serviço Social (NUSES) e Núcleo de Psicologia (NUPSI). Na DPAA estão o Núcleo de Acessibilidade e o Núcleo de Práticas Restaurativas (NUPRARE). Esta nova estrutura consta no Relatório de Gestão da PROGES/UFOPA, 2020, conforme o Organograma ilustrado na Figura 5, a seguir:

**Figura 5 – Organograma da Pró-Reitoria de Gestão Estudantil (PROGES)**



Fonte: Site oficial da UFOPA (2021).

Para apoiar a permanência estudantil, a PROGES disponibiliza auxílios custeados com recursos orçamentários do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), gerenciado pela UFOPA, visando auxiliar nas despesas referentes às áreas de moradia, de transporte, de alimentação e de apoio pedagógico. A concessão desse recurso tem como finalidade auxiliar na permanência e no desempenho acadêmico satisfatório dos estudantes regularmente matriculados em cursos de graduação (modalidade presencial) da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) que ingressam via Processo Seletivo Regular (PSR), e que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Por meio de Editais públicos, ocorrem processos seletivos para concessão desses auxílios estudantis. Com relação aos Editais para acesso aos auxílios estudantis no período de 2017 a 2020, consultar apêndice B.

#### **4.2 Delineamento da pesquisa**

Este estudo foi desenvolvido por pesquisa bibliográfica, documental e empírica. A pesquisa bibliográfica tem como vantagem “[...] a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla [...] e se torna particularmente importante quando o problema de pesquisa requer dados muito dispersos pelo espaço” (GIL, 1999, p. 65). Esta pesquisa também foi realizada através de Revisão Sistemática da Literatura (RSL), apresentada na seção anterior, e Marconi e Lakatos (2010) anunciam torna-se fundamental para saber o estado atual do problema, que trabalhos já foram realizados a respeito e quais opiniões predominam sobre o assunto.

Apesar da semelhança com a pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental tem nas fontes documentais a produção de novos conhecimentos (RUDIO, 2003). Neste caso, as fontes documentais foram os documentos e arquivos disponibilizados mediante autorização do servidor responsável pela Unidade Administrativa (PROGES), por meio do Termo de Autorização para Pesquisa em Arquivos e/ou Documentos (APÊNDICE C).

Os seguintes documentos foram consultados: Estatuto (2013) e Regimento Geral da UFOPA (2014), Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFOPA (2019-2023), Relatórios Anuais de Atividades da Auditoria Interna da UFOPA, Política de Assistência Estudantil – PAE (2017), Política de Acompanhamento Pedagógico -

PAPE (2020), Relatórios de Gestão da UFOPA (2017-2020), Relatórios de Gestão da PROGES (2018-2020). Esta listagem encontra-se no Quadro 3.

**Quadro 3** - Documentos públicos para pesquisa documental

Nº	DOCUMENTOS
1	Estatuto da UFOPA - PORTARIA Nº 400, DE 15 DE AGOSTO DE 2013
2	Regimento Geral da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) - RESOLUÇÃO Nº 55 DE 22 DE JULHO DE 2014
3	Plano de Desenvolvimento Institucional da UFOPA – 2019 a 2023
4	Política de Assistência Estudantil da Universidade Federal do Pará (PAE)– Resolução Nº 210 de 22 de agosto de 2017
5	Política de Acompanhamento Pedagógico (PAPE) – Resolução Nº 338 de 14 de dezembro de 2020
6	Relatório de Gestão/PROGES 2018
7	Relatório de Gestão/PROGES 2019
8	Relatório de Gestão/PROGES 2020
9	Relatório de Gestão da UFOPA 2017
10	Relatório de Gestão da UFOPA 2018
11	Relatório de Gestão da UFOPA 2019
12	Relatório de Gestão da UFOPA 2020
13	RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES DA AUDITORIA INTERNA – RAIN/2017
14	RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES DA AUDITORIA INTERNA – RAIN/2018
15	RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES DA AUDITORIA INTERNA – RAIN/2019
16	RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES DA AUDITORIA INTERNA – RAIN/2020

**Fonte:** Elaboração própria (2021), com base no *site* oficial da UFOPA (2021).

No Quadro 3, constam os documentos que foram utilizados na pesquisa documental e que se encontram disponíveis, provenientes do *site* oficial da UFOPA, alguns deles, especificamente, na página *web* Unidade Administrativa Pró-Reitoria de Gestão Estudantil (PROGES) desta universidade.

Buscando referência à assistência estudantil, seus desdobramentos e concretização na realidade da instituição por meio dos seus documentos oficiais, foi elaborado um Roteiro para análise documental (APÊNDICE D) sobre programa PNAES na UFOPA com seis categorias (Base Conceitual, Implementação/

Acompanhamento, Capacitação, Desafios, Práticas/ Evidências e Sugestões), totalizando 15 questões para subsidiar a pesquisa documental.

Quanto à pesquisa empírica, é compreendida como o recorte que o pesquisador faz em termo de espaço representando uma realidade a ser estudada (MINAYO, 1992). Ou seja, apresenta-se dedicada ao tratamento da "face empírica e fatural da realidade; produz e analisa dados, procedendo sempre pela via do controle empírico e fatural" (DEMO, 2000, p. 21). Trata-se de um Estudo de Caso, que é um tipo de pesquisa qualitativa, consistindo no estudo de um caso em particular, mas sendo representativo de uma população (MEDEIROS, 2019). No âmbito desta pesquisa, foi realizado na Universidade Federal do Oeste do Pará, analisando a percepção dos estudantes que receberam auxílios estudantis.

Como se trata de uma pesquisa que envolve seres humanos, o projeto seguiu os protocolos recomendados pela Resolução n. 466, de 12/12/2012<sup>38</sup>, do Conselho Nacional de Saúde, e foi submetido e aprovado no Comitê de Ética na Pesquisa<sup>39</sup> (ANEXO A).

#### **4.3. Participantes e instrumento investigativo**

Os participantes da pesquisa empírica foram os estudantes beneficiados pelos auxílios estudantis do PNAES na UFOPA, a partir dos editais de seleção para acesso aos mesmos. Verificou-se que entre os anos de 2017 a 2019, por conta da renovação de alguns auxílios dos anos anteriores, o número de selecionados alcançou um total de 1.285 estudantes. Este número se refere à população total que teve acesso a auxílios estudantis via Edital na UFOPA, no período indicado acima.

A fim de selecionar a amostra do estudo, foram adotados dois critérios de inclusão: entrada na universidade pelo Processo Seletivo Regular (PSR) a partir de 2017; ser beneficiado do Programa de Assistência Estudantil, por meio de edital e previsão de conclusão a partir de 2020. Esse procedimento resultou em uma amostra de 700 estudantes aptos para participar na pesquisa empírica. O Quadro 4 a seguir ilustra o quantitativo de estudantes que compõe a amostra do estudo.

---

<sup>38</sup> Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>

<sup>39</sup> O projeto de pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa sob o Parecer nº 5.074.375 do Comitê de Ética em Pesquisa em 01/11/2021. O questionário foi enviado na segunda quinzena do mês de novembro de 2021. A plataforma continuou aberta aceitando respostas até janeiro de 2022.

**Quadro 4** - Participantes da pesquisa – Estudantes beneficiados pelos Editais da Proges/UFOPA

<b>EDITAIS DE SELEÇÃO PARA CONCESSÃO DE AUXÍLIOS ESTUDANTIS</b>	<b>Total de estudantes beneficiados dos auxílios (2017 - 2019)</b>	<b>Número de estudantes ingressantes pelo PSR (partir de 2017)</b>
EDITAL Nº 004/2017/PROGES/UFOPA, DE 06 DE JUNHO DE 2017	336	77
EDITAL Nº 005/2017/DAE/PROGES/UFOPA, DE 05 DE OUTUBRO DE 2017	147	39
EDITAL Nº 008/2018/PROGES/UFOPA, DE 18 DE JULHO DE 2018	189	140
EDITAL Nº 06/2019/PROGES/UFOPA, DE 25 DE JULHO DE 2019	530	361
EDITAL Nº 09/PROGES/UFOPA, DE 16 DE AGOSTO DE 2019.	83	83
<b>TOTAL</b>	<b>1.285</b>	<b>700</b>

**Fonte:** Elaboração própria (2021), a partir dos Editais de Concessão de Auxílio Estudantil (2017, 2018 e 2019).

Para a produção de dados foi elaborado um questionário *on-line*, usando a plataforma *Google Forms*® (pesquisa *survey*). O instrumento questionário define-se como “[...]uma técnica para obtenção de informações sobre sentimentos, crença, expectativas, situações vivenciadas e que o pesquisador (a) deseja registrar para atender os objetivos de seu estudo” (OLIVEIRA, 2014, p. 83). Trata-se de um instrumento utilizado para obtenção de informações ou dados sobre as opiniões ou características de uma população-alvo (FONSECA, 2002, p. 33). Para Babbie (1999, p. 78) caracteriza-se esse tipo de pesquisa por ser lógica, determinística, geral, parcimoniosa porque “tipicamente examina uma amostra da população”, aplicando-se um questionário estruturado. Uma vantagem deste instrumento está no fato de não exigir a presença do pesquisador para ser respondido e poder abranger um número maior de participantes.

Nesta pesquisa, o questionário *online* elaborado contou com questões fechadas, abertas e mistas, do tipo Escala de Likert, para que o participante pudesse assinalar alternativas que melhor representassem sua situação ou ponto de vista, e questões abertas para que ele escrevesse sua resposta de forma subjetiva (GIL, 1999). O questionário está composto de 38 questões, sendo 34 fechadas, 4 (quatro) questões mistas, com opção “Outros” para complementação das marcações objetivas, e 7 (sete) questões abertas.

Inicialmente o envio dos questionários ocorreu por *e-mail*. O acesso aos *e-mails* dos estudantes é algo exclusivamente destinado aos servidores da PROGES e apesar da pesquisadora ser servidora lotada nesta Pró-Reitoria foi necessário o uso do Termo de Autorização para Pesquisa em Arquivos e/ou Documentos o que tornou possível o acesso aos *e-mails* dos 700 estudantes previamente selecionados para quem foram encaminhados no mesmo documento o Registo de Consentimento Livre e Esclarecido - RCLE (APÊNDICE E) e o formulário *online* do Questionário (APÊNDICE F).

O envio foi feito no mês de novembro do ano de 2021, contudo, verificou-se pouco retorno, o que levou a adotar-se outra estratégia, utilizando o aplicativo *whatsapp*<sup>40</sup>, uma vez que se configura em um serviço de mensagens, rápido, seguro e confiável, através do contato do celular, que permite o envio de documentos e troca de mensagens em tempo real. Ressalta-se que, diante desta nova estratégia recorreu-se, novamente, ao uso do Termo de Autorização para Pesquisa em Arquivos e/ou Documentos para acessar os contatos telefônicos dos estudantes.

Ao longo do mês de dezembro de 2021 até fevereiro de 2022 foram devolvidos um total de 75 questionários respondidos. Os estudantes receberam a codificação sequencial de E1 a E75 no momento da análise dos dados e como forma de garantir o sigilo dos participantes.

#### **4.4 Análise e interpretação dos dados**

Para análise e tratamento dos dados foram utilizadas: análise estatística, análise de conteúdo e triangulação dos dados.

A análise estatística permitiu avaliar a grande maioria dos dados coletados pelo questionário utilizado com os estudantes e apresentá-los organizados por meio de tabelas e gráficos (GERHARDT; SILVEIRA, 2009). Recorreu-se a esta técnica para caracterizar o perfil dos estudantes e sua percepção sobre os efeitos da assistência estudantil e a qualidade de vida acadêmica no tocante a sua jornada estudantil.

Para o tratamento e interpretação dos dados assumiu-se a técnica de Análise de Conteúdo de Bardin (2007) , gerando inferências por meio da análise dos

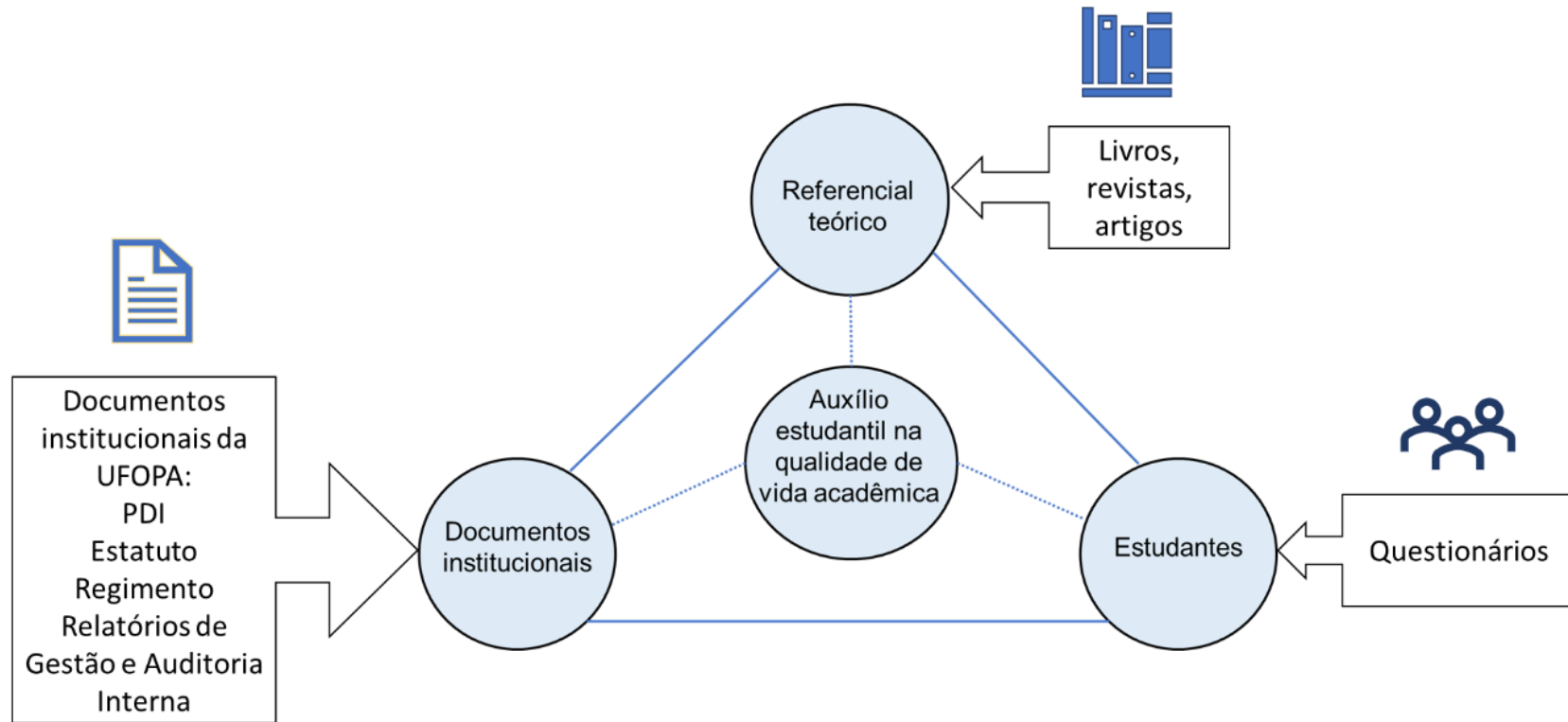
---

<sup>40</sup> Mais informações: <https://www.whatsapp.com/about/>

dados qualitativos, produzidos pelos documentos consultados e também na tabulação e análise das questões abertas do questionário junto aos estudantes.

A análise utilizada é compreendida como sendo “um conjunto de técnicas de análise das comunicações” (BARDIN, 2007, p. 31) e adota as seguintes fases: i) pré-análise, ii) exploração do material; e iii) tratamento dos resultados. Para auxiliar no processo de análise dos dados foi usado o suporte de *software* de análise de dados qualitativos NVivo, versão 12 plus.

A técnica da triangulação foi aplicada para análise dos dados produzidos pela pesquisa bibliográfica, documental e empírica. A triangulação busca assegurar maior rigor, amplitude e interpretação em profundidade do fenômeno em questão, configurando-se não um meio, mas uma alternativa à validação (BRASILEIRO, 2002; DENZIN; LINCOLN; NETZ, 2006), envolvendo três dimensões da investigação: referencial teórico, documentos institucionais e estudantes. Neste estudo de caso, a Figura 6 a seguir ilustra este processo.

**Figura 6 – Triangulação dos dados**

**Fonte:** Elaboração própria (2021), com base em Denzin, Lincoln, Netz (2006), Brasileiro (2002)

Assim, na próxima seção busca-se tratar de forma ampliada os “achados” da realidade pesquisada, dialogando teoricamente com os documentos institucionais e a percepção manifesta dos estudantes.

## **5 O PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E A QUALIDADE DE VIDA ACADÊMICA À LUZ DA REALIDADE PESQUISADA**

Nesta seção aborda-se o PNAES desde a realidade analisada, resultante das pesquisas documental e empírica em diálogo com a pesquisa bibliográfica, organizada em três subseções: A política nacional de assistência estudantil e sua aplicação na UFOPA; o perfil dos beneficiários desta política e sua percepção sobre ela e sua influência na qualidade de vida acadêmica, bem como aponta os desafios, sucessos, dificuldades e avanços desta política na instituição estudada. Para auxiliar no processo de análise e interpretação dos resultados foi utilizada a estratégia da triangulação dos dados.

### **5.1 A Proges e a Assistência Estudantil na UFOPA: uma análise de contexto**

Em consonância com a Política de Acompanhamento ao Estudante, por meio da Pró-Reitoria de Gestão Estudantil, a Universidade Federal do Oeste do Pará oferta serviços de apoio pedagógico, psicossocial, e de caráter financeiro, pecuniário ou assistencial, além de programas e projetos de implementação de políticas de ações afirmativas e esporte e lazer, a fim de possibilitar aos estudantes a melhoria das condições de desempenho acadêmico (PDI/UFOPA, 2019-2023). Tais serviços são disponibilizados, prioritariamente, aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, a ser constatada por meio de avaliação realizada pela equipe técnica especializada da Diretoria de Acompanhamento Estudantil (DAE) da PROGES que compreende a identificação e comprovação da vulnerabilidade socioeconômica desses estudantes, conferida através de análise documental e social, que inclui também entrevistas e visitas domiciliares.

Com relação aos auxílios financeiros, o estudante que se encontre em situação de vulnerabilidade socioeconômica poderá receber os seguintes auxílios, disponibilizados por meio desta Pró-Reitoria:

[...] o auxílio de ajuda de custo à inserção acadêmica, para auxiliar na complementação de despesas referentes à moradia, ao transporte, à alimentação e ao apoio pedagógico; 2) o auxílio de acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação; e 3) o auxílio para a participação em eventos acadêmicos, culturais e esportivos, como o Encontro Nacional de Estudantes Indígenas (Enei), o Encontro Nacional dos

Estudantes Quilombolas (Eneq) e o Jogos Universitários Brasileiro (JUBs). Além disso, o estudante tem a oportunidade de pleitear bolsa no Programa de Bolsa Permanência (PBP), ação do governo federal de concessão de auxílio financeiro a estudantes matriculados em Ifes em situação de vulnerabilidade socioeconômica e a estudantes indígenas e quilombolas (BRASIL, 2013), nos termos da Portaria n<sup>o</sup> 389/MEC, de 9 de maio de 2013 (Plano de Desenvolvimento Institucional da UFOPA – 2019 – 2023, p. 85).

Destaca-se o auxílio de ajuda de custo à inserção acadêmica, disponibilizado por meio do PNAES para apoio à permanência dos estudantes, por contribuir na assistência às necessidades básicas afim destes se manterem na instituição.

Além desses auxílios, a PROGES disponibiliza os serviços de: Apoio Pedagógico; Serviço de Psicologia Educacional; Serviço Social aplicado à Educação; Programas e Ações de Esporte e Lazer e Programas, Projetos e Eventos de Ações Afirmativas. Esses serviços visam auxiliar a todos os estudantes da instituição, prioritariamente, aqueles em situação de vulnerabilidade socioeconômica, a desenvolver um percurso acadêmico satisfatório.

Dentre as ações organizacionais desenvolvidas pela PROGES, algumas estão em consonância com as áreas sugeridas no PNAES em seu Art. 3<sup>o</sup>, §1<sup>o</sup>, são: I - moradia estudantil; II - alimentação; III - transporte; IV - atenção à saúde; V - inclusão digital; VI - cultura; VII - esporte; VIII - creche; IX - apoio pedagógico; e X - acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.

O Quadro 5 a seguir apresenta algumas dessas ações, implementadas pela Diretoria de Acompanhamento Estudantil (DAE).

**Quadro 5 – Ações organizacionais relativas às áreas do PNAES desenvolvidas pela DAE**

<b>Ações</b>	<b>Área/PNAES</b>	<b>Diretoria</b>	<b>Setor</b>	<b>Responsável (is)</b>
Avaliação socioeconômica	Moradia Estudantil	DAE	Núcleo de Serviço Social (NUSES); Coordenação de Assistência Estudantil (CAE)	Assistentes Sociais e Técnicos Administrativos
Avaliação socioeconômica	Alimentação	DAE	Núcleo de Serviço Social (NUSES), Coordenação de Políticas Universitárias de alimentação e nutrição (CPUAN)	Assistentes Sociais; Nutricionista
Avaliação socioeconômica	Transporte	DAE	Núcleo de Serviço Social (NUSES), Coordenação de Assistência Estudantil (CAE)	Assistentes Sociais e Técnicos Administrativos
Ações coletivas e/ou individuais em psicologia escolar/educacional	Atenção à saúde	DAE	Núcleo de Psicologia (NUPSI)	Psicólogas
Jogos universitários internos; participação em competições locais e nacionais	Esporte	DAE	Coordenação de Esporte e Lazer (CEL)	Técnicos em Assuntos Educacionais e Assistentes em Administração
Atendimento Pedagógico Individualizado (API) e coletivo; Assessoria Pedagógica	Apoio Pedagógico	DAE	Núcleo de Gestão Pedagógica (NUGEPE)	Pedagogas e Técnico em Assuntos Educacionais
Acompanhamento a estudantes com deficiência no ensino superior em atividades de ensino, pesquisa e extensão.	Acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação	DAE	Núcleo de Acessibilidade (NUACES)	Assistente em Administração e Tradutores Intérpretes de LIBRAS

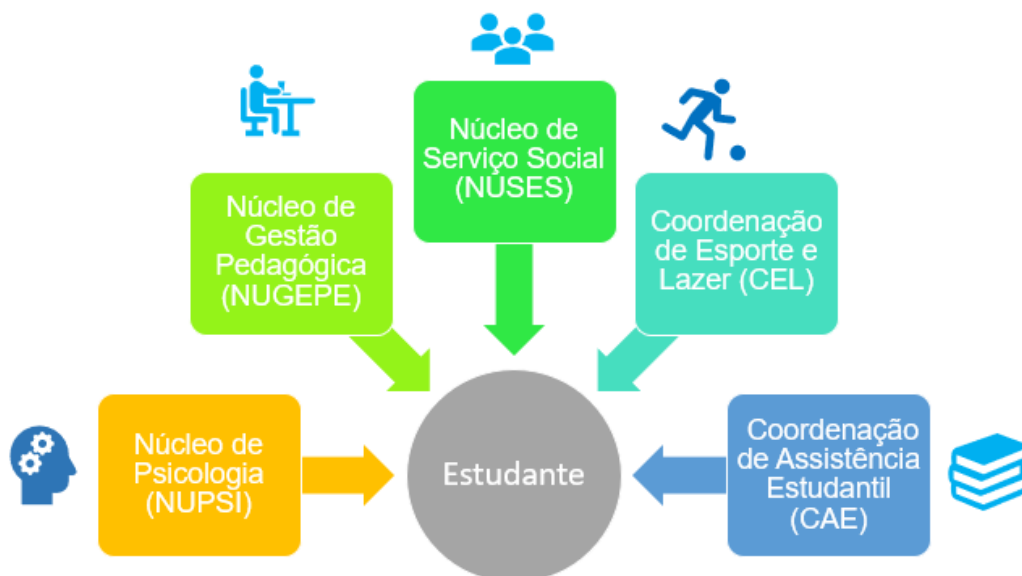
**Fonte:** Elaboração própria (2021), com base no *site* oficial da UFOPA/Proges (2021).

A partir das ações elencadas, verifica-se que, por meio da PROGES, algumas áreas do PNAES estão sendo atendidas a partir da regulamentação de Núcleos (Serviço Social, Psicologia, Pedagogia) e das Coordenações (Alimentação e Nutrição, Assistência Estudantil e Esporte e Lazer), que também vem desenvolvendo o Acompanhamento Estudantil aos discentes (Ver Figura 7), conforme trecho do Relatório de Gestão 2020.

[...] o acompanhamento estudantil na UFOPA é realizado pela PROGES por meio do Núcleo de Psicologia (NUPSI), Núcleo de Serviço Social (NUSES), do Núcleo de Gestão Pedagógica (NUGEPE), pela Coordenação de Assistência Estudantil (CAE) e pela Coordenação de Esporte e Lazer (CEL) (RELATÓRIO DE GESTÃO/UFOPA, 2020, p. 153).

Os setores acima mencionados, dada a sua especificidade, têm voltado suas ações ao atendimento e acompanhamento a todos os discentes da instituição, priorizando, com base no PNAES os estudantes beneficiários da assistência estudantil.

**Figura 7 – Acompanhamento aos Estudantes na PROGES/UFOPA**



**Fonte:** Elaboração própria (2021), com base no Relatório de Gestão da UFOPA (2020)

Cada um desses Núcleos e Coordenações têm como foco o acompanhamento estudantil em suas diferentes necessidades: assistência social, psicologia, pedagogia, esporte e de lazer, visando fomentar ações voltadas para a

permanência dos estudantes, assim como a conclusão de sua formação dentro do prazo previsto nos projetos de curso.

O atendimento a essas diferentes necessidades estudantis decorre de uma compreensão ampliada de assistência estudantil para além do atendimento à necessidade financeira como indica o artigo 4º do PNAES. Neste, consta que as ações de assistência estudantil devem:

“[...] considerar a necessidade de viabilizar a igualdade de oportunidades, contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e agir, preventivamente, nas situações de retenção e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras” (BRASIL, 2010).

Ao buscar-se apresentar os setores que atendem ao acompanhamento estudantil nesta IFES estudada, dá-se início pelo Núcleo de Psicologia (NUPSI) foi regulamentado pela Portaria nº 6 em, 12 de março de 2020<sup>41</sup>, para potencializar estratégias de escuta envolvendo os atores da Instituição na interdependência de suas ações, histórias, significados e afetos, buscando produzir, coletivamente, novas perspectivas diante de saberes instituídos e propiciar reflexões das práticas educativas produzidas na Universidade. O NUPSI é coordenado e tem suas ações desenvolvidas por 2 (duas) psicólogas lotadas na PROGES, sendo estas profissionais habilitadas para atuar no âmbito da Política de Assistência Estudantil da UFOPA. As ações coletivas e/ou individuais em psicologia escolar/educacional são destinadas aos discentes regularmente matriculados em cursos de graduação e pós-graduação presenciais da UFOPA, na perspectiva de acolher, orientar e mediar as demandas acadêmicas como forma de subsidiar no processo de ensino-aprendizagem, potencializar as relações interpessoais estabelecidas no âmbito acadêmico, contribuindo para a permanência e diplomação nesta Universidade. Destaca-se nas ações coletivas o Projeto Círculo Acolhedor, através do qual são realizadas, semanalmente, ações de psicologia em grupo (terapêuticas ou psicoeducativas).

Com relação ao Núcleo de Serviço Social (NUSES), instituído pela Portaria nº 16, de 15 de setembro de 2020<sup>42</sup>, desenvolve ações e serviços com vistas a atender as demandas sociais de estudantes regularmente matriculados prioritariamente em

---

<sup>41</sup>Disponível em: <http://www.UFOPA.edu.br/proges/servicos-4/servico-de-psicologia-1/servico-de-psicologia-2/>

<sup>42</sup>Disponível em: <http://www.UFOPA.edu.br/proges/servicos-4/acompanhamento-social-2/acompanhamento-social-3/>

cursos de graduação da UFOPA, contribuindo assim para seu desenvolvimento e para a consolidação de políticas e ações de gestão e de assistência estudantil. Este núcleo desenvolve ações voltadas ao acompanhamento social (do) estudante para a avaliação socioeconômica; encaminhamento deles aos serviços internos ou externos à UFOPA; orientações individuais e coletivas sobre direitos sociais; estudos de caso; atuação em equipe multiprofissional de forma interdisciplinar; elaboração, desenvolvimento, monitoramento e avaliação de projetos sociais.

Quanto ao Núcleo de Gestão Pedagógica (NUGEPE) e os Núcleos de Apoio Pedagógico (NAPES), regulamentados pela Resolução nº 338, de 14 de dezembro de 2020<sup>43</sup>, objetivam desenvolver acompanhamento pedagógico, visando contribuir com a permanência e diplomação dos estudantes fomentando o processo de autorregulação da aprendizagem acadêmica. Diante da natureza deste serviço que se fundamenta em uma das áreas indicadas no PNAES em seu Art. 3º, § 1º, IX, que trata do apoio pedagógico, esta resolução tornou-se uma Política de Acompanhamento Pedagógico na instituição. Tal serviço oportuniza estar mais perto do público essencial desta Instituição Federal de Ensino Superior - os/as discentes – ouvindo-os e acolhendo-os diante de suas necessidades acadêmicas e orientando-os sob diversos aspectos do ensino-aprendizagem e vivência estudantil, como: a rotina de estudos, estratégias de aprendizagem e incentivo à permanência no curso, até sua diplomação. As ações do NUGEPE são desenvolvidas de forma individual – Atendimento Pedagógico Individualizado (API) e de forma coletiva através dos Projetos Ciranda Pedagógica e Oficinas Acadêmicas, além de fornecer Assessoria Pedagógica.

A Coordenação de Esporte e Lazer (CEL)<sup>44</sup> busca implementar e desenvolver ações de apoio no âmbito da Saúde, Desporto e Lazer tendo como atribuições o planejamento, coordenação, divulgação, acompanhamento e avaliação de programas e projetos voltados para atividades esportivas e de lazer de interesse da comunidade interna e externa, promoções de competições, cursos de iniciação esportiva, incentivar a comunidade universitária à prática de esportes e atividades de lazer junto às Associações Atléticas, promover os Jogos Internos na UFOPA

---

<sup>43</sup>Disponível em: <http://www.UFOPA.edu.br/media/file/site/proges/documentos/2021/0a3271aa05ed4664848da7a454e14b47.pdf>

<sup>44</sup> Disponível em: <http://www.UFOPA.edu.br/proges/quem-somos-1/>

almejando a participação em Jogos Universitários locais, estaduais e nacionais, fortalecer ações educativas que integram a cultura esportiva a diversas formas de atendimento pessoal e social, voltadas para os estudantes indígenas e quilombolas proporcionando a eles e seus familiares e/ou responsáveis, o acesso à prática esportiva. Estas ações têm em vista a execução de uma política de ações esportivas no âmbito da UFOPA.

Quanto à Coordenação de Assistência Estudantil (CAE) seus objetivos e competências não se encontram registrados na página oficial da PROGES no site da instituição. Contudo, infere-se que sua localização estratégica na DAE busca fomentar ações voltadas para implementação de ações de assistência estudantil nesta Pró-Reitoria.

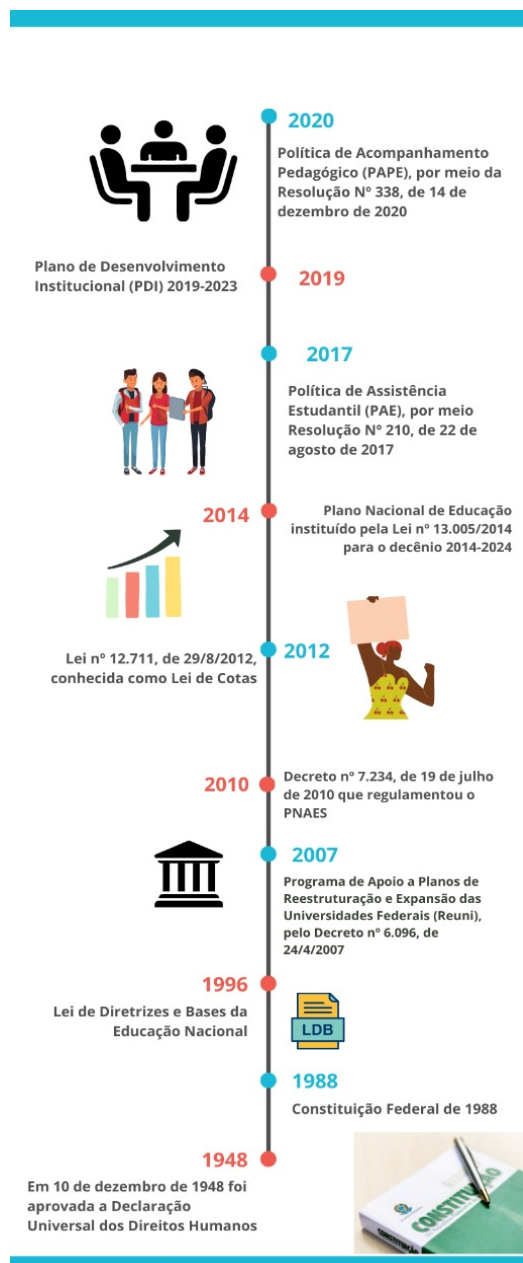
Destaca-se assim que estes setores, ao buscarem atender outras necessidades apresentadas pelos estudantes, no contexto universitário, contribuem para que eles desenvolvam formas de pensar suas identidades pessoal e profissional, imaginar e planejar seu futuro, permitindo estabelecer planos com o objetivo de superar a condição de vulnerabilidade (ANDRADE, 2017). Desta forma, a assistência estudantil deve ser discutida, considerando as suas múltiplas funções: social, pedagógica e psicológica (TAUFICK, 2014).

Na medida em que a instituição apoia a existência e ampliação destes setores e as ações ofertadas, numa perspectiva psicossocial e educacional, contribui para o desenvolvimento pleno do estudante, fornecendo um importante indicador de reconhecimento pessoal e de participação social. A visão agregada da função de si e dos outros na sociedade possibilita atuar sobre essa realidade a partir dos conhecimentos adquiridos, quando os indivíduos se valorizam e definem metas de participação e mudança social, isso pode ser um fator de inclusão social (ANDRADE, 2017).

Portanto, verifica-se que apoiar o fortalecimento das equipes de profissionais que operacionalizam o PNAES e, a ampliação das ações para atender questões relacionadas aos estudantes contribuem para melhor gestar e executar o Programa de Assistência Estudantil nas IFES. Nesta UFOPA, em particular, analisa-se que essa movimentação para favorecer a existência desses serviços e setores, e focar no público essencial da instituição – os estudantes, é fruto da influência histórica de marcos legais, já comentados anteriormente, e que fundamentam as ações ligadas

à assistência estudantil e qualidade de vida acadêmica. Na Figura 8, sintetiza-se as normas institucionais, considerando documentos normativos de cunho internacional e nacional, chegando-se à normativa interna da UFOPA, *lócus* do estudo.

**Figura 8-** Marcos Legais sobre Assistência Estudantil à nível internacional, nacional e interno à UFOPA



**Fonte:** Pesquisa documental, elaborada pela autora (2021).

Os marcos legais apresentados na Figura 9, corroboram que a Assistência Estudantil se encontra legitimada nesses diferentes documentos normativos dando possibilidade de atender aos estudantes que recorrem a essa assistência ao longo de

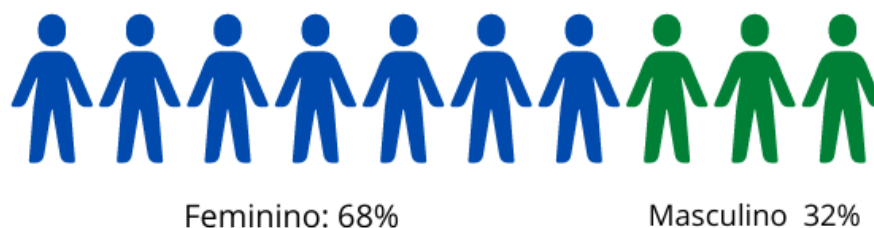
sua jornada acadêmica. Sobre este público a subseção a seguir irá tratar de modo particular.

## 5.2 Perfil dos Estudantes beneficiários pesquisados

A análise do perfil dos respondentes envolve a dimensão social a partir de alguns indicadores, como: gênero, origem, faixa etária, autoidentificação, quantidade de egressos da educação básica, bem como o status de vínculo com a instituição. Não se trata apenas de descrever quem são os respondentes, mas analisar informações para além do dado meramente quantitativo. A dimensão social aqui analisada visa consolidar o alcance de auxílios estudantis voltados para os filhos e filhas das classes trabalhadoras. São pessoas que estariam historicamente excluídas do acesso à universidade se caso não houvesse políticas de AE para garantir seu ingresso.

Dos 75 (setenta e cinco) respondentes 51 (68%) são do gênero feminino e 24 (32%) do gênero masculino, conforme verifica-se na Figura 9.

**Figura 9** – Gênero dos respondentes



**Fonte:** Pesquisa *survey* (2021).

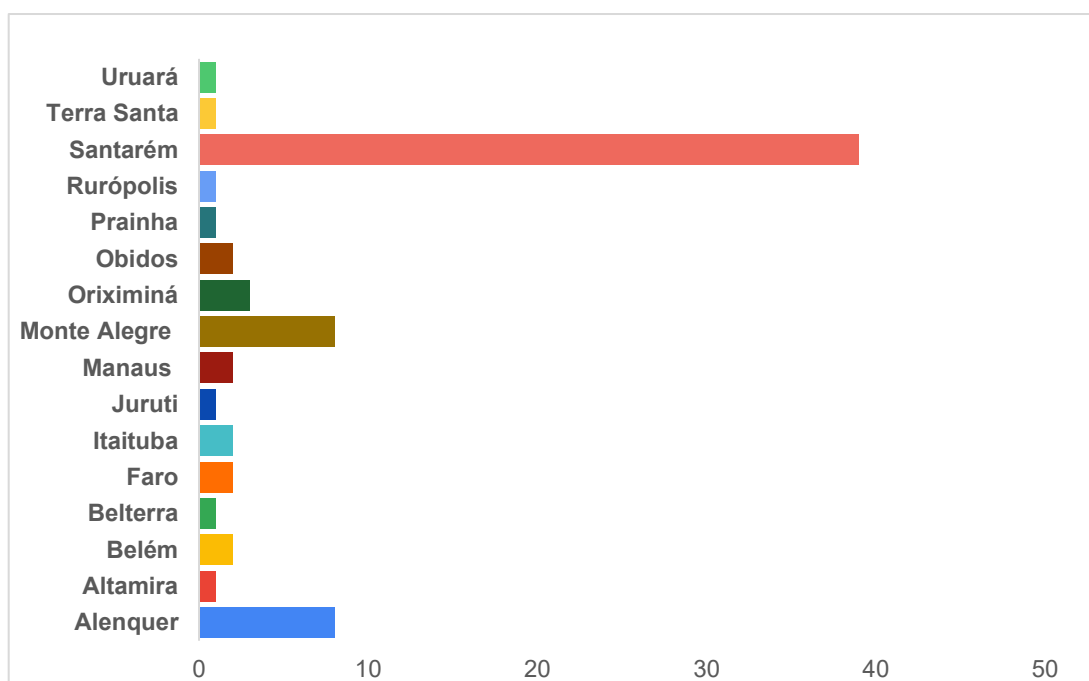
Essa prevalência do gênero feminino se confirma em pesquisas divulgadas pela Estatística de Gênero (2016-2019) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Ao analisar a taxa ajustada de frequência escolar líquida verificou-se que as mulheres vêm aumentando a participação nos diversos níveis escolares. No Ensino superior, por exemplo, as mulheres registraram no ano de 2019 uma taxa de 29,7%, de frequência contra 21,5% dos homens. Esses resultados são atribuídos, entre outros, devido à entrada precoce dos homens no mercado de trabalho, sendo que as mulheres atingem em média um nível de instrução superior ao dos homens (IBGE, 2016).

Tal indicação da prevalência do gênero feminino também foi confirmada na V Pesquisa de Perfil Socioeconômico e Cultural dos Graduandos e Graduandas das Instituições Federais de Ensino Superior (FONAPRACE/ANDIFES, 2019) conforme analisa Gomes (2021, p. 15):

A distribuição por sexo mostra que as mulheres representam 56,6% dos jovens das IFES, os homens correspondem a 43,1%. Nota-se uma sobre representação do sexo feminino nas IFES (e entre os estudantes em geral), pois no grupo populacional juvenil as mulheres representam 49,3%.

Com relação à naturalidade no Gráfico 7 é possível se visualizar a distribuição geográfica a partir do número de estudantes majoritariamente pertencentes à região oeste do Pará.

**Gráfico 7-** Distribuição dos estudantes participantes por município (2017 - 2019)



**Fonte:** Pesquisa *survey* (2021).

O município de Santarém destaca-se de outros da região por apresentar um pouco mais da metade dos estudantes desta pesquisa com o número de 39 estudantes de um total de 75, ou seja, 52%. Na sequência, seguem os municípios de Monte Alegre com 8 estudantes (11%), Oriximiná com 3 (4%), Óbidos, Manaus, Itaituba e Faro apresentaram igualmente 2 estudantes cada (3%) e os demais municípios com apenas 1 estudante (1%) provenientes dos municípios de Uruará,

Terra Santa, Rurópolis, Prainha, Juruti e Belterra. Esse resultado possibilita uma amostra do quanto o deslocamento das IFES para o interior ampliou as condições efetivas de acesso à demanda estudantil do entorno regional. Sobre isso, Guimarães (2021, p. 81) afirma que,

[...] as IFES sozinhas não irão transformar as assimetrias regionais e sociais brasileiras, mas que sua expansão e presença no interior criam inegáveis forças transformadoras e geram expectativas positivas de desenvolvimento para a população do entorno.

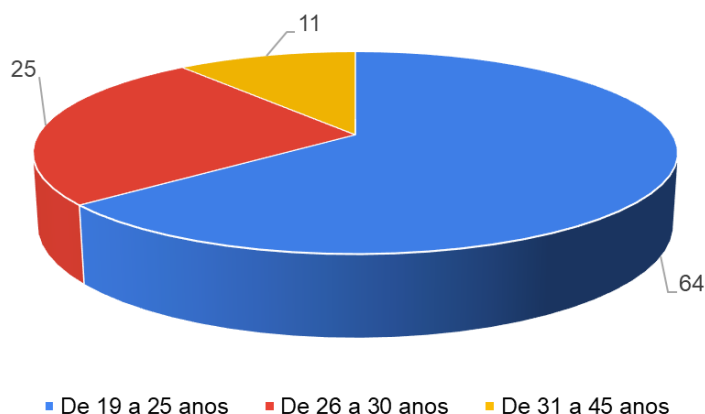
Lê-se no PDI da UFOPA (2019 - 2023) que esta universidade foi criada em um contexto político e educacional direcionado pelo estreitamento das políticas de expansão e organização do ensino superior fortalecido pelo Programa Reuni, que tinha como objetivo ampliar o acesso e a permanência do maior número de estudantes na educação superior, além disso,

Desde a sua criação, a UFOPA tem contribuído para as regiões oeste do Pará e amazônica com inserção na formação de profissionais qualificados, no desenvolvimento de pesquisas, na realização de atividades de extensão, no desenvolvimento tecnológico e na produção de inovações em diversos níveis(...)

A UFOPA é uma Universidade multicampi situada em um dos pontos mais estratégicos do interior da Amazônia brasileira. Tem sua sede instalada no município de Santarém e conta com mais 6 (seis) campi em funcionamento nos municípios de Alenquer, Itaituba, Juruti, Monte Alegre, Óbidos e Oriximiná. Sua área de abrangência é composta por 20 (vinte) municípios com população total estimada de 1.000.618 habitantes (IBGE, 2012), o que corresponde a 12,8% da população do estado do Pará - área que envolve uma ampla população de povos e comunidades tradicionais (PDI/UFOPA, 2019 - 2023, p. 17).

Os dados confirmam que a instituição tem absorvido estudantes tanto do seu entorno regional quanto do contexto ampliado da realidade amazônica brasileira com estudantes oriundos de outros estados como da capital amazonense.

Quanto à faixa etária, conforme se observa no Gráfico 8 a seguir, o quantitativo de estudantes entre 19 a 25 anos foram de 48(64%); entre 26 a 30 anos resultou em 19 (25%) e entre 31 a 45 anos foram 8 (oito) (11%) de estudantes. A média dos estudantes é de 25,5 anos, o que representa um grupo relativamente jovem (Ver Gráfico 8 a seguir).

**Gráfico 8**– Faixa etária dos respondentes (%)

**Fonte:** Pesquisa *survey* (2021).

De acordo com Decreto 7.234/2010 em seu art. 1º a finalidade do PNAES é ampliar as condições de permanência dos jovens na educação pública federal (BRASIL, 2010). Em relação ao uso do termo “jovens”, o Decreto não especifica um corte etário. Para Gomes (2021), o limite de 24 anos é frequentemente indicado em pesquisas educacionais como idade propícia para a conclusão do nível superior, mas que, de acordo com a Convenção Ibero- americana dos Direitos dos Jovens<sup>45</sup> foi ampliado o intervalo de 15 a 24 anos para a fase da juventude. Neste sentido, considerando o resultado da V Pesquisa de Perfil Socioeconômico e Cultural dos Graduandos e Graduandas das Instituições Federais de Ensino Superior (FONAPRACE/ANDIFES, 2019), tratando-se dos beneficiários da assistência estudantil não há exclusão de pessoas de outras idades. Silva (2021, p. 12) analisa que,

[...] Observando a totalidade da norma, o PNAES tem forte compromisso com uma permanência qualificada no ensino superior, contra todas as desigualdades. Deste modo, não faria sentido excluir da cobertura estudantes vitimados pelas condições sociais, simplesmente porque estão fora de uma determinada faixa etária.

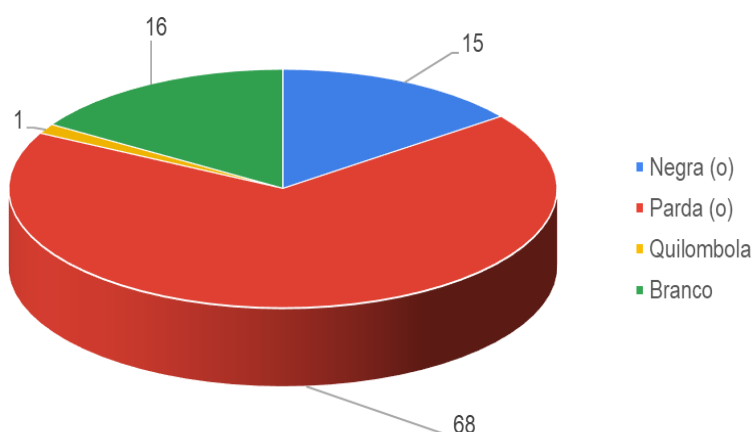
<sup>45</sup>A Convenção Ibero-Americana de Direitos dos jovens é um documento com força de tratado internacional que versa sobre os direitos dos (as) jovens dos países da América Latina, Portugal, Espanha e Andorra. É o primeiro tratado do mundo voltado para a juventude. Foi assinada na cidade de Badajoz, Espanha, em outubro de 2005, e entrou em vigor em 1º de março de 2008. Mais informações acessar: <https://oij.org/wp-content/uploads/2020/07/CIDJ-A6-PORT-VERTICAL-OK-SANGRADO.pdf>

Desta forma, no presente estudo confirma-se essa tendência, na qual a idade não é, necessariamente, fator de exclusão do acesso aos benefícios.

Quanto à assistência estudantil à Pessoa com Deficiência (PCD), apenas 4 (quatro) respondentes registraram que possuem algum tipo de deficiência. A inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior teve um impulso considerável com a promulgação da Lei nº 13.049/2016 (BRASIL, 2016) que dispõe sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino como vem ocorrendo na UFOPA.

Com relação à autoidentificação dos estudantes respondentes, obteve-se o seguinte resultado: 51 (68%) se auto identificaram como pardos, 11 (15%) como negros, 1 (um) (1%) quilombola e 12 (16%) brancos. Há uma prevalência de pretos e pardos. Esse resultado reflete os dados da pesquisa do FONAPRACE/ANDIFES (2019), em que os maiores quantitativos de estudantes com vínculo ativo nas IFES foram os que se declararam pretos ou pardos. Para Silva (2021), ficou constatado que na maior parte das grandes estruturas universitárias das regiões Norte e Nordeste há predominância de estudantes que se declaram pardos. A porção de estudantes que se declaram pretos é bem menor que a participação dos estudantes que se declaram brancos. O Gráfico 9 ilustra os dados anunciados nesta pesquisa.

**Gráfico 9 - Autoidentificação dos respondentes (%)**



**Fonte:** Pesquisa *survey* (2021).

Com relação à raça, resultado recente de pesquisa do IBGE ressalta que,

[...] embora as mulheres apresentem índices superiores aos dos homens, o acesso à educação se dá de forma desigual entre as mulheres. Em 2019,

mulheres pretas ou pardas entre 18 e 24 anos apresentavam uma taxa ajustada de frequência líquida ao ensino superior de 22,3%, quase 50% menor do que a registrada entre brancas (40,9%) e quase 30% menor do que a taxa verificada entre homens brancos (30,5%). A menor taxa ajustada de frequência escolar líquida se verificou entre os homens pretos ou pardos (15,7%) (IBGE, 2019, p. 5).

Segundo Heringer (2018), a adoção da política de reserva de vagas para estudantes de escola pública, pretos e pardos foi um marco para alavancar avanços na implementação das políticas de ação afirmativa no Brasil e prossegue nos tempos atuais avançando ainda lentamente, mas na direção certa, buscando a superação da grande defasagem existente entre os estudantes de escola pública, pretos, pardos e indígenas e na ampliação do acesso ao ensino superior.

No que diz respeito à conclusão dos estudos na educação básica, 70 estudantes (93%) responderam que concluíram na escola pública e 5 (cinco) estudantes (7%) concluíram parte desse nível de ensino na escola pública e parte na escola particular. A presença de estudantes oriundos em grande parte das escolas públicas é reflexo das mudanças provocadas pelas políticas de expansão de vagas nas IFES, como a interiorização de Campi, as novas regras de acesso pelo sistema de cotas, o financiamento para garantir a permanência dos estudantes na universidade, permitiram mudanças no perfil do estudante do ensino superior (GUIMARÃES, 2021). As políticas do REUNI, da Lei de Cotas e do PNAES, respectivamente geraram transformações no acesso e permanência dos estudantes a este nível de escolarização.

Outro dado importante diz respeito ao *status* dos estudantes que constam no Sistema Integrado de Gestão Acadêmica (SIGAA) da UFOPA. Pelo Sistema é possível identificar, por exemplo, qual situação de matrícula dos estudantes: ativos, concluídos, formandos, formados, cancelados ou trancados<sup>46</sup>. Dos 75 estudantes, 50

---

<sup>46</sup>ATIVO (É associado ao discente que possui vínculo em vigor com a instituição e não se encontra TRANCADO ou FORMANDO). TRANCADO (É o status do discente que realizou a suspensão de programa, que tem vínculo ATIVO, porém solicitou a interrupção temporária). FORMANDO (É a situação na qual o discente já integralizou uma parcela significativa do curso e está matriculado em turmas ou atividades que, caso sejam integralizados positivamente, o tornaria FORMADO). GRADUANDO (É o equivalente ao FORMADO nas versões mais recentes do sistema; sendo o discente que concluiu todas as pendências acadêmicas (integralizou toda a carga horária mínima exigida) porém ainda não recebeu a outorga do grau). FORMADO (É a situação do discente que concluiu todas as pendências acadêmicas exigidas pela sua estrutura curricular, porém ainda não recebeu o grau acadêmico). CONCLUÍDO (É a consequência natural do status anterior, implicando na conclusão de todas as pendências acadêmicas exigidas pela estrutura curricular, com a adição da condição de já ter seu diploma registrado (o que o tornaria apto para a colação de grau). CANCELADO (É a situação do

(67%) estavam ativos, 10 (13%) haviam concluído, 9 (nove) (12%) estavam se formando, 3 (três) (4%) estavam formados e 3 (4%) estavam com seu *status* cancelado ou trancado. Deve-se destacar que o *status* se refere à época em que os estudantes responderam ao questionário do estudo e não quando foram beneficiados com o auxílio analisado.

Uma vez apresentado o perfil dos respondentes dessa pesquisa, na subseção seguinte busca-se analisar a percepção desses estudantes sobre assistência estudantil e qualidade de vida acadêmica.

### 5.3 Assistência estudantil: percepções

Inicialmente busca-se analisar os documentos institucionais e, em seguida, a partir da percepção dos estudantes se estabelece um diálogo com o referencial teórico. No Quadro 6, apresenta-se os destaques com relação a concepção de Assistência Estudantil a partir da análise do Estatuto, Regimento Geral e PDI da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA).

**Quadro 6**– Concepção de assistência estudantil nos documentos da UFOPA

ESTATUTO	REGIMENTO GERAL	PDI
TÍTULO II DOS PRINCÍPIOS (...) VI - <b>democratização do acesso e permanência</b> na Universidade, adotando <b>políticas e ações afirmativas</b> para <b>superação das desigualdades sociais e discriminação</b> de qualquer natureza (p. 5)	Art. 239. Os discentes da Universidade terão <b>assegurados os direitos</b> inerentes à sua condição e, especificamente, os de representação, associação, <b>assistência estudantil</b> , estágio e candidatura aos programas de bolsas acadêmicas (p. 72)	A Proges desenvolve e consolida <b>políticas e ações de gestão e de assistência estudantil</b> com o objetivo de garantir condições necessárias para <b>permanência do estudante na Universidade, favorecendo seu desempenho acadêmico</b> e sua diplomação, reduzindo, assim, a evasão e a retenção (p. 10).

Fonte: Elaboração própria (2022) (grifo da pesquisadora).

---

discente que teve seu vínculo finalizado "negativamente", ou seja, por desistência, insuficiência de rendimento acadêmico, decurso de prazo máximo, etc.). Disponível em: <https://wiki.UFOPA.edu.br/artigo/90/definicao-de-status-de-discentes-no-sigaa>

Na leitura dos fragmentos acima, percebe-se que não há uma concepção direta sobre Assistência Estudantil (AE), mas destacou-se alguns termos que fazem relação a esta categoria. Verifica-se que apesar de não ser uma concepção, são indícios, indicações, sinais ou traços que remetem ao conceito de assegurar o direito à Assistência. No Estatuto tais sinais aparecem através de seus princípios assumidos: democratização de acesso e permanência, políticas de ações afirmativas e superação da discriminação e desigualdades sociais. No Regimento Geral fica evidenciado o compromisso de assegurar direitos a AE e no PDI, destaca-se a permanência do estudante na Universidade, favorecendo seu desempenho acadêmico. Por mais que sejam documentos normativos caracterizados pela linguagem objetiva, busca-se trazer no corpo do texto, em forma de nota, uma breve explicação sobre a concepção de AE.

Já na Política de Assistência Estudantil, aprovada pela Resolução Nº 210, de 22 de agosto de 2017 (PAE/UFOPA, 2017), o Parágrafo Único do Art. 1º afirma que a Assistência Estudantil

[...] deve ser entendida como um conjunto de princípios e de diretrizes que orientam as ações que visam contribuir com o processo de democratização da universidade, garantido o acesso, a permanência e a conclusão de cursos de graduação e pós-graduação dos estudantes matriculados na instituição, na perspectiva da inclusão social, da promoção da igualdade com valorização da diversidade, da formação ampliada, da produção do conhecimento, além da melhoria de seu desempenho acadêmico e sua qualidade de vida, agindo preventivamente, nas situações de retenção e evasão decorrentes das condições de vulnerabilidade socioeconômica e das desigualdades sociais e regionais (PAE/UFOPA, 2017, p. 1).

Neste documento verifica-se um entendimento do que consiste a assistência estudantil que orienta as ações na instituição, incluindo-se a cobertura para estudantes de graduação e pós-graduação.

Outro documento da instituição referente à temática é a Resolução Nº 338, de 14 de dezembro de 2020, que aprova a Política de Acompanhamento Pedagógico (PAPE) e regulamenta o Núcleo de Gestão Pedagógica (NUGEPE), vinculado à Pró-Reitoria de Gestão Estudantil, e os Núcleos de Acompanhamento e Apoio Pedagógico (NAPEs), vinculados às Unidades Acadêmicas da UFOPA. Esta política constitui-se um importante compromisso institucional de implementação da assistência estudantil voltada aos discentes, atendendo ao Art.3º, parágrafo 1º do PNAES (BRASIL, 2010), que se refere ao desenvolvimento de ações em determinadas áreas sendo uma delas direcionada ao Apoio Pedagógico, no inciso IX desta política. No que se refere à

assistência estudantil, neste documento aparece o Apoio Pedagógico orientado pela política do PNAES, conforme o trecho a seguir,

Parágrafo único. Entende-se por ações de apoio e acompanhamento pedagógico um conjunto de estratégias de intervenção individual e/ou coletiva, que acompanham as orientações da Política de Assistência Estudantil para estudantes graduandos da UFOPA que apresentam dificuldades/demandas no percurso acadêmico (UFOPA/PAPE, 2020, p. 1).

Já nos Relatórios de Gestão da PROGES (2018 – 2020), sinaliza-se que:

A Pró-Reitoria de Gestão Estudantil – PROGES - tem como premissa a **prestação de serviços de assistência estudantil nas áreas** de alimentação, moradia, transporte, atenção à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico, acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação, além de ações afirmativas (UFOPA/PROGES, 2018, p. 1).

A Pró-Reitoria de Gestão Estudantil (Proges) da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) foi criada em 14 de abril de 2014 com a missão de incentivar, apoiar, orientar e acompanhar o discente, de forma articulada com as demais Pró-Reitorias, Unidades Acadêmicas e Órgãos suplementares, em suas múltiplas demandas no decorrer de sua trajetória estudantil. **A Proges atua** na elaboração de políticas, programas, ações e serviços de ações afirmativas, acessibilidade, **assistência** e acompanhamento aos estudantes de acordo com suas especificidades raciais, étnicas, culturais e de gênero. Compõem a Proges as Diretorias de Acompanhamento Estudantil e de Políticas Estudantis e Ações Afirmativas (UFOPA/PROGES, 2020, p. 1).

Nestes Relatórios de Gestão da PROGES (2018 e 2020) a assistência estudantil não é conceituada, porém, são indicadas as formas em que será concretizada na instituição, através de uma Pró-Reitoria específica. No caso do Relatório de 2019, a redação sobre AE foi a mesma usada em 2020. O setor PROGES é destacado em ambos os Relatórios e verifica-se a prestação de serviços nas áreas preconizadas no PNAES e na missão de incentivar, apoiar, orientar e acompanhar o discente por meio da elaboração de políticas, programas, ações e serviços, inclusive de assistência.

De modo geral, os documentos analisados evidenciam os princípios que devem nortear a assistência estudantil (Estatuto da UFOPA, 2013), uma garantia de direitos (Regimento Geral da UFOPA, 2014), inclusive destacando um setor da universidade (Unidade Administrativa) que tem a responsabilidade em fomentar políticas (PDI) num setor específico na instituição, neste caso, a Pró-Reitoria de Gestão Estudantil (PROGES). Há referência à permanência, à garantia de direitos e

o favorecimento do desempenho acadêmico (PAE); uma das áreas a ser atendida no âmbito universitário (Apoio Pedagógico) é contemplada na PAPE. Isto indica que, institucionalmente, a assistência estudantil é vislumbrada como um importante mecanismo de promoção de direitos e de qualidade de vida acadêmica. Neste sentido, Vasconcelos (2010, p. 609), anuncia que:

A assistência estudantil, enquanto mecanismo de direito social, tem como finalidade prover os recursos necessários para transposição dos obstáculos e superação dos impedimentos ao bom desempenho acadêmico, permitindo que o estudante se desenvolva perfeitamente bem durante a graduação e obtenha um bom desempenho curricular, minimizando, dessa forma, o percentual de abandono e de trancamento de matrícula.

Buscando definir um conceito para assistência estudantil, Dutra (2017) verifica que, em sua trajetória histórica, ainda não foi elaborada uma concepção ideal de Assistência Estudantil, mas evidencia a proposta,

[...] de uma assistência aos estudantes pautada no princípio da universalidade. Nessa perspectiva, uma política de AE não deve limitar-se à elaboração e execução de mecanismos destinados apenas à população de baixa renda, mas deve, também, se preocupar com princípios de atendimento universal (...)  
(...) Dessa forma, não deve se restringir ao atendimento dos estudantes das camadas mais populares, mas atuar de um modo mais abrangente, propondo ações que possam abarcar todos os estudantes, na perspectiva de uma política universalizadora (DUTRA, 2017, p. 165-166).

Parece ser essa a tendência expressa nos fragmentos institucionais acima. A assistência estudantil é colocada como direito para superar desigualdades, discriminação, assegurando direitos estudantis, desempenho acadêmico e consolidação de políticas e ações a todos os estudantes, da graduação e pós-graduação da instituição, já que não se explicita a situação socioeconômica como condição para acesso a esses direitos.

Com relação à percepção dos estudantes sobre assistência estudantil, obteve-se os seguintes resultados no instrumento aplicado, conforme se observa na Tabela 2 a seguir:

**Tabela 2 – Percepção sobre assistência estudantil**

<b>Assistência Estudantil é...</b>	<b>Nº de estudantes</b>	<b>%</b>
Uma política pública que tem como fundamento o direito à educação	49	65
Ajuda financeira da UFOPA	23	31
Outros	3	4
Total	75	100

**Fonte:** Pesquisa *survey* (2021).

Constata-se nos dados apresentados que os estudantes em sua grande maioria (65%) têm noção de que assistência estudantil trata-se de uma política pública que tem como fundamento o direito à educação. Para 31% a assistência estudantil foi considerada uma ajuda financeira da UFOPA e 4% manifestaram os entendimentos dela, quais sejam:

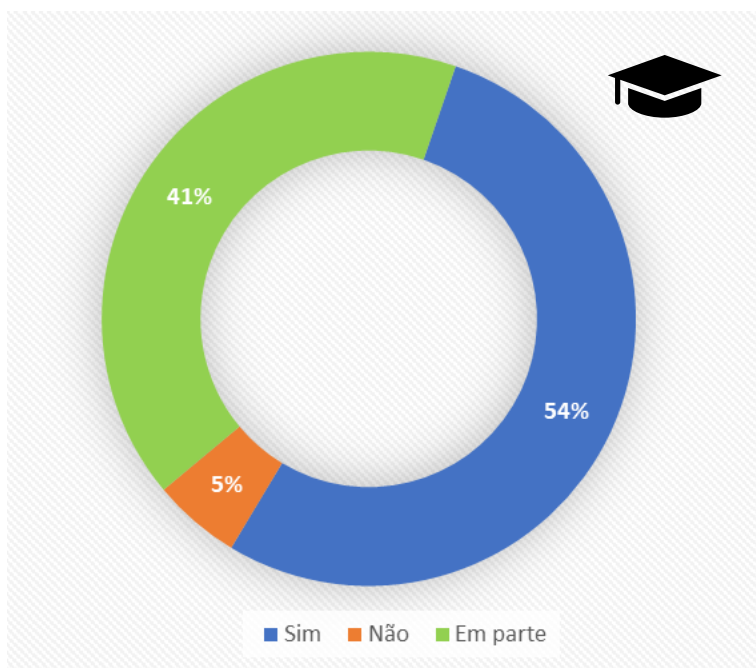
“uma bolsa concedida pelo Mec” (E43);

“uma política interna da UFOPA” (E19);

“ação para atender demanda dos alunos para além dos auxílios financeiros” (E31).

Segundo Costa (2010), a tempos atrás havia por parte dos estudantes uma dificuldade em explicar o conceito de assistência estudantil devido à forma como o tema era abordado historicamente. Prevalcia um entendimento reduzido de que assistência estudantil limitava-se à alimentação e moradia, sobrepondo-se aos fatores de ordem econômica. Apesar do entendimento da assistência como política pública, ainda persiste atualmente a compreensão da mesma como mera ajuda financeira e não como fundamento do direito à educação.

Sabe-se que a assistência estudantil está contida no Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Procurou-se identificar se haveria por parte dos estudantes alguma informação ou conhecimento desse Programa. O Gráfico 10 a seguir, a seguir, retrata essa questão.

**Gráfico 10-** Conhecimento sobre o PNAES

**Fonte:** Pesquisa survey (2021).

Com relação ao conhecimento sobre o PNAES, 40 estudantes (54%) responderam que Sim, 4 (quatro) (5%) responderam que Não e 31 (41%) estudantes disseram que em parte. Apesar de mais da metade deles afirmar que têm conhecimento do programa PNAES, uma parcela significativa, ou seja, 31 estudantes (41%) responderam que conhecem em parte. A princípio, esse desconhecimento parcial deveria ser menor, uma vez que os estudantes foram contemplados com auxílios advindos da assistência estudantil por meio desse programa. Uma das explicações para justificar esse desconhecimento deve-se a não inclusão ou não envolvimento dos estudantes no processo de planejamento e implementação do referido programa.

Lima (2016) menciona que é preciso superar o distanciamento entre formuladores e executores das políticas de assistência, desenvolvendo uma ação sistêmica que proporcione interação entre os atores. É preciso superar a visão de estudantes como mero público beneficiado e polo passivo das políticas públicas para a condição de protagonistas. As universidades detêm um papel fundamental nesse processo, uma vez que recebem os recursos financeiros da União e têm relativa autonomia de como aplicar tais recursos. Assim, torna-se fundamental adequar:

[...]os investimentos na assistência estudantil, implementando as políticas em consonância com as **necessidades** trazidas pelo seu público-alvo. (...) Oportunizando, inclusive, a **representação** da população-alvo que são alunos em vulnerabilidade social, **nas** políticas de assistência estudantil, **incentivando a expressão de pensamentos, críticas e sugestões** acerca do tema de modo que gere proposições de melhoria na implementação (LIMA, 2016, p. 12-13, grifo da pesquisadora).

Sem as condições citadas acima, ou seja, sem considerar as necessidades do público-alvo, sua representatividade, incentivo à expressão dos pensamentos, às suas críticas e sugestões em relação ao programa na instituição, pode-se levar ao desconhecimento e até mesmo à indiferença destes estudantes sobre esta política a nível institucional.

Perguntou-se ainda aos estudantes como eles souberam a respeito dos auxílios da Assistência Estudantil na instituição. Na tabela 3, encontra-se ilustrada as respostas a esta questão.

**Tabela 3–** Como ficou sabendo dos auxílios da assistência estudantil na **UFOPA**

Respostas	Nº de estudantes	%
<i>Site</i> da UFOPA	56	75
Cartazes e <i>folders</i> de divulgação nas dependências físicas da UFOPA	0	0
Semana de Recepção aos Calouros	1	1
Divulgação em sala de aula	4	5
Redes sociais	4	5
Outros	10	13
Total	75	100

**Fonte:** Pesquisa *survey* (2021).

A maioria dos estudantes, como se observa na Tabela acima, obteve informações sobre como acessar os auxílios da Assistência Estudantil por meio do *site* institucional (75%), demonstrando desta forma que a internet desempenha um papel fundamental no compartilhamento de informações. Porém, na opção “Outros”, os estudantes registraram outras formas de acesso:

“Minha irmã que entrou primeiro que eu na UFOPA e disse pra eu ficar de olho nos editais da proges e tentar a bolsa permanência” (E16).  
 “Vi outros alunos falando sobre e fui procurar saber do que se trata” (E7).  
 “Conversando com veteranos.” (E49).  
 “Por amigos” (E75).  
 “Colegas” (E – AE- 58).

” Através de outros discentes” (E25).  
 “Colegas veteranos” (E66).

O processo de interação entre os discentes com os seus familiares e com os colegas da universidade torna-se um ambiente propício para circulação de informações, como comprovado nessas manifestações. As conversas podem ser tanto no ambiente físico quanto mediado pelas redes sociais. Neste sentido, buscou-se levantar os níveis de discordância e concordância sobre a AE dos estudantes pesquisados a partir de vários aspectos, ilustrados no Quadro 7, a seguir.

**Quadro 7**– Nível de concordância sobre assistência estudantil

Itens	DT		DP		CP		CT	
	n	%	N	%	n	%	n	%
Sem o(s) auxílio(s) não seria possível me manter na Universidade	1	1	6	8	18	24	50	67
Sem o(s) auxílio(s) teria dificuldades para me manter estudando na universidade e não teria condições financeiras para custear todas as minhas despesas	2	3	3	4	12	16	58	77
Sem o(s) auxílio(s) eu precisaria trabalhar para me manter estudando na Universidade	5	7	4	5	14	19	52	69
Sem o(s) auxílio(s) eu poderia contar com a ajuda da família para estudar na universidade	18	24	16	21	29	39	12	16

**Fonte:** Pesquisa survey (2021).

Legenda: DT= Discordo Totalmente; DP: Discordo Parcialmente; CP= Concordo Parcialmente; CT: Concordo Totalmente.

Verificou-se nas informações do quadro que a escala de concordância recebeu os maiores percentuais. Por exemplo, para o item “Sem o(s) auxílio(s) teria dificuldades para me manter estudando na universidade e não teria condições financeiras para custear todas as minhas despesas”, houve 77% de concordância plena ou total. O item “Sem o(s) auxílio(s) eu precisaria trabalhar para me manter estudando na Universidade”, foi indicado com total concordância para 52 (69%) dos estudantes. A terceira maior concordância total foi indicado por 50 estudantes (67%) para “Sem o(s) auxílio(s) não seria possível me manter na Universidade”. De forma inversa, o alto escore de discordância foi registrado para o seguinte item “Sem o(s) auxílio(s) eu poderia contar com a ajuda da família para estudar na universidade”,

perfazendo um total de 45% da escala de discordância total ou parcial, ou seja, quase metade assumem discordar contra 55% da concordância parcial e total.

Para Lima, Alves e Canela (2021), com a ampliação do acesso ao ensino superior houve um aumento dos discentes de menor renda e vulnerabilidade socioeconômica, que demandam apoio para se manter na instituição durante seus estudos. Assim, é possível afirmar que a situação socioeconômica dos estudantes e o recebimento de auxílio estudantil torna-se determinantes para garantir a permanência. Contudo, Assis *et al.* (2013) manifestam o entendimento que não basta apenas contemplar com a ajuda financeira, é necessário levar em consideração outros motivos, como as questões de ordem familiar, cultural, étnica, entre outras,

Os cancelamentos de auxílios estudantis e seus efeitos também estão inclusos como subcategorias na Assistência Estudantil. Neste sentido, questionou-se sobre as consequências do cancelamento de auxílios no desempenho acadêmico dos estudantes. A concessão e o cancelamento são regulados por Editais que apresentam critérios para ambos os casos. Desta maneira, o estudante que tem o auxílio cancelado perde o recurso. Entre o número de respondentes, 62 (83%) estudantes indicaram que não tiveram seus auxílios cancelados até o momento do levantamento deste estudo e 13 (17%) indicaram que já tiveram seus auxílios cancelados em algum momento do percurso acadêmico. Na ocorrência desta situação de cancelamento foi solicitada a explicação sobre os motivos. Foram obtidas as seguintes respostas:

“Não cumprimento da carga horária exigida” (E 9).

“Perdi o prazo de renovação de cadastro” (E16).

“Reprovações” (E21).

“Para os alunos quilombolas que recebiam a bolsa Mec foi feito um teto de quanto vc poderia receber que ficou em R\$1.000,00 e quem recebia o auxílio da UFOPA ou foi cortado ou baixou o valor para R\$100,00 mas a bolsa Mec” (E27).

“Reprovação por falta em um componente optativo que não cursei por motivo de enfermidade no período, além do choque de horário e atraso no início da ministração da disciplina” (E32).

“Troca de curso no ano de 2018” (E40).

“Muitas dificuldades cobradas pelo Edital” (E43).

“Eu nao sabia que era preciso me inscrever novamente e perdi o prazo” (E48).

“Reprovação por falta em uma disciplina” (E52).

“Uma simples mudança no nome em um contrato de locação de imóvel, que foi passado do nome da minha mãe para o meu. A princípio o contrato foi feito no nome dela por ser mais fácil de resolver questões burocráticas, como a ligação de energia” (E56).

“Simplesmente fui para lista de espera durante a renovação. E não deu de concorrer de novo por causa da pandemia” (E60).

“Eu adoeci um mês antes do semestre terminar, numa ação de doação de sangue da UFOPA. Tive que me afastar por dias seguidos e era época de provas. Não aceitaram o que eu tinha dito pois não tinha provas "atestado", que confirmassem que eu estava doente” (E72).

Nestas 12 respostas que buscam explicar a situação que levou ao cancelamento, destacam-se 5 delas, que se relacionam com o não cumprimento de critérios estipulados nos Editais. Dentre seus critérios, destacam-se as reprovações (E21; E52) o não cumprimento de carga horária (E9) e a não observação dos prazos (E16; E48).

É necessário refletir sobre as contrapartidas exigidas pelos estudantes para manterem o recebimento destes auxílios. Para Taufick (2013), alguns regulamentos da Assistência Estudantil contêm exigências que são colocadas para todos os candidatos ao auxílio por exemplo: exigir nenhuma reprovação ou desconsiderar as causas dessa reprovação, pode prejudicar a continuidade do auxílio ao estudante, uma vez que ele não mantém um bom desempenho e apresenta reprovações por diversos fatores. Sobre isto, a autora afirma:

A instituição precisa estar atenta ao perfil dos seus alunos, identificando os motivos que os levam ao baixo rendimento e/ou à evasão e buscar, por meio da Assistência Estudantil, os mecanismos para atuar em diferentes aspectos, não somente o econômico.

[...] Sem analisar detidamente quais as causas de um possível baixo rendimento, (...) pode acabar por punir com a perda do benefício estudantes que demandam ações específicas que ofereçam o suporte ao seu êxito (...). É por isso que o acompanhamento pedagógico é fundamental (...) (TAUFICK, 2013, p. 77-83).

Perguntou-se também sobre o grau de interferência na vida acadêmica dos estudantes que tiveram seus auxílios cancelados. Dos 13 estudantes que tiveram seus auxílios cancelados, 5 (cinco) responderam que interferiu pouco; 5 (cinco) que interferiu e 3 (três) estudantes que interferiu bastante na permanência no curso. Solicitou-se que os estudantes comentassem a respeito dessa interferência. Dentre os resultados, apresentam-se os seguintes exemplos:

“Ficava **sem dinheiro** as vezes pra comprar lanche ou almoço e isso era muito ruim, porque não queira pedir da minha família” (E16).

“Não tinha **dinheiro** pra transporte, xerox, alimentação” (E18).

“O auxílio ajudava nas xerox, **pagamento** de passagem de ônibus e alimentação” (E21).

“Influenciou na vida em geram no **aluguel** no **transporte** na **alimentação**” (E27).

“Basicamente **vendendo o almoço pra comprar a janta. Não tem como focar no curso pensando nas contas a pagar**” (E56).

“**Frustrante**, todos os anos **centenas de alunos que não merecem, conseguem e os que realmente precisam ficam de fora**. É um **sistema falho**, que não faz a mera distinção de quem precisa de auxílio e de **quem mente pra conseguir**. **Criei raiva de todo o sistema**, das pessoas que fazem isso acontecer e principalmente desse reitor que ninguém via o lobinho que era. **A melhor coisa que fiz foi abandonar**, nada melhor do que estar livre de um lugar onde só te cobram e nada fazem” (E72) (grifos da pesquisadora).

Em geral, os comentários indicam que o viés econômico é de fato predominante para a manutenção dos estudos tendo em vista atender as necessidades básicas de subsistência, como alimentação, transporte e moradia. A situação de cancelamento, e até mesmo o fato de que a vigência do auxílio tem duração finita necessitando sua renovação a cada ano, produz insegurança e, conseqüentemente, a falta de tranquilidade em se manter estudando. Quanto ao depoimento do estudante E72, que revela sua frustração com a forma como são selecionados os estudantes para receberem o auxílio, pois, esta situação reflete uma assimetria quanto ao quantitativo de estudantes que realmente necessita e aqueles que conseguem em razão da necessidade de seleção, conforme as regras dos Editais. Para Pinheiro (2016, p. 109 - 110) trata-se,

[...] do viés fragmentador e seletivo (...) materializada pela concessão de auxílios que são disputados ponto a ponto por meio de um processo seletivo, que põe a prova o grau de pobreza, privação e vulnerabilidades que os estudantes estão expostos, sendo tais elementos identificados e mensurados de acordo com características que “desconstrói a construção histórica” do “direito a ter direitos”.

Infere-se também a partir do comentário do estudante E72, a ocorrência de possível fraude em função de seu comentário: “quem mente pra conseguir”. Vale ressaltar, que os Editais de concessão de auxílios, citados anteriormente, preveem casos de práticas de atos ilícitos, baseados na legislação vigente, bem como o direito da PROGES em realizar averiguações quanto à informações prestadas, podendo

rever e até cancelar o benefício concedido ao estudante, caso seja comprovado má-fé ou erro nas informações. Contudo, conforme o depoimento anterior, ocorrem situações que burlam as determinações nesse processo fugindo ao controle da Pró-Reitoria. Lima (2021, p. 293) menciona que estas e outras situações poderiam ser evitadas se houvesse,

[...] maior acompanhamento e fiscalização dos atendidos pela Bolsa Permanência, uma vez que após a concessão da bolsa, a frequência e rendimento dos atendidos não são acompanhados, permitindo fraudes durante a seleção.

Esses depoimentos colocam em evidência os dramas vividos pelos estudantes quando não tinham a cobertura dada pelo acesso aos auxílios estudantis. Costa (2016) menciona que o rendimento acadêmico pode ser afetado por quatro domínios: físico, psicológico, relações sociais e relações ambientais. E essas variáveis ainda podem ser somadas às questões pessoais, interpessoais e institucionais. Neste sentido, a preocupação em atender as necessidades básicas de sobrevivência afeta diretamente o equilíbrio emocional dos estudantes.

Para Imperatori (2017) e Braga (2019), investigar sobre assistência estudantil torna patente sua importância para entender, de forma abrangente, o quanto sua influência tem efeitos na permanência estudantil. Para estes autores, tanto as condições de permanecer na instituição quanto o desempenho acadêmico envolvem mais do que a capacidade individual, uma vez que abrangem questões socioeconômicas que se processam nas trajetórias de vida e acadêmica dos estudantes.

#### **5.4 Qualidade de Vida e Qualidade de Vida Acadêmica: percepções e referências institucionais**

Houve um esforço para verificar nos documentos a relação existente da assistência estudantil (AE) com Qualidade de vida (QV). Neste caso, esta relação foi possível ser identificada no PDI (2019-2023), na Política de Assistência Estudantil (PAE/UFOPA, 2017) e nos Relatórios de Gestão da PROGES (UFOPA, 2018, 2019 e 2020).

Alguns indícios sobre qualidade de vida são percebidos no PDI da instituição, no item Valores. Dentre eles a Inclusão é indicada como um valor no qual a instituição se compromete “com a garantia do acesso de todos à educação superior” (PDI/UFOPA, 2019-2023, p. 20). Neste valor, afirma-se que para favorecer esta Inclusão é colocado como objetivo específico “Desenvolver soluções científicas, tecnológicas, socioambientais, inovadoras para melhoria da **qualidade de vida** das populações amazônicas” (PDI/UFOPA, 2019-2023, p. 20). Para alcançar este objetivo são descritas algumas ações:

- Viabilizar a **infraestrutura e recursos** para o desenvolvimento de pesquisas temáticas, estimulando intercâmbio entre grupos de pesquisas e pesquisadores;
- Elaborar e executar o Plano de Adequação da **Infraestrutura** que contemple o uso compartilhado por grupos de pesquisas;
- Estimular o uso da **infraestrutura e de recursos, de forma compartilhada** por grupos de pesquisas e pesquisadores;
- Fortalecer as **ações integradas dos projetos de ensino, pesquisa e extensão** por meio de ações integradas (**multigrupos**);
- Estimular a **captação, ordenamento e otimização de recursos (humanos e financeiros)** destinados ao Ensino Pesquisa e Extensão;
- Criar mecanismos tecnológicos para divulgação científica (PDI/UFOPA, 2019-2023, p. 22 – 23, grifos da pesquisadora).

Constata-se também que neste documento o entendimento sobre QV está relacionado à viabilização, por parte da instituição, de partilha e intercâmbio de infraestrutura e recursos entre grupos de pesquisa nas ações de ensino, pesquisa e extensão. Para estas ações são apresentados Indicadores: “Número de ações/projetos/programas que demonstrem soluções científicas, tecnológicas, socioambientais e inovadoras” (PDI/UFOPA, 2019-2023, p. 20). Trata-se de medidas no âmbito mais macro da instituição, voltadas à infraestrutura, programas, projetos e ações que concretizem estas medidas ao público das “populações amazônicas”, englobando público interno e externo à universidade.

Na Política de Assistência Estudantil (PAE), no Art. 5º, dos Objetivos, o inciso VII afirma,

- VII- Contribuir para a **qualidade de vida e bem-estar** dos estudantes, buscando melhorar as condições econômicas, sociais, políticas, familiares, culturais, físicas, de saúde e psicológicas (UFOPA, 2017, p. 3).

Na PAE, o entendimento sobre QV contempla os estudantes para melhoria das condições de vida nos múltiplos aspectos da existência humana. Assim Almeida

(2012), apresenta o entendimento de que qualidade de vida pode ser expresso dentro de uma área multidisciplinar por englobar, dentre várias formas de conhecimento e ciência, conceitos que transpassam a vida das pessoas como um todo.

Quanto aos Relatórios de Gestão da PROGES de 2018 a 2020, está explicitada uma concepção de qualidade de vida em seus textos, com indicação de setores e ações voltados para que essa qualidade na vida acadêmica se concretize. A seguir se reproduz os trechos dos referidos relatórios:

Os programas executados na coordenação Psicossociopedagógica, estão interligados com as áreas do Programa Nacional de Assistência estudantil-PNAES. São ações e projetos continuados que buscam contribuir para a melhoria da saúde, bem-estar e **qualidade de vida** dos estudantes dos cursos de graduação da UFOPA, acolher o estudante e intervir em situações individuais e coletivas desenvolvendo ações que influenciam no desempenho acadêmico, que contribuam para redução das taxas de evasão e retenção, bem como para a sua permanência na Universidade (UFOPA/RELATÓRIO DE GESTÃO PROGES, 2018, p. 5).

[...] a Proges utiliza o Plano de Desenvolvimento Institucional e o Plano de Desenvolvimento da Unidade para a execução das atividades e implementação de novas políticas de assistência estudantil. Sobre este prisma destaca-se três grandes programas, a saber: 1. Programa Proges Itinerante; 2. O implemento do Restaurante Universitário; e 3. Programa de Concessão de Auxílios (UFOPA/RELATÓRIO DE GESTÃO PROGES, 2019, p. 2).

A Diretoria de Políticas Estudantis e Ações Afirmativas tem como objetivo apoiar o estudante, orientando-o quanto aos meios de resolver as dificuldades encontradas na vida estudantil, proporcionando-lhe **melhores condições de vida universitária**, e tem as seguintes atribuições: (a) Fortalecer ações afirmativas para estudantes indígenas, negros, quilombolas, comunidades tradicionais, pessoas com deficiência e população LGBTQI+; (b) Implantar programas e projetos que visem a permanência dos estudantes público-alvo das ações afirmativas nos diversos cursos da UFOPA; (c) Promover palestras, seminários, oficinas, exibição de filmes, debates, assim como outras atividades voltadas para a preparação dos estudantes visando a qualificação do ensino e do aprendizado durante o percurso acadêmico do estudante (UFOPA/RELATÓRIO DE GESTÃO PROGES, 2020, p. 12).

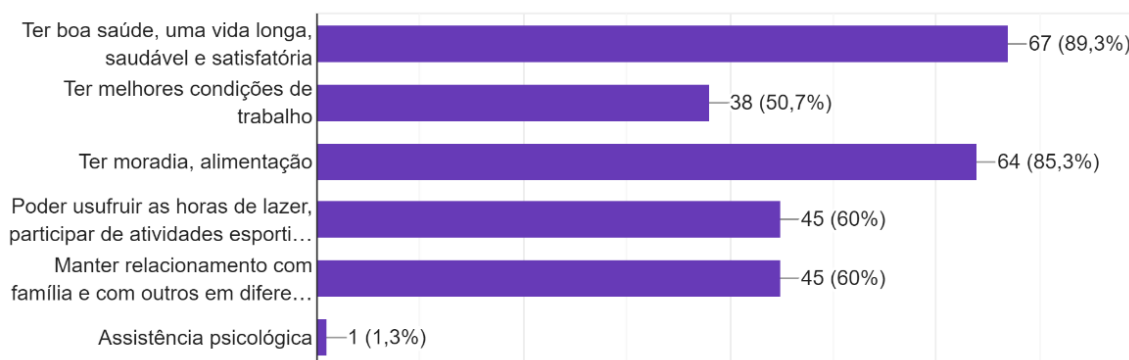
A percepção de QV nesses Relatórios indica, de acordo com Almeida (2012), que a qualidade de vida é apresentada como um objeto a ser alcançado mediante esforço do sujeito, um ideal da contemporaneidade, que se expressa na política, na economia, na vida pessoal, com forte ligação à saúde, e a atividade física.

Com o objetivo de fazer uma análise sobre a percepção da qualidade de vida pelos estudantes, elaborou-se dois questionamentos. O primeiro teve como objetivo identificar a concepção apenas do termo qualidade de vida, de forma geral. O segundo questionamento voltou-se para o termo qualidade de vida acadêmica. O

acréscimo do termo acadêmico procurou delimitar sobre a qualidade de vida em um espaço específico, neste caso, o ambiente acadêmico.

No primeiro questionamento os estudantes poderiam escolher mais de uma opção de resposta. Conforme o Gráfico 11, os resultados indicaram que 67 estudantes (89,3%) acreditam que qualidade de vida é “ter boa saúde, uma vida longa, saudável e satisfatória”. Já 64 estudantes (85,3%) apontaram que é ter moradia, alimentação. Para 45 estudantes (60%), qualidade de vida é “poder usufruir as horas de lazer, participar de atividades esportivas” e “manter relacionamento com a família e com outros em diferentes espaços de convivência”. Um quantitativo de 38 estudantes (50,7%) assinalou que qualidade de vida é “ter melhores condições de trabalho” e apenas 1 (um) estudante (1,3%) acredita ser “Assistência Psicológica”.

**Gráfico 11** - O que você considera como Qualidade de vida?



**Fonte:** Pesquisa Pesquisa *survey* (2021).

Os maiores percentuais de resposta referem-se à percepção de qualidade de vida ligada à saúde (89,3%), necessidades básicas como alimentação e moradia (85,3%), lazer e esportes e convivência com a família (60%). Segundo Almeida (2012, p. 15) pode-se afirmar que estas percepções estão arraigadas de forma consensual, pois,

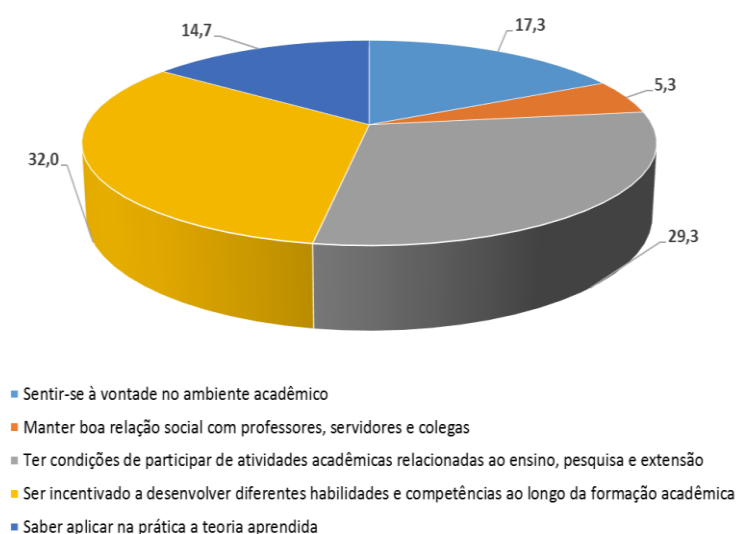
O senso comum se apropriou desse objeto de forma a resumir melhorias ou um alto padrão de bem-estar na vida das pessoas, sejam elas de ordem econômica, social ou emocional. Todavia, a área de conhecimento em qualidade de vida encontra-se numa fase de construção de identidade. Ora identificam-na em relação à saúde, ora à moradia, ao lazer, aos hábitos de atividade física e alimentação, mas o fato é que essa forma de saber afirma que todos esses fatores levam a uma percepção positiva de bem-estar.

Nas respostas desses estudantes houve a percepção de qualidade de vida associada à manutenção de relacionamentos familiares. Minayo (2000, p. 10) destaca que a noção de qualidade de vida,

[...] tem sido aproximada ao grau de satisfação encontrado na vida familiar, amorosa, social e ambiental e à própria estética existencial. Pressupõe a capacidade de efetuar uma síntese cultural de todos os elementos que determinada sociedade considera seu padrão de conforto e bem-estar [...].

Com relação à qualidade de vida acadêmica (QVA), é um conceito novo para muitos estudantes, uma vez que geralmente é associado ao ambiente externo à universidade. Ao serem questionados sobre o que compreendiam a respeito da QVA, verificou-se que 24 (32%) estudantes marcaram a alternativa que é “Ser incentivado a desenvolver diferentes habilidades e competências ao longo da formação acadêmica”. Para 22 (29,3%) destes, significa “Ter condições de participar de atividades acadêmicas relacionadas ao ensino, pesquisa e extensão”. “Sentir-se à vontade no ambiente acadêmico” foi indicado por 13 (17,3%) dos estudantes pesquisados e “Saber aplicar na prática a teoria aprendida” foi evidenciado por 11 (14,7%) estudantes. A percepção de “Manter boa relação social com professores, servidores e colegas” foi assinalado apenas por 4 (quatro), (6%) estudantes, conforme pode ser visualizado no Gráfico 12 abaixo.

**Gráfico 12** - O que é Qualidade de vida acadêmica para você? (%)



**Fonte:** Pesquisa survey (2021).

As duas primeiras alternativas mais indicadas (Ser incentivado a desenvolver diferentes habilidades e competências ao longo da formação acadêmica e ter condições de participar de atividades acadêmicas relacionadas ao ensino, pesquisa e extensão) evidenciam o entendimento dos estudantes de que a qualidade de vida acadêmica é um processo que se desenvolve ao longo da formação, além de ter condições de participar de atividades acadêmicas relacionadas ao ensino, pesquisa e extensão. Este dado pode ser confirmado por De Paula Langame (2016), quando afirma que a qualidade de vida acadêmica tem relação com as “melhores decisões de carreira, personalidade, otimismo, senso de identidade e orientação para o trabalho, bem como com o rendimento acadêmico e satisfação com as atividades desenvolvidas no curso” (DE PAULA LANGAME, 2016, p. 314).

Procurou-se identificar ainda como os estudantes avaliam o que não contribui para o seu desempenho acadêmico, ou seja, os obstáculos, as dificuldades que surgiram na sua trajetória acadêmica, visto que isso pode comprometer a QVA. O Quadro 8 traz os fatores que podem interferir para que o estudante não alcance um rendimento acadêmico satisfatório.

**Quadro 8 – Fatores que não contribuem para o desempenho acadêmico**

Itens	DT	%	DP	%	CP	%	CT	%	Total
1.Dificuldades de adaptação ao ambiente universitário	6	8	16	21	30	40	23	31	75
2.Problemas familiares	8	11	11	15	24	32	32	43	75
3.Sobrecarga de atividades extraclasse e falta de tempo para conciliar os estudos	1	1	5	7	21	28	48	64	75
4.Didática dos professores	5	7	11	15	21	28	38	51	75
5.Conflitos nas relações interpessoais na universidade	12	16	15	20	23	31	25	33	75
6.Fragilidade na formação básica, a nível de ensino médio	4	5	7	9	27	36	37	49	75
7.O bilinguismo	8	11	18	24	31	41	18	24	75
8.O preconceito e a discriminação	13	17	13	17	23	31	26	35	75

**Fonte:** Pesquisa survey (2021).

**Legenda:** DT= Discordo Totalmente; DP= Discordo Parcialmente; CP= Concordo Parcialmente; CT= Concordo Totalmente.

A sobrecarga de atividades extraclasse e a falta de tempo para conciliar os estudos foi assinalado como o maior nível de concordância (64%) pelos estudantes. Na sequência, foi indicado por 51% dos estudantes a opção “A didática dos professores” e “A fragilidade na formação básica, em nível de ensino médio” está como resposta de 49% dos estudantes. As questões de ordem familiar aparecem como um fator que não incide para o bom desempenho acadêmico, afirmação manifesta por 43%, concordando totalmente com esta afirmação.

Com relação à sobrecarga de atividades extraclasse, Paro e Bittencourt (2013) evidenciam que os estudantes apresentam cansaço por causas diversas, como: exigências próprias de cada curso além de ocupações domésticas, “gerando sobrecarga de atividades, o que causa esgotamento físico e mental intenso com repercussões negativas na QV” (PARO; BITTENCOURT, 2013, p. 370).

A última pesquisa do FONAPRACE/ANDIFES (2019) verificou que as dificuldades em se sentir à vontade no ambiente das IFES, as questões relacionadas à aprendizagem e à saúde têm se manifestado com mais frequência entre os estudantes atendidos pelo PNAES. Para Silva (2021), esta situação tem relação com componentes de ordem social, pedagógica, fisiológica e emocional associados ao papel que o estudante desempenha no âmbito acadêmico.

Quanto à fragilidade na formação básica, em nível de ensino médio, esta é uma situação típica do estudante, ingressante na universidade. desde a sua passagem do ensino médio para a universidade. As exigências acadêmicas, as imposições e o tempo limitado são diferentes das situações anteriormente vividas por eles no ensino médio. Diante da nova situação de acesso ao nível superior, pode haver um impacto negativo na qualidade de vida acadêmica dos estudantes, uma vez que a fase do amadurecimento por si só já se torna estressante, assim como as mudanças na qualidade de sono, do estilo de vida e outros fatores ligados aos estudantes universitários (PEREIRA, *et al.*, 2018). A dedicação maior de tempo na instituição de ensino superior diminui a vida social e o convívio familiar, resultando em um isolamento social e o sono, antes reparador, acaba ficando comprometido, podendo causar uma baixa na imunidade do indivíduo (PETRINI, *et al.*, 2013). Ou seja, a entrada de qualquer estudante na rotina universitária pode causar angústia, insegurança, medo e ansiedade (BACKHAUS, *et al.*, 2020).

A seguir, buscou-se verificar junto aos estudantes pesquisados seu nível de concordância quanto a algumas situações que influenciam em sua qualidade de vida acadêmica. Os resultados encontram-se no Quadro 9 a seguir:

**Quadro 9** – Nível de concordância sobre o que influencia na sua qualidade de vida acadêmica dos pesquisados

Itens	SOF	%	DT	%	DP	%	CP	%	CT	%
1.Capacidade dos professores em utilizar uma metodologia e didática que equilibrem rigor, competência e inovação sem sobrecarregar o dia a dia do estudante	8	11	0	0	1	1	13	17	53	71
2. Boas relações sociais entre: professor e aluno; entre aluno e aluno; entre alunos e demais servidores da universidade	5	7	1	1	0	0	17	23	52	69
3. Contato com novas culturas, novas expectativas, objetivos e interesses	5	7	4	5	0	0	16	21	50	67
4.Participar de atividades esportivas, de lazer e entretenimento	6	8	4	5	0	0	15	20	50	67
5.Tranquilidade em ter com quem deixar os filhos durante as aulas	19	25	5	7	6	8	12	16	33	44
6.Ter condições de subsistência quanto à alimentação, vestuário, transporte, moradia, materiais didáticos	10	13	1	1	0	0	9	12	55	73
7.Participar de eventos acadêmicos sobre temas de relevância social	9	12	1	1	1	1	15	20	49	65

**Fonte:** Pesquisa *survey* (2021).

**Legenda:** SOF (sem opinião formada); DT (Discordo totalmente); DP (Discordo parcialmente); CP (Concordo parcialmente); CT (Concordo totalmente).

Ter condições de subsistência quanto à alimentação, vestuário, transporte, moradia e materiais didáticos foi apontado pela maioria dos estudantes (73%) como o primeiro elemento de maior concordância. O segundo foi a capacidade dos professores em utilizar uma metodologia e didática (71%). O terceiro elemento de maior concordância (69%) aparece como sendo as boas relações sociais. Para (67%) dos estudantes destaca-se contato com novas culturas e a participação em atividades

esportivas e de entretenimento com os mesmos níveis de concordância. Entre os respondentes registrou-se total concordância sobre a importância de participar de eventos acadêmicos, e para os estudantes que são pais é essencial ter tranquilidade com quem deixar os filhos durante as aulas.

Estes resultados reforçam a relevância de que algumas áreas do PNAES, como alimentação e moradia, são estratégicas para consolidar a qualidade de vida no âmbito universitário. Essa constatação também é refletida na pesquisa FONAPRACE/ANDIFES (2019), corroborando que a alimentação, moradia e transporte são as três áreas mais indicadas para acionar a assistência estudantil.

No que diz respeito ao segundo elemento com maior concordância (Capacidade dos professores), verifica-se que desde o início dos seus estudos os universitários criam expectativas sobre o curso e a profissão que irão seguir. Desta forma, eles esperam que a relação com os professores possa transmitir mais do que conhecimentos, mas também o amor pela área de atuação. Isso reflete que os professores têm um papel fundamental neste percurso (CASTRO; TEIXEIRA, 2013). Os docentes são vistos como “facilitadores e apoiadores do processo de formação dos acadêmicos” (BAMPI, 2003, p. 223). Essa percepção sobre o papel desempenhado pelo professor foi verificada nas pesquisas de Bardagi e Hutz (2005), que apontaram que esta influência vem desde o ensino médio. Os autores relataram que a relação professor-aluno foi vista com excesso de formalidade e que havia pouco envolvimento dos professores no cotidiano acadêmico dos estudantes.

Quanto à manutenção de boas relações sociais, pesquisas reforçam que é uma das formas de enfrentar as pressões vividas no ambiente acadêmico. O alívio do estresse e a melhoria da qualidade de vida está diretamente ligado ao cultivo das relações interpessoais (BAMPI, 2003).

Os elementos que tiveram o mesmo nível de concordância - Contato com novas culturas e Participação em atividades esportivas e de entretenimento com os mesmos níveis de concordância (67%), indicam, de um lado, o impacto no desenvolvimento psicossocial sentido pelos estudantes no contexto acadêmico (ALMEIDA; SOARES, 2004) e, de outro, a importância dada às atividades esportivas como fator marcante no desenvolvimento pessoal e acadêmico. Pesquisas ressaltam que o lazer “é apontado como indispensável à manutenção de uma vida equilibrada diante da sobrecarga que os acadêmicos enfrentam” (BAMPI, 2003, p. 222). Dinis e

Bragança (2018), ao desenvolverem estudo na Universidade de Calgary, província de Alberta (Canadá), relatam a experiência de um programa de apoio lançado entre os estudantes que combina apoio social e exercícios de intensidade moderada. Por meio de caminhada de uma hora os estudantes são acompanhados por pares, onde discutem apreensões ligadas ao isolamento social, estresse acadêmico e mudanças no estilo de vida universitário. Neste sentido, a inclusão de atividades físicas no ambiente acadêmico pode se constituir ação preventiva e promissora para melhorar a qualidade acadêmica e pessoal dos estudantes.

Para subsidiar a percepção dos estudantes sobre a relação da assistência estudantil com sua qualidade de vida acadêmica e, conseqüentemente, o impacto na sua vida pessoal e estudantil, solicitou-se que, de forma livre, os estudantes registrassem seu entendimento. Após leitura prévia de todas as respostas, foram criadas 5 (cinco) categorias de análise: i) tranquilidade para estudar; ii) auxílio para quem vem de outro município; iii) ajuda nas despesas da família; iv) sem precisar trabalhar o foco se volta totalmente para os estudos; e v) gratidão e reconhecimento pelo auxílio recebido. A seguir, destaca-se algumas das respostas trazidas pelos estudantes pesquisados nas categorias:

i) **Tranquilidade para estudar**: os resultados indicam que os estudantes percebem que a universidade vem agregando condições materiais que, emocionalmente, contribuem para o seu desenvolvimento pessoal fazendo com que se sintam tranquilos para estudar. Isto decorre, segundo Andrade (2017), do processo em que o estudante vai associando desempenho, permanência e bom rendimento acadêmico. Acredita-se que contribua para fortalecer o senso de autoeficácia e a segurança do estudante para enfrentar novos desafios que o contexto acadêmico apresenta, como pode ser constatado nos depoimentos a seguir:

minha família teria muito dificuldade para me ajuda nesse período por que minha mãe precisa compra remédios e outras coisa para seu tratamento e o **auxílio tirou esse peso das costa** por que e dificil precisar da ajuda dela para ir a faculdade e alimentação (E1).

O acesso ao auxílio estudantil, mesmo em uma quantidade baixa, tem contribuído com a minha qualidade de vida e acadêmica, sendo uma estudante que não residia na cidade em que cursa, **diminui a preocupação** com diversos âmbitos, tanto com a família de baixa renda em relação a minha vivência longe deles (E6).

Consigo sobreviver e estudar sem fome, **sem me preocupar em** voltar andando sozinha pra casa, não ser despejada... (E18).

O auxílio estudantil permitiu que eu ajudasse com as despesas de casa permitindo que eu me dedicasse apenas ao estudo **sem me preocupar com outras coisas como trabalho, por exemplo** (E33).

O auxílio estudantil, proporciona uma **segurança** maior para o estudante sabendo que está recebendo ajuda, dedica-se mais as atividades, disciplinas, projetos (E – AE - 53).

Enquanto estudante, **não ter preocupações** como se vou conseguir pagar o aluguel, ou se conseguirei me alimentar bem, influenciam bastante no meu rendimento acadêmico. Se não fossem os auxílios eu já teria me evadido da universidade (E56).

Ao receber pude me alimentar enquanto estava na universidade, pude colocar bastante crédito na carteirinha, **sem me preocupar** se tinha o suficiente, porque agora tem, pude ajudar na alimentação em casa, mesmo sendo pouco e agora pude comprar as apostilas disponibilizadas pelos professores (E58).

Depois que comecei a receber o auxílio, pude parar de trabalhar e assim dedicar mais tempo a universidade, **sem me preocupar** com a alimentação ou o transporte diário (E61).

consegui **dar mais atenção aos meus filhos** pois trabalho pouco fora e fico mais em casa (E63).

ii) **Auxílio para quem vem de outro município:** os estudantes ressaltaram que os recursos da assistência estudantil, materializados pelos auxílios pecuniários são uma oportunidade real para prover inúmeras necessidades, dentre elas a possibilidade de fixar moradia através do pagamento de aluguel ou complemento dos gastos referentes ao deslocamento de outro município. De acordo com Recktenvald (2018), considerando a autonomia gestora das IFES o desenvolvimento das ações da assistência estudantil é necessário porque, por meio dessa assistência, elas atendem de forma diferente os seus estudantes, respeitando as especificidades regionais e as demandas reais dos estudantes beneficiários. No caso da moradia estudantil, por exemplo, estudo verificou que algumas IFES “oferecem casa do estudante, próprias ou locadas, outras oferecem auxílio-moradia, outras podem ainda criar soluções diferentes para atender ao mesmo tipo de necessidade” (RECKTENVALD, 2018, p. 409). A título de ilustração, destaca-se alguns comentários de estudantes que participaram desta pesquisa sobre o impacto dos auxílios quanto à vinda de outro município para estudar na UFOPA:

Os auxílios estudantis são muito importantes pra os alunos que não tem condições de se manter sozinho, **que vem de outros municípios**, o auxílio proporciona a permanência do aluno na universidade, muitas das vezes os auxílios estudantis **ajudam até mesmo na renda da casa** (E8).

O auxílio estudantil me beneficiou bastante pelo fato de **eu não ser do município de Santarém** e sim do interior, então, por morar longe dos meus pais, em casa alugada, a situação financeira mudou. **O fomento ajudou meus pais a não ter um gasto a mais com transporte, alimentação e materiais didáticos** (E9).

**Na alimentação** o auxílio é fundamental tendo em vista que meu curso é integral e ainda que tenha o r.u a comida de lá nem sempre tá agradável então o auxílio ajuda a balancear a alimentação. **No transporte** o auxílio ajuda a custear as idas e vindas diárias pra universidade e atividades extracurriculares. **Na moradia** o auxílio ajudar a custear alguma despesa da casa e no **didático-pedagógico** ajuda a custear material de aulas (canetas, cadernos, impressões, material pra alguma atividade específica) (E20).

Para um discente de baixa renda **vindo de outro município**, muitas vezes sem o apoio de terceiros o auxílio é de grande importância na permanência do mesmo em uma universidade pública. A falta do auxílio interfere na vida pessoal como nos estudos (E75).

iii) **Ajuda nas despesas da família:** para estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, as contribuições advindas dos auxílios estudantis, muitas vezes, provocam a sensação de alívio que se estende aos seus familiares. Isto é reforçado, de acordo com estudos de Catunda (2008), devido a condição financeira desfavorável levar os alunos a trabalhar para custear seus estudos, sobretudo, aqueles que não estudam em curso integral. Para a autora, essa situação, “parece ser a maior responsável por prejuízos à sua Qualidade de Vida, já que têm mais dificuldade para atender às diferentes demandas de seu cotidiano” (CATUNDA, 2008, p. 29). Segundo Recktenvald (2018), mesmo para estudantes que têm apoio dos pais para alcançar seus sonhos, existe a preocupação com as condições em que estão estudando e, embora desejosos de ajudar seus filhos, nem sempre têm condições materiais para isso. Ao saberem que os filhos estão sendo assistidos em meio às suas necessidades mais básicas reduz um pouco a preocupação dos pais, logo, “Um pai em condição de vulnerabilidade socioeconômica, que vê a universidade ajudando seu filho na conquista do seu sonho, vê nisso um grande benefício.” (RECKTENVALD, 2018, p. 410). Sobre isto, os comentários revelados nesta pesquisa apontam situações de vida que demonstram a relevância de políticas públicas como o PNAES:

infelizmente não tenho trabalho formal, vivo de "bicos" e **moro com minha mãe com sequelas de AVC e 6 4 irmãos também sem trabalho**, moramos de aluguel, sem os auxílios eu não teria condição alguma de permanecer na universidade, sendo sincero, **mesmo recebendo auxílios ainda é bem complicado** (E7).

Os auxílios foram essenciais para eu poder **passar o mês sem passar fome e poder me locomover a faculdade** (E23).

Como não consegui passar em 2017 e 2018. Conseguir passar somente em 2019 **então passei a ajudar nas coisas de casa pois como eu parei de trabalhar pra estudar o auxílio me ajudou**. Mas tem meses que o dinheiro não. Pois minha mãe é doméstica nem sempre tem serviço e o auxílio é que nos ajuda. Principalmente nesse tempo de pandemia. Sei que não é muito mais tem nos ajudado a comprar algo pra nossa alimentação (E34).

Com a ajuda financeira que recebo da faculdade consigo complementar **minha renda e pagar minhas despesas** (E36).

Através do auxílio pude arcar com as despesas de alimentação quando havia necessidade de passar um longo período do tempo na Universidade, arcar com os gastos diários com meios de transporte, ajudar nas despesas da residência em que moro e **adquirir aparelho eletrônico que auxilia no estudo (principalmente agora na modalidade de ensino remoto)** (E44).

Com a ajuda do auxílio estudantil, pude me dedicar mais, aos estudos e também impactou no **ambiente familiar** (E55).

iv) **Sem precisar trabalhar o foco se volta totalmente para os estudos:** este resultado indica como positivo o fato de o estudante não desenvolver atividade remunerada durante estar recebendo o auxílio estudantil. Esta situação decorre dos critérios que são estabelecidos nos editais de seleção para o acesso aos auxílios, entre os quais, a condição de que o estudante não deve estar trabalhando, a fim de que se dedique totalmente aos estudos. Nesse sentido, as respostas dos estudantes apontam positividade na opção por deixar de trabalhar para estudar, ilustradas a seguir:

**É impossível conciliar estudos com trabalho**, e assim como todo mundo é necessário dispor de condições financeiras para se manter. O auxílio faz toda a diferença para quem **como eu, não tem possibilidade de trabalhar enquanto estuda**. Com o auxílio, consigo viver em um ambiente melhor, visto que consigo morar em um bairro mais próximo à universidade, o que antes era difícil pelo valor do aluguel. Também fazer uma alimentação melhor e arcar com meus materiais didáticos pedagógicos (E39).

Com o auxílio eu **parei de trabalhar e me dedicar mais no meu curso**, com o auxílio eu posso pagar meu aluguel e pegar meu transporte e me alimentar melhor (E43).

**Ajudou a foca totalmente para meus estudos na universidade**. Até porque meu curso era integral, então, tinha gasto com alimentação bem grande ! Chegava a fazer 4/5 refeições diária fora de casa (E10) (Melhoria na qualidade de vida acadêmica/Contribuição nas despesas fora da universidade)

Com o auxílio pude me **dedicar exclusivamente para os estudos, pois sem ele teria que trabalhar, sendo que meu curso e no horário da tarde** que impossibilitaria manter-se no curso. O auxílio possibilitou poder ficar estudando, tendo garantido a alimentação e o transporte que é um grande

gasto no mês, pois pego dois transporte por dia para se deslocar para universidade e voltar para casa.

Os auxílios são fundamentais na minha trajetória acadêmica **pois não teria como conciliar trabalho com o curso já que ele é integral** (E29).

v) **Gratidão e reconhecimento pelo auxílio recebido:** neste aspecto, destacam-se o reconhecimento e o posicionamento consciente dos estudantes sobre a importância dos recursos adquiridos para subsidiar a permanência e o desempenho acadêmico. Segundo Andrade (2017) decorre do processo de formação do universitário em um cidadão, construindo sua identidade na medida que enfrenta os desafios acadêmicos a partir das condições que encontra e das experiências que vivencia. Nesse processo, ocorre o desenvolvimento psicossocial, que incentiva a permanência no curso, permitindo um crescimento pessoal e gratificação, contribuindo assim, para um maior amadurecimento psicossocial, juntamente, com as habilidades acadêmicas que levam a um desempenho acadêmico mais consolidado.

**A qualidade de vida acadêmica oferecida pela UFOPA através dos auxílios financeiros é muito boa,** excelente para ser sincero. Quando entrei na Universidade eu não imaginava que receberia incentivo para me manter nos estudos e evitar um pouco o trabalho pesado. Os auxílios que ganho não são de valores tão consideráveis, mas para mim são de essencial importância, pois ajudaram a cobrir certas despesas que eu tinha, que faziam com que eu não me dedicasse exclusivamente para os estudos. **Eu percebo o quanto a Universidade está preocupada com o bem-estar dos estudantes, tanto na área social quanto na financeira** (E17).

Estudar exige tempo, o tempo do ser humano, na sociedade capitalista, gera custo, estudar tem um custo, é caro, **estudamos para posteriormente servir e produzir conhecimento para o nosso país, para o nosso povo.** Eu preciso do auxílio para conseguir me dedicar aos meus estudos, ter um rendimento acadêmico aceitável; para me manter; para me deslocar e conseguir pagar meu aluguel. **O auxílio não é muito não, é preciso mais, mas sou agradecido pela oportunidade de poder estudar.** (E30)

O auxílio estudantil é de fundamental importância na vida acadêmica do estudante porque é um programa que visa dar uma qualidade de vida melhor pro discente. **A universidade não consegue saber as particularidades de cada um,** mas tenho certeza de que esse auxílio faz a diferença na vida de muitos estudantes. (E65).

Fonte: Pesquisa *Survey* (2021).

As manifestações dos estudantes pesquisados evidenciam que os auxílios estudantis contribuem para as despesas pessoais e familiares, inclusive, evitando que

o estudante precise buscar outra fonte de renda para custear seus estudos. Com isso, deixam transparecer que há uma sensação de alívio e segurança para dedicar-se inteiramente às atividades acadêmicas.

Por fim, se solicitou que incluíssem outro aspecto sobre qualidade de vida acadêmica que não tinha sido abordado no questionário eletrônico aplicado, revelando seu posicionamento em relação a encaminhamentos sobre o acesso e implementação dos auxílios.

No Quadro 10 a seguir, algumas das propostas foram listadas a partir dos comentários dos estudantes.

**Quadro 10 – Encaminhamentos dos estudantes pesquisados para melhorar o acesso e implementação dos auxílios estudantis**

<b>Propostas</b>	<b>Comentários</b>
- Para cada perfil estudantil um auxílio	(...) Pessoas com uma renda menor não devia receber o mesmo valor de quem mora com a família e afins. São situações diferentes e devem ser levadas em consideração. (E15)
- Diminuir a burocracia; - Maior publicização dos processos de renovação de auxílio	Aumentar a quantia do valor do auxílio <b>facilitar mais a questão do acesso à esse auxílio, porque são muitos documentos.</b> (...) É necessário que o aluno seja avisado sobre renovação de auxílio através de e-mail, ligação ou chamar ele diretamente pra que esse aluno não perca o auxílio, porque é muito importante. (E16)
- Apoio emocional; - Apoio tecnológico; - Mais eventos culturais para entretenimento; - Casa do estudante na UFOPA	O estudante é um ser social, a vida acadêmica, a produção de um texto ou a leitura e compreensão dele depende do <b>estado emocional e social do indivíduo</b> . Precisamos de apoio com materiais tecnológico. Eventos culturais que permitam o estudante poder se socializar, se divertir um pouco. A moradia é muito importante, a UFOPA precisa de casa para receber os estudantes vindos de outras regiões, o auxílio mal dá para pagar um aluguel, quando dá o aluno precisa se deslocar para áreas periféricas da cidade, longe da universidade. (E30)
- Assistência social, pedagógica e psicológica preventiva	<b>Acredito que mais acesso à assistência social e psicológica também, independente do estado da pessoa.</b> Acredito que <b>acompanhamento aos alunos deveria</b> ser averiguados antes de uma tomada de decisão. Pois cada caso é um caso, nem sempre abandono ou desempenho baixo é falta de interesse dos alunos. Além de que seria uma estratégia de prevenção a crises de ansiedades e depressão. Quando o aluno manifesta algo em sua conduta, geralmente é por estafamento minha opinião seria tentar prevenir antes dos alunos chegarem ponto de abandonar seus cursos (E32).
- Visitas domiciliares para averiguar <i>in loco</i> a estrutura de que dispõem os estudantes	<b>Poderia ter uma visita pra saber como os alunos que recebem o auxílio vivem. Muitos não têm uma estrutura boa, nesse tempo de aulas remotas muita gente desistiu, não por não querer estudar, mas é porque não tem mesmo uma estrutura pra ter aula.</b> Se a Universidade não tem como aumentar os auxílios poderia tentar ajudar de uma outra forma. Acredito que a Universidade é papel fundamental na vida dos alunos, professores e servidores (E34).
- Atividades esportivas	<b>Estimular mais competições no geral, buscar apoio nas atléticas e centros acadêmicos para unir forças e criar formas de interação e incentivo a atividades físicas</b> (E40).
- Melhor estrutura física para quem passa o dia na universidade; - Melhorar o nível tecnológico da universidade (conexão com a internet)	Quando estudava, passávamos o dia na Universidade e sentíamos <b>falta de banheiros para tomar banho, porque muitos alunos moram longe, aí não tinha como ir em casa e voltar pra ficar o dia todo e até à noite.</b> Talvez já tenham até melhorado essa situação, mas se não é um ponto importante (E53). Com as aulas remotas, mesmo com a ajuda do auxílio estudantil. <b>A falta de conexão de internet com a mudança do clima da região. Tem sido um fator bastante impactante de forma negativa na qualidade de vida dos universitários</b> (E55).
- Mais rigor no processo de seleção para os auxílios	<b>Mais rigorosidade nos processos de concessão dos auxílios, muitos alunos recebem indevidamente,</b> eles conseguem comprovar documentalmente que precisam de auxílio, mas a realidade é outra, usam os últimos lançamentos de iPhone, PS4, frequentam lugares caros, ostentam e luxam às custas do dinheiro público, que deveria ser destinado a quem realmente necessita. (E56)
- Auxílio creche	<b>uma ideia seria implementar uma ajuda de custo para as mães e pais também pagarem alguém para ficar com seus filhos durante as aulas ou abrir um espaço na universidade para receber essas crianças</b> (E63).

Fonte: Pesquisa survey (2021).

Nos comentários dos estudantes, acrescenta-se à qualidade de vida acadêmica à questão do acompanhamento ao estudante nos aspectos social, psicológico e pedagógico, tanto na chegada à universidade quanto ao longo do seu processo formativo. Sobre isto, Bampi (2020) enfatiza que a universidade e os profissionais que atuam diretamente com os estudantes podem influenciar positivamente nesse processo por meio de procedimentos pedagógicos e de assistência estudantil que favoreçam o acolhimento e humanização. Para esta autora, os estudantes carecem de suporte para o enfrentamento de diversas situações que interferem em sua qualidade de vida; como alternativas, indica a existência de “serviços de apoio ao estudante e de orientação psicopedagógica e o sistema de tutoria, que podem ser espaços de suporte pessoal durante a formação profissional” (BAMPI, 2020, p. 223). Também Assis (2013) acentua que as ações da Assistência Estudantil não devem se voltar apenas para auxílio às condições de subsistência, mas principalmente, às outras formas de vulnerabilidade social que podem afetar diversos aspectos da vida do estudante.

Os estudantes destacaram também a parte estrutural da universidade, sobretudo, para quem estuda em tempo integral, como existir espaço para higiene pessoal sendo instalados banheiros equipados com chuveiros, além de áreas para o descanso. Ressaltaram também a importância das práticas esportivas e entretenimento. Sobre este destaque, Pereira (2020) ao investigar universitários de uma instituição pública, verificou que a qualidade de vida desses estudantes está relacionada à satisfação em perceber que a universidade procura expandir as relações sociais no ambiente universitário ao proporcionar ampliação e divulgação de atividades esportivas, criação de espaços equipados e favoráveis à realização de eventos culturais, como: “exposições artísticas, apresentações de filmes, curtas-metragens e documentários, apresentações de dança, shows, e a manutenção de espaços de convivência e repouso” (PEREIRA, 2020, p. 68039).

Quanto ao auxílio creche<sup>47</sup> no questionário proposto aos estudantes, não constou o levantamento desta situação. De acordo com a mais recente pesquisa nacional do FONAPRACE/ANDIFES (2018), os dados levantados limitaram-se à situação dos pais com filhos com idades entre 0 a 5 anos, e que o número de

---

<sup>47</sup> O auxílio creche é uma das dez áreas em que o PNAES propõe ação a ser implantada nas IFES e foi ressaltado pelo estudante E63, anteriormente.

estudantes com filhos nesta faixa etária não cresceu entre 2014 e 2018. Destaca-se na pesquisa referida, que a participação em atividades acadêmicas de estudantes com filhos na faixa etária indicada é muito menor, apresentando também percentual elevado quanto à ideiação de abandono. Diante deste levantamento em nível nacional, Silva (2021) afirma que este público carrega dificuldades para aproveitar as oportunidades acadêmicas, justificando por sua realidade especial a assistência estudantil nas IFES. Mas, para isso, é necessário reforçar ações de diagnóstico ao enfrentar a situação com conhecimento de causa.

No geral, portanto, os estudantes revelam que os auxílios estudantis, recebidos no âmbito do PNAES na UFOPA, proporcionam que eles se dediquem aos estudos, sobretudo, para os estudantes que são oriundos de outros municípios do estado do Pará e regiões do Brasil.

Pôde-se constatar que os estudantes que responderam ao questionário demonstram uma percepção significativa no que diz respeito a universidade e a assistência estudantil repercutirem em sua qualidade de vida acadêmica. Segundo Vilarta (2008) *apud* Martins (2012), estas percepções contribuem para avaliar a política de assistência estudantil da instituição no tocante à qualidade de vida pois,

[...] a avaliação da qualidade de vida (...) é como a implantação de uma política pública, assume significativa importância porque permite aos dirigentes e a toda a comunidade fortalecerem seu poder de decisão a partir de informações específicas geradas pela própria comunidade (VILARTA, 2008 *apud* MARTINS, 2012, p. 23).

A partir das percepções dos estudantes sobre a assistência estudantil implementada através do PNAES na UFOPA, corrobora-se Barbosa (2018, p. 174) ao afirmar que o “ensino superior federal se tornou mais acessível, popular e inclusivo.” Mas, para garantir que os discentes em situação de vulnerabilidade social e econômica, público prioritário dessa política, tenham oportunidades educacionais garantidas nesse nível de ensino, é necessário conhecer esse público que está nas IFES e as demandas que implicam obstáculos à sua plena formação acadêmica.

## **5.5 Implementação do PNAES na UFOPA: desafios e avanços**

No que diz respeito à implementação da Política de Assistência Estudantil, no Estatuto (2013) no Art. 5º, que se refere aos princípios que regem a UFOPA, lê-se

no inciso VI: “democratização do acesso e permanência na Universidade, adotando políticas e ações afirmativas para superação das desigualdades sociais e discriminação de qualquer natureza” (UFOPA, 2013, p. 5). Nesta redação, contempla-se uma das finalidades da política do PNAES, que é a permanência com previsão de ações para superar desigualdades e qualquer tipo de discriminação. E, consta também neste documento a existência da Pró-Reitoria de Gestão Estudantil (PROGES) no inciso VII do Art. 38 (UFOPA, 2013), demarcando o compromisso institucional em criar um setor próprio voltado ao estudante e, conseqüentemente, a ações de assistência estudantil.

Quanto ao Regimento Geral (2014), não há clara referência explícita da implementação da assistência estudantil, mas está novamente assegurada a existência da PROGES, além de constatar-se que em um dos órgãos colegiados deliberativos da UFOPA, o Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE), é assegurada a presença de representantes discentes, normatizado no Art. 20, inciso XI. Esta garantia da participação discente é fator de apoio à democracia e ao protagonismo dos estudantes, favorecendo que a comunidade estudantil participe das decisões institucionais e ainda possibilita que esses representantes participem de uma das Câmaras do Consepe que é a Câmara de Assuntos Estudantis, presidida pelo Pró-Reitor de Gestão Estudantil, conforme atesta o Art. 23, inciso IV (UFOPA/REGIMENTO GERAL, 2014, p. 15).

No Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2019-2023) é abordado direitos e serviços direcionados ao público estudantil que corroboram o PNAES e a existência da AE na instituição. Neste documento, há de forma literal, um título de nome “Estímulos à permanência” (PDI/UFOPA 2019-2023, p. 88) em que a instituição explicita o desenvolvimento da AE e aponta novamente um setor responsável pela implementação, como mostra o trecho a seguir:

[...] A Proges desenvolve e consolida políticas e ações de gestão e de assistência estudantil com o objetivo de garantir condições necessárias para permanência do estudante na Universidade, favorecendo seu desempenho acadêmico e sua diplomação, reduzindo, assim, a evasão e a retenção. (...) O objetivo principal é oferecer ao estudante uma permanência na Universidade com qualidade de vida e excelência acadêmica (PDI, 2019-2023, p. 88).

Na Política de Assistência Estudantil (PAE/UFOPA, 2017), destacam-se os instrumentos que devem ser considerados no processo de implementação desta

política: Fórum de Assistência Estudantil além dos Planos, Programas e Projetos que envolvam, dentre outros, “Incentivo às atividades de ensino, de pesquisa, de cultura, de esporte e de extensão” (PAE/UFOPA, 2017, p. 4). Este trecho do PDI explicita que a instituição está alinhada ao que preconiza o PNAES, em seu Art. 3º, que referindo-se à esta política afirma que deve “ser implementado de forma articulada com as atividades de ensino, pesquisa e extensão, visando o atendimento de estudantes regularmente matriculados em cursos de graduação presencial (...)” das IFES (BRASIL, 2010). No caso da UFOPA, é acrescentado a cultura e o esporte.

Os avanços são refletidos no processo de implementação da política do PNAES na instituição que, embora com pouco tempo de história, busca assegurar políticas públicas na perspectiva de direitos sociais consolidados, mas continuamente ameaçados. Além de assegurar, verifica-se o compromisso da instituição em promover ações e serviços por intermédio de um setor que atua em parceria com os demais órgãos e setores da instituição, que é a PROGES.

Com relação aos desafios observados para implementação da política de assistência estudantil na UFOPA, observados na análise dos documentos, tomou-se como referência o próprio texto do PNAES, quando explicita no Art. 5º, que as IFES “deverão fixar: (...) II – mecanismos de acompanhamento e avaliação do PNAES” (BRASIL, 2010).

Para esta análise, inicialmente a pesquisa baseou-se nos Relatórios Anuais de Atividades da Auditoria Interna (RAINT) da instituição que no tocante às ações de assistência estudantil realizou auditoria na PROGES de 2017 a 2019. Nesta unidade, os relatórios nomearam a ação identificada como “verificação dos critérios e da legitimidade das concessões de auxílios estudantis – PNAES” sobre a PROGES. Observou-se que esta ação persistiu, consecutivamente, nos relatórios de 2017, 2018 e 2019 do RAIN, a partir das seguintes constatações: Constatação 1 - Falhas no acompanhamento das condições de manutenção de concessões dos auxílios e Constatação 3: Ausência de análise quanto aos resultados alcançados com o programa. Outra constatação indicada foi a Constatação 4: Fragilidade nos controles internos que foi, posteriormente, unificada à Constatação 6: Ausência de sistema informatizado para as atividades de Assistência Estudantil. Nesses documentos, diante das Constatações citadas, anteriormente, são sugeridas recomendações. Verificou-se, igualmente que, assim como, foram as mesmas as constatações,

permaneceram iguais as recomendações. Para favorecer o entendimento sobre a situação institucional quanto ao acompanhamento da AE a partir do RAIN, se reproduz no Quadro 11 a seguir as constatações seguidas das recomendações.

**Quadro 11 – Constatações e Recomendações da Auditoria Interna (RAIN, 2017 - 2019) sobre o acompanhamento do Assistência Estudantil na UFOPA**

Constatação	Recomendações
<b>Constatação 1:</b> Falhas no acompanhamento das condições de manutenção de concessões dos auxílios.	1: Estabelecer rotina de checagem e análise das informações de todos os acadêmicos contemplados com o PNAES e criar mecanismos de acompanhamento e avaliação, conforme estabelece o Art. 5º, Parágrafo único, II do citado decreto. 2: Estabeleça parâmetros e critérios para avaliação dos alunos assistidos, bem como ações a serem adotadas em caso de insuficiência de rendimento escolar dos beneficiários (definindo em que casos e de que forma serão oportunizadas aos alunos uma chance para a sua recuperação e as instâncias competentes para decidir sobre a manutenção/desligamento desses alunos nos programas assistenciais).
<b>Constatação 3:</b> Ausência de análise quanto aos resultados alcançados com o programa	1: Implementar mecanismos adequados para acompanhar, periodicamente, a execução da política de assistência estudantil e avaliar os seus resultados. 2: Estabeleça metas e defina indicadores que permitam o monitoramento e avaliação do desempenho dos programas de assistência estudantil no âmbito da UFOPA.
<b>Constatações 4 e 6:</b> Fragilidades nos controles internos e Ausência de sistema informatizado para as atividades de Assistência Estudantil	Que a Proges realize de forma articulada, junto a Proplan e CTIC, a análise de viabilidade da implantação de sistema informatizado que contemple as informações referentes ao Pnaes, que facilite o acompanhamento pedagógico dos alunos e disponibilize informações gerenciais para subsidiar os dirigentes da Proges na gestão da política de assistência estudantil com o objetivo de identificar falhas e riscos decorrentes da sua execução para o aperfeiçoamento das ações.

**Fonte:** Pesquisa survey (2021).

Como anunciado no quadro anterior, as constatações e recomendações permaneceram as mesmas a partir do ano de 2017 até 2019. Entretanto, percebeu-se que a PROGES apresentou medidas para superar as constatações. Estas medidas estão reproduzidas no Quadro 12 a seguir e constam no item “Síntese das providências adotadas” no relatório da Auditoria Interna (RAIN, 2017).

**Quadro 12 – Constatações e Providências apresentadas pela PROGES (RAINT 2017)**

<b>Constatação</b>	<b>Providências</b>
<b>Constatação 1:</b> Falhas no acompanhamento das condições de manutenção de concessões dos auxílios.	“... De forma articulada, o acompanhamento do desempenho acadêmico é realizado pela PROEN – Pró-Reitoria de Ensino, através de procedimentos pedagógicos específicos. Esta articulação entre a PROGES e PROEN é feita semestralmente pelo fato de que somente ao final do semestre é que o docente terá condições de verificar a aprovação ou não, evasão ou não do discente, considerando o direito deste de se ausentar em até 25% do período por curso. Todavia, os dados referentes ao Índice de Desenvolvimento Acadêmico – IDA – já estão sendo coletados do banco de dados do SIGAA e é condicionante, vinculante no edital, para a permanência ou não do recebimento de bolsas. Assim, esse acompanhamento (do desenvolvimento acadêmico) já está acontecendo através do sistema SIGAA, entretanto, de fato, o discente permanece ativo durante todo o
<b>Constatação 1:</b> Falhas no acompanhamento das condições de manutenção de concessões dos auxílios.	semestre, sendo que, somente ao final deste período é possível a constatação da situação e dos resultados acadêmicos do aluno.” (RAINT/UFOPA, 2017, p. 20).
<b>Constatação 3:</b> Ausência de análise quanto aos resultados alcançados com o programa	“A PROGES indis põe de recursos necessários (...) para realizar uma análise capaz de mensurar os resultados alcançados com o PNAES. (...) Está em fase de execução o projeto de intervenção pedagógica no âmbito dos programas e ações de assistência estudantil na UFOPA (anexo), cujo título é “Programas de Assistência Estudantil: Perfil Acadêmico do Estudante” (...) e tem como objetivo elaborar o perfil acadêmico do estudante que participa das ações de assistência estudantil da UFOPA, o que permitirá fundamentar decisões sobre estratégias de acompanhamento social, psicológico e pedagógico de forma mais eficiente e eficaz por parte dos gestores da instituição” (RAINT/UFOPA, 2017, p. 21).
<b>Constatações 4 e 6:</b> Fragilidades nos controles internos e Ausência de sistema informatizado para as atividades de Assistência Estudantil	“A PROGES indis põe de recursos necessários (...) para manter um controle mais efetivo em suas atividades, a exemplo, a constatação da própria auditoria, de que o processo de seleção é feito manualmente, consultando documento por documento, aluno por aluno, criando-se um banco de dados sem gerenciamento automatizado, geralmente em planilha do Excel. O controle existe, mas é manual e demanda um período mais elevado, podendo conter falhas, gerar retrabalho e dificultar o gerenciamento” (RAINT/UFOPA, 2017, p. 21) “(…) o módulo implantado não contempla a gestão financeira de pagamentos de auxílios e bolsas. O sistema funciona somente para o cadastro inicial dos discentes, ou seja, para preenchimento de questionário socioeconômico, etapa inicial do processo de análise e concessão de auxílios, não havendo dispositivo para a gestão de recursos. Em consulta, não há previsão para a implantação de um sistema que engloba relatórios gerenciais diversos, controle de pagamento, quantidade de aluno por curso, acompanhamento e controle dos discentes beneficiários, etc.” (RAINT/UFOPA, 2017, p. 22)

Fonte: Pesquisa survey (2021).

Ao consultar os relatórios de 2018 e 2019, percebeu-se que, diante das mesmas constatações e recomendações a “Situação” indicada nesses relatórios era

“Recomendação não atendida” (RAINT/UFOPA, 2018-2019, p. 34). Ou seja, o fator acompanhamento da política de AE na instituição ficou estagnado. Esta situação reflete uma característica da política de AE na atualidade, que é a falta de mecanismos de controle social sobre ela (IMPERATORI, 2017). Tal situação, reforça e justifica a necessidade de investigações sobre a implementação da AE afim de se perceber quais as necessidades reais existentes, atendidas e não atendidas, na vivência da instituição (ARAÚJO, 2019).

Quanto ao RAIN 2020, dada a pandemia do Covid-19, os relatórios demonstraram o esforço institucional para adaptação do trabalho mediante as condições impostas e justifica a prevalência de algumas constatações anteriormente apontadas por este contexto forçado, que levou escolas, universidades e outras instituições e serviços a funcionar “sobre a lógica improvisada do trabalho e a educação remota” (SANTOS, 2021, p. 111). Com isso, a realidade do acompanhamento da AE sobre a ótica da auditoria da instituição continua inalterado.

A dimensão financeira é um aspecto fundamental quando se está discutindo a implementação da assistência Estudantil. Neste sentido, o orçamento do PNAES para a assistência estudantil na UFOPA no ano 2018 foi mais de R\$ 6 milhões de reais (Relatório de Gestão/UFOPA, 2018), entretanto, em 2019 houve uma redução de cerca de R\$ 3 milhões reais e, em seguida, uma nova elevação, no valor de mais R\$ 5 milhões de reais (Relatório de Gestão da Proges, 2020). Pelos dados apresentados, essa oscilação tem gerado um clima de insegurança por parte dos beneficiados e dos gestores da universidade.

O Relatório de Gestão da UFOPA (2019), particularmente, é significativo por apresentar como ação institucional a elaboração de um programa que estabelece um limite orçamentário para viabilizar a concessão de auxílios. Segundo o referido documento, esta ação faz parte de novas políticas em função de “problema de retenção de estudantes, da estagnação do orçamento em vista ao número crescente de discentes (...) para assegurar a manutenção dos auxílios dos estudantes já beneficiados e (...) dos ingressantes em 2019” (UFOPA, 2019, p. 68). A Portaria nº186/GR/UFOPA, de 25 de abril de 2019, e a Portaria Normativa nº 2/GR/UFOPA, de 6 de setembro de 2019, passaram a regulamentar essa nova política na UFOPA, por meio de critérios para concessão de auxílio financeiro e para recebimento do benefício, estabelecendo um valor de referência, que não pode ultrapassar o teto de

R\$ 1.000,00, sendo aplicável aos estudantes ingressantes via Processo Seletivo Regular (PSR) e Processos Seletivos Especiais ( PSE Indígena e Quilombola).

Sobre a queda no orçamento de 2019, Santos (2021) analisa como um efeito sentido por muitas IFES que sofreram as consequências do contexto gerado após o *impeachment* da ex-presidenta Dilma Rousseff, no ano de 2016, e aprovação da proposta de Emenda Constitucional – conhecida como EC-95 de 15/12/2016 – feita pelo seu sucessor, Michel Temer, ao instituir um regime fiscal novo, limitando o crescimento de investimentos e despesas públicas nos três poderes por vinte anos: sendo que saúde e educação foram as áreas que mais sofreram os efeitos desta medida política para diminuir o *déficit* público. Assim, as consequências atingiram as

[...] Instituições de Ensino Superior (IES), (...) pelos cortes e contingenciamento financeiro do governo federal por meio do Ministério da Educação (MEC), que inicialmente justificou a ação por supostamente as universidades apresentarem ações de “balbúrdia”<sup>4</sup> e, após manifestos de diversos setores sociais, principalmente da educação, o governo federal retrocedeu apontando que o contingenciamento seria para a manutenção dos recursos financeiros, com liberação paulatina. O que não ocorreu, ficando as instituições públicas desguarnecidas até o final do ano de 2019 (SANTOS, 2021, p. 2018-2019).

Já no ano de 2020, a pandemia do Covid-19 que assolou o mundo inteiro também provocou impactos na conjuntura política, social e econômica do país. A Organização Mundial de Saúde (OMS), em janeiro de 2020, já alertava para os riscos da contaminação e a necessidade de os países tomarem providências baseando-se em provas científicas. Em fevereiro do mesmo ano, o então Ministro da Saúde do Brasil, Luiz Henrique Mandetta, estabeleceu um Centro de Operações de Emergências em Saúde Pública (COE-nCoV) para coordenar em todo país atividades de controle para combater o vírus, por meio da Portaria nº 188 de 03/02/2020. Também o Congresso Nacional agiu, aprovando leis para destinar recursos aos estados e municípios enfrentarem a situação. Contudo, enquanto o Ministro da Saúde sustentava e seguia as orientações da OMS, o Presidente da República reagia com declarações públicas desvalorizando a pandemia, buscando libertar-se da condução do processo enquanto Chefe de Estado. Diante desta atitude presidencial, estados, municípios e o Distrito Federal, além do Congresso Nacional tomaram a frente para promover o combate à pandemia. Neste contexto,

[...] as instituições de ensino no Brasil, em todos os níveis, suspenderam suas atividades presenciais e precisaram repensar as formas de realizar suas ações. Na particularidade dos estudantes assistidos pelas políticas de assistência estudantil das universidades públicas federais, coube questionar como estes seriam atendidos nas novas demandas e necessidades emergenciais que a pandemia da Covid-19 impôs as suas realidades em um cenário de limitações orçamentárias, que estagnaram os recursos da assistência estudantil. Todas as ações públicas foram direcionadas para mitigar os efeitos da pandemia tanto na saúde pública quanto os efeitos sociais e econômicos decorrentes dela (SANTOS, 2021, p. 220).

Na UFOPA não foi diferente. No que se refere à assistência estudantil, o Relatório de Gestão da UFOPA 2020 evidencia que o orçamento da PROGES segue o que regulamenta a Execução Orçamentária da Ação 4002<sup>48</sup> (Assistência ao Estudante de Ensino Superior) e, neste ano,

Os editais referentes a material pedagógico e a atividades esportivas não foram implementados em razão da suspensão das atividades acadêmicas presenciais devido à pandemia por COVID-19. Os valores destinados a esses editais foram remanejados para a aquisição de equipamentos. Em 2020, a PROGES atendeu 2.060 discentes com recursos do PNAES, totalizando 20.340 auxílios financeiros (UFOPA, 2020, p. 156).

Além desses dados relativos ao orçamento, este Relatório ressalta que, por meio da PROGES, foram disponibilizados 280 *Chromebooks*<sup>49</sup> para os estudantes que não dispunham de equipamento para as aulas remotas, por meio de Edital próprio.<sup>50</sup>

Outro aspecto analisado nos documentos institucionais esteve relacionado a capacitação, principalmente, do *staff* técnico responsável pela condução dessas políticas. O único documento que faz referência a esse aspecto é a Política de Acompanhamento Pedagógico (PAPE/UFOPA, 2020). De acordo com esse documento, é uma das competências do Núcleo de Gestão Pedagógica (NUGEPE) colaborar e promover a formação continuada dos servidores sobre aspectos que implicam o percurso dos estudantes, por meio de promoção de eventos, conforme as necessidades. Não há um detalhamento sobre qual a frequência e os conteúdos

---

<sup>48</sup>Ação orçamentária: “Para alcançar os objetivos dos programas, o orçamento define as chamadas ações orçamentárias. Elas representam um detalhamento dos programas, por vezes segmentando os trabalhos com bases em linhas específicas para atender as necessidades da sociedade ou até de outros entes da federação” (BRASIL, 2022).

<sup>49</sup> Disponível em: <https://olhardigital.com.br/2021/09/29/reviews/o-que-e-chromebook/>

<sup>50</sup> Disponível em:

<http://www.UFOPA.edu.br/media/file/site/proges/documentos/2021/78e189cb7254b96032a7ce42ab3789cb.pdf>

abordados, nem sobre a avaliação feita pelos participantes de tais eventos, porém, cabe destacar que esse aspecto está contemplado como atribuição de setor específico.

Diante das análises realizadas, buscou-se sistematizar os principais desafios da UFOPA, para implementação do PNAES na instituição (Ver Quadro 13).

### Quadro 13 – Desafios para implementação do PNAES na UFOPA

Documentos	Desafios
Relatório de Gestão/PROGES (2018)	- Ausência de dados para mensurar índice de retenção estudantil devido à falta de acompanhamento. - Alunos que estão entrando, mas não estão concluindo o curso dentro do tempo regulamentar, ou seja, não estão saindo da universidade. Esta situação onera os custos da Universidade já que impede novos ingressantes de receber também os auxílios por insuficiência orçamentária e financeira - Necessidade da atualização e integralização do sistema do Módulo de Assistência ao Estudante, que possibilite dados precisos para realizar o acompanhamento efetivo dos estudantes beneficiários da assistência estudantil
Relatório de Gestão/PROGES (2019)	- Problema de retenção de estudantes, gera estagnação do orçamento em vista do número crescente de discentes. Para isso foram criadas políticas para assegurar a manutenção dos auxílios dos estudantes já beneficiados e garantir o atendimento dos ingressantes em 2019
Relatório de Gestão/PROGES (2020)	O quadro de servidores da Proges é pequeno frente às demandas institucionais e ao quantitativo atual de estudantes de graduação (seis mil estudantes) e de pós-graduação (quatrocentos estudantes), havendo a necessidade de ampliação do número de servidores ocupantes de cargos especializados, tais como psicólogos, pedagogos, assistentes sociais e tradutores e intérpretes da Libras, bem como a contratação de servidores ocupantes do cargo de técnico especializado em Braille, médico, educador físico,
Relatório de Gestão/PROGES (2020)	fisioterapeuta, estatístico, etc., a fim de garantir a implementação de mais políticas estudantis (Pág. 8) Sobre a Coordenação de Assistência Estudantil (CAE) dificuldades: ausência de um sistema informatizado para o acompanhamento contínuo, pagamentos, relatórios e consulta rápida dos auxílios concedidos pela UFOPA ainda permanece sendo um desafio (p. 11).
Relatório de Gestão/UFOPA (2017)	<b>Principais dificuldades encontradas:</b> Redução do número de auxílios repassados aos estudantes devido à realização de processos de renovação do auxílio permanência e moradia; dificuldades com os cadastros dos bolsistas feitos em planilhas eletrônicas, pois a UFOPA ainda não tem um sistema de informação apropriado para agilizar os processos; substituição e/ou exclusão de bolsistas antes do término da vigência das bolsas, devido à dificuldade na execução dos planos de trabalho ou interesse dos estudantes em outras modalidades de bolsa, além de atrasos na entrega de relatórios parciais e finais.
Relatório Da Auditoria Interna (Audin/UFOPA (2017)	Falhas no acompanhamento das condições de manutenção de concessões dos auxílios. Ausência de análise quanto aos resultados alcançados com o programa Ausência de sistema informatizado para as atividades de Assistência Estudantil. Bolsistas que recebem auxílio estudantil após dois semestres do tempo regulamentar do curso de graduação em que estão matriculados.
Relatório Da Auditoria Interna (Audin/UFOPA (2018)	Falhas no acompanhamento das condições de manutenção de concessões dos auxílios. Ausência de controle de pagamentos de auxílios de Assistência Estudantil Ausência de análise quanto aos resultados alcançados com o programa Fragilidades nos controles internos e Ausência de sistema informatizado para as atividades de Assistência Estudantil.
Relatório Da Auditoria Interna (Audin/UFOPA (2019)	Falhas no acompanhamento das condições de manutenção de concessões dos auxílios Ausência de controle de pagamentos de auxílios de Assistência Estudantil Ausência de análise quanto aos resultados alcançados com o programa
Relatório Da Auditoria Interna (Audin/UFOPA (2020)	Ausência de processos eletrônicos e de controles dos recursos do orçamento do Pnaes em meio eletrônico, acrescentando que tudo estava documentado e arquivado em papel Ausência de comunicação institucional eficiente com outras unidades administrativas da Instituição que também executam recursos do orçamento do Pnaes.

Fonte: Elaboração própria (2021), com base no site oficial da UFOPA/Proges (2021).

Verifica-se nos Relatórios de Gestão da PROGES dos anos de 2018 e 2019 a referência comum ao desafio de manter o auxílio para estudantes que estão **ingressando** na instituição, mas não estão concluindo seu curso no tempo regulamentar e, também, o problema da retenção<sup>51</sup>, que estagna o orçamento, já que não tem havido ampliação de recursos propostos a estudantes ingressantes agravados pelos recentes cortes do governo federal.

Constata-se que, institucionalmente, a UFOPA tem engendrado esforços em promover ações visando o atendimento assistencial aos estudantes. Estas ações têm sido registradas nos Relatórios de Gestão publicados. Entretanto, Soares (2022) defende a existência de duas concepções concorrentes de assistência estudantil: Uma de caráter seletivo, restritiva, visto que atua meramente para atender o aspecto assistencial financeiro. A outra, tem o caráter universalizante, no qual há a preocupação em contribuir com o processo de emancipação visando que o estudante se desenvolva em sua multidimensionalidade, envolvendo seus aspectos econômico, social, acadêmico, humano, além de outros. Neste sentido, verifica-se que a assistência estudantil promovida na instituição estudada apresenta características das duas concepções, atuando em paralelo e não de forma concorrencial, o que leva à necessidade permanente de promover a avaliação de sua política de Assistência Estudantil, envolvendo os autores desse processo.

---

<sup>51</sup> Retenção no ensino superior é a expressão utilizada tecnicamente para se referir ao processo que resulta na permanência prolongada do estudante na universidade, levando a um atraso no período de integralização (ARAÚJO, 2021, p. 1046).

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegando ao final desta dissertação de mestrado em Sociedade, Ambiente e Qualidade de vida, espera-se fornecer dados e fomentar discussões sobre a política de assistência estudantil no cenário universitário visando contribuir para seu aprofundamento, possibilitando colocar no centro deste debate a qualidade acadêmica dos estudantes que acessam o ensino superior.

Desta forma, faz-se necessário retomar os questionamentos que suscitaram esta pesquisa. A pergunta norteadora buscou compreender como a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), custeada com recursos do Ministério da Educação (MEC), tem influenciado para a melhoria da qualidade de vida acadêmica (QVA) de estudantes beneficiários de auxílios permanência no contexto de uma universidade federal no interior da Amazônia. Com relação a problemática do presente estudo, verificou-se que a própria concepção de qualidade de vida acadêmica vai além do mero desempenho acadêmico. A QVA no contexto universitário envolve outras dimensões, como a saúde física e psicológica, as relações sociais e familiares, o aspecto pedagógico relacionado ao ensino aprendizagem etc.

Os recursos obtidos pelos estudantes por meio do PNAES têm relação direta com a sua QVA e qualquer ameaça a garantia desse direito tem repercussão direta em sua vida pessoal e acadêmica de forma negativa.

Outra questão levantada procurava saber a respeito do perfil dos beneficiários dos auxílios permanência do período de 2017 a 2020, na UFOPA. Identificou-se, que se trata de um grupo heterogêneo, com prevalência do gênero feminino, despontando cada vez mais dentre os estudantes universitários e também fica evidenciado sua naturalidade, em sua maioria, de local interiorano do entorno da universidade pesquisada, situada no oeste do Pará e demonstra não ser tão jovem no sentido que a semântica da palavra queira designar, mas que não é excluído por isso, além de se autoidentificar pardo, em sua grande maioria, cujo *status* de matrícula na universidade é, principalmente, de Ativos, Formandos e Formados. Neste item, particularmente, a situação dos estudantes respondentes, confirma a expectativa de que o beneficiário dos auxílios estudantis se encontra ativo nos estudos e conclui no tempo regulamentar, diminuindo os índices de evasão e retenção. Inclusive, o resultado coincide com as contribuições dos autores consultados, onde o perfil do

estudante beneficiário que se encontra na maioria das universidades brasileiras, em geral, apresenta características e necessidade semelhantes e submete-se a um processo de seleção para concorrer, ponto a ponto, aos auxílios disponibilizados por meio do PNAES.

A percepção de estudantes beneficiados pelos auxílios permanência sobre sua qualidade de vida acadêmica no âmbito da UFOPA também foi questionada. As respostas para esse questionamento foram contundentes em associar a QVA à satisfação à nível pessoal e acadêmico, extrapolando o que se vivencia em sala de aula para as outras instâncias, setores e relações sociais vividas no ambiente da universidade e fora dela. Quanto às relações acadêmico-sociais entre docentes e colegas, ficou evidenciado que são essenciais para a qualidade de vida acadêmica influenciando e gerando motivação, maior identidade nos cursos e na futura profissão e para desenvolver o senso de respeito diante das diversidades sociais, portanto, essas relações necessitam ser mais fomentadas no ambiente acadêmico, cuja ausência gera insegurança, exclusão, incerteza quanto ao curso, desmotivação. Neste sentido, a QVA envolve condições materiais e humanas de sobrevivência e relacionamento que se processam na dinâmica do ensino-aprendizagem e das aprendizagens processadas em vários setores e momentos da jornada estudantil. Neste aspecto, as atividades esportivas e de lazer são apontadas como fundamentais pois fomentam relações sociais e o cuidado com a saúde, que se manifesta no bem-estar do corpo e da mente, e isto acaba refletindo no desempenho acadêmico.

Desta forma, através das ações no âmbito do PNAES, há a necessidade de implementar outras estratégias que contemplem dimensões de cunho pedagógico, psicológico, cultural e esportivo. As percepções obtidas foram marcantes para sedimentar a importância do PNAES na jornada estudantil desses estudantes. Contudo, são apresentadas algumas denúncias de possível irregularidade, segundo depoimento registrado por um estudante, com casos de pessoas que não são tão necessitados e estão recebendo os auxílios. Outra percepção que chamou a atenção foi quanto ao cancelamento de auxílios utilizando a reprovação como critério. Tal ocorrência, ressalta o caráter meritocrático atribuído aos que pleiteiam os auxílios, desconsiderando que tais situações ligadas à reprovação, por exemplo, são indícios de vulnerabilidades ligadas à outras áreas e que precisam ser assistidas na instituição.

Outro questionamento, concentrou-se em analisar os desafios e/ou avanços na implementação do programa PNAES para a melhoria da qualidade de vida acadêmica dos estudantes. Foi levado em consideração para responder esta pergunta tanto o depoimento dos estudantes quanto as análises dos documentos institucionais.

A percepção dos estudantes revelando certa incerteza a respeito do conhecimento da política do PNAES na instituição apresenta-se desafiante, pois aponta para necessidade de ações mais voltadas ao envolvimento estudantil para que se destaque o protagonismo dos estudantes não somente como alvo das políticas, mas também como participantes dos seus direcionamentos na instituição.

Quanto aos documentos institucionais, revela-se o desafio de se definir explicitamente a concepção de assistência estudantil, sobretudo, no PDI que define metas institucionais a longo prazo. Essa ausência pode provocar uma assistência estudantil de tal forma abrangente que desconsidera a complexidade e singularidade da perspectiva humana em meio à diversidade estudantil peculiar nesta instituição. Essa situação é percebida, inclusive, na realidade de outras instituições públicas, conforme literatura consultada, gerando como consequência, inconsistências que denunciam o caráter assistencialista, meritocrático e financiador da política no âmbito nacional. Ou seja, não basta apenas prover os estudantes com auxílios/bolsas, alimentação e moradia. É preciso assistir o estudante considerando outros aspectos de sua vida para além do acadêmico.

Revelou-se também como desafio, a ausência de alguns registros na página oficial da instituição relativa aos anos anteriores a 2018, o que inviabilizou a coleta de maiores informações sobre os resultados de gestões precedentes. Outro desafio, relaciona-se à falta de acompanhamento dos resultados da política do PNAES e de sua implementação na instituição ocasionado tanto pela ausência de um sistema informatizado que produza dados precisos para realizar o acompanhamento efetivo dos estudantes, quanto pela reduzida equipe profissional que atua nos setores ligados diretamente com os auxílios estudantis. Os recursos orçamentários também se apresentam como desafio institucional, pois conforme as realidades sociais e a política estudada, têm ficado cada vez mais restritos, não atendendo à demanda crescente de estudantes em condição de vulnerabilidade social.

Quanto aos avanços, destaca-se a criação da Pró-Reitoria de Gestão Estudantil (PROGES) que foi legitimada pelo Estatuto da universidade. Embora tenha

sido criada somente em 2014, ela já se encontrava contemplada nos documentos oficiais. A instalação foi considerada uma ação fundamental para implementação das políticas de assistência estudantil na UFOPA.

A criação dos Núcleos de Pedagogia, Psicologia e Serviço Social é também abordada como avanço nas ações de assistência estudantil no que diz respeito ao atendimento e acompanhamento aos estudantes, numa perspectiva de assistência estudantil ampliada que não se limita à assistência de cunho financeiro.

Outra melhoria evidencia-se na normatização das políticas de assistência estudantil (PAE) e de apoio pedagógico (PAPE) ambas voltadas para todos os estudantes de graduação e pós-graduação da UFOPA, e contendo fortes indícios de conceitos sobre assistência estudantil presentes nos principais documentos normativos da instituição nos seus princípios e valores (Estatuto, Regimento Geral e PDI).

Contudo, ao longo desta pesquisa deparou-se com limitações que necessitam ser comentadas, como forma de partilhar algumas dificuldades sentidas em várias fases. Uma delas refere-se ao pouco referencial teórico relacionado à assistência estudantil com a qualidade de vida acadêmica na universidade. A temática da qualidade de vida por si só, no ambiente acadêmico, é restrita e focal ensejando o caráter de ineditismo da abordagem pesquisada. Com relação à revisão sistemática da literatura adotada na fundamentação desta pesquisa, constatou-se poucas produções ao se analisar os efeitos da assistência estudantil propiciados pelo PNAES, abrangendo outros aspectos do estudante em sua jornada acadêmica. Outro aspecto verificado diz respeito às distintas concepções sobre assistência estudantil na realidade das diferentes instituições públicas, causando inconsistências que denunciam o caráter assistencialista, meritocrático e financiador da política, provocando, como consequência uma assistência limitada a auxílios/bolsas.

O tema sobre QVA a partir do referencial teórico mostrou-se limitado. As pesquisas, em geral, têm um caráter focal ligado à realidade de uma instituição ou curso específico, em sua maioria, tratam do aspecto da saúde do estudante no âmbito universitário e os estudos que tratam sobre a assistência estudantil e a implementação da política do PNAES têm focado nos aspectos acadêmicos, restringindo-se ao resultado do desempenho do estudante nos cursos – aprovação, reprovação, evasão – não englobando a relação QV com a QVA.

Em nível de pesquisa com os estudantes a situação de isolamento social, devido a pandemia da Covid-19, obrigou que a aplicação do questionário fosse, exclusivamente por meio remoto, o que, de certa forma limitou o retorno de formulários preenchidos mais robusto, provavelmente devido a indisponibilidade de recursos de internet por parte de alguns estudantes.

Ao finalizar, se percebe a urgência por desenvolver mais pesquisas sobre o tema da assistência estudantil e seus efeitos na vida dos estudantes como estratégia para problematizar a sua transformação em política de Estado.

Outra sugestão, seria fomentar espaços institucionais que viabilizassem o protagonismo estudantil (Fóruns Estudantis, Programas e Projetos) e promovam a discussão com vistas à elaboração de propostas de assistência estudantil que assumam um caráter de continuidade no espaço acadêmico.

Desenvolver pesquisas ligadas aos efeitos desta política junto aos egressos da instituição como um indicativo da influência da assistência estudantil para a possível inserção no mercado de trabalho.

- Anuncia-se também, a necessidade de elaborar medidas para ampliação e aperfeiçoamento das ações relacionadas ao acompanhamento estudantil a partir dos setores recém-criados (NUGEPE, NUPSI, NUSES).
- Sugere-se com isso, a ampliação das equipes multiprofissionais que atendem os estudantes nos setores pedagógico, psicológico, social e de esporte e lazer.
- Realizar investigações ligadas às áreas de assistência estudantil indicadas no PNAES (Art, 3º) e sua influência junto à literatura produzida, as percepções estudantis e dos registros institucionais no espaço universitário.

A partir do desenvolvimento desta pesquisa, analisando uma política pública social no contexto da Educação Superior é possível ratificar a necessidade de continuidade da investigação científica em uma universidade pública federal enraizada no interior da Amazônia brasileira, o que corrobora essa afirmação diz respeito a possibilidade de produzir dados qualitativos e quantitativos futuros por um período prolongado consolidando uma investigação longitudinal em nível de doutoramento, objetivo a ser alcançado pela pesquisadora.

Apesar da pesquisa ter conseguido analisar os questionamentos levantados, outros que foram surgindo, merecem destaque: quais os desdobramentos das políticas de assistência estudantil para além dos auxílios financeiros? Que

indicadores de qualidade de vida acadêmica podem ser utilizados numa investigação longitudinal e que não fiquem restritos apenas ao caráter financeiro? Precisa-se refletir sobre o fato de que os estudantes não querem apenas comida para ter sua qualidade de vida acadêmica, mas querem também arte, cultura, respeito, valorização, atenção e maior apoio, por exemplo, no aspecto pedagógico. Mas esta é uma nova investigação, que se tornará objeto de estudo de tese doutoral.

## REFERÊNCIAS

AGUILAR, Luis Enrique. **A política pública educacional**: sob a ótica da análise satisfatória. Campinas: Leitura Crítica, 2013.

ALMEIDA, Leandro S.; SOARES, Ana Paula. **Os estudantes universitários**: sucesso escolar e desenvolvimento psicossocial. 2004. Disponível em: file:///D:/Users/Helana/Downloads/Almeida\_Soares\_2004%20(3).pdf Acessado em: 19/04/2022.

ALMEIDA, Marco Antônio Bettine de; GUTIERREZ, Gustavo Luis; MARQUES, Renato. **Qualidade de vida**: definição, conceitos e interfaces com outras áreas de pesquisa. São Paulo: Escola de artes, ciências e humanidades–EACH/USP, p. 142, 2012.

ALVES, Jolinda Moraes. A assistência estudantil no âmbito da política de Ensino Superior Pública. **Serviço Social em Revista**. v. 5, n. 1. jul./dez. 2002. Londrina-PR: UEL, 2002.

ARAGÃO, Laura Helena de Castro; SOUZA, Nicolli Bellotti de. Qualidade de vida de estudantes do ensino superior. **Revista Científica Online**. ISSN 1980-6957 v13, n1, 2021.

ARAÚJO, Josimeire O. **O elo assistência e educação**: análise assistência/desempenho no Programa Residência Universitária alagoana. 2003. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

ARAÚJO, Ana Cléssia Pereira Lima de; MARIANO, Francisca Zilania; OLIVEIRA, Celina Santos de. Determinantes acadêmicos da retenção no Ensino Superior. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 29, p. 1045-1066, 2021.

ASSIS, Anna Carolina Lili et al. As políticas de assistência estudantil: experiências comparadas em universidades públicas brasileiras. **Revista Gestão Universitária na América Latina-GUAL**, v. 6, n. 4, p. 125-146, 2013.

BACHRACH, Peter; BARATZ, Morton. Two Faces of Power. In **“American Political Science Review”**, 56. 1962. Disponível em: <http://www.columbia.edu/itc/sipa/U6800/readings-sm/bachrach.pdf> Acessado em: 18/11/2021

BACKHAUS, Insa et al. Qualidade de vida relacionada à saúde e seus fatores associados: resultados de um estudo transversal multicêntrico entre estudantes universitários. **Revista de Saúde Pública**, v. 42, n. 2, pág. 285-293, 2020.

BARBOSA, Leonardo et al. Acesso e permanência em desproporção: as insuficiências do Programa Nacional de Assistência Estudantil. **Agenda Política**, v. 6, n. 2, p. 166-192, 2018.

BARDAGI, Marucia; HUTZ, Claudio Simon. Evasão universitária e serviços de apoio ao estudante: uma breve revisão da literatura brasileira. **Psicologia Revista**, v. 14, n. 2, p. 279-301, 2005.

BARDIN, Lawrence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições, 1977.

BOBBIO, Norberto; GIANFRANCO, Pasquino; MATTEUCCI, Nicola. Dicionário de política. Trad. Carmen C, Varriale *et al.* **Coord. Trad. João Ferreria**, v. 11, 1998.

BONETI, Lindomar Wessler. As políticas públicas no contexto do capitalismo globalizado: da razão moderna à insurgência de processos e agentes sociais novos. **PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP**, v. 5, n. 5, p. 17-28, 2013.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Brasília, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm) Acessado em: 20/11/2021.

BRASIL. **Decreto nº 6.096, de 24/4/2007**. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação das Universidades Federais – Reuni.(2007a) Acesso em: 25/06/2021 Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato20072010/2007/decreto/d6096.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%206.096%2C%20DE%2024,que%20lhe%20confere%20o%20art.](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20072010/2007/decreto/d6096.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%206.096%2C%20DE%2024,que%20lhe%20confere%20o%20art.)

BRASIL. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos** / Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. – Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2007b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/2191-plano-nacional-pdf/file> Acessado em: 20/11/2021

BRASIL. **Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES**. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm) Acesso em: 04/06/2021.

BRASIL. Lei nº 12.711, de 29/8/2012. **Lei de Cotas**: dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm) Acesso em: 25/06/2021.

BRASIL. **Lei 13.005, de 25 de junho de 2014a**. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm) Acessado em: 20/11/2021.

BRASIL. **Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016**. Dispõe sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnicos de nível médio e superior das instituições federais de ensino. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2016/lei/l13409.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13409.htm) Acessado em: 02/05/2022.

BRASIL. **Portal transparência.** Disponível em: <https://www.portaltransparencia.gov.br/entenda-a-gestao-publica/programas-de-governo>. Acesso em: 30/05/2022.

BRASIL, **Constituição.** Planejando a próxima década: conhecendo as 20 metas do Plano Nacional de Educação. Brasília: Ministério da Educação, 2014b.

BRASILEIRO, T. S. A. **La formación superior de Magisterio. Una experiencia piloto en la Amazonia brasileña. España. Tesis doctoral. 914 p. Facultad de Ciencias de la Educación y Psicología, Universidad Rovira i Virgili. España. Spain: 2002.**

CAMPELLO, Livia Gaigher Bósio; DA SILVEIRA, Vladimir Oliveira. Educação para o desenvolvimento sustentável (EDS) e o *greening* das universidades. **Revista Thesis Juris**, v. 5, n. 2, p. 549-572, 2016.

CARBONE ANVERSA, Andreisi et al. Qualidade de vida e o cotidiano acadêmico: uma reflexão necessária. **Brazilian Journal of Occupational Therapy/Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, v. 26, n. 3, p.626-631, 2018.

CASTRO, Alexandre Kurtz dos Santos Sisson de; TEIXEIRA, Marco Antônio Pereira. A evasão em um curso de psicologia: uma análise qualitativa. **Psicologia em Estudo**, v. 18, p. 199-209, 2013.

CATUNDA Maria AP.; RUIZ Valdete M. Qualidade de vida de universitários. Pensamento Plural. **Rev Cient UNIFAE**. 2008; n.2(1):22-31.

CAVALCANTI, Paula Arcoverde. **Análise de políticas públicas:** o estudo do estado em ação. Bahia, Eduneb, 2012.

CEZARIO, Nelma; COSTA, Maria Alice. Estudo de caso: responsabilidade social e sustentabilidade na UFF. In: **Congresso Nacional de Excelência em Gestão**. 2015. p. 01-20.

CIESLAK, Fabrício et al. Análise da qualidade de vida e do nível de atividade física em universitários. **Revista da Educação Física/UEM**, v. 23, p. 251-260, 2012.

CINTRA, Renato Fabiano; DE SOUZA, Gabriel Viana; DE LIMA FAVA, Helder. Cavalado'dado'se olha os dentes sim! Proposta de escalonamento da bolsa permanência à luz da vulnerabilidade. **Revista Competitividade e Sustentabilidade**, v. 7, n. 3, p. 710-721.

CLAUDE, Richard Pierre. Direito à educação e educação para os direitos humanos. **Sur. Revista Internacional de Direitos Humanos**, v. 2, p. 36-63, 2005.

CORTES, Rafaela. **Acadêmico – O que é? Significado, Sinônimos, Antônimos, Rimas e Exemplos.** Gestão educacional, 2019. Disponível em: <https://www.gestaoeducacional.com.br/academico-o-que-e/> Acesso em: 18/04/2022.

COSTA, Simone Gomes. **A equidade na educação superior: uma análise das políticas de assistência estudantil**. 2010. 203 f. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

COSTA, Márcia Cristina Carvalho Ferreira da. **Os impactos da política de assistência estudantil no rendimento acadêmico dos discentes do Instituto Multidisciplinar em Saúde, Campus Anísio Teixeira da Universidade Federal da Bahia**. Dissertação (Mestrado). Salvador. Universidade Federal da Bahia (UFBA), 2016.

CROSARA, Daniela de Melo; SILVA, Leonardo Barbosa. A assistência estudantil em debate: análise dos projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional Brasileiro. **Curitiba: Publishing**, 2020.

CUNHA, José Auri. **Filosofia: iniciação à investigação filosófica**. São Paulo: Atual, v. 992, 1992.

DAGNINO, Renato et al. Gestão estratégica da inovação: metodologias para análise e implementação. **Taubaté: Cabral Universitária**, 2002.

DEMO, Pedro. **Metodologia do conhecimento científico**. São Paulo: Atlas, 2000.

DEMO, Pedro. **Educação pelo avesso: assistência como direito e como problema**. São Paulo: Cortez, 2000.

DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Artmed, 2006.

DE OLIVEIRA, Glauco Pereira et al. Assistência Estudantil: delimitações históricas e o novo quadro na conjuntura brasileira. **Cadernos Cajuína**, v. 6, n. 3, p. 5-20, 2021.

DE PAULA LANGAME, Angélica et al. Qualidade de vida do estudante universitário e o rendimento acadêmico. **Revista brasileira em Promoção da Saúde**, v. 29, n. 3, p. 313-325, 2016.

DIAS SOBRINHO, José. Democratização, qualidade e crise da educação superior: faces da exclusão e limites da inclusão. **Educação & Sociedade**, v. 31, p. 1223-1245, 2010.

DINIS, João; BRAGANÇA, Miguel. Qualidade do sono e depressão em estudantes universitários: uma revisão sistemática. **Ciência do Sono**, v. 11, n. 4, pág. 290, 2018.

DOMINGOS, Ivone, *et al.* Assistência estudantil e serviço social: experiência da universidade Federal do Oeste do Pará. **Anais do Encontro Internacional e Nacional de Política Social**, 2018, 1.1.

DUTRA, Natália Gomes dos Reis; SANTOS, Maria de Fátima de Souza. Assistência estudantil sob múltiplos olhares: a disputa de concepções. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 25, p. 148-181, 2017.

FERNANDES, Sônia Regina De Souza; SILVA, Filomena Lucia Gossler Rodrigues da; QUADROS, Sérgio Feldemann de . As Políticas de Ensino Superior no Brasil e a Sustentabilidade Social. **Atos de Pesquisa em Educação (FURB)**, v. 12, p. 36, 2017

FIEDLER, Patrícia Tempski. **Avaliação da qualidade de vida do estudante de medicina e da influência exercida pela formação acadêmica**. Tese (Doutorado). São Paulo: Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo; 2008.

FONAPRACE/ANDIFES; Proex/UFU. **Revista Comemorativa 25 Anos: histórias, memórias e múltiplos olhares**. Uberlândia: Edufu, 2012.

FONAPRACE/ANDIFES. **Pesquisa do perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das IFES – PRACE/UFOP/1998**. Disponível em: [http://www.prace.ufop.br/sites/default/files/i\\_perfil\\_socioeconomico\\_e\\_cultural\\_dos\\_e\\_estudantes\\_de\\_graduacao\\_das\\_universidades\\_federais\\_brasileiras.pdf](http://www.prace.ufop.br/sites/default/files/i_perfil_socioeconomico_e_cultural_dos_e_estudantes_de_graduacao_das_universidades_federais_brasileiras.pdf) Acessado em: 07/02/2022.

FONAPRACE/ANDIFES. **II Pesquisa Nacional do Perfil das Instituições Federais do Ensino Superior para a Assistência Estudantil de 2004 – um mapeamento de capacidades e instrumentos**. Brasília: ANDIFES, 2018.

FONAPRACE/ANDIFES. **V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES – 2018**. Brasília: ANDIFES, 2019.

FREITAS, Marcílio de; DA SILVA FREITAS, Marilene Corrêa. **A sustentabilidade como paradigma: cultura, ciência e cidadania**. Editora Vozes Limitada, 2016.

GAIO, Roberta. (Org). **Metodologia de pesquisa e produção de conhecimento**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

GALVÃO, Maria Cristiane Barbosa; RICARTE, Ivan Luiz Marques. Revisão sistemática da literatura: conceituação, produção e publicação. **Logeion: Filosofia da informação**, v. 6, n. 1, p. 57-73, 2019.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GIUDICE, Junia Zacour; LORETO, Maria das Dores Saraiva; AZEVEDO, Denilson Santos. O programa de assistência estudantil: características e repercussões nos indicadores acadêmicos e nas condições de vida dos beneficiários. **Oikos: Família e Sociedade em Debate**, v. 24, n. 2, p. 038-067, 2013.

GOMES, Darcilene C. **Caderno temático II: Juventudes e os desafios universitários: trabalho, vida acadêmica e saúde [E-book]** - Goiânia: Cegraf UFG, 2021.

GOMES, Luis Alípio. **Sistema Municipal de Ensino de Santarém-PA: implantação e implementação (2004-2014)**. 234 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Educação). Santarém. Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), 2015.

GOMES, Luis Alípio; BRASILEIRO, Tania Suely Azevedo. Sustentabilidade e Educação Superior na Amazonia. *Revista Ibero-americana de Ciências Ambientais*. **Revista Ibero-americana de Ciências Ambientais**, v. 9, n. 6, p. 369–382, 2018.

GOMES, Luis Alípio. **Ambientalização curricular nos cursos de licenciatura da Universidade Federal do Oeste do Pará**. Tese de Doutorado. Santarém. Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) 2020.

GORDIA, Alex Pinheiro et al. Qualidade de vida: contexto histórico, definição, avaliação e fatores associados. *Revista brasileira de qualidade de vida*, v. 3, n. 1, p. 40-52, 2011.

GUIMARÃES, Eduardo Nunes. **Caderno temático I: análise regionalizada da expansão das IFES tendo por referência o perfil dos graduandos [E-book]** – Goiânia: Cegraf UFG, 2021.

GLASENAPP, Ricardo. A interpretação do princípio da igualdade no Pacto de San Jose da Costa Rica. *Revista Jus Navigandi*, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 19, n. 3961, 6 maio 2014. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/28104>. Acesso em: 20/11/ 2021.

HERCULANO, Selene C. et al. A qualidade de vida e seus indicadores. **Ambiente & Sociedade**. Ano I, n. 2, p. 10, 2000.

HERINGER, Rosana. Democratização da educação superior no Brasil: das metas de inclusão ao sucesso acadêmico. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, v. 19, n. 1, p. 7-17, 2018.

HÖFLING, Eloisa de. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos Cedes**, v. 21, p. 30-41, 2001.

IBGE, I. B. Estatísticas de gênero. **Indicadores sociais das mulheres no Brasil**. 2016. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551_informativo.pdf) Acessado em: 02/05/2022.

IBGE, I. B. Estatísticas de gênero. **Indicadores sociais das mulheres no Brasil**. 2019. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101784\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101784_informativo.pdf) Acessado em: 02/05/2022.

IMPERATORI, Thaís Kristosch. A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira. **Serviço Social & Sociedade**, p. 285-303, 2017.

DE JESUS, Luciano Nascimento; MAYER, André Luiz Monteiro; CAMARGO, Pedro Luiz Teixeira. < b> Programa Nacional de assistência estudantil: do protagonismo da

une aos avanços da luta por direitos, promovidos pelo FONAPRACE (PNAES: da UNE a FONAPRACE). **Acta Scientiarum. Education**, v. 38, n. 3, p. 247-257, 2016.

KOWALSKI, Aline Viero. **Os (des)caminhos da política de assistência estudantil e o desafio na garantia de direitos**. 2012. 179 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2012.

LADEIRA, Mariana Rosa Alves; DA SILVA, Hilda Maria Gonçalves. (Des) caminhos do sistema brasileiro de cotas universitárias. **Temporalis**, v. 18, n. 35, p. 220-243, 2018.

LIMA, Wandilson Alisson Silva; ALVES, Larissa Milena Sousa; DA SILVA CANELA, Danilo Crisóstomo. Ingressei no Ensino Superior, e agora? Percepção discente relativa às políticas de assistência estudantil. **Agenda Política**, v. 9, n. 2, p. 276-300, 2021.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. 2ª edição. Rio de Janeiro: E.P.U., 2014.

MARQUES, Antônio Carlos Henriques; CEPÊDA, Vera Alves. Um perfil sobre a expansão do ensino superior recente no Brasil: aspectos democráticos e inclusivos. **Perspectivas: Revista de Ciências Sociais**, v. 42, 2012.

MARX, Kal.; ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

MEDEIROS, João Bosco. **Redação Científica: prática de fichamentos, resumos, resenhas**. 13 ed. São Paulo: Atlas, 2019.

MERLEAU-PONTY Maurice. **Fenomenologia da percepção**. 2ª ed. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1999.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**. São Paulo: Rio de Janeiro: HUCITEC; ABRASCO, 1992.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; HARTZ, Z. M. A.; BUSS, P. M. Qualidade de Vida e saúde: um debate necessário. **Ciência & Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, v. 5, n.1, 2000, p. 7-18.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (ED.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2003.

MOITA, Filomena Maria Gonçalves da Silva Cordeiro; ANDRADE, Fernando César Bezerra de. Ensino-pesquisa-extensão: um exercício de indissociabilidade na pós-graduação. **Revista brasileira de educação**, v. 14, p. 269-280, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/gmGjD689HxfJhy5bgykz6qr/abstract/?lang=pt>  
Acessado em: 20/11/2021

MOLINA, Mônica Castagna. Políticas Públicas. In: CALDART, Roseli Saete. (Org.). **Dicionário da educação do campo**. Rio de Janeiro: São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Fiocruz; Expressão Popular, 2013.

MORIN, Edgar et al. **Os setes saberes necessários à educação do futuro**. Cortez Editora, 2014.

MOTA JÚNIOR, Antônio de. Políticas Públicas para a Educação Superior no Brasil. Em: **Anais do Colóquio Internacional de Gestão Universitária CIGU**, 16., Arequipa, Peru, 23, 24 e 25 de nov. 2016.

MUNDO, Transformando Nosso. a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. **Recuperado em**, v. 15, p. 24, 2016.

NAJBERG, Estela.; BARBOSA, Nelson Bezerra. Abordagens Sobre o Processo de Implementação de Políticas Públicas. **Anais do Encontro de Administração Pública e Governança**. São Paulo, 22 nov. 2006.

OLIVEIRA, Maria. Marly de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. 6.ed ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

OLIVEIRA, Jose Ari Carletti de. **Qualidade de vida e desempenho acadêmico de graduandos**. 2006. 238p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/252881>

OLIVEIRA, Raquel Aparecida de; CIAMPONE, Maria Helena Trench. A universidade como espaço promotor de qualidade de vida: vivências e expressões dos alunos de enfermagem. **Texto & Contexto-Enfermagem**, v. 15, p. 254-261, 2006.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, 1948. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>>. Acesso em: 30/06/2022.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **Relatório Mundial da Saúde 2008: Cuidados de Saúde Primários – Agora mais que nunca**. Genebra: OMS, 2008.

PARO, César Augusto; BITTENCOURT, Zélia Zilda Lourenço de Camargo. Qualidade de vida de graduandos da área da saúde. **Revista brasileira de educação médica**, v. 37, p. 365-375, 2013.

PEREIRA, Aline Fraga et al. Satisfação de estudantes universitários de Educação Física com experiências acadêmicas. **Motrivivência**, v. 30, n. 53, p. 84-100, 2018.

PEREIRA, Ana Carina Stelko et al. Qualidade de vida de universitários de uma instituição pública no Ceará. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 9, p. 68024-68045, 2020.

PETRINI, Ana Claudia; MARGATO, Gabriela; JUNIOR, Guanis de Barros Vilela. Avaliação da percepção da qualidade de vida de jovens universitários: comparativo

entre graduandos do turno diurno e noturno. **Revista Brasileira de Qualidade de Vida**, v. 5, n. 3, 2013.

PINHEIRO, Ellana. Permanência na Universidade e a Política de Assistência Estudantil na UFPA: programas de assistência estudantil. **Revista Conexões de Saberes**, v. 1, n. 1, 2016.

REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. **História da filosofia**. São Paulo: Edições Paulinas., 1990.

REIS, Bruno Pinheiro Wanderley. Políticas públicas. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade; DUARTE, Adriana Maria Cancelli.; VIEIRA, Livia Maria Fraga. **Dicionário: trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, CDROM, 2010.

RISTOFF, Dilvo. Democratização do campus: impacto dos programas de inclusão sobre o perfil da graduação. **Cadernos do GEA**, v. 9, p. 5-62, 2016.

RUA, Maria das Graças. **Políticas públicas**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC, 2009.

RUA, Maria das Graças. **Políticas públicas**. 3. ed. rev. atua. – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]: CAPES : UAB, 2014. 130p.: il. Disponível em: <file:///D:/Users/Helana/Downloads/PNAP%20-%20Modulo%20Basico%20-%20GPM%20-%20Políticas%20Publicas.pdf> Acessado em: 16/11/2021.

RUSCHEINSKY, Aloísio. As mediações entre o ambiental e a noção de sustentabilidade. **Maringá: Revista Espaço Acadêmico**, n. 29, 2003.

RUDIO, Franz Victor. **Introdução ao projeto de pesquisa científica**. 31. ed. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

RUZ PEREZ, José Roberto. Por que pesquisar implementação de políticas educacionais atualmente? **Educação & Sociedade**, v. 31, p. 1179-1193, 2010.

SANT'ANA, Tomás Dias et al. Plano de Desenvolvimento Institucional–PDI: um guia de conhecimentos para as Instituições Federais de Ensino. **Alfenas: Forpdi**, 2017. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/plataformafor/documentos/livroforpdi> Acessado em: 24/11/2021

DOS SANTOS, Cláudia Priscila C.; FERREIRA, Jorge Manuel Leitão. Política de acesso e permanência nas universidades públicas no Brasil e em Portugal. **Educação em Foco**, p. 295-322, 2019.

SAMPAIO, Helena. Evolução do ensino superior brasileiro, 1808-1990. NUPES– Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior da USP–Universidade de São Paulo. **Documento de trabalho**, n. 8, 1991.

SANTOS, Eduardo Henrique Moraes et al. A assistência estudantil e a covid-19: o contexto das universidades federais paulistas. **Serviço Social em Perspectiva**, v. 5, n. 02, p. 106-134, 2021.

SANTOS, Laís et. al. **Qualidade de Vida e Transtornos Mentais Comuns em Estudantes de Medicina**. Artigo Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 2017. Disponível em: <https://docs.bvsalud.org/biblioref/2017/12/876614/52126-220466-1-pb.pdf> Acesso em: 25/04/2022.

SERAFIM, Milena Pavan; DE BRITO DIAS, Rafael. Análise de política: uma revisão da literatura. **Cadernos Gestão Social**, v. 3, n. 1, p. 121-134, 2012. Disponível em: [file:///D:/Users/Helana/Downloads/ANALISE\\_DE\\_POLITICA\\_UMA\\_REVISAO\\_DA\\_LITER.pdf](file:///D:/Users/Helana/Downloads/ANALISE_DE_POLITICA_UMA_REVISAO_DA_LITER.pdf) Acessado em: 18/11/2021.

TAVARES, José; SANTIAGO, Rui A. **Ensino Superior**: (In) sucesso acadêmico. Portugal: Porto Editora, 2000.

SILVA, Leonardo Barbosa e. **Caderno temático III: A demanda potencial e o público-alvo da assistência estudantil [E-book]** – Goiânia: Cegraf, 2021.

SCHMITTER, Philippe C. Reflexões sobre o conceito de política. **Revista de Direito Público e Ciência Política**, v. 8, n. 2, p. 45-60, 1965. Disponível em: <https://pt.scribd.com/doc/214265764/Schmitter-Reflexoes-sobre-o-conceito-de-politica> Acessado em: 16/11/2021.

CROSARA, Daniela de Melo; SILVA, Leonardo Barbosa. **A assistência estudantil em debate**: análise dos projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional Brasileiro. Curitiba: *Publishing*, 2020.

SANTOS, Eduardo Henrique Moraes. **As configurações da assistência estudantil no Brasil**: o cenário do PNAES. Dissertação (Mestrado - Pós-Graduação em Serviço Social e Políticas Sociais) -- Instituto Saúde e Sociedade, Universidade Federal de São Paulo, 2020.

SANTOS, Carolina Cassia Batista; ABRANTES, Patrícia Paulino Muniz de; ZONTA, Rafael. **Limitações orçamentárias**: desafios à assistência estudantil da UnB em tempos de pandemia. 2021.

SILVA, Leonardo Barbosa e. **Caderno temático III: A demanda potencial e o público-alvo da assistência estudantil [E-book]** Goiânia: Cegraf UFG, 2021.

SOARES, Priscila da Silva; AMARAL, Cledir de Araújo. A assistência estudantil no processo educacional: possibilidades de atuação. **Educação e Pesquisa**, v. 48, 2022.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, jul/dez 2006.

TAUFICK, Ana Luiza de Oliveira Lima. **Avaliação da política de assistência estudantil dos institutos federais para o PROEJA**. Dissertação (Mestrado em

Gestão e Avaliação da Educação Pública). Juiz de Fora: Minas Gerais: Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ. **Plano de Desenvolvimento Institucional Da UFOPA (PDI) 2019/2023.**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ. **Relatório Anual de Atividades de Gestão da UFOPA, 2017.**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ. **Relatório Anual de Atividades de Gestão da UFOPA, 2018.**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ. **Relatório Anual de Atividades de Gestão da UFOPA, 2019.**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ. **Relatório Anual de Atividades de Gestão da UFOPA, 2020.**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ. **Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna – RAIN - Gestão da UFOPA, 2017.**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ. **Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna – RAIN - Gestão da UFOPA, 2018.**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ. **Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna – RAIN - Gestão da UFOPA, 2019.**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ. **Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna – RAIN - Gestão da UFOPA, 2020.**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ. **Relatório Anual de Atividades de Gestão da Pró-Reitoria de Gestão Estudantil (PROGES), UFOPA, 2018.**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ. **Relatório Anual de Atividades de Gestão da Pró-Reitoria de Gestão Estudantil (PROGES), UFOPA, 2019.**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ. **Relatório Anual de Atividades de Gestão da Pró-Reitoria de Gestão Estudantil (PROGES), UFOPA, 2020.**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ. **Resolução nº 16**, que aprova o Estatuto da Universidade Federal do Oeste do Pará, 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ. **Resolução nº 210**, que aprova a política de assistência estudantil da UFOPA, 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ. **Resolução Nº 338**, que aprova a política de acompanhamento pedagógico e a regulamentação do núcleo de gestão pedagógica e dos núcleos de acompanhamento e apoio pedagógico da UFOPA, 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ. **Regimento nº 55** que institui o Regimento Geral da UFOPA, 22 de julho de 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ. **Regimento do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Mestrado Acadêmico em Sociedade, Ambiente e Qualidade de Vida** - PPGSAQ/UFOPA, de 26 de julho de 2018. Disponível em: file:///D:/Users/Helana/Downloads/REGIMENTO%20DO%20PPGSAQ%202018%20(3).pdf Acessado em: 25/01/2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ. **Plano Pedagógico do Curso de Informática Educacional** - LIE/UFOPA, 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ. **Plano de Gestão Orçamentária – UFOPA**, 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ. **Plano de Gestão Proges - Ufopa**, 2020.

VARGAS, Hustana; HERINGER, Rosana. Políticas de permanência no ensino superior público em perspectiva comparada: Argentina, Brasil e Chile. **Education Policy Analysis Archives/Archivos Analíticos de Políticas Educativas**, v. 25, p. 1-33, 2017.

VASCONCELOS, Natalia Batista. Programa Nacional de Assistência Estudantil: uma análise da evolução da assistência estudantil ao longo da história da educação superior no Brasil. **Ensino em Revista**, v. 17, n. 2, p. 599–616, dez. 2010.

WORLD HEALTH ORGANIZATION et al. **WHOQOL-BREF**: introduction, administration, scoring and generic version of the assessment: field trial version, December 1996. World Health Organization, 1996.

ZAGO, Nadir. Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares. **Revista Brasileira de Educação**, v. 11, n. 32, p. 226-370, 2006.

## APÊNDICES

## APÊNDICE A - PORTFÓLIO BIBLIOGRÁFICO DO ESTUDO (2010-2020)

Nº	Ano	Autor	Título	Objetivos
1	2010	Vasconcelos, Natalia Batista	Prog. Nac. de Assistência Estudantil: uma análise da evolução da assistência estudantil ao longo da história da educação superior no Brasil	Analisar a evolução da Assistência Estudantil no sistema público de ensino superior no Brasil.
2	2013	Giúdice, Junia Zacour Azevedo del; Loreto, Maria das Dores Saraiva de; Azevedo, Denilson Santos de	O Prog. de Assist. Est.: características e repercussões nos indicadores acadêmicos e nas condições de vida dos beneficiários	Avaliar o Programa de Assistência Estudantil de uma universidade federal, examinar suas repercussões nos indicadores acadêmicos e a percepção dos beneficiários sobre as ações da assistência em suas condições de vida.
3	2013	Assis, Anna Carolina Lili de; Sanabio, Marcos Tanure; Magaldi, Carolina Alves; Machado, Carla Silva	As políticas de assist. estudantil: experiências comparadas em universidades públicas brasileiras	Discutir de forma comparada as políticas de Assistência Estudantil em 11 Universidades Públicas, a partir da trajetória do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES).
4	2013	Oliveira, Rodrigo Ribeiro; Silva, Iris Bento; Castro, Dagmar Silva Pinto; Limongi, Ana Cristina	Qualidade de vida no trabalho - qvt dos professores de ensino técnico federal: os fatores biopsicossociais e organizacionais de satisfação	Analisar o grau de satisfação dos professores dos Institutos Federais com a Qualidade de Vida no Trabalho.
5	2014	Machado, Jardel Pelissari; Pan, Miriam Aparecida Graciano De Souza	Política Pública e Subjetividade: a assistência estudantil na universidade	Analisar os possíveis efeitos de uma política de assistência estudantil, voltada à manutenção de estudantes de baixa renda na universidade.
6	2015	Cezario, Nelma; Costa, Maria Alice	Estudo de caso: responsabilidade social e sustentabilidade na UFF	Mapear ações de responsabilidade social e sustentabilidade, desenvolvidas nas Pró-Reitorias, da Universidade Federal Fluminense em Niterói (UFF), a partir de 2000.
7	2016	Campello, Livia Gaigher Bósio	Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS) e o <i>greening</i> das universidades	Traçar a evolução da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS) em declarações internacionais.
8	2016	Costa, Márcia Cristina	Os impactos da política de assistência estudantil no rendimento acadêmico	Analisar as relações existentes entre as políticas de assistência estudantil com o rendimento acadêmico dos discentes.
9	2016	Jesus, Luciano Nascimento de; Mayer, André Luiz Monteiro; Camargo, Pedro Luiz Teixeira	Programa Nacional de assistência estudantil: do protagonismo da une aos avanços da luta por direitos, promovidos pelo FONAPRACE (PNAES: da UNE a FONAPRACE)	Demonstrar que a Política Nacional de Assistência Estudantil, é uma 'construção histórica de várias mãos', destacando-se o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE) e a União Nacional dos Estudantes (UNE).
10	2016	Machado, Jardel Pelissari; Pan, Miriam Aparecida Graciano de Souza	Direito ou benefício? Política de assistência estudantil e seus efeitos subjetivos aos universitários	Analisar os efeitos da Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) aos estudantes de uma IFES, a partir de uma leitura bakhtiniana.

Fonte: Elaboração própria (2021), com base na pesquisa bibliográfica com base na Revisão Sistemática de Literatura (2021).

1.	2017	Dutra, Natália Gomes dos Reis; Santos, Maria de Fátima de Souza;	Assistência estudantil sob múltiplos olhares: a disputa de concepções	Apresentar o processo histórico de construção da política de assistência estudantil e discutir as diferentes concepções que têm sido propostas.
2.	2017	Fernandes, Sônia Regina de Souza; Silva, Filomena Lucia Gossler Rodrigues da	As políticas de ensino superior no Brasil e a sustentabilidade social	Refletir sobre a sustentabilidade social das políticas de Ensino Superior, que coloca em xeque o mito da mobilidade social.
3.	2017	Andrade, Ana Maria Jung de; Teixeira, Marco Antônio Pereira	Áreas da política de assistência estudantil: relação com desempenho acadêmico, permanência e desenvolvimento psicossocial de universitários	Relacionar a permanência, o desempenho acadêmico e a percepção de desenvolvimento psicossocial com as áreas do PNAES.
4.	2017	Imperatori, Thaís Kristosch	A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira	Problematizar a trajetória histórica da política de assistência estudantil no Brasil até a implementação do PNAES.
5.	2018	Recktenvald, Marcelo; Mattei, Lauro; Pereira, Vilmar Alves	Avaliando o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) sob a ótica das epistemologias	Analisar o PNAES por diferentes olhares epistemológicos, no contexto das ações do modelo social desenvolvimentista brasileiro entre 2003-2016.
6.	2019	Araújo, Sandy Andreza de Lavor; Andriola, Wagner Bandeira; Cavalcante, Sueli Maria de Araújo; Chagas, Denise Maria Moreira	Efetividade da assistência estudantil para garantir a permanência discente no ensino superior público brasileiro	Apresentar o impacto da implantação da assistência estudantil sobre a permanência no ensino superior público brasileiro.
7.	2019	Santos, Cláudia Priscila C. dos; Ferreira, Jorge Manuel Leitão	Política de acesso e permanência nas universidades públicas no Brasil e em Portugal	Analisar a assistência estudantil brasileira e a ação social portuguesa no ensino superior público (ASES).
8.	2020	Pereira, Ana Carina Stelko; Gondim, Raianny de Sousa; Brito, Rayssa Modesto de Souza; Batista, Danielle Gomes; Matos, Karla Julianne Negreiros de; Lourinho, Lídia Andrade	Qualidade de vida de universitários de uma instituição pública no Ceará	Avaliar a Qualidade de Vida de estudantes de uma universidade pública a partir da escala WHOQOL-BREF da Organização Mundial de Saúde (OMS).
9.	2020	Maurício, Nathanni Marrelli Matos; Pizzio, Alex; Gama da Silva, Eder; Rodrigues, Josilene; da Silva Mesquita, Hayala Danielle	Assistência Estudantil e Covid-19: um estudo nas Universidades Federais da Região Norte do Brasil	Verificar as ações de assistência estudantil em universidades da região norte do Brasil durante a pandemia de Covid-19, de março a outubro de 2020.
10.	2020	Cintra, Renato Fabiano; Souza, Gabriel Viana de; Fava, Helder de Lima	Cavalo dado se olha os dentes sim! Proposta de escalonamento da bolsa permanência à luz da vulnerabilidade	Apresentar uma proposta de escalonamento da bolsa permanência, a partir de critérios definidos no processo de avaliação socioeconômica.

Fonte: Elaboração própria (2021), com base na pesquisa bibliográfica com base na Revisão Sistemática de Literatura (2021).

## APÊNDICE B – EDITAIS DE CONCESSÃO DE AUXÍLIOS ESTUDANTIS EXECUTADOS PELA PROGES NO PERÍODO DE 2017 A 2020

<b>Tipo de Auxílio</b>	<b>Ano</b>	<b>Público alvo</b>
AUXÍLIOS ESTUDANTIS NO ÂMBITO DO PROGRAMA DE AUXÍLIO PERMANÊNCIA DA UFOPA(Edital nº 004/2017)	2017	Todos os discentes da UFOPA
AUXÍLIOS ESTUDANTIS NO ÂMBITO DO PROGRAMA DE AUXÍLIO PERMANÊNCIA DA UFOPA (Edital nº 005/2017) OBS: Auxílios restantes do Edital nº 004/2017	2017	Todos os discentes da UFOPA
AUXÍLIO EMERGENCIAL (Edital nº 002/2017)	2017	Estudantes indígenas e quilombolas que ingressaram pelo Processo de Seleção Especial (PSE) de 2017
AUXÍLIO EMERGENCIAL (EDITAL 007/2018)	2018	Estudantes ingressantes no Processo Seletivo Especial Indígena e Quilombola 2018
CONCESSÃO DE AUXÍLIOS ESTUDANTIS (EDITAL Nº 008/2018/PROGES/UFOPA)	2018	Estudantes da UFOPA ingressantes pelo processo seletivo regular(PSR);
CONCESSÃO DE AUXÍLIO FINANCEIRO (EDITAL PROGES Nº 09/2018)	2018	Estudantes indígenas participarem do VI Encontro Nacional dos Estudantes Indígenas
Auxílio financeiro visando preparação para etapa nacional dos Jogos Universitários Brasileiros 2018 (Edital 011/2018)	2018	Estudantes atletas da UFOPA
AUXÍLIO FINANCEIRO (EDITAL PROGES Nº 12/2018)	2018	Estudantes quilombolas participarem do I Encontro Nacional dos Estudantes Quilombolas
Programa de Incentivo ao Estudante com Deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento e com Altas Habilidades ou Superdotação – Tecnologia Assistiva-PcD/2018 (Edital PROGES nº 16/2018) para aquisição de recursos e acessórios tecnológicos acessíveis	2018	Estudante com Deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento e com Altas Habilidades ou Superdotação – Tecnologia Assistiva-PcD/2018
Concessão do auxílio de ajuda de custo para a inserção acadêmica (CHAMADA Nº 01/PROGES/UFOPA)	2019	Estudantes indígenas e quilombolas, ingressantes através de processos seletivos especiais, nos anos de 2018 e 2019.
Concessão de Ajuda de Custo de Inserção Acadêmica (EDITAL Nº 06/2019/PROGES/UFOPA)	2019	Estudantes Ingressantes pelo Processo Seletivo Regular
Concessão de auxílio financeiro (EDITAL Nº 07/2019/DPEAA/PROGES/UFOPA)	2019	Estudantes indígenas que participarão do VII Encontro Nacional dos Estudantes Indígenas – VII ENEI/2019.
Concessão de auxílio financeiro (EDITAL Nº 08/2019/DPEAA/PROGES/UFOPA)	2019	Estudantes quilombolas que participarão do II Encontro Nacional dos Estudantes Quilombolas – II ENEQ/2019.
Concessão de Auxílio de Ajuda de Custo de Inserção Acadêmica (EDITAL Nº 09/2019/PROGES/UFOPA)	2019	Estudantes ingressantes via Processo Seletivo Regular (PSR) 2019 ou estudantes ingressantes via PSR que fizeram Mobilidade Interna 2019.2

Concessão de auxílio financeiro para estudantes que participarão da edição 2019 dos Jogos Universitários da UFOPA (JIUFOPA) (EDITAL N° 10/2019/DAE/PROGES/UFOPA)	2019	Estudantes que participarão da edição 2019 dos Jogos Universitários da UFOPA (JIUFOPA).
Prorrogação de vigência da Chamada n° 1/2019/PROGES/UFOPA e dos Editais nos 3/2014/PROGES/UFOPA, 1/2018/PROGES/UFOPA e 4/2020/PROGES/UFOPA referentes à concessão de auxílios (Edital n° 26/2020)	2020	Estudantes ingressantes pelo Processo Seletivo Especiais (PSEs).
Prorrogação de vigência dos Editais nos 6/2019/PROGES/UFOPA e 9/2019/PROGES/UFOPA referentes à concessão de ajuda de custo de inserção acadêmica (Edital n° 25/2020 )	2020	Estudantes ingressantes pelo Processo Seletivo Regular (PSR).
Prorrogação de vigência da Chamada n° 1/2019/PROGES/UFOPA e dos Editais nos 3/2014/PROGES/UFOPA e 1/2018/PROGES/UFOPA referentes à concessão de auxílios estudantis (Edital n° 24/2020)	2020	Estudantes ingressantes pelo Processo Seletivo Especiais (PSEs).
Prorrogação de vigência dos Editais nos 6/2019/PROGES/UFOPA e 9/2019/PROGES/UFOPA referentes à concessão de ajuda de custo de inserção acadêmica (Edital n° 23/2020)	2020	Estudantes ingressantes pelo Processo Seletivo Regular (PSR).
Prorrogação de vigência da Chamada n° 1/2019/PROGES/UFOPA e dos Editais nos 3/2014/PROGES/UFOPA e 1/2018/PROGES/UFOPA referentes à concessão de auxílios estudantis (Edital n° 22/2020 )	2020	Estudantes ingressantes pelo Processo Seletivo Especiais (PSEs).
Prorrogação de vigência dos Editais nos 6/2019/PROGES/UFOPA e 9/2019/PROGES/UFOPA referentes à concessão de ajuda de custo de inserção acadêmica (Edital n° 21/2020)	2020	Estudantes ingressantes pelo Processo Seletivo Regular (PSR).
Prorrogação de vigência da Chamada n° 1/2019/PROGES/UFOPA e dos Editais nos 3/2014/PROGES/UFOPA e 1/2018/PROGES/UFOPA referentes à concessão de auxílios estudantis (Edital n° 20/2020)	2020	Estudantes ingressantes pelo Processo Seletivo Especiais (PSEs).
Prorrogação de vigência dos Editais nos 6/2019/PROGES/UFOPA e 9/2019/PROGES/UFOPA referentes à concessão de ajuda de custo de inserção acadêmica (Edital n° 19/2020)	2020	Estudantes ingressantes pelo Processo Seletivo Regular (PSR).
Prorrogação de vigência da Chamada n° 1/2019/PROGES/UFOPA e dos Editais nos 3/2014/PROGES/UFOPA e 1/2018/PROGES/UFOPA referentes à concessão de auxílios estudantis (Edital n° 18/2020)	2020	Estudantes ingressantes pelo Processo Seletivo Especiais (PSEs).
Prorrogação de vigência dos Editais nos 6/2019/PROGES/UFOPA e 9/2019/PROGES/UFOPA referentes à concessão de ajuda de custo de inserção acadêmica (Edital n° 17/2020)	2020	Estudantes ingressantes pelo Processo Seletivo Regular (PSR).
Prorrogação de vigência da Chamada n° 1/2019/PROGES/UFOPA e dos Editais nos 3/2014/PROGES/UFOPA e 1/2018/PROGES/UFOPA referentes à concessão de auxílios estudantis (Edital n° 16/2020)	2020	Estudantes ingressantes pelo Processo Seletivo Especiais (PSEs).

Prorrogação de vigência dos Editais nos 6/2019/PROGES/UFOPA e 9/2019/PROGES/UFOPA referentes à concessão de ajuda de custo de inserção acadêmica (Edital n° 15/2020)	2020	Estudantes ingressantes pelo Processo Seletivo Regular (PSR).
Concessão de Auxílio Emergencial (Edital n° 14/2020)	2020	Estudantes Ingressantes pelo Processo Seletivo Regular 2020
Concessão de auxílio emergencial para acesso à internet (Edital n° 13/2020)	2020	Estudantes de graduação matriculados no Período Letivo Especial de que trata a Resolução n° 325/2020/CONSEPE/UFOPA.
Prorrogação de vigência da Chamada n° 1/2019/PROGES/UFOPA e dos Editais nos 3/2014/PROGES/UFOPA e 1/2018/PROGES/UFOPA referentes à concessão de auxílios estudantis (Edital n° 12/2020)	2020	Estudantes ingressantes pelo Processo Seletivo Especiais (PSEs).
Prorrogação de vigência dos Editais nos 6/2019/PROGES/UFOPA e 9/2019/PROGES/UFOPA referentes à concessão de ajuda de custo de inserção acadêmica (Edital n° 11/2020)	2020	Estudantes ingressantes pelo Processo Seletivo Regular (PSR).
Prorrogação de vigência da Chamada n° 1/2019/PROGES/UFOPA e dos Editais nos 3/2014/PROGES/UFOPA e 1/2018/PROGES/UFOPA referentes à concessão de auxílios estudantis (Edital n° 10/2020)	2020	Estudantes ingressantes pelo Processo Seletivo Especiais (PSEs)
Prorrogação de vigência dos Editais nos 6/2019/PROGES/UFOPA e 9/2019/PROGES/UFOPA referentes à concessão de ajuda de custo de inserção acadêmica (Edital n° 9/2020)	2020	Estudantes ingressantes pelo Processo Seletivo Regular (PSR).
Concessão de auxílio alimentação emergencial (Edital n° 8/2020)	2020	Estudantes dos cursos de graduação ofertados nos campi fora de sede da UFOPA
Prorrogação de vigência da Chamada n° 1/2019/PROGES/UFOPA e dos Editais nos 3/2014/PROGES/UFOPA e 1/2018/PROGES/UFOPA referentes à concessão de auxílios estudantis (Edital n° 7/2020)	2020	Estudantes ingressantes pelo Processo Seletivo Especiais (PSEs)
Prorrogação de vigência dos Editais nos 6/2019/PROGES/UFOPA e 9/2019/PROGES/UFOPA referentes à concessão de ajuda de custo de inserção acadêmica (Edital n° 6/2020)	2020	Estudantes ingressantes pelo Processo Seletivo Regular (PSR).
Concessão de alimentação no Restaurante Universitário (RU)/UFOPA durante suspensão das aulas e atividades presenciais decorrente da Covid-19 (Edital n° 5/2020)	2020	Estudantes de graduação regularmente matriculados no período letivo 2020.1 na UFOPA e seus dependentes na condição de filhos até 18 anos que residam com o(a) estudante (descendente de 1º grau em linha reta).
Concessão de auxílio estudantil (Edital n° 4/2020)	2020	Estudantes ingressantes em 2020, via processos seletivos especiais (PSEI e PSEQ).

**Fonte:** Elaboração própria (2021), com base na pesquisa documental (2021).

**APÊNDICE C – TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA EM ARQUIVOS E/OU DOCUMENTOS**



UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ  
 PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA  
 CENTRO DE FORMAÇÃO INTERDISCIPLINAR  
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE, AMBIENTE E QUALIDADE DE VIDA

**TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA EM ARQUIVOS E/OU DOCUMENTOS**

Eu \_\_\_\_\_  
 responsável por esta Unidade Administrativa PRO-REITORIA DE GESTÃO ESTUDANTIL DA UFOAPA, Siape \_\_\_\_\_ autorizo a realização da consulta a documentos e arquivos relacionados à pesquisa que tem como título **O PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL (PNAES) NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ: UM ESTUDO SOBRE OS AUXÍLIOS PERMANÊNCIA NA QUALIDADE DE VIDA ACADÊMICA** nas dependências desta Unidade PROGES da Universidade Federal do Oeste do Pará, a ser conduzido pela pesquisadora Helana Miranda da Cruz Gomes, Matrícula 2020101846, no âmbito do Programa Sociedade, Ambiente e Qualidade de Vida (PPGSAQ/UFOPA).

Declaro ter sido esclarecido (a) que os objetivos da pesquisa são:

Geral:

- Analisar a contribuição do auxílio de ajuda de custo de inserção acadêmica custeado com recursos orçamentários do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) do MEC para a qualidade de vida acadêmica de estudantes no contexto de uma universidade federal no interior da Amazônia.

Específicos:

- Mapear os beneficiários do auxílio de ajuda de custo de inserção acadêmica e seu desempenho acadêmico durante o período de 2017 a 2020;

- Descrever a percepção de estudantes beneficiados pelo auxílio de ajuda de custo de inserção acadêmica custeado pelo PNAES no âmbito institucional sobre sua qualidade de vida acadêmica;

- Identificar a percepção de gestores da PROGES sobre a aplicação do auxílio de ajuda de custo de inserção acadêmica custeado pelo PNAES na qualidade de vida acadêmica dos estudantes beneficiados no âmbito institucional;

- Analisar as dificuldades encontradas na implementação do auxílio de ajuda de custo de inserção acadêmica custeado pelo PNAES nesta IFES.

Foi me garantido que:

- 1) As informações coletadas serão usadas unicamente para fins científicos;
- 2) Durante todo o processo da pesquisa os nomes dos participantes que constam nos arquivos e/ou documentos serão resguardados;
- 3) Poderei desistir de permitir o acesso aos arquivos e/ou documentos a qualquer momento, sem ser penalizado fisicamente, financeiramente e moralmente;
- 4) Ao final da pesquisa, caso seja de meu interesse ou da instituição, terei livre acesso ao conteúdo da mesma, inclusive para discutir dados com a pesquisadora.
- 5) Em caso de precisar manter contato com a pesquisadora, poderei acessá-la:  
Endereço Residencial: Residente à Trav. Sorriso de Maria, 474. Jardim Santarém. CEP: 68030-580.

Celular (93) 99156-4984.

Email: [helanamiranda@hotmail.com](mailto:helanamiranda@hotmail.com).

Portanto, tendo lido e entendido tais esclarecimentos e, por estar em pleno acordo com o teor do mesmo, dato e assino esta **autorização**.

Santarém, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Responsável pela Unidade Administrativa

\_\_\_\_\_  
Pesquisadora

## APÊNDICE D - MODELO DE ROTEIRO PARA ANÁLISE DOCUMENTAL



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ**  
**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO**  
**TECNOLÓGICA**  
**CENTRO DE FORMAÇÃO INTERDISCIPLINAR**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE, AMBIENTE E**  
**QUALIDADE DE VIDA**

**Título da Pesquisa:**

**O PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL (PNAES) NA**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ: UM ESTUDO SOBRE OS**  
**AUXÍLIOS PERMANÊNCIA NA QUALIDADE DE VIDA ACADÊMICA**

### BASE CONCEITUAL

- 1- Qual a concepção de assistência estudantil?
- 2- Qual a compreensão sobre qualidade de vida?
- 3- Quais setores da instituição desenvolvem ações voltadas para a qualidade de vida dos estudantes? Como?
- 4- Como os recursos do PNAES são utilizados para possibilitar qualidade de vida do ponto de vista acadêmico?

### IMPLEMENTAÇÃO/ACOMPANHAMENTO

- 5- Quais são as demandas apontadas nos documentos sobre a implementação do PNAES?
- 6- Como o setor da PROGES que atua diretamente com o PNAES tem se organizado para implementar ações de assistência estudantil? E para atender as demandas levantadas acima?
- 7- Há ações de acompanhamento dos estudantes assistidos? Como ele é feito?
- 8- Existem projetos de intervenção específicos para fazer acompanhamento? Quais?

- 9- Como é avaliada a política de assistência estudantil na UFOPA?
- 10- Qual o orçamento destinado à implementação do PNAES na instituição? Qual o montante do valor destinado? Nesse orçamento existe alguma discussão sobre a destinação de verbas/rubricas? Como é feito?
- 11- Existe alguma informação oficial prestada ao MEC ou CGU(Controladoria Geral da União) ou outra instituição do governo federal sobre a implementação do PNAES? Alguma informação tem merecido destaque?

### CAPACITAÇÃO

- 12- Há registro de alguma capacitação para a equipe da PROGES e demais servidores da UFOPA com relação à assistência estudantil? Qual a frequência e conteúdos abordados?

### DESAFIOS

- 13- Quais as dificuldades ou barreiras encontradas para que os benefícios do PNAES contribuam na qualidade de vida acadêmicas dos estudantes?

### PRÁTICAS /EVIDÊNCIAS

14. Os documentos apontam alguma (s) experiência (s) desenvolvida (s) na UFOPA em relação à qualidade de vida, que envolvam as Unidades acadêmicas/Programas/Cursos?

### SUGESTÕES

15. Existem sugestões para melhorar o atendimento aos estudantes contemplados por esses auxílios permanência? Quais?

**APÊNDICE E – REGISTRO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (RCLE) PARA ESTUDANTES/UFOPA A SER ENVIADO POR MEIO DE FORMULÁRIO *ON LINE* (PLATAFORMA GOOGLE FORMS)**



UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ  
PRÓ-REITORIA DE EPSQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA  
CENTRO DE FORMAÇÃO INTERDISCIPLINAR  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE, AMBIENTE E QUALIDADE DE VIDA

**Título da Pesquisa:**  
**O PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL (PNAES) NA**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ: UM ESTUDO SOBRE OS AUXÍLIOS**  
**PERMANÊNCIA NA QUALIDADE DE VIDA ACADÊMICA**

Nome da Pesquisadora: Helana Miranda da Cruz Gomes, Mestranda PPGSAQ/UFOPA.

Linha de Pesquisa: Políticas Públicas, Diversidade Cultural e Desenvolvimento Amazônico

Orientadora: Profa. Dra. Tânia Suely Azevedo Brasileiro

**REGISTRO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

**Participante: Estudantes**

O (a) Sr. (a) é convidado a participar desta pesquisa que tem como objetivo analisar como as políticas de assistência estudantil (PNAES) tem contribuído para a qualidade de vida acadêmica dos estudantes no contexto de uma universidade federal no interior da Amazônia, além de analisar como o PNAES está sendo implementado e tem influenciado a qualidade de vida do seguimento estudantil.

Para sua efetiva participação nesta pesquisa, será necessário que:

1. Leia este Registro de Consentimento Livre e Esclarecido (RCLE) e em caso de dúvidas solicite à pesquisadora esclarecimento sobre RCLE e a pesquisa;
2. Assinale no Termo de Aceitação o item: ( ) Declaro que CONCORDO em participar da pesquisa. Ao assinalar, você também CONCORDA que, em respeito às medidas de segurança sanitárias impostas pelo contexto da pandemia do Covid-19, você não precisará ter acesso físico a este Formulário, sendo o assinalamento neste item, seu expresso consentimento de participação na referida pesquisa.

Ressalto que sua participação é de caráter voluntário, podendo se recusar a responder qualquer questão que lhe traga constrangimento. Caso tenha iniciado poderá desistir a qualquer momento e não será penalizado de forma alguma.

Cabe destacar que a pesquisa está pautada na RESOLUÇÃO Nº 466, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2012, que contém as diretrizes e normas regulamentadoras de

pesquisas envolvendo seres humanos. Além destes preceitos, em função do contexto da pandemia do Covid-19 que atingiu a sociedade de modo global, segue-se também o regulamento OFÍCIO CIRCULAR Nº 2/2021/CONEP/SECNS/MS de 24/-0/2021 que contém as Orientações para procedimentos em pesquisas com qualquer etapa em Ambiente Virtual. Em conformidade a este Ofício, considerando a realidade, o preenchimento deste Questionário acontecerá por meio da plataforma virtual *Google forms*. Mediante estes esclarecimentos, ao concordar em participar desta pesquisa você poderá estar exposto a alguns riscos: a) cansaço ou aborrecimento ao responder o questionário; b) vergonha ou constrangimento por não ser possível responder a todos os itens que compõe o questionário; c) receio por estar expondo a universidade abordada; d) insegurança ou desconforto pela divulgação de dados; e) desaprovação e descontentamento com os resultados obtidos; f) destinar o seu tempo ao responder o questionário; g) alterações de visão de mundo, de comportamentos e relacionamentos em função de reflexões sobre a qualidade de vida acadêmica e assistência estudantil. Sendo utilizado o ambiente virtual, pode haver o envio de arquivo por engano ou falta de atenção a outro endereço; não envio das informações por não clicar no espaço “Enviar”; problema de rede de internet impedir o envio do arquivo.

Desta forma, para que não sinta qualquer desconforto ou danos pessoais na dimensão física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural, espiritual e profissional, previmos os seguintes procedimentos: a) para preservar o seu anonimato, não serão solicitados o RG, CPF ou Senha ao responder este instrumento de coleta de dados; contudo, o seu nome será solicitado pois a pesquisadora poderá vir a entrevista-lo, com seu consentimento, posteriormente, contudo, o anonimato será sempre garantido; b) esses registros serão guardados em arquivo pessoal da pesquisadora e não serão armazenados em “nuvem”; c) esses registros serão destruídos logo após o prazo estipulado de cinco anos; d) as publicações relativas a esta pesquisa não permitirão a sua identificação específica; e) as informações não serão utilizadas em prejuízo dos participantes. A participação neste estudo não terá custos adicionais para você e não haverá qualquer tipo de pagamento devido à sua participação.

Contudo, sua participação neste estudo poderá trazer-lhe como benefícios: a) contribuir com autorreflexão sobre a qualidade de vida na universidade e o que representa o acesso aos auxílios estudantis, ajudando a fomentar o aperfeiçoamento do processo de implementação do PNAES na instituição. Quanto aos benefícios advindos do ambiente virtual: a) a comodidade em acessar o instrumento em seu domicílio; b) evitar expor-se à aglomeração ou qualquer outro dano à saúde.

Sua participação neste estudo é voluntária e, portanto, você tem a liberdade de se recusar a participar, ou mesmo que inicialmente aceite participar, poderá retirar seu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade, prejuízo ou perda do benefício adquirido na pesquisa. Você poderá ter todas as informações que quiser antes, durante e após o estudo. Para isto basta procurar a pesquisadora responsável ou mesmo comitê de ética que aprovou esta pesquisa.<sup>52</sup>

---

<sup>52</sup> Protocolo de Aprovação: <https://drive.google.com/file/d/1uVgwp2pAM-AolPXR86S0PdkNcV6fzRcw/view?usp=sharing>;

- Endereço do comitê: COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA – UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ/CAMPUS SANTARÉM (CAMPUS XII – TAPAJÓS):

Endereço: Av. Plácido de Castro, 1399 Bairro: Aparecida CEP: 68.040-090 UF: PA Município: Santarém Telefone:(93)3512-8013 FAX: (93)3512-800 E-mail: [ceptapajos@uepa.br](mailto:ceptapajos@uepa.br).

- Endereço da pesquisadora: Residente à Trav. Sorriso de Maria, 474. Jardim Santarém. CEP: 68030-580. Celular (93) 99156-4984. Email: [helanamiranda@hotmail.com](mailto:helanamiranda@hotmail.com)

Vale ressaltar que pela sua participação nesta pesquisa você não receberá qualquer valor em dinheiro. Contudo você não terá qualquer custo ou despesa por sua participação nesta pesquisa.

Declaro que, em conformidade a Resolução 466/12 que trata das **Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisas Envolvendo Seres Humanos, cumpridas as exigências contidas nos itens IV.3 e IV.4 da referida Resolução, bem como os itens do OFÍCIO CIRCULAR Nº 2/2021/CONEP/SECNS/MS de 24/10/2021**. Declaro ainda que obtive de forma apropriada e voluntária o Registro do Consentimento Livre e Esclarecido deste participante, explicando sobre os procedimentos e riscos desta pesquisa e sanando suas dúvidas, conforme determina a Resolução CNS 466/12.

### **CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO**

Declaro que concordo em participar desta pesquisa desenvolvida por HELANA MIRANDA DA CRUZ GOMES. Ficaram claros para mim quais são os propósitos do estudo, os procedimentos a serem realizados, seus desconfortos e riscos, as garantias de anonimato e de esclarecimentos permanentes. Ficou claro também que minha participação é isenta de despesas. Concordo voluntariamente em participar deste estudo e poderei retirar o meu consentimento a qualquer momento, antes ou durante o mesmo, sem penalidades ou prejuízo ou perda de qualquer benefício que eu possa ter adquirido.

Declaro também que estou ciente de que receberei uma cópia do RCLE devidamente assinado pela pesquisadora, bem como do arquivo contendo a gravação da entrevista e que ao clicar que CONCORDO em participar da pesquisa no formulário virtual, registrei meu consentimento e ciência da participação nesta pesquisa.

Santarém, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

Nome do Participante \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Participante

\_\_\_\_\_  
Helana Miranda da Cruz Gomes  
Pesquisadora Responsável

\_\_\_\_\_

**APÊNDICE F – QUESTIONÁRIO PARA OS ESTUDANTES PARTICIPANTES DA PESQUISA, POR MEIO DE FORMULÁRIO *ON LINE* (PLATAFORMA GOOGLE FORMS)**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA  
CENTRO DE FORMAÇÃO INTERDISCIPLINAR  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE, AMBIENTE E QUALIDADE DE VIDA**

**Título da Pesquisa:  
O PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL (PNAES) NA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ: UM ESTUDO SOBRE OS AUXÍLIOS  
PERMANÊNCIA NA QUALIDADE DE VIDA ACADÊMICA**

**QUESTIONÁRIO (*ONLINE*)**

Prezado Estudante.

Meu nome é Helana Miranda da Cruz Gomes, estudante de Mestrado no Programa Sociedade, Ambiente e Qualidade de Vida (PPGSAQ/UFOPA). Estou realizando uma pesquisa intitulada O PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL (PNAES) NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ: UM ESTUDO SOBRE OS AUXÍLIOS PERMANÊNCIA NA QUALIDADE DE VIDA ACADÊMICA, da Linha de Pesquisa Políticas Públicas, Diversidade Cultural e Desenvolvimento Amazônico. Tenho como orientadora a Profa. Dra. Tania Suely Azevedo Brasileiro.

Gostaria de saber como você, estudante de graduação da UFOPA percebe sua qualidade de vida em relação aos auxílios recebidos pelo PNAES. O questionário está dividido nos seguintes campos: Dados Pessoais, Dados Acadêmicos, Assistência Estudantil e Qualidade de Vida.

Espera-se a partir dos estudos e análises desta pesquisa colocar à disposição da comunidade acadêmica um trabalho científico que auxilie a Instituição na consolidação do seu papel no desenvolvimento da Amazônia, levando em consideração a qualidade de vida dos estudantes através da assistência estudantil.

O estudo será realizado por meio de instrumento do tipo questionário, no qual predominam questões de múltipla escolha (escala de intensidade do tipo Likert). Após a finalização do preenchimento e envio do questionário será entendido que você leu e está de acordo com este termo de aceitação: compreensão sobre o preenchimento e a participação, que é de espontânea vontade e que estará de acordo com os dados

e resultados obtidos, que posteriormente, serão apresentados de maneira confidencial ao público, eventos científicos ou mídias digitais. A sua participação será de caráter voluntário, sem efeitos financeiros, confidencial e anônima, sendo destinada a fins estatísticos.

Desde já me coloco à sua inteira disposição (fone celular e whatsapp: 93-99156-4984) para os esclarecimentos que se fizerem necessários com relação à pesquisa e desde já agradeço a sua participação.

Atenciosamente,

Helana Miranda da Cruz Gomes

Mestranda em Sociedade, Ambiente e Qualidade de Vida – PPGSAQ/UFOPA

## **DADOS PESSOAIS**

Matrícula no curso da UFOPA:

---

**1 - Gênero:**

Masculino

Feminino

Outro. Qual? \_\_\_\_\_

Prefiro não responder

**2 - Naturalidade (Município/Estado):**

---

**3 - Idade:**

Até 18 anos

De 19 a 25 anos

De 26 a 30 anos

De 31 a 45 anos

De 46 a 50 anos

- De 51 a 59 anos  
 60 anos em diante

**4 - Estado Civil:**

- Solteira(o)  
 Casada(o)  
 União Estável  
 Divorciada(o)  
 Outro. Qual? \_\_\_\_\_

**5 – Você é uma Pessoa com deficiência (PCD)?**

- Sim  
 Não

**Caso tenha respondido "Sim" na questão anterior, responda abaixo, qual a sua deficiência:**

\_\_\_\_\_

**6 - Sobre cor, raça, etnia, você se reconhece ou se autoidentifica como sendo (categorias utilizadas pelo IBGE):**

- Negro(a)  
 Indígena  
 Quilombola  
 Branco(a)  
 Parda(o)  
 Outro. Qual? \_\_\_\_\_

**Caso seja indígena ou quilombola, qual a sua etnia, nome da aldeia e/ou comunidade?**

\_\_\_\_\_

**DADOS ACADÊMICOS**

**7 – Qual escola você frequentou?**

- Pública

- Particular
- Parte na escola particular e parte na escola Pública
- Outra. Qual: \_\_\_\_\_

8 - Forma de Ingresso na UFOPA:

- Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) - Selecionado (a) pela ampla concorrência
- Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) - Selecionado (a) com cotista - autodeclarado (a) preto
- Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) - Selecionado (a) com cotista - autodeclarado (a) pardo (a)
- Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) - Selecionado (a) com cotista - autodeclarado (a) indígena
- Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) - Selecionado (a) com cotista - egresso de escola pública (Portaria MEC nº 18/2012, Art. 14, Inciso II)
- Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) - Selecionado (a) com cotista - Pessoa com Deficiência (PCD)
- Por transferência
- Outro. Qual: \_\_\_\_\_

9 - Curso de Graduação em andamento/Campus/Instituto:

\_\_\_\_\_

10 - Ano de Ingresso no curso: \_\_\_\_\_.

11 - Período do Curso:

- 1º Semestre
- 2º Semestre
- 3º Semestre
- 4º Semestre
- 5º Semestre
- 6º Semestre

- 7º Semestre
- 8º Semestre
- 9º Semestre
- 10º Semestre
- Apenas em produção de TCC
- Outras disciplinas e produção do TCC
- Outra situação acadêmica. Qual? \_\_\_\_\_

12 - Turno:

- Matutino
- Vespertino
- Noturno
- Integral
- Outro. Qual? \_\_\_\_\_

13– Conforme definição de *status* de discente no SIGAA, seu vínculo atual como discente é:

- ATIVO (É associado ao discente que possui vínculo em vigor com a instituição e não encontra-se TRANCADO ou FORMANDO)
- TRANCADO (É o status do discente que realizou a suspensão de programa, que tem vínculo ATIVO porém solicitou a interrupção temporária)
- FORMANDO (É a situação na qual o discente já integralizou uma parcela significativa do curso e está matriculado em turmas ou atividades que, caso sejam integralizados positivamente, o tornaria FORMADO)
- GRADUANDO (É o equivalente ao FORMADO nas versões mais recentes do sistema; sendo o discente que concluiu todas as pendências acadêmicas (integralizou toda a carga horária mínima exigida) porém ainda não recebeu a outorga do grau)
- FORMADO (É a situação do discente que concluiu todas as pendências acadêmicas exigidas pela sua estrutura curricular, porém ainda não recebeu o grau acadêmico)
- CONCLUÍDO (É a consequência natural do status anterior, implicando na conclusão de todas as pendências acadêmicas exigidas pela estrutura curricular, com a adição da condição de já ter seu diploma registrado (o que o tornaria apto para a colação de grau)

( ) CANCELADO (É a situação do discente que teve seu vínculo finalizado "negativamente", ou seja, por desistência, insuficiência de rendimento acadêmico, decurso de prazo máximo, etc.)

14 – Caso seu *status* seja TRANCADO, qual motivo levou ao Trancamento?

( ) Pandemia do Covid-19

( ) Problemas familiares

( ) Problemas de saúde

( ) Dificuldades de manter-se no local da universidade

( ) Outro. Qual? \_\_\_\_\_

### **ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL**

15 – O que é Assistência Estudantil para você?

( ) Uma política pública que tem como fundamento o direito à educação.

( ) Uma ajuda financeira da UFOPA

( ) Não sei

( ) Outro. Qual? \_\_\_\_\_

16– Como estudante da UFOPA, você conhece o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES)?

( ) Sim

( ) Não

( ) Em parte

17 - Como você ficou sabendo dos auxílios da Assistência Estudantil na UFOPA? Pode marcar mais de uma opção.

( ) Site da UFOPA

( ) Cartazes e *folders* de divulgação nas dependências físicas da UFOPA

( ) Semana de Recepção aos Calouros

( ) Divulgação em sala de aula

( ) Redes sociais

( ) Outro. Qual? \_\_\_\_\_

18 - Há quanto tempo em semestres você recebe auxílios da Assistência Estudantil da UFOPA?

( ) 01 semestre

( ) 02 semestres

( ) 03 semestres

( ) 04 semestres

( ) 05 semestres

( ) 06 semestres

( ) 07 semestres

( ) 08 semestres

( ) 09 semestres

( ) 10 semestres

19 - Indique seu nível de concordância em cada uma das seguintes declarações sobre o(s) auxílio(s) da Assistência Estudantil para a sua permanência no Curso que está em andamento:

	Discordo totalmente	Discordo parcialmente	Concordo parcialmente	Concordo totalmente
Sem o(s) auxílio(s) não seria possível me manter estudando na Universidade				
Sem o(s) auxílio(s) teria dificuldades para me manter estudando na universidade e não teria condições financeiras para custear todas as minhas despesas				
Sem o(s) auxílio(s) eu precisaria trabalhar para me manter estudando na Universidade				
Sem o(s) auxílio(s) eu poderia contar com a ajuda				

da família para estudar na universidade				
---	--	--	--	--

20 – Você teve algum dos auxílios da Assistência Estudantil cancelado?

Sim

Não

21 – Se marcou “Sim” na questão anterior, o que levou ao Cancelamento?

---

22 – Se teve algum auxílio cancelado, identifique o grau de influência na sua permanência no curso.

Não interferiu na minha permanência no curso

Interferiu pouco na minha permanência no curso

Interferiu na minha permanência no curso

Interferiu muito na minha permanência no curso

Interferiu bastante na minha permanência no curso

Não se aplica

23 – Caso tenha interferido na sua permanência, escreva em breves palavras como foi essa influência:

---

### **QUALIDADE DE VIDA**

24 – O que você considera como Qualidade de vida? Pode marcar mais de uma resposta.

Ter boa saúde, uma vida longa, saudável e satisfatória

Ter melhores condições de trabalho

Ter moradia, alimentação

Poder usufruir as horas de lazer, participar de atividades esportivas

Manter relacionamento com família e com outros em diferentes espaços de convivência.

Outra. Qual? \_\_\_\_\_

## QUALIDADE DE VIDA ACADÊMICA

25 – O que é qualidade de vida acadêmica para você?

- ( ) Sentir-se à vontade no ambiente acadêmico
- ( ) Manter boa relação social com professores, servidores e colegas
- ( ) Ter condições de participar de atividades acadêmicas relacionadas ao ensino, pesquisa e extensão
- ( ) Ser incentivada(o) a desenvolver diferentes habilidades e competências ao longo da formação acadêmica
- ( ) Saber aplicar na prática a teoria aprendida
- ( ) Outro. Qual? \_\_\_\_\_

26 - Indique seu nível de concordância em cada uma das seguintes afirmações em relação ao que mais pode **não contribuir** para o seu bom desempenho acadêmico:

	Discordo totalmente	Discordo parcialmente	Concordo parcialmente	Concordo totalmente
Dificuldades de adaptação ao ambiente universitário				
Problemas familiares				
Sobrecarga de atividades extraclasse e falta de tempo para conciliar os estudos				
Didática dos professores				
Conflitos nas relações interpessoais na universidade				
Fragilidade na formação básica, a nível de ensino médio				
O bilinguismo				
O preconceito e a discriminação				
Problemas de saúde				

Outro. Qual? \_\_\_\_\_

27 - Indique seu nível de concordância em cada uma das seguintes declarações sobre qualidade de vida acadêmica:

*Escala de classificação:* 1 = Discordo parcialmente; 2 = Discordo totalmente; 3 = Concordo parcialmente; 4 = Concordo totalmente; 5 = Não tenho opinião formada

	1	2	3	4	5
1.Capacidade dos professores em utilizar uma metodologia e didática que equilibrem rigor, competência e inovação sem sobrecarregar o dia-a-dia do estudante					
2. Boas relações sociais entre: professor e aluno; entre aluno e aluno; entre alunos e demais servidores da universidade					
3. Contato com novas culturas, novas expectativas, objetivos e interesses					
4.Participar de atividades esportivas, de lazer e entretenimento					
5.Tranquilidade em ter com quem deixar os filhos durante as aulas					
6.Ter condições de subsistência quanto à alimentação, vestuário, transporte, moradia, materiais didáticos					
7.Participar de eventos acadêmicos sobre temas de relevância social					

28 – Como a universidade impacta na sua qualidade de vida acadêmica?

*Escala de classificação:* 1 = Discordo totalmente; 2 = Discordo parcialmente; 3 = Concordo parcialmente; 4 = Concordo totalmente; 5 = Não tenho opinião formada

	1	2	3	4	5
1.A universidade não tem impacto em minha qualidade de vida					
2.A universidade tem pouco impacto em minha qualidade de vida					
3.A universidade tem parcial impacto em minha qualidade de vida					
4.A universidade tem muito impacto em minha qualidade de vida					
5.A universidade tem bastante impacto em minha qualidade de vida					

29 – Como a assistência estudantil impacta na sua qualidade de vida?

*Escala de classificação:* 1 = Discordo totalmente; 2 = Discordo parcialmente; 3 = Concordo parcialmente; 4 = Concordo totalmente; 5 = Não tenho opinião formada

	1	2	3	4	5
A assistência estudantil não tem impacto em minha qualidade de vida					
A assistência estudantil tem pouco impacto em minha qualidade de vida					
A assistência estudantil tem parcial impacto em minha qualidade de vida					
A assistência estudantil tem muito impacto em minha qualidade de vida					
A assistência estudantil tem bastante impacto em minha qualidade de vida					

30 – Com que frequência você percebe que os auxílios recebidos da assistência estudantil contribuíram para a qualidade de vida acadêmica em:

	Nada	Pouca	Moderada	Muita	Bastante
1. Atividades de aprendizagem (por exemplo: aulas, disciplinas, seminários, eventos acadêmicos)					
2. Atividades de pesquisa (por exemplo: projetos, elaboração do TCC, publicação de artigos científicos, atividades desenvolvidas em laboratórios)					
3. Atividades de extensão (por exemplo: prestação de serviços, consultorias, palestras, minicursos), tendo como público alvo a comunidade externa à universidade					

31 – Em que medida você avalia a qualidade de vida acadêmica proporcionada:

	Péssima	Regular	Boa	Ótima	Excelente
1.Pelo ambiente físico da universidade.					
2.Pela oportunidade de conciliar atividades de lazer com seu curso					
3.Pela realização de atividades culturais					
4.Pelo incentivo à participação em eventos acadêmico-científicos a nível regional, nacional e internacional					
5.Pelo acesso a biblioteca					
6.Pelo acesso a recursos tecnológicos para o ensino, pesquisa e extensão					
7.Pelo Restaurante Universitário (RU)					
8.Pela implementação da acessibilidade na instituição					
9.Pelo transporte e acesso às Unidades Acadêmicas					

32 – O rendimento acadêmico é um importante fator da qualidade de vida acadêmica. Após ter sido contemplado o(s) auxílio(s) da assistência estudantil, você diria que seu rendimento acadêmico:

( ) Não melhorou

( ) Melhorou parcialmente

( ) Melhorou consideravelmente.

( ) Melhorou totalmente.

( ) Outro. Qual? \_\_\_\_\_

33 – O que mudou em sua vida, e conseqüentemente na qualidade de vida acadêmica, após o recebimento dos auxílios da Assistência Estudantil?

- ( ) Minha alimentação melhorou
- ( ) Parei de trabalhar para somente estudar
- ( ) Comprei os materiais didáticos solicitados pelos professores
- ( ) Consegui trabalhar menos para me dedicar mais aos estudos
- ( ) Consegui permanecer mais horas do dia no Campus
- ( ) Participei de projetos de pesquisa, extensão e outras atividades do Campus
- ( ) Minhas notas e meu rendimento acadêmico melhoraram
- ( ) Consigo pagar meu aluguel tranquilamente
- ( ) Outro. Qual? \_\_\_\_\_

34 - De acordo com o Processo de Concessão de Auxílios Estudantis no âmbito da UFOPA, classifique o nível de importância das áreas abaixo para sua qualidade de vida acadêmica:

---

	Sem importância	Pouca importância	Média Importância	Significante Importância	Grande importância
Alimentação					
Transporte					
Moradia					
Apoio didático-pedagógico					

35. Justifique sua resposta acima, indicando o impacto desses auxílios na sua vida pessoal e de estudante:

---

---

---

---

36. Espaço aberto para você escrever, segundo a sua opinião, o que faltou ser considerado sobre qualidade de vida acadêmica, inclusive sugerindo estratégias para melhorá-la:

---

---

Obrigada!

A pesquisadora

**ANEXO**

## ANEXO A - PARECER DE APROVAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

UEPA - UNIVERSIDADE DO  
ESTADO DO PARÁ - CAMPUS  
XII - TAPAJÓS



### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

#### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** POLÍTICAS PÚBLICAS E QUALIDADE DE VIDA ACADÊMICA: UM ESTUDO SOBRE O PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL (PNAES) NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ

**Pesquisador:** HELANA MIRANDA DA CRUZ GOMES

**Área Temática:**

**Versão:** 3

**CAAE:** 44776121.9.0000.5168

**Instituição Proponente:** Universidade Federal do Oeste do Pará

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

#### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 5.074.375

#### Apresentação do Projeto:

Inicialmente a autora afirma que no contexto mundial os debates acerca de como promover mudanças sociais no sentido de incentivar e criar novas formas de aprendizagem, produção, gestão e aplicação do conhecimento são recentes. Segundo ela, diante dessa realidade, têm-se colocado em evidência o papel e as contribuições da educação superior nas ações de compartilhar, produzir e propagar o conhecimento sem desvincular-se do compromisso e responsabilidade social perante os desafios de contribuir para promoção de sociedades mais justas e igualitárias de forma global.

Em seguida a pesquisadora contextualiza que no Brasil, esse debate tem suscitado reflexões acerca das principais demandas e desafios das Instituições de Ensino Superior (IES) quanto à elaboração de políticas voltadas para esse nível de ensino. Para a autora, há tempos situam-se no centro das discussões pautas como a expansão e a democratização da oferta de vagas, a garantia da permanência dos estudantes no processo de estudos e a conclusão de seus cursos, bem como a promoção de ações que busquem cumprir o papel social das IES.

Assim, diante desta realidade, a autora informa que ações voltadas para a inclusão, atendimento e respeito à diversidade, promoção da igualdade e gestão democrática têm se constituído pauta principal da agenda da educação superior nas últimas décadas. Emergindo desses debates, foram elaboradas medidas específicas para a democratização do acesso ao ensino superior sob a forma

Endereço: Av. Plácido de Castro, 1369

Bairro: Aparecida

CEP: 68.040-000

UF: PA

Município: SANTAREM

Telefone: (93)3512-8013

Fax: (93)3512-8000

E-mail: ceptapajos@uepa.br

UEPA - UNIVERSIDADE DO  
ESTADO DO PARÁ - CAMPUS  
XII - TAPAJÓS



Continuação do Pareser: 5.074.325

de ações voltadas para atender as necessidades dos estudantes por parte do Estado brasileiro que se convencionou chamar de assistência estudantil.

A autora alude também que Uma das medidas adotadas foi a criação do Reuni (Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais) pelo Decreto nº 6.096, de 24/4/2007. Esse programa tinha como objetivo a criação de condições para ampliar o acesso e a permanência na educação superior de populações historicamente excluídas desse nível de ensino. Houve a possibilidade de expansão e a interiorização do ensino superior no país aumentando consideravelmente o número de estudantes de graduação nas universidades federais. Contudo, sem desconsiderar a relevância desta política para a expansão da educação superior na realidade brasileira, a forma como esta expansão foi elaborada e concretizada têm recebido críticas que, entre outros aspectos, tem como alvo a assistência estudantil.

Segundo a autora, esse cenário demonstrou que a garantia do acesso não foi suficiente para sanar as dificuldades das condições materiais de subsistência dos estudantes, necessitando também de políticas de permanência, ou seja, de meios que possibilitassem condições adequadas para que continuassem estudando.

Visando contemplar estas e outras necessidades para garantia de direitos dos estudantes das IFES, foi publicado em 19 de julho de 2010 o Decreto 7234/2010 que criou o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Dentre os objetivos do PNAES destaca-se a democratização das condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal. Além de minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior e reduzir as taxas de retenção e de evasão contribuindo para a promoção da inclusão social pela educação (PNAES, 2010).

Para ela, ao longo de mais de 10 anos, reflexões e investigações têm sido suscitadas sobre a implementação desta política a fim de analisar como tem ocorrido esse processo e aprofundar as análises a cerca da expansão dos direitos estudantis em situação de vulnerabilidade e com risco à continuidade do seu processo de estudos. O projeto que ora se apresenta busca compreender a repercussão e os desdobramentos desta política de assistência estudantil na realidade de uma universidade do interior da Amazônia, no caso a Universidade Federal do Oeste do Pará. É fundamental analisar como o PNAES está sendo implementado e tem influenciado a qualidade de vida do seguimento estudantil. A forma como foi estruturado este projeto expressa o vínculo científico com as Políticas Públicas,

Endereço: Av. Plácido de Castro, 1366  
Bairro: Aparecida CEP: 68.040-000  
UF: PA Município: SANTAREM  
Telefone: (93)3512-4013 Fax: (93)3512-4000 E-mail: csc@tapajos@uepa.br

UEPA - UNIVERSIDADE DO  
ESTADO DO PARÁ - CAMPUS  
XII - TAPAJÓS



Continuação do Parecer: 5074375

Diversidade Cultural e Desenvolvimento Amazônico que é uma linha de investigação do Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Meio Ambiente e Qualidade de Vida (PPGSAQ/UFOPA).

**Objetivo da Pesquisa:**

**OBJETIVO GERAL:** Analisar como o Programa de Assistência Estudantil (PNAES) tem contribuído para qualidade de vida acadêmica dos estudantes no contexto de uma universidade federal no Interior da Amazônia.

**OBJETIVOS ESPECÍFICOS:**

- Identificar o processo de implementação da política de assistência estudantil na UFOPA;
- Descrever a percepção sobre qualidade de vida dos estudantes beneficiados pelos auxílios estudantis do PNAES no âmbito institucional;
- Caracterizar as dificuldades encontradas para a implementação das ações do PNAES no âmbito da UFOPA.

**Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

A autora informa que os riscos de sua pesquisa serão:

- Instabilidade do sistema de conexão da Internet para análise dos dados;
- Ter a identidade revelada por conta da função que exerce para os entrevistados.

Apresenta, contudo, medida para minimizar o risco apenas do segundo tópico: [garantir] o sigilo da identidade dos participantes da pesquisa. Porém, no TCLE constam mais detalhadas as medidas de minimização de possíveis riscos.

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

Notou-se que a pesquisa, em sua metodologia, quanto ao critério de inclusão destaca que os sujeitos participantes serão:

- Estudantes beneficiados pelos auxílios Alimentação e Moradia do PNAES no 1º semestre do ano de 2019 na UFOPA;
- Gestores e técnicos que atuam diretamente com a execução do PNAES lotados na Pró-Reitoria de Gestão Estudantil.

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Trata-se de uma pesquisa que envolve uma temática bastante relevante, atual e que pode gerar novos conhecimentos. Percebeu-se que seus objetivos estão de acordo com a sua metodologia.

Toda a documentação exigida está de acordo.

Endereço: Av. Plácido de Castro, 1399  
Bairro: Aparecida CEP: 68.040-000  
UF: PA Município: SANTAREM  
Telefone: (93)2512-6013 Fax: (93)2512-8000 E-mail: ceptapajos@uepa.br

UEPA - UNIVERSIDADE DO  
ESTADO DO PARÁ - CAMPUS  
XII - TAPAJÓS



Continuação do Parecer: 5.074.375

Esta pesquisa seguirá as seguintes etapas:

- Pesquisa bibliográfica: consulta a livros e periódicos de revistas científicas disponíveis na versão impressa e online por meio da Internet. Será realizado consultas ao acervo do Catálogo de Dissertação e Teses da Capes com o objetivo de verificar as produções científicas sobre a temática.
- Documental: por meio dos relatórios produzidos sobre o PNAES na UFOPA, no âmbito da Pró-Reitoria de Gestão Estudantil (PROGES) uma das Unidades Administrativas que executa esta política na Instituição. Os relatórios abrangerão os anos de 2017, 2018 e 2019.
- Empírica: recorte que o pesquisador faz em termo de espaço representando uma realidade a ser estudada (MINAYO, 1992). Trata-se da pesquisa dedicada ao tratamento da "face empírica e fática da realidade; produz e analisa dados, procedendo sempre pela via do controle empírico e fático" (DEMO, 2000, p. 21). As técnicas utilizadas para coleta de dados serão: aplicação de questionário online para a categoria dos estudantes e entrevista semiestruturada para gestores e técnicos do PNAES. Para a análise dos dados, a pesquisadora adotará a Análise de Conteúdo de Bardin e terá como suporte o software de análise de dados qualitativos NVivo, versão 12 plus

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Todas as pendências foram sanadas

**Considerações Finais a critério do CEP:**

Os(As) Pesquisadores(as) deverão apresentar relatórios parciais informando sobre o andamento da pesquisa, assim como deverão apresentar um relatório final, informando se a pesquisa apresentou alguma Intercomércio ética, assim como os principais resultados alcançados pela Investigação. Tais relatórios devem ser submetidos a partir da Plataforma Brasil, acessando o projeto de pesquisa na janela LISTA DE PROJETOS DE PESQUISA, pelo botão "Detalhar" e então utilizando a ferramenta "Enviar Notificação".

OBS: Em virtude das condições impostas pela pandemia por covid-19, este CEP recomenda aos pesquisadores, que durante suas coletas de dados, e contato com os participantes, tomem todos os devidos cuidados e medidas protetivas, recomendadas pelas autoridades locais, como por exemplo: distanciamento social (evitar aglomerações); utilizar máscaras (oferecer máscaras para os participantes de pesquisa); utilizar álcool gel 70% (oferecer álcool gel 70% para os participantes de pesquisa); e outros.

Endereço: Av. Plácido de Castro, 1366  
 Bairro: Aparecida CEP: 68.040-000  
 UF: PA Município: SANTAREM  
 Telefone: (93)3512-4013 Fax: (93)3512-4860 E-mail: ceptapajos@uepa.br

**UEPA - UNIVERSIDADE DO  
ESTADO DO PARÁ - CAMPUS  
XII - TAPAJÓS**



Continuação do Parecer: 5.074.375

**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PE_INFORMACOES_BASICAS_DO_PROJETO_1701518.pdf	28/10/2021 20:52:38		Acelto
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCUD2810202120211028_20415510.pdf	28/10/2021 20:51:27	HELANA MIRANDA DA CRUZ GOMES	Acelto
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TermoAssinatura2810202120211028_19423152.pdf	28/10/2021 20:49:42	HELANA MIRANDA DA CRUZ GOMES	Acelto
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO_DE_DISTERTACAO_SUBMISSAO08102021.pdf	10/10/2021 13:01:41	HELANA MIRANDA DA CRUZ GOMES	Acelto
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_Estudantes_Gestao_Tecnicos_HelanaGomes_20052021.pdf	20/05/2021 16:50:17	HELANA MIRANDA DA CRUZ GOMES	Acelto
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO_CombateEtica_HelanaGomes.pdf	15/03/2021 22:04:26	HELANA MIRANDA DA CRUZ GOMES	Acelto
Folha de Rosto	Folha_de_Rosto_Helana_Miranda_da_Cruz_Gomes.pdf	15/03/2021 14:49:58	HELANA MIRANDA DA CRUZ GOMES	Acelto

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

SANTAREM, 01 de Novembro de 2021

Assinado por:  
**ELIDIANE MOREIRA KONO**  
(Coordenador(a))

Endereço: Av. Plácido de Castro, 1369

Bairro: Aparecida

CEP: 68.040-000

UF: PA

Município: SANTAREM

Telefone: (93)3512-8013

Fax: (93)3512-8000

E-mail: ceptapajos@uepa.br